

ALFA
Revista de Linguística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Vice-reitora

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:

PROPe
Pró-Reitoria de Pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.57	n.2	p.355-720	2013
------	-----------	------	-----	-----------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editor responsável
Roberto Gomes Camacho

Co-Editor
Gladis Massini Cagliari

Editoria Executiva
Erotilde Goreti Pezatti
Luciani de Paula
Odilon Helou Fleury Curado
Rosane de Andrade Berlinck

Revisão Geral
CCLi Consultoria Linguística

Assessoria Técnica
Ana Paula Menezes Alves

Capa
Adriana Bessa Damman

Diagramação
Eron Pedroso Januskevitz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Christian Lehmann (Universität Erfurt), Claudia Maria Xatara (UNESP), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Lachlan Mackenzie (ILTEC), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Kees Hengeveld (Universidade de Amsterdã), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariângela Rios de Oliveira (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rosemary Arrojo (State University of New York), Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS), Seung Hwa Lee (UFMG), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) – v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979
ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature

CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Francis Database

IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé

LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts

MLA – International Bibliography.

APRESENTAÇÃO

Este segundo número do volume 57 da **Alfa**: Revista de Linguística reúne um conjunto de doze artigos originais, uma entrevista e uma resenha. Apesar de distribuídas por diferentes seções, as contribuições aqui reunidas ora se agrupam, ora se separam de acordo com os respectivos temas; no entanto, de qualquer perspectiva de que se as vêem, constituem reflexões sobre o fazer linguístico de diferentes enfoques, o que preserva a identidade desta revista voltada para a diversidade temática e teórica que lhe é peculiar.

A ordenação dos artigos se apoia numa formulação nitidamente descendente de gramática, que parte do discurso em suas relações com a situação sócio-ideológica para chegar às unidades fônicas. Nesse âmbito, se é do interesse do leitor olhar a produção aqui reunida sob uma perspectiva historiográfica, a área amplamente conhecida como Análise do Discurso está representada por seis contribuições, que, curiosamente, constituem quase a metade do volume total.

Os artigos de Narzetti e de Cattelan, que abrem o número, perseguem uma linha mais teórica. O primeiro se dedica à reflexão sobre a noção de ideologia em Bakhtin e o segundo, à reflexão sobre o (não) lugar da semântica do óbvio e sobre a escolha de orações adjetivas, fenômeno selecionado por Pêcheux para demonstrar sua concepção de discurso.

Nessa linha, com base em conceitos de Michel Foucault sobre poder e saber, Severo discute questões de política linguística, tema que aparece desenvolvido também na resenha de Kersch sobre obra que discute línguas indígenas em risco de extinção.

O filósofo M. Foucault, que tem um pé na Análise do Discurso, e seu pensamento sobre discurso da história retornam, no final, em entrevista de Welisson Marques com Jacques Guilhaumou, fechando, portanto, esse agrupamento temático em torno de questões teóricas, semânticas e filosóficas da Análise do Discurso.

Para amenizar essa discussão de ordem metateórica que suscitam esses quatro textos, duas outras contribuições da série enfocam a mídia impressa. O texto de Baronas e Ponsoni se assenta teoricamente no modelo de Dominique Maingueneau para focar especificamente os conceitos de citação, destacabilidade e aforização na análise do processo de circulação de textos integrais e fragmentos de textos

sobre política na imprensa, mobilizando recursos verbais e imagéticos. Bakhtin e seu Círculo retornam no texto de Menegassi e Cavalcanti, que mobilizam também estudos realizados por especialistas brasileiros, para analisar a constituição de um texto de propaganda.

O enfoque da gramática sob uma perspectiva microdiscursiva parece estabelecer uma ponte entre si mesmo e o enfoque macrodiscursivo, que marca os textos sobre discurso, sociedade e ideologia e, como toda ponte, estabelece uma linha de contato e ao mesmo tempo de transição. Com o que se chama aqui “perspectiva microdiscursiva” pretende-se representar um enfoque da gramática em que os dois componentes formais, o morfossintático e o fonológico, são, pelo menos parcialmente, motivados por categorias pragmáticas e semânticas. É justamente esse traço identificador que permite fazer essa ponte entre a orientação microdiscursiva e a orientação macrodiscursiva.

Dos três textos que representam essa linha de pesquisa, dois deles mobilizam o mesmo enfoque teórico, o funcional. A contribuição de Garcia e Pezatti consiste na investigação de um tipo independente de oração concessiva, relevante para a própria organização discursiva. Sperança-Criscuolo, por seu lado, examina um fenômeno sintático particular – o das chamadas orações substantivas – para descrever estratégias de comprometimento do falante com a confiabilidade da informação asseverada e para refletir sobre como essa funcionalidade discursiva pode contribuir para a melhoria do desempenho discente no ensino de língua portuguesa. Nessa mesma linha, o texto de Souza e Oliveira trata também de um fenômeno sintático, objeto duplo em inglês, como parte do processo de aquisição de falantes de segunda língua. Os resultados que alcançam confirmam a hipótese de que a língua materna dos aprendizes, que, nesse caso específico, são falantes nativos do português, atua seletivamente no processo de aquisição do inglês como segundo língua.

Percorrendo a linha descendente aqui selecionada, passamos, agora, à apresentação do enfoque de fenômenos morfossintáticos mais restritos e de fenômenos fonológicos, vistos sob uma ótica variacionista.

No subgrupo temático em que impera a análise morfossintática, insere-se o texto de Rumeu sobre a influência de gênero na passagem diacrônica da forma *tu* para a forma *você* em contexto de sujeito sentencial. Insere-se também nesse domínio o texto de Freitas e Barbosa, que analisa a alternância entre as formas de diminutivo *inho/zinho* em relação a grupos de fatores não linguísticos ou sociais em sentido amplo.

No subgrupo temático em que predomina a análise fonológica, inserem-se os estudos de Carmo e Tenani e de Gravina e Fernandes-Svartman. O primeiro deles, que versa sobre o fenômeno das vogais médias pretônicas visto de uma

perspectiva variacionista, também representa um elo de transição de uma análise fonológica de base variacionista para uma análise estritamente fonológica. O segundo, de Gravina e Fernandes-Svartman, também a última contribuição da série na modalidade “Artigos Originais”, examina situações de desambiguação sintática em que se desfazem situações de choque acentual com base na estrutura prosódica.

Esse é, em suma, o conteúdo em dimensão panorâmica do volume 57:2. A predominância de contribuições em estudos do texto e do discurso, algumas de natureza metateórica, seguidas por textos de extração variacionista, dá uma amostra das atuais preferências temáticas na pesquisa na linguística brasileira. É, no entanto, a provocação de um debate científico a derivar-se dos trabalhos publicados sob sua responsabilidade que consiste o objeto de desejo de todo o editor, que só assim poderá ter a satisfação de constatar o acerto da seleção que o Conselho Editorial imprimiu a mais este número.

Roberto Gomes Camacho
Editor

SUMÁRIO / CONTENTS

- A filosofia da linguagem de V. Voloshinov e o conceito de ideologia
V. Volochinov's philosophy of language and the concept of ideology
Claudiana Narzetti 367

- Michel Pêcheux: entre o óbvio e o nome complexo
Michel Pêcheux: between the obvious and the complex name.
João Carlos Cattelan 389

- Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades?
Quotation, detachment and aphorization in pictorial texts: possibilities?
Roberto Leiser Baronas e Samuel Ponsoni 413

- Conceitos Axiológicos Bakhtinianos em propaganda impressa
Axiological Bakhtinian concepts in print advertisement
Renilson José Menegassi e Rosilene da Silva de M. Cavalcanti..... 433

- Política(s) linguística(s) e questões de poder
Language policy(ies) and power issues
Cristine Gorski Severo 451

- Orações concessivas independentes à luz da gramática discursivo-funcional
Independent concessive clauses in the light of Functional Discourse Grammar
Talita Storti Garcia e Erotilde Goreti Pezatti..... 475

- Sintaxe das orações complexas em português: uma proposta de descrição e ensino
Syntax of complex clauses in Portuguese: a proposal of description and teaching
Ana Carolina Sperança-Criscuolo..... 495

- Selective transfer in the acquisition of english double object constrctions by brazilian learners
Transferência seletiva na aquisição das construções de objeto duplo do inglês por aprendizes brasileiros
Júlia Vidigal Zara, Fernando Luiz Pereira de Oliveira e Ricardo Augusto de Souza 519

- A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social *gênero*
 The variation between “tu” and “você” in 19th and 20th Century Brazilian Portuguese: discussions on the social category *gender*
Márcia Cristina de Brito Rumeu 545

- A alternância do diminutivo –inho/-zinho no português brasileiro: um enfoque variacionista
 The alternation of the diminutive forms -inho/-zinho in Brazilian Portuguese: a variational approach
Myrian Azevedo de Freitas e Maria Fernanda M. Barbosa 577

- As vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista: uma análise sociolinguística
 The pretonic mid-vowels in the variety of the Northwest of São Paulo: a sociolinguistic analysis
Márcia Cristina do Carmo e Luciani Ester Tenani 607

- Interface sintaxe-fonologia: desambiguação pela estrutura prosódica no português brasileiro
 Syntax-phonology interface: disambiguation by prosodic structure in Brazilian Portuguese
Aline Peixoto Gravina e Flaviane Fernandes-Svartman 639

ENTREVISTA/INTERVIEW

- Sur le discours et l’histoire en foucault. Entretien avec Jacques Guilhaumou
 Sobre o discurso e a história em Michel Foucault. Entrevista com Jacques Guilhaumou
Welisson Marques 671

RESENHA/BOOK REVIEW

- Morte e vitalidade das línguas indígenas e as pressões sobre seus falantes
 Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes
Dorotea Frank Kersch 697

- ÍNDICE DE ASSUNTOS 707

- *SUBJECTS INDEX* 709

- ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX* 711

- NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS 713

**ARTIGOS ORIGINAIS /
*ORIGINAL ARTICLES***

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE V. VOLOSHINOV E O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Claudiana NARZETTI*

- **RESUMO:** Este trabalho trata da concepção de ideologia que atravessa e constitui a filosofia da linguagem de V. Voloshinov, um dos membros do Círculo de Bakhtin. Ele tem por objetivo lançar novas luzes sobre alguns pontos complexos e delicados da concepção global de ideologia sustentada por Voloshinov, acerca dos quais os estudiosos do grupo russo ainda não chegaram a uma definição ou a um consenso. A exposição se organiza em torno de três pontos: 1) a ideologia enquanto elemento estrutural da sociedade; 2) a ideologia enquanto campo dos signos; 3) a ideologia enquanto representações do real. A reflexão centra-se nas formulações nas quais Voloshinov avança com base naquilo que suas fontes teóricas já haviam proposto, principalmente no que tange à articulação da ideologia com a linguagem. Espera-se que o trabalho possa chamar a atenção para a importância de uma recuperação desse conceito e de sua articulação com outros formulados ao longo da trajetória teórica do Círculo de Bakhtin, como o de diálogo, com vistas a um enriquecimento cada vez maior dos trabalhos de análise do discurso de orientação bakhtiniana.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia. Voloshinov. Filosofia da linguagem. Círculo de Bakhtin.

Considerações iniciais

Uma reflexão sobre o conceito de ideologia que atravessa as formulações do Círculo de Bakhtin acerca da linguagem em geral e da linguagem literária em particular não pode ser conduzida sem que se toque em um ponto muito delicado relativo à história do grupo russo – o problema da autoria de algumas obras de seus membros. Entendemos que seja assim porque há uma discrepância no que tange à importância desse conceito nas diversas obras do grupo – enquanto ele é **constitutivo** das formulações de algumas obras, é marginal em outras. A nosso ver, essa discrepância se explica mais adequadamente se aceitamos que Bakhtin não é o autor de todas as obras publicadas com a assinatura de outros membros do Círculo, como Voloshinov e Medvedev, e se aceitamos que estes últimos tinham uma preocupação muito maior que o primeiro em relação ao referido conceito. Sendo assim, neste trabalho, partimos do pressuposto de que Voloshinov é o

* Universidade do Estado do Amazonas (UEA)/Escola Normal Superior. Membro do SLOVO (Grupo de Estudos do Discurso). Manaus – AM – Brasil. 69050-010– cn.narzetti@uol.com.br

autor de *Marxismo e filosofia da linguagem*, e é sobre sua concepção acerca do conceito de ideologia que refletiremos.¹

Voloshinov anuncia, desde o princípio de sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, que sua tarefa é propor uma filosofia da linguagem de base marxista, concebida pelo autor como diretamente ligada a uma teoria das ideologias (tanto dependendo dela quanto fazendo-a avançar). Conforme Voloshinov (1979, p.25): “Um dos problemas fundamentais do marxismo, o das relações entre a infraestrutura e as superestruturas, acha-se intimamente ligado, em muitos de seus principais aspectos, aos problemas da filosofia da linguagem.” Essa filosofia da linguagem poderia elucidar os problemas relacionados àquilo que a teoria marxista descreveu como as relações de determinação da superestrutura de uma sociedade pela sua base econômica. Um problema específico desse campo de reflexões, ao qual o autor russo mais dedica seu esforço teórico, é o da linguagem e sua função/funcionamento dentro do quadro das relações sociais e das mudanças históricas.

Portanto, as reflexões de Voloshinov têm um ponto de vista muito específico e bem determinado – o da teoria marxista; este é o campo das questões, ou seja, aquele que gera as questões e os problemas. É ele que se busca desenvolver. Ainda que as soluções apresentadas pelo filósofo da linguagem sejam formuladas com base também em outras perspectivas, heterogêneas à marxista,² isso não significa absolutamente que se trate de um “marxismo de vitrine” (CLARK; HOLQUIST, 1998) ou um mero emprego de “palavras carregadas”, como ideologia, classes sociais, infra e superestrutura, etc. A nosso ver, qualquer estudo ou discussão sobre o pensamento de um autor e sua filiação/suas heranças, deve ter como ponto de partida a sua **problemática** e não um simples levantamento das “palavras” que ele utiliza. O fato de diferentes pensadores utilizarem uma mesma palavra não é garantia de que estejam falando da mesma coisa, simplesmente porque, como nos ensina Canguilhem (1972), uma palavra não é um conceito e um conceito não é uma palavra.

Partindo desses pressupostos, nosso objetivo aqui é explorar a concepção de ideologia que atravessa as reflexões de Voloshinov, elas mesmas voltadas ao desenvolvimento desse conceito. Não há uma única definição do termo ideologia nas reflexões de Voloshinov – há diversas definições, todas elas complementares, elaboradas de um ponto de vista distinto. Enfocaremos, assim, três dessas

¹ Vale, entretanto, destacar que a reflexão de Voloshinov é pautada em todo o conjunto das reflexões que marcam os trabalhos do Círculo de Bakhtin, atestando a intensa troca dialógica entre seus membros.

² Conforme Tihanov (2000) e outros estudiosos do Círculo de Bakhtin, o grupo russo (Bakhtin e Voloshinov, principalmente) tinha um embasamento em correntes de pensamento como o neo-kantismo e a filosofia da vida. Entendemos que os estudos realizados são uma importante contribuição para o problema das heranças teóricas do grupo, mas que um estudo de fôlego precisa ainda ser feito para evidenciar em quais pontos cada uma dessas correntes são, de fato, constitutivas das formulações mais caracterizadoras do pensamento bakhtiniano.

definições: a ideologia enquanto elemento estrutural da sociedade; a ideologia enquanto campo dos signos; a ideologia enquanto representações do real. A exposição se organiza sempre em torno da apresentação das formulações acerca do conceito de ideologia que Voloshinov retoma de suas fontes teóricas e das formulações próprias de Voloshinov, ou seja, os pontos em que ele avança além de suas fontes, lançando problemas novos a partir de novos pontos de vista. Ao discutirmos essas definições, as suas filiações e os avanços de Voloshinov em relação a elas, tentaremos trazer à tona certos problemas relativos ao tema, que, não diretamente discutidos pelo autor russo, estão estreitamente implicados em suas reflexões. Valemo-nos, para tal empresa, das conclusões acerca desse problema a que chegaram importantes estudiosos do grupo bakhtiniano, tais como Tihanov (2000), Ponzio (2008), Faraco (2006) e Grillo (2008).

Ideologia – elemento estrutural da sociedade

Para Voloshinov, em primeiro lugar, a ideologia é um elemento da estrutura da formação social, uma das partes em que se subdivide a sua superestrutura, que é determinada, ainda que indiretamente, pela base econômica. “A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica.” (VOLOSHINOV, 1979, p.22). Pode ser entendida, segundo Faraco (2006, p.46), como “[...] o universo dos produtos do ‘espírito’ humano.”; as “formas da consciência social”; “[...] o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais.” Sendo assim, a ideologia, para o autor russo, não é um bloco monolítico, mas uma realidade plural. Ela estaria dividida entre os sistemas ideológicos constituídos e a ideologia do cotidiano. Para entendermos essa formulação de Voloshinov, é necessário que tratemos primeiramente do que as suas referências avançaram em relação a este ponto.

Conforme demonstraram Tihanov (2000) e Grillo (2008), Voloshinov segue as elaborações de dois estudiosos e difusores do marxismo na URSS: Georgi Plekhanov e Nicolai Bukharin. Estes formavam, juntamente com Lênin, as principais referências teóricas daqueles que trabalhavam no interior do campo marxista. Segundo Tihanov (2000), ainda que Voloshinov não mencione explicitamente Bukharin, como o faz com Plekhanov, o autor tem em seu horizonte também as reflexões de Bukharin. Esses estudiosos retomaram as formulações iniciais fornecidas por Marx em algumas de suas obras, dando-lhes algum desenvolvimento e são elas que Voloshinov retoma para repensá-las/desenvolvê-las.

Plekhanov, em sua obra *Os princípios fundamentais do marxismo*, de 1908, sustenta que Marx e Engels deslocam a tese de Feuerbach de que a arte, a religião,

a filosofia e a ciência (os fenômenos superestruturais) seriam manifestações ou revelações da essência humana, afirmando que esses fenômenos têm, na verdade, uma causa material, a qual se encontra na estrutura econômica de uma sociedade. Esse deslocamento teria como base uma filosofia materialista. Retomando essa questão, Plekhanov (1978, p.62) lança a seguinte proposição:

Se nos propuséssemos a expor brevemente a concepção de Marx e Engels, sobre a relação entre a célebre “base” e a não menos célebre “superestrutura”, chegaríamos a isto:

1. Estados das forças produtivas;
2. relações econômicas condicionadas por estas forças;
3. regime sócio-político, edificado sobre uma “base” econômica dada;
4. psicologia do homem social, determinada, em parte, diretamente pela economia, em parte por todo o regime sócio-político edificado sobre ela;
5. ideologias diversas refletindo esta psicologia.

Pode-se entender desse esquema que a superestrutura ideológica é dividida em duas partes constituídas pela “psicologia do homem social” e pelas “ideologias diversas”. A psicologia social seria determinada pela economia e pelo regime sócio-político, enquanto as ideologias diversas a refletiriam, tendo nela a sua “raiz comum”. Plekhanov, ao defender que as ideologias têm sua raiz, sua origem, na psicologia da época, mostra bastante preocupação em explorar não somente as formas de ação recíproca entre as forças sociais, mas também a origem das mesmas. Por isso, aqui ele busca a origem das ideologias, colocando-a no campo da psicologia social. Já esta última estaria intimamente ligada às relações entre os homens na produção – quando estas se transformassem, também transformaria-se o estado psíquico humano.

Vale lembrar que a intenção de Plekhanov, ao apresentar esse esquema, é ilustrar o princípio marxista da determinação principal pela economia sobre todos os níveis da formação social, mas visa também a evidenciar que há formas de ação recíprocas desses níveis entre si. Sendo assim, as relações na produção teriam ação sobre a psicologia social e esta, sobre as ideologias diversas.

O desenvolvimento da ação recíproca dos níveis da formação social, em especial dos dois subníveis da ideologia, parece ter avançado um pouco mais com as reflexões de Bukharin (no que é seguido por Voloshinov, como veremos). Em seu *Tratado de Materialismo Histórico*, de 1921, Bukharin segue a proposição de Plekhanov acima referida acerca da psicologia social e da ideologia.

Começando sua explanação pelo conceito de superestrutura, Bukharin (1970) afirma que esta diz respeito a qualquer forma de fenômenos sociais que se eleva acima da base econômica, sendo, portanto, “bastante complexa na sua ‘estrutura’ interior” (BUKHARIN, 1970, p.243), uma vez que conteria objetos materiais, organizações humanas, combinações de ideias e imagens sistematizadas, ideias e

sentimentos difusos, não sistematizados, etc. Todos esses elementos, organizados em conjuntos, dizem respeito: à **estrutura política e social da sociedade**; à ideologia social – “[...] os costumes, as leis e a moral [...]; a ciência e a filosofia; a religião, a arte, e enfim a linguagem [...]” (BUKHARIN, 1970, p.167); e, finalmente, à **psicologia social** – “[...] aquilo que existe de não sistematizado ou pouco sistematizado na alma social, os sentimentos, os pensamentos e as disposições gerais que fazem o espírito de uma sociedade, duma classe, dum grupo, de uma profissão etc.” (BUKHARIN, 1970, p.243-244).

Segundo o autor, o que distingue a ideologia e a psicologia social seria o seu grau de sistematização. A psicologia social, segundo a passagem acima citada, diz respeito às “ideias correntes” (pensamentos, sentimentos, desejos, gostos, julgamentos) acerca dos mais variados objetos que compõem a vida social, as quais são fragmentárias, dispersas e desordenadas.

Numa sociedade, segundo Bukharin (1970), não há uma única psicologia social, mas várias, visto que ela se constitui como um efeito da divisão da sociedade em classes (cada classe elabora sua psicologia em conformidade com suas condições de existência, com suas relações na produção, com seu lugar na produção etc.). No entanto, em cada época, há uma tendência dominante nos pensamentos, nos sentimentos, ou seja, há “uma psicologia dominante” que “colora” toda a vida social. Esta última é a psicologia da classe dominante, que englobaria “caracteres psicológicos gerais” e “caracteres psicológicos exclusivos” da classe dominante.

A psicologia social é determinada também, ainda que de modo secundário, pela existência, no interior das classes, de grupos ligados a profissões, atividades e ofícios: cada grupo tem traços psicológicos próprios, os quais podem se tornar constitutivos da psicologia social de uma época. Essa psicologia dos grupos, como veremos, está intimamente ligada à constituição das ideologias.

Enquanto a psicologia social tem sua emergência ligada à existência das classes sociais (refletem suas condições de vida, representam suas ideias, sentimentos e opiniões acerca da vida social, etc.), a ideologia tem sua emergência ligada à separação do trabalho manual e do trabalho intelectual – ela existe porque uma classe ou uma fração de classe dedica-se exclusivamente à produção intelectual, podendo sistematizar, organizar e ajustar os pensamentos, sentimentos, ideias, costumes, normas de conduta, existentes em forma “fluida” na psicologia social. Segundo Bukharin (1970), somente quando uma sociedade alcança um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas, com a simultânea divisão social e técnica do trabalho, é que se dá o “aparecimento do trabalho puramente ideológico” (BUKHARIN, 1970, p.255). Este último acaba também seguindo a lógica da divisão do trabalho social – a ideologia divide-se em ramos como o direito, as ciências, as artes, a filosofia e a religião, e cada um

desses ramos adquire novas ramificações – a ciência e a arte, por exemplo, com suas diferentes especialidades.

Bukharin (1970) concebe as ideologias como um “produto espiritual” que resulta de um trabalho social, ainda que não da produção material em si mesma. Os processos ideológicos podem ser tomados como “[...] uma forma determinada de trabalho. Este trabalho não é a produção material. Não é nem mesmo uma parte dela. [...] ele surge da produção material e dela se destaca para formar ramos especiais da atividade social.” (BUKHARIN, 1970, p.255). Parece-nos que, na concepção de Bukharin da ideologia como um produto espiritual, pode-se encontrar uma réstia de idealismo. A perspectiva materialista de Bukharin o conduz a conceber a ideologia como determinada pela estrutura econômica da sociedade, pela produção material; mas não permite que ele defina os próprios produtos ideológicos como sendo materiais, como tendo uma existência material. Voloshinov, ao contrário, como veremos, acentua o caráter material dos signos ideológicos.

Quanto às relações entre ambas, Bukharin (1970) segue a tese de Plekhanov de que as ideologias refletem a psicologia social: “A psicologia social é de certa maneira um reservatório para a ideologia.” (BUKHARIN, 1970, p.253). Segundo o autor, “[...] existe um processo contínuo de concretização, de solidificação da psicologia social.” (BUKHARIN, 1970, p.253), por meio da ideologia. “Por isso, toda variação da psicologia social é acompanhada de uma variação da ideologia social.” (BUKHARIN, 1970, p.253).

Segundo Tihanov (2000), Bukharin, ao propor que mudanças na psicologia social determinam mudanças na ideologia, teria desenhado uma “conexão de mão única” entre psicologia e ideologia, já que apenas aquela acarreta efeitos nesta. Voloshinov, debruçando-se sobre essas reflexões e desenvolvendo-as, demonstra que também a ideologia exerce efeitos sobre a psicologia social (que ele chama de ideologia do cotidiano). Voltaremos a isso.

Como se daria, no ver de Bukharin, essa relação da ideologia com a psicologia social? Vimos acima que há uma psicologia derivada dos grupos sociais constituídos em função de profissões, ofícios etc. Esta, segundo o autor, tem uma relação direta com a constituição das diferentes ideologias existentes. Veja-se a tese de Bukharin (1970, p.252, grifo nosso): “Formam-se **tipos** profissionais cujas particularidades mentais decorrem diretamente do gênero de ocupação e **cuja psicologia dá origem a uma ideologia especial.**” Com essa tese, Bukharin enfatiza que o trabalho intelectual de certos indivíduos pertencentes a certos grupos profissionais no interior das classes sistematiza essa psicologia gerada mais ou menos espontaneamente, sistematização essa que forma as ideologias existentes. Também deixa ver que, para ele, a divisão da ideologia em regiões está relacionada às profissões existentes, isto é, à divisão técnica do

trabalho intelectual. Essa hipótese fica mais evidente quando temos em mente que, para Bukharin, as ideologias tiveram como condição de sua constituição a divisão social do trabalho, em que algumas classes puderam dedicar-se exclusivamente ao trabalho intelectual. Levando em conta que, comumente, são as classes dominantes ou os seus representantes que podem dedicar-se ao trabalho intelectual, pode-se afirmar que aí se encontram os motivos de a perspectiva da classe dominante ser dominante na ideologia. Nas formas de trabalho ideológico se verifica, assim como no trabalho de produção material, a existência de hierarquias, onde, no cume, estão os principais, os detentores dos “meios espirituais da produção” etc. Assim, as classes dirigentes ou dominantes têm o monopólio do saber e de todos os produtos da ideologia – elas os produzem, os divulgam e também impedem sua divulgação para aqueles que são considerados indignos de seu conhecimento, usufruto etc.

Assim, a distinção proposta por Voloshinov entre **sistemas ideológicos constituídos** e **ideologia do cotidiano** assenta nas formulações e distinções de Plekhanov e de Bukharin sobre a **ideologia** ou **ideologia social** e a **psicologia social**. Segundo Voloshinov (1979, p.26), essas duas instâncias são “qualitativamente diferenciadas” e “[...] dotadas de um conjunto de regras específicas e de um caráter próprio.”

Os sistemas ideológicos constituídos correspondem às “esferas da criação ideológica” – a religião, a ciência, a arte, a moral etc. Como o próprio nome indica, esses campos caracterizam-se por serem os mais fortemente sistematizados. Para Voloshinov, além disso, mesmo uma esfera ideológica dada não se apresenta como um conjunto único e indivisível de elementos, mas como um conjunto de elementos com dada autonomia, sendo que cada um deles pode ser estudado em si mesmo e em relação com os outros elementos dessa esfera. O romance, por exemplo, enquanto elemento da esfera literária, pode ser estudado, segundo o autor russo, em seus elementos – sua composição, seu estilo, etc. e/ou em sua relação com outros elementos da literatura, como a poesia. É por isso que, para Voloshinov, uma dada mudança, um dado acontecimento, na esfera literária (como em qualquer esfera) não pode ser explicado por meio de uma remissão a dada mudança ou acontecimento na infraestrutura da sociedade – uma mudança nessa esfera pode estar relacionada com uma mudança na economia, mas ela também se relaciona com outras mudanças ocorridas na própria esfera, e elas devem ser contempladas.

Essa posição de Voloshinov, segundo Tihanov (2000), relaciona-se com o fato de que o autor russo perseguia o problema das leis gerais que governam a emergência e os funcionamentos de uma ideologia, mas sempre a partir de uma perspectiva que, ao mesmo tempo, rejeitava análises mecanicistas e adotava uma análise dialética da evolução social.

O próprio Voloshinov (1979, p.25) destaca: “A esfera de aplicação da categoria da causalidade mecanicista é extremamente limitada [...]. Está fora de questão, *a fortiori*, aplicar esta categoria inerte aos problemas fundamentais do materialismo histórico ou a qualquer ciência das ideologias.”

O esclarecimento feito por Tihanov (2000) coincide com o de Ponzio (2008, p.113):

Todo elemento ideológico tem que ser considerado no campo ideológico especial ao qual pertence e que possui suas leis específicas. Portanto, segundo Bakhtin [Voloshinov] não pode haver nenhum valor cognoscitivo em estabelecer uma conexão direta entre estruturas econômico-sociais e um certo fato superestrutural, quando este último se considera separado do campo sógnico-ideológico específico ao qual pertence.

Já a ideologia do cotidiano é concebida por Voloshinov como a instância mais próxima das relações de produção e mais diretamente afetada por ela. Para esse autor, ela diz respeito ao discurso interior e exterior acerca da vida cotidiana e é um domínio de pouca ou nenhuma sistematização.

Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, **ideologia do cotidiano**, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. [...] a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de “psicologia social”. (VOLOSHINOV, 1979, p.104, grifo nosso).

Voloshinov (1979), justificando o uso do termo “ideologia do cotidiano”, explica que o termo “psicologia social” empregado por seus mestres poderia sugerir que os conteúdos ideológicos tivessem uma base psicológica/individual, enquanto o termo “ideologia do cotidiano” realçaria a natureza social de tais conteúdos. Segundo Tihanov (2000), Voloshinov, ao cunhar esse termo, acentua a natureza comum entre os sistemas ideológicos constituídos e a ideologia do cotidiano.

É na descrição do funcionamento e da natureza da ideologia do cotidiano que Voloshinov avança em relação a Plekhanov e a Bukharin, elaborando seu próprio ponto de vista. A reflexão acerca desse nível da ideologia pode, conforme Voloshinov, fornecer elementos importantes para a explicação do modo como a base econômica determina a superestrutura de uma sociedade. O ponto de vista da **interação verbal** é a perspectiva própria de Voloshinov para elucidar essa questão.

Conforme Voloshinov, a ideologia do cotidiano materializa-se sob a forma da interação verbal. Ela é inteiramente exteriorizada (não é algo interior e/ou do domínio das ideias) na palavra, no gesto, no ato. Com a seguinte afirmação, Voloshinov (1979, p.27), reafirma a sua perspectiva particular ao tratar das ideologias – a da linguagem:

O que chamamos de psicologia do corpo social e que constitui, segundo a teoria de Plekhanov e da maioria dos marxistas, uma espécie de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia no sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se, materializa-se, sob a forma de interação verbal. Se considerada fora deste processo real de comunicação e de interação verbal (ou, mais genericamente, semiótica), a psicologia do corpo social se transforma num conceito metafísico ou mítico (a “alma coletiva”, “o inconsciente coletivo”, “o espírito do povo” etc.).

Há, segundo Voloshinov, determinadas formas de interação verbal e determinados gêneros discursivos que são ligados à ideologia do cotidiano – as conversas de corredor; as trocas de opinião no teatro; as reuniões sociais; a conversa diária sobre os acontecimentos da vida; o discurso interior. Essas formas de interação social e/ou gêneros discursivos manifestam essa ideologia. Ou seja, há uma série de tipos de interação verbal e de gêneros do discurso que são próprios da ideologia do cotidiano, os quais se distinguem dos que são próprios das esferas ideológicas sistematizadas. Por exemplo, uma conferência científica é um tipo de interação verbal/gênero do discurso pertencente especificamente à esfera científica; a conferência não é um gênero da ideologia do cotidiano. Por outro lado, os gêneros das esferas sistematizadas são sempre transformações desses gêneros nascidos na esfera da vida cotidiana.

A ideologia do cotidiano é o lugar de onde emergem e se acumulam mudanças, é o lugar da criação ideológica ininterrupta. Ela é mais flexível, é mais móvel, muda mais constantemente do que as ideologias constituídas. Nela, as mudanças sociais podem repercutir mais rapidamente. Na ideologia do cotidiano, segundo Voloshinov (1979, p.106), “[...] se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos.” A primeira expressão e a primeira elaboração ideológica das mudanças sociais se dariam no nível da ideologia do cotidiano.

Sendo assim, para Voloshinov, os sistemas ideológicos constituídos e a ideologia do cotidiano mantêm relações dialéticas. Os objetos surgidos na ideologia do cotidiano constituem o material sobre o qual trabalham os sistemas ideológicos visando a sua sistematização, estabilização e acabamento. Por seu turno, a ideologia do cotidiano, recebendo de volta esses objetos sistematizados e acabados, é por eles determinada em algum grau. No entanto, esta última

também atua como o lugar onde esses objetos são continuamente testados e avaliados, onde eles estabelecem vínculos com a consciência dos indivíduos. Segundo Tihanov (2000), com essa proposição acerca dos efeitos das ideologias na ideologia do cotidiano, Voloshinov avança em relação a Bukharin, estabelecendo uma relação de **mão dupla** entre esses dois níveis.

Para alguns estudiosos do Círculo de Bakhtin, essa tese de Voloshinov acerca da relação dialética entre as duas instâncias da ideologia é formulada sobre certos pressupostos da filosofia da vida. Segundo Tihanov (2000, p.89), a partição binária da superestrutura em uma região em constante mudança e em outra que não se move e não subsiste por si mesma “segue estritamente a visão de cultura da filosofia da vida, especialmente Simmel”, em que as forças de criação e de crescimento estão em conflito com as de consolidação. Segundo Tchougounnikov (2007), o próprio conceito de ideologia do cotidiano remeteria ao conceito de **vida**. Essa corrente filosófica “[...] busca apreender a ‘vida’ como um dado primeiro, como um processo orgânico integral que precede a divisão entre matéria e espírito, enquanto uma totalidade inacessível à razão e aos instrumentos conceituais das ciências positivas.” (TCHOUGOUNNIKOV, 2007, p.4). A ideologia do cotidiano seria essa ideologia que nasce e se desenvolve na vida, sendo concebida como processo orgânico integral, como totalidade, como heterogeneidade pura, como temporalidades diversas, que, enquanto tal, não pode ser sistematizada nas ideologias propriamente ditas, mas apenas a partir de uma divisão dessa totalidade em campos e objetos específicos. A totalidade da vida, da ideologia do cotidiano, é sistematizada nas esferas da religião, da estética, da ciência, da moral, que tratam, respectivamente, de apenas uma parte dessa totalidade.

Para Voloshinov (1979), a ideologia do cotidiano é, portanto, o elo entre a infraestrutura econômica e os sistemas ideológicos constituídos. Mas como é possível essa ligação entre as duas instâncias ideológicas e, ainda, entre elas e a infraestrutura? Essa ligação se dá por meio da linguagem verbal, dos signos verbais, pois estes são onipresentes na sociedade e neles se expressam as menores mudanças sociais.

Ideologia – o campo dos signos

O avanço mais significativo de Voloshinov em relação a Plekhanov e a Bukharin, conforme a maioria de seus estudiosos, reside em sua concepção essencialmente semiótica da ideologia: “Tudo que é ideológico possui valor semiótico”; a ideologia é o domínio por excelência dos signos: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes.” (VOLOSHINOV, 1979, p.18). Os signos são os elementos constitutivos da ideologia, e assim se justifica a posição segundo a qual uma teoria da ideologia dependa necessariamente de uma filosofia da linguagem, concebida como filosofia do signo ideológico.

Os signos ideológicos, conforme o autor, são dos mais variados tipos, e pode-se dividi-los em verbais e não verbais. Essa variedade de signos se deve à variedade de esferas da criação ideológica: cada uma dessas esferas possui um sistema de signos que lhe é específico e aí preenche certas funções: estética, científica, religiosa etc. Por exemplo, a esfera científica trabalha com as fórmulas científicas; a religiosa trabalha com os símbolos religiosos; a artística trabalha com as cores e as formas (pintura, escultura), bem como melodias (música). Dentre todos os signos, os verbais são os únicos que têm onipresença nessas esferas, e além delas – nas relações de produção, nas interações sociais da vida cotidiana. O caráter especial da linguagem verbal, segundo o filósofo russo, justifica a necessidade de um estudo aprofundado acerca da mesma. Voltaremos a isso.

Para Voloshinov (1979, p.19), o signo ideológico é “um fragmento material” da realidade, isto é, possui “[...] uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva.” Sendo assim, as ideologias não se situam no domínio da consciência, mas na realidade objetiva dos signos e das formas da interação sócio-verbal. As ideologias têm um caráter material e seus produtos, os signos, são também materiais. Além disso, a ideologia é social, já que os seus elementos constitutivos, os signos, são sociais: “[...] não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se.” (VOLOSHINOV, 1979, p.21). Trata-se de uma objeção a uma concepção idealista e individualista da ideologia, segundo a qual esta é produzida por uma consciência individual sem relações com as condições materiais de existência. Por sua concepção do caráter material da ideologia e dos objetos ideológicos, Voloshinov se distancia das proposições de Bukharin, por exemplo, para quem os produtos ideológicos, ainda que derivados de uma realidade material, são concebidos como “produtos espirituais”.

Contudo o que caracteriza o signo mais fortemente, segundo Voloshinov (1979, p.17), é que “[...] ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior”, ou seja, remete para algo que está fora de si mesmo, e possui um significado. Ao mesmo tempo em que é elemento material da realidade, o signo também remete para outros elementos além dele. No processo de reflexo e refração da realidade, o signo “[...] pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico.” (VOLOSHINOV, 1979, p.18). Parece haver, em Voloshinov, três fatores determinantes do caráter refrativo dos signos. Trataremos desses fatores logo a seguir.

Como dissemos há pouco, Voloshinov (1979, p.22) defende que a palavra deve ser colocada “em primeiro plano no estudo das ideologias”. Isso se justifica

pelo fato de que o estudo da palavra permite observar as transformações que, originadas na infraestrutura, chegam às superestruturas e aí exercem efeitos. A tese do autor é que a palavra é:

[...] o **indicador** mais sensível de todas as transformações sociais [...]. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças [...]. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais ínfimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (VOLOSHINOV, 1979, p.27, grifo nosso).

Por isso, Voloshinov (1979) dedica especial atenção à descrição do signo verbal em suas características específicas. Em primeiro lugar, porque é elemento constitutivo de todas as esferas ideológicas, sendo um signo “neutro” (no sentido de que não tem nenhuma função ideológica específica, podendo “[...] preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.” (VOLOSHINOV, 1979, p.22-23); ou seja, a palavra está presente em todas as esferas da criação ideológica, enquanto certos signos só podem pertencer a certa esfera.³ Em segundo, porque está em todos os domínios das relações sociais, principalmente o da comunicação na vida ordinária (onde impera a ideologia do cotidiano), da qual é o material privilegiado. Em terceiro, porque é “o material semiótico da vida interior, da consciência”, é o material do discurso interior.

Conforme dito anteriormente, a grande contribuição de Voloshinov para o estudo da ideologia no campo marxista é a sua tese do caráter semiótico (ou semiológico) da ideologia, ou seja, o fato de ela ser constituída de signos. A ideologia nunca fora pensada desse ponto de vista na tradição marxista. Mas quando formula que esses signos refletem e refratam o real, outra contribuição de Voloshinov para o campo, ele toca num problema marxista clássico – o da natureza da ideologia enquanto sistema de representações do real e num problema a ele associado pela maioria dos marxistas posteriores a Marx e Engels, o do caráter de falsidade/distorção dessas representações. É isso que discutiremos a seguir.

Ideologia enquanto sistema de representações do real

Voloshinov apresenta algumas definições de ideologia no conjunto de seus trabalhos, todas elas complementares e mutuamente esclarecedoras. Uma dessas definições é a apresentada numa nota do ensaio “O que é a linguagem?”, de 1930: “[...] *tutto l’insieme dei riflessi e delle interpretazioni dela realtà sociale e naturale*

³ Veja-se que, para Voloshinov, **neutralidade** não quer dizer ausência de traços ideológicos. Consideramos que a terminologia usada por Ponzio (2008) é mais adequada para desfazer uma possível ambiguidade da palavra neutralidade. Para ele, o signo verbal possui uma **flexibilidade ideológica**.

che avvengono nel cervello dell'uomo e sono espresse e fissate per mezzo di parole, disegni, schizzi o altre forme segniche." (VOLOSHINOV, 1980, p.249).⁴

Conforme Ponzio (2008), essa definição de ideologia segue aquela avançada por Marx, no que tange a sua natureza de representações, reflexos do real, mas difere da mesma por não atribuir às representações ideológicas o caráter de falsidade, de mistificação, de distorção do real tal como o faz o pensador alemão.

Mas essa definição, para Ponzio (2008, p.114), é "[...] muito sintética e superficial com relação ao uso que o termo [ideologia] adquire.", devendo ser completada com base nos outros trabalhos de Voloshinov e do Círculo.

Para o autor italiano, ideologia, no contexto do grupo bakhtiniano, **pode designar tanto representações falsas, ilusões, quanto representações verdadeiras, objetivas** – posição que seguimos e corroboramos. A seguinte passagem de Voloshinov (1979, p.33, grifo nosso) aponta para o caráter deformador da ideologia:

[...] na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida para hoje em dia. **Donde o caráter refrativo e deformatório do signo ideológico nos limites da ideologia dominante.**⁵

Ponzio (2008) conclui que, para Voloshinov, o falseamento e a verdade das representações ideológicas seriam determinados pela perspectiva de classe – a ideologia da classe dominante teria caráter predominantemente falseado, porque a classe dominante é interessada em defender seus privilégios e impedir a transformação da sociedade (nisso, a ideologia dominante seria mais ou menos deliberada, instrumental), enquanto a ideologia da classe dominada estaria mais próxima da verdade, porque a classe dominada está interessada em mudar a realidade, em questionar o que é apresentado como natural e óbvio, sempre a partir de uma análise da realidade, com base em sua práxis, como critério de verificação.

Voloshinov entende que todas as classes são capazes de produzir suas ideologias, representando suas condições de existência materiais, e que essas ideologias travam lutas num processo dialético. As perspectivas de classe entram

⁴ “[...] todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que ocorre no cérebro do homem e se expressa e fixa por meio das palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas.”

⁵ Vale ressaltar que, segundo Vianna (2010), Voloshinov, ao formular essa posição, segue e desenvolve no que respeita à linguagem uma formulação de Marx e Engels (1976), presente na *Ideologia alemã*, acerca da ideologia, qual seja: a ideologia dominante, que é a da classe dominante, expressa as ideias e os interesses dessa classe dominante de uma forma que essas ideias e interesses são apresentados como tendo um caráter de universalidade e não de particularidade.

em luta no campo ideológico por meio dos signos que são constituídos de índices sociais de valor impressos neles por essas classes. No entanto, para Voloshinov, essa luta não é travada em igualdade de condições: a ideologia dominante tenta apagar índices sociais de valor heterogêneos, visando a estabilizar aqueles que respondem a seus interesses.

Essa posição estaria presente na argumentação de Voloshinov no texto “A palavra e sua função social”,⁶ que Faraco (2006, p.69), assim resume:

[...] na linguagem de cada classe há sempre um grau particular de correspondência entre o verbal e a realidade objetiva, cabendo ao proletariado o ponto de vista que mais intimamente se aproxima da ‘lógica objetiva da realidade’. Quer dizer: Voloshinov assume que a linguagem do proletariado também refrata o mundo (não é, portanto, integralmente não refratada), mas a refração é menor do que aquela que ocorre em outras classes sociais.

Em suma: pode-se afirmar que Voloshinov segue a concepção de Marx acerca da ideologia como tendo um caráter de distorção, ilusão, deformação, ainda que o termo ideologia, no autor russo, não tenha apenas esse sentido, podendo designar também representações verdadeiras/adequadas do real.

Vê-se que, em suas formulações, Voloshinov atribui o caráter distorcido das representações ideológicas a dois fatores já apontados por Marx, e corroborados pela tradição marxista. O primeiro fator seria a existência de esferas ou ramos da ideologia que tratam apenas de certos aspectos da realidade, refletindo-os e refratando-os a seu modo. Segundo Voloshinov (1979, p.19): “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade a sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social.”

Essa passagem do autor russo segue de perto o que dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã*, quando sustentam que um dos fatores do falseamento da ideologia é a divisão do trabalho, que separa o trabalho manual e o intelectual, e a “subdivisão ideológica” no interior deste, que diferencia e autonomiza os diferentes profissionais da ideologia, isto é, os juristas, os políticos, os moralistas, os homens de religião etc.: “É então necessário considerar os sonhos dogmáticos e as ideias extravagantes desses sujeitos como uma ilusão que se explica muito simplesmente pela sua posição prática na vida, a sua profissão e a divisão do trabalho.” (MARX; ENGELS, 1976, p.60). Explicam os autores que “[...] cada qual considera sua profissão como verdadeira. Sobre a ligação de seu trabalho com a realidade iludem-se necessariamente dada a natureza desse trabalho. Em

⁶ Os artigos de Voloshinov, “O que é a linguagem?” e “A palavra e sua função social”, ambos de 1930, citados aqui indiretamente, podem ser encontrados em Voloshinov (1980).

jurisprudência, em política, etc., essas relações transformam-se – na consciência – em conceitos.” (MARX; ENGELS, 1976, p.98).

O segundo fator seria a existência de perspectivas de classe nas ideologias, porque há classes e há interesses de classe representados nas ideologias. Conforme Marx (1985a, p.17):

A burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética.

A partir de sua perspectiva particular, Voloshinov (1979) afirma que os signos são a arena da luta de classes, uma vez que estes são constituídos por índices sociais de valor impressos neles pelas classes em luta.

Pode-se dizer, entretanto, que, no pensamento do autor russo, esses fatores não seriam os únicos a explicar as razões do falseamento ou do caráter ilusório das representações ideológicas – haveria também um terceiro fator, pensado originalmente por ele, a partir de sua perspectiva semiológica: **a natureza refrativa do signo**, que mencionamos mais acima. Como os signos não apenas **refletem**, mas também **refratam** o real, distorcendo-o ou mesmo deformando-o, e como nosso acesso ao real é sempre mediado pelos signos, eles podem constituir fator determinante do falseamento das ideologias.⁷ Essa tese é uma contribuição original de Voloshinov ao problema em vista. Em outras **palavras, poderíamos dizer que Voloshinov aponta para a presença de um fator** semiológico, ao lado do **fator sociológico**, determinando a distorção/deformação das representações da ideologia.

Além disso, Voloshinov apresenta, em suas considerações, três fatores determinantes da refração do ser pelo signo ideológico. O primeiro seria o fato de os signos serem produzidos no interior de uma determinada esfera ideológica. O segundo seria o fato de haver um “[...] confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: **a luta de classes.**” (VOLOSHINOV, 1979, p.32, grifo nosso), o que determina que cada signo seja atravessado por “índices sociais de valor” impressos pelas classes sociais, índices esses contraditórios. O terceiro fator do caráter refrativo dos signos seria a sua

⁷ Certamente, não defendemos aqui que os signos são, para Voloshinov, fator necessariamente determinante da deformação das representações ideológicas, já que estas podem ser também verdadeiras, justas e adequadas.

própria historicidade. Zandwais (2005) afirma que os signos, que representam a realidade, adquirem **historicamente** valores simbólicos múltiplos – adquirem, em contextos distintos, valores simbólicos/sentidos diversos – o que os torna polissêmicos e incompletos. Conforme Miotello (2005, p.172), a posição de Voloshinov (e do Círculo de Bakhtin) é que: “Vozes diversas ecoam nos signos e neles coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios.”

Em face dessas considerações, entendemos que, no pensamento de Voloshinov, o principal determinante do caráter deformador e ilusório das representações ideológicas é mesmo a natureza refrativa dos signos. E é porque os signos refletem e refratam o real que as representações do real não são cópias, imitações perfeitas, mas distorcidas ou até mesmo deformadas. Certamente, o fator classe social está fortemente implicado nessa deformação, mas ele está mais ligado ao **grau de refração do signo**. Retomaremos esse ponto adiante.

Comentamos anteriormente que se podem identificar nas formulações de Voloshinov acerca da ideologia algumas teses de Marx, corroboradas pela tradição marxista, como o fato de ela ser dividida em esferas e de apresentar interesses ou perspectivas de classe. Comentamos também que Voloshinov, avançando na reflexão sobre o problema, apresenta outras duas teses originais: a natureza semiológica da ideologia e o caráter refrativo dos signos ideológicos (dentre os quais, os verbais). Defendemos que, para Voloshinov, as ideologias podem ter caráter falseado, ilusório, deformado, devido a essas características, ainda que elas possam também ter caráter de verdade e adequação.

Mas existe no pensamento de Marx um outro fator que determina o caráter falseado da ideologia (esse fator parece não estar presente no pensamento de Voloshinov, nem no de seus contemporâneos russos) – o próprio modo de funcionamento do real, a sua opacidade. A ausência dessa concepção do real em Voloshinov é o que, a nosso ver, implica a proposição de uma definição de ideologia que não a opõe à verdade. Vejamos.

Marx (1985a, 1985b), em *O Capital*, a partir da análise do fetichismo da mercadoria, lança a tese de que a realidade material, nas sociedades capitalistas, não é transparente aos sujeitos ou à consciência, pois ela se apresenta sempre através de formas manifestas, aparentes, que tornam invisíveis as formas essenciais (a realidade se apresenta sempre se automistificando). Há aqui uma concepção do funcionamento do real próxima à da física – o movimento dos astros apresenta-se aos sujeitos sob uma forma aparente em que a Terra está parada e o Sol gira em torno dela; é somente essa realidade que os sujeitos percebem através da visão, que lhes mostra que o Sol nasce no leste e se põe no oeste. Mas a ciência física deve ser capaz de mostrar o movimento real invisível por trás do

movimento aparente – a Terra é que gira em torno do Sol e, ainda, de si mesma – e de explicar os motivos da ilusão ótica.

Sendo assim, em *O Capital*, Marx passa a postular que o próprio modo de funcionamento do real é que é responsável pela distorção das representações acerca dele, e não mais a consciência dos sujeitos, como proposto nas obras anteriores. Para Rouanet (1985), Marx, em suas primeiras obras, não problematizara o real: a desmistificação das representações ideológicas seria possível através da observação da realidade que não seria afetada pelo problema da opacidade; já em suas últimas obras, o real não poderia ser fator de desmistificação, pois ele mesmo se apresenta mistificado, não sendo transparente. Assim, a análise da realidade material não seria suficiente para desfazer, dissolver a ilusão, pois ela “deixou de ser **crítica**, e passou a ser **mistificada**” (ROUANET, 1985, p.102, grifo do autor).

Agora, para Marx, as ideologias não são mais um simples epifenômeno da realidade material, mas sim “uma forma de expressão imediata do movimento aparente” do real (ROUANET, 1985, p.105). As ideologias ficam justamente no nível do movimento aparente do real, nunca chegam ao seu movimento essencial, que é prerrogativa da ciência. A consciência espontânea dos agentes (na qual se produzem as representações ideológicas) seria uma falsa consciência, pois toma o movimento aparente perceptível aos sentidos, imediatos, visíveis, como se fossem o movimento real, vendo nas formas manifestas as formas essenciais. Somente a ciência da história poderia dar uma explicação do verdadeiro funcionamento da realidade material, e das causas da ilusão. A ciência faria uma análise dessa realidade, mas uma análise que, ultrapassando as evidências primeiras, as formas aparentes, chegaria às formas essenciais.

No pensamento de Voloshinov, como dissemos, não parece fazer-se presente essa última tese de Marx acerca das causas da ideologia como falseamento, ilusão – a do real opaco, mistificado em seu próprio funcionamento. Por outro lado, a própria tese da necessidade do caráter falseado das ideologias que é regra em Marx, ou seja, está presente ao longo de todas as suas obras, não é seguida radicalmente por Voloshinov. Para Marx, as ideologias são sempre falseamentos, erros, e nunca verdade – o verdadeiro conhecimento do real só se dá a partir da ciência, que se distingue qualitativamente das ideologias. Já para Voloshinov, contrariamente, as ideologias podem ser tanto verdade quanto ilusão.

Certamente, Voloshinov não concebe o real como transparente. No entanto, para ele, a opacidade não é derivada do próprio modo de funcionamento do real, mas é devida a um elemento que a causa, nesse caso, o signo. Zandwais (2005, p.91), afirma que, para Voloshinov, “[...] a ordem do real não é transparente, não é evidente e, tampouco, passível de ser apreendida em sua totalidade.” visto que os signos que a representam adquirem historicamente valores simbólicos múltiplos, o que os torna polissêmicos.

Voloshinov (1979, p.33) assim aborda a propriedade do signo de conter valores e sentidos múltiplos: “Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras.” Para o autor, essa propriedade caracteriza a existência de uma “dialética interna do signo”; esta última liga-se ao processo histórico de evolução do signo, isto é, à historicidade do signo. No entanto, tal dialética não seria evidente para os sujeitos, uma vez que a ideologia dominante “[...] tenta, por assim dizer, estabilizar **o estágio anterior** da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade **de ontem** como sendo válida **hoje em dia.**” (VOLOSHINOV, 1979, p.33, grifo nosso).

Ou seja, a opacidade do real se deve à refração dos signos e aos valores simbólicos que eles adquirem historicamente; é uma opacidade determinada pela linguagem. Mas, em última instância, a opacidade do real deriva da existência das classes, já que no signo se trava a luta de classes. Em suma: a questão do real como mistificado em si mesmo está ausente da problemática de Voloshinov.

Tudo isso leva-nos a examinar como Voloshinov concebe a possibilidade de as ideologias darem representações verdadeiras do real. Se as representações ideológicas podem ser falsas ou verdadeiras, como distingui-las? A questão da produção da verdade passaria pelo problema essencial da refração do ser pelo signo, que já comentamos anteriormente: o signo pode apreender de um ponto de vista específico e parcial a realidade, e distorcê-la ou ser-lhe fiel. Na medida em que pouco distorce a realidade, sendo-lhe mais fiel, o signo é adequado à realidade e não produz ilusão. Se há maior grau de refração, há menos verdade; se há menor grau de refração, há mais conformidade com o real e mais verdade. A tese de Voloshinov, apresentada por Faraco (2006, p.69), de que “[...] na linguagem de cada classe há sempre um grau particular de correspondência entre o verbal e a realidade objetiva, cabendo ao proletariado o ponto de vista que mais intimamente se aproxima da ‘lógica objetiva da realidade’.”, leva-nos a destacar duas posições de Voloshinov sobre o problema da produção de representações verdadeiras do real.

A primeira delas é que a classe proletária, revolucionária, teria uma “capacidade cognoscitiva”, por assim dizer, superior a da classe dominante, uma vez que o grau de refração dos seus signos ideológicos é menor. As ideologias que representassem o ponto de vista dessa classe estariam mais próximas da realidade, sendo, portanto, verdadeiras. A segunda é que a realidade, em Voloshinov, é **crítica**, conforme o sentido dado a esse termo por Rouanet (1985) – ela é critério de verificação. Quanto a esse ponto, Voloshinov parece estar mais próximo das primeiras formulações de Marx acerca do real, em que é ele fator de verificação, tem aspecto crítico, ao invés de ser ele mesmo uma das causas da ilusão. O real,

para o autor russo, em si mesmo não seria opaco; sua opacidade derivaria da mediação dos signos (que refletem/refratam o real).

Com base nessas considerações, entende-se porque, para Voloshinov, não faz sentido postular uma distinção entre ciência e ideologia: as ideologias podem ser verdadeiras ou falseadas. Entende-se também por que a ciência é concebida por Voloshinov como uma das esferas da criatividade ideológica. Conforme essa posição, poderia haver uma ciência verdadeira (a ciência proletária) e uma ciência falsa (a ciência burguesa), uma moral verdadeira e uma moral falsa e assim sucessivamente.

Sendo assim, não se aplica a Voloshinov a tese da oposição entre ciência e ideologia, radical em Marx, para quem: “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]” (MARX, 1985b, p.271). Como se vê, o autor alemão fundamenta a necessidade da ciência na tese da opacidade do real: pelo fato de o real se mostrar em sua forma aparente e as representações ideológicas representarem justamente esse movimento aparente, surge a necessidade da ciência, como o campo que pode chegar ao movimento essencial do real e aos motivos da ilusão. A percepção imediata e espontânea só capta a aparência do funcionamento do real.

Voloshinov não supõe uma oposição nem mesmo uma distinção entre ciência e ideologia. A ciência é, para Voloshinov, uma esfera da criação ideológica e, portanto, as duas não possuiriam uma diferença qualitativa. As formulações de Voloshinov não permitem, portanto, pensar a distinção entre ciência e ideologia, e nem a necessidade da ciência – se a ideologia pode dar uma representação verdadeira, adequada do real, em que ela se distingue da ciência, qual a necessidade desta última?

A partir dessas considerações, poderíamos discutir algumas críticas de Faraco (2006) a Voloshinov. A primeira crítica seria que Voloshinov não explicaria a causa dos graus de refração do ser pelo signo, ou ainda não esclareceria “como estabelecer estes graus de refração” (FARACO, 2006, p.69). Poderíamos objetar que a causa é, sim, apontada pelo autor russo e seria **o interesse de classe**: enquanto a classe dominante precisa, para assegurar sua situação de classe dominante, manter a estrutura social e os sentidos estabilizados, a classe dominada tem interesse em criticar e discutir o que se apresenta como natural e óbvio no contexto daquela ideologia, a fim de mudar suas condições de vida, e faz essa crítica e esse questionamento com base em sua práxis.

A segunda crítica de Faraco (2006, p.69) assim se coloca:

Fica irresolvida, em seus textos [de Voloshinov], a conjunção da teoria da refração (todo e qualquer signo refrata necessariamente o mundo) – que implica a existência simultânea de ‘várias verdades sociais’ – e

uma teoria da divisão da sociedade em classes – que explicitamente atribui a verdade a uma das classes (o proletariado).

Aqui teríamos de discordar da leitura de Faraco de que a natureza refrativa do signo teria como consequência a “existência simultânea de várias verdades sociais”. A nosso ver, com base em tudo que expusemos, a posição de Voloshinov é que uma sociedade se marca pela simultaneidade de **verdades** e de **ilusões, distorções, falseamentos** que estão em conflito. Seguimos Ponzio (2008, p.116), quando este afirma que, para Voloshinov, “[...] existem ideologias científicas e formas de falsa consciência; existem deformações (mais ou menos deliberadas) de classes da realidade.” Além disso, os diferentes pontos de vista não estariam num mesmo plano, mas admitiriam valores diferentes – verdade ou ilusão, deformação etc. – os quais seriam passíveis de comprovação ou de crítica, o que permitiria o desenvolvimento do conhecimento humano.

A última crítica de Faraco a Voloshinov aponta que o autor não explicaria se numa sociedade sem classes deixaria de haver a refração dos signos: “[...] fica bastante clara sua dificuldade em juntar as duas teorias, em harmonizar a (eterna) refração com a redenção da sociedade sem classes.” (FARACO, 2006, p.69). A nosso ver, se levamos em conta que um dos fatores da refração do signo, além da existência das classes, é a sua **historicidade**, como comentamos acima, Voloshinov dá, sim, uma resposta à questão – numa sociedade sem classes, a refração continuaria a existir, porque o signo sempre será histórico, contendo índices de valor que ele adquiriu ao longo de sua existência, e sendo objeto de luta entre sentidos atuais e sentidos passados, que lhe dariam seu caráter refrativo.

Considerações finais

Ao final de nossa reflexão, esperamos ter evidenciado que o conceito de ideologia é constitutivo da filosofia da linguagem de Voloshinov. Ele está articulado a todos os problemas particulares dessa filosofia, tais como: a comunicação social, a interação verbal, os gêneros discursivos (do cotidiano e das esferas sistematizadas), os signos ideológicos e sua constituição, as mudanças da língua e da linguagem.

Nossa perspectiva é que essa reflexão possa chamar a atenção para a importância de uma recuperação desse conceito e de sua articulação com outros formulados ao longo da trajetória teórica do Círculo de Bakhtin, quando está em questão a análise de objetos os mais diversos, tais como palavras, enunciados, textos e até imagens. Entendemos que a articulação do conceito de ideologia com o de diálogo, o conceito bakhtiniano mais mobilizado na atualidade, pode engendrar resultados valiosos sobre a função e o funcionamento do discurso

em nossa sociedade. O dialogismo não é marca apenas das relações entre palavras, enunciados, textos, imagens, mas também das relações entre as ideologias, as vozes sociais, que atravessam constitutivamente esses objetos linguístico-verbais.

Os estudos do discurso de orientação bakhtiniana só têm a ganhar se não perderem de vista essa relação íntima entre dialogismo e ideologia. O tratamento das relações dialógicas em si mesmas, no qual elas não sejam articuladas a outros conceitos do grupo bakhtiniano, no qual a perspectiva sociológica que rege essas relações fique apagada, pode conduzir a uma redução do diálogo a uma simples intertextualidade ou intericonicidade.

NARZETTI, C. V. Volochinov's philosophy of language and the concept of ideology. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.367-388, 2013.

- **ABSTRACT:** *This work deals with the conception of ideology that crosses and constitutes V. Volochinov's philosophy of language. This author was one of the members of Bakhtin Circle. This study aims to shed new light on some complex, delicate points of the global conception of ideology supported by Volochinov, about which the scholars of the Russian group have not yet reached a definition or a consensus. The exposition is organized around three points: 1) ideology as a structural element of society; 2) ideology as a field of signs; 3) ideology as representation of reality. The discussion focuses on the formulations in which Voloshinov advances based on what their theoretical sources already had proposed, especially with regard to the articulation of ideology with language. It is hoped that this work can call attention to the importance not only of the resumption of the concept, but also of its relationship with other concepts of the Bakhtin Circle, such as dialogue. This articulation could lead to an increasing enrichment of the researches on discourse analysis that follow Bakhtin's tradition.*
- **KEYWORDS:** *Ideology. Volochinov. Philosophy of language. Bakhtin Circle.*

REFERÊNCIAS

BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Tradução de Edgar Carone. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

CANGUILHEM, G. O objeto da história das ciências. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.28, p.7-21, jan./mar.1972.

CLARK, K.; HOLOQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. 2.ed. Curitiba: Criar, 2006.

GRILLO, S. V. de C. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de Bakhtin: implicações para a divulgação científica. *Alfa*, São Paulo, v.52, n.1, p.57-79, 2008. Disponível em: <www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v52-1/04-Grillo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. v.1. t. I.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. v.3. t. II.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1976. v.1.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.167-176.

PLEKHANOV, G. *Os princípios fundamentais do marxismo*. Tradução de Sônia Rangel. São Paulo: HUCITEC, 1978.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana*. Tradução de Valdemir Miotello et al. São Paulo: Contexto, 2008.

ROUANET, S. P. *A razão cativa: as ilusões da consciência: de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TCHOUGOUNNIKOV, S. O círculo de Bakhtin e o marxismo soviético: uma "aliança ambivalente". *Conexão Letras*, Porto Alegre, v.3, p.1-15, 2007. Disponível em: <<http://www.msmidia.com/conexao/3/cap3.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

TIHANOV, G. *The master and the slave: Lukács, Bakhtin, and the ideas of their time*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VIANNA, R. Marxismo e filosofia da linguagem à luz d'A ideologia alemã. *Bakhtiniana*, São Paulo, v.1, n.3, p.29-41, 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3368/2238>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

VOLOSHINOV, V. N. Che cos'è il linguaggio? In: VOLOŠINOV, V. N. *Il linguaggio come pratica sociale*. Traduzione di Rita Bruzzese e Nicoletta Marcialis. Bari: Dedalo, 1980. p.61-94.

VOLOSHINOV, V. [BAKHTIN, M.]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: HUCITEC, 1979.

ZANDWAIS, A. Relações entre a filosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. In: _____. (Org.) *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p.83-100.

Recebido em outubro de 2011

Aprovado em dezembro de 2012

MICHEL PÊCHEUX: ENTRE O ÓBVIO E O NOME COMPLEXO

João Carlos CATTELAN*

- RESUMO: Este estudo tem o objetivo de tecer um conjunto de considerações acerca de partes iniciais da obra *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio, do autor Michel Pêcheux, considerado o fundador da Análise de Discurso de linha francesa. Dentre todas as questões que são tematizadas sobre Pêcheux por aqueles que o estudam e o tomam como fundamento teórico, as duas de que trato¹ neste trabalho parecem não ter sido fonte de reflexão ou de maior problematização. Elas se referem ao lugar (não lugar ou fora de lugar) da Semântica, que afirmaria o óbvio, e à escolha das orações adjetivas como problema “linguístico” para a constituição/demonstração da Teoria do Discurso. Busco refletir sobre como estas duas questões entram nas reflexões de Pêcheux e tento, com isso, contribuir de alguma forma com o leitor que pode ter algum auxílio para a leitura da obra citada.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Michel Pêcheux. Semântica. Orações adjetivas.

Introdução

Há algum tempo², venho realizando estudos sobre o autor francês Michel Pêcheux, a quem, geralmente, se atribui a paternidade da Análise de Discurso de linha francesa. Por me parecer que as reflexões e tomadas de posição do autor continuam surpreendentemente atuais e se constituem num conjunto de orientações bastante fecundas para quem se interessa pela linguagem em uso, por me parecer que algumas questões trabalhadas pelo pensador francês continuam injustamente esquecidas e por ser professor da disciplina mencionada em programa de pós-graduação é que me propus a escrever este trabalho, em virtude da utilidade imediata e pragmática que ele promete trazer: para mim, que ganho

* UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel - PR - Brasil. 85.803-770 – jcc.cattelan@gmail.com

¹ Devo fazer, já de início, um alerta e um pedido de compreensão ao meu interlocutor: por alguma questão ainda não muito clara, prefiro escrever usando a primeira pessoa, por me parecer que o diálogo fica mais franco e mais honesto e, também, por entender que o uso dessa pronominalização não compromete, de per si, a reflexão que se desenvolve. Se houver algum problema neste sentido, ele se deve ao movimento de leitura e não ao uso de um determinado tipo de tratamento pronominal. No fundo, talvez, o uso de uma forma de tratamento ou outra gere tão somente efeitos de sentido e não de sentido propriamente.

² O segundo alerta se refere ao fato de eu não ter a pretensão (ou a arrogância) de ser irônico em qualquer parte do texto que segue. Alguém, ao ler este texto, me disse que eu era jocoso na forma de escrever. Talvez, o estilo sugira algo neste sentido, mas, de forma alguma, pretendo ser debochado com os temas tratados.

com a sistematização de algumas questões; para outros, que podem utilizá-lo para compreender um pouco melhor as reflexões de fundo de Pêcheux; e para todos aqueles que podem ver alguma utilidade em se debruçar sobre este estudo e me fazer companhia. Parece-me, pois, à primeira vista, que os benefícios da escritura deste texto se referem, crucialmente, ao fato de oportunizar que se tenha em mãos um texto relativamente sistematizado sobre um ou dois dos pressupostos epistemológicos e filosóficos gerais da Análise de Discurso Francesa (ADF).

Devo reconhecer que tratar de Pêcheux não é uma tarefa fácil. Como fazer jus a um pensador do quilate daquele de que trato neste estudo? De onde devo observá-lo? Que faceta sua é a mais importante para ser abordada? Como seus conceitos teóricos se encaixam um no outro e se coadunam com os seus pressupostos teóricos? Enfim: que temática mais interessa ser discutida, porque pode ter alguma utilidade pragmática para quem vier a se deparar com este texto? É o Pêcheux filósofo, “historiador”, “linguista”, político ou atrelado à linguagem da computação que deve ser contemplado? Por outro lado, talvez a pergunta deva ser (e foi) o que pode ser dito sobre ele que ainda não foi.

E não há outro jeito de resolver o dilema a não ser fazendo uma escolha, dedicando-se a ela e tentando contemplá-la da melhor forma possível, mesmo que de forma incompleta e lacunar, pois outros olhares darão outros contornos de limite ao objeto contemplado. Outros estudiosos terão o que dizer sobre o tema que selecionei para a reflexão, principalmente pelo fato de que ele toca na linguística, na filosofia, no materialismo e na teoria das ideologias, e outros docentes (mas não só), nadando no mar que conhecem bem, podem ter muito a dizer e a corrigir. Corro o risco: a vida é um risco; mas confesso, desde já, que estou frente a um desafio: ou fujo ou me aventuro. Prefiro a aventura e o desafio.

Três razões me levaram a efetuar a escolha que fiz. A primeira se refere ao fato de que desconheço (o que não significa que não exista) algum estudo feito sobre o autor no que toca a esta parte específica da sua obra. Há temas e conceitos discutidos em profusão e outros que parecem abandonados. Aqueles aos quais me dedico aqui pertencem ao segundo grupo. A segunda razão, que decorre da primeira, diz respeito ao fato de que, se a primeira procede, o leitor deste texto ganha alguma coisa com a sua leitura e eu contribuo, de algum modo, com ele. A terceira, ligada às outras duas, é relativa ao fato de que, se alcanço o objetivo a que me proponho, tenho um ganho pessoal de conhecimento e de sistematização e, com isso, ganham comigo aqueles que adentrarem pelos meandros deste texto, que confesso: tem tom ensaístico. Parece, pois, que todos ganham: tomara. Espero que o ditado popular que afirma que **o inferno está cheio de boas intenções** não se aplique aqui.

É hora de dizer de que trata este estudo: ele toma como fulcro de reflexão o **título**, a **introdução** e a primeira seção da **parte 1** do livro *Semântica e Discurso*:

uma crítica à afirmação do óbvio (1995). O título sugere questões: qual é a relação entre Semântica e Discurso? De que semântica se trata? Quem afirma o óbvio? Por que é óbvio o óbvio que é afirmado? A introdução, por outro lado, é tão simples assim? Já não estão nela os fios gerais da crítica às semânticas feitas à moda de La Palice e Muncchausen? A primeira seção da parte 1, por fim, resenha os estudos acerca das orações adjetivas: por que escolher um problema “linguístico” para uma teoria do discurso? Se a reflexão efetuada vale para as adjetivas, vale só para elas? Não se indicia, aí, o sintoma de algo maior? Assim, qual é a relação entre a teoria do discurso e a teoria do conhecimento? Como se resolve a questão do conhecimento? Em que ela conflita com a Teoria do Discurso? Em que se aproxima da Semântica?

É no fogo entrecruzado deste conjunto de questões (não respondendo a todas elas) que busco transitar, por meio da construção de um estudo dividido em duas seções: uma versando sobre a semântica e outra sobre as orações adjetivas, fazendo aqui e ali algumas incursões, de forma crítica, sobre o idealismo como teoria do conhecimento. Tento verificar quais são as posições de Pêcheux sobre estas temáticas e como ele se distancia da forma de compreensão acordada, para atender ao objetivo de constituição de uma teoria do discurso que considere o “sujeito” como ser histórico e as “verdades” como já ditas antes. Espero contribuir para que a leitura destas partes da obra se torne um pouco menos dolorida do que foi para mim.

Devo fazer um alerta antes de passar à discussão dos temas que escolhi (repito o que já fiz antes em nota de rodapé). Estou me dando o direito de escrever usando a primeira pessoa (o que, às vezes, é visto como uma aberração científica), recursos lexicais desaconselháveis para um texto acadêmico (expressões avaliativas) e um estilo/registo/variedade de linguagem que se aproxima da pessoalidade, da informalidade e do coloquialismo (às vezes), dentre outros recursos estilísticos que podem ser um pouco extraordinários. Penso que a primeira forma de resposta à crítica é que a escolha me permite (se consigo o efeito) criar uma relação mais simpática com o interlocutor e a segunda se refere ao fato de que a discussão efetuada num texto acadêmico não se garante pelo estilo de linguagem, mas pela razoabilidade e plausibilidade das reflexões (o que espero atender).

Pêcheux, a semântica e o óbvio

Até onde consigo perceber, Pêcheux está às voltas com duas semânticas: a primeira, de caráter estruturalista, é realizada pela mirada imposta por Saussure aos estudos da linguagem e foi denominada de Semântica Componential. Atendendo aos ditames do Empirismo Lógico ou do Realismo Concreto (os rótulos são do próprio Pêcheux (1995)), ela traz para o primeiro plano da atividade heurística a

observação físico-fisiológica dos fenômenos e o faz por meio da separação entre o que pertence e o que não pertence, apoiando-se na formulação célebre do pensador genebrino de que, na língua, nada existe que não seja oposição, o que, se vale para a Fonologia, para a Morfologia e para a Sintaxe, deveria valer também para a semântica. É a esta forma de submissão dos estudos dos diferentes níveis da língua a um determinado modelo metodológico que leva vários autores a falar em fonologização da semântica ou de semântica fonológica. Discuto melhor e exemplifico este esboço geral à frente.

A segunda semântica a que Pêcheux se refere provém de Frege, ampara-se na lógica e tem sido denominada de Semântica Formal. Mais condescendente com esta forma de estudo dos processos semânticos do que com a anterior, Pêcheux retém a posição antissubjetivista de Frege, assim como o seu materialismo, embora o qualifique como limitado e diga que há um ponto cego incontornável nos estudos do autor. Outro ponto de confluência com Frege se refere ao fato de, assim como ele, Pêcheux recorrer à lógica (computacional, no seu caso) para estabelecer o regramento dos processos discursivos observados. De toda sorte, embora comungue com Frege alguns postulados, Pêcheux o tem como idealista e, por meio de uma relação polêmica, recusa-o por ser um empecilho para o desenvolvimento da teoria materialista do discurso.

Teço algumas considerações, a partir de agora, de forma um pouco mais demorada, sobre a Semântica Componential, afirmando que penso que seja a ela que Pêcheux se refere, ao afirmar que “[...] os semanticistas se utilizam de bom grado, como veremos, de classificações dicotômicas, do tipo abstrato/concreto, animado/não animado, humano/não humano.” (PÊCHEUX, 1995, p.30) ou “[...] a **Semântica** [...] se apresenta, como acabamos de ver, como uma ‘parte da Linguística’ – ao mesmo título que a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe.” (PÊCHEUX, 1995, p.20, grifo nosso). Por um lado, se a Semântica é tida como parte da Linguística, entendida como o estudo da língua enquanto sistema, ela não pode ser levada a efeito, a não ser por meio da abstração da situação comunicativa e do contexto *lato sensu* e por meio da tomada de posição de que os signos se relacionam entre si a partir de oposições que os põem em confronto, constituindo um sistema. Assim como o estudo dos demais níveis linguísticos seria feito pela descoberta dos semas opositivos que se arranjariam de forma binária, também os signos seriam entrelaçados pela oposição de traços sêmicos que os diferenciariam e fariam cada um pertencer a uma casa do tabuleiro. Por outro lado, a própria menção a “classificações dicotômicas”, assim como os exemplos dados de pares antagônicos, obrigam a concluir que é a Semântica Componential que Pêcheux tem em mira: assumo o foco.

Para entender como a Semântica Componential foi realizada, inicio expondo como os estudos de Fonologia eram (são) realizados a partir da ótica sistêmica,

intrínseca e imanente: e dicotômica. Seja o caso de um conjunto de fonemas que afetam o sentido (e, portanto, sejam fonemas), como se observa em [p]ato, [b]ato, [ch]ato, [j]ato (estou optando por não efetuar a transcrição fonética, com a observação de que, em [ch]ato, há apenas um fonema inicial: [x]). Alguém, posto na contingência de explicar por que os quatro signos se distinguem entre si em termos de sentido, talvez, tivesse que se valer de conhecimentos de Fonologia para fazê-lo e, então, deveria chegar à conclusão de que a alteração de sentido é provocada pelos fonemas iniciais, o que não explicaria quase nada: de todo modo, resta esclarecer o que diferencia os quatro fonemas, já que cada um deles provoca uma diferenciação semântica.

Posto o problema, deve-se esclarecê-lo. O analista poderia perceber, inicialmente, que os fonemas iniciais de [p]ato e [b]ato (oclusivos) diferem de [ch]ato e [j]ato (fricativos) por causa do modo de articulação, mas os signos constituintes dos pares separados continuariam indiscerníveis e o analista teria problemas a resolver. Ele poderia sacar, depois, que os dois fonemas do primeiro par são bilabiais e os do segundo são palatais, diferindo quanto ao ponto de articulação: o que ainda não poria fim ao dilema. Mas ele poderia, por fim, perceber que, enquanto [p] e [x] são surdos, [b] e [j] são sonoros, dada a vibração ou não das membranas vocais. Em teoria, o mistério estaria desvendado e o analista poderia, com conforto didático e explicativo, dar um arranjo elegante para os resultados, da forma apresentada abaixo:

Tabela 01 – Ilustração Fonética

	[p]	[b]	[x]	[j]
Oclusivo	+	+	-	-
Fricativo	-	-	+	+
Bilabial	+	+	-	-
Palatal	-	-	+	+
Surdo	+	-	+	-
Sonoro	-	+	-	+

Fonte: Elaboração própria.

A tabela é a visualização do exposto no parágrafo anterior: apesar de [p] ser oclusivo e bilabial como [b], ele não é sonoro como o último; apesar de [x] ser fricativo e palatal como [j], ele não é sonoro como este; a distinção entre os quatro fonemas-problema estaria resolvida pelo encontro de um conjunto de traços distintivos, ficando explicada a propriedade que eles possuem de afetar

o sentido e fazendo justiça aos axiomas da Linguística de que a língua é um sistema, de que as questões se solucionam na imanência da estrutura e de que a língua está baseada num feixe complexo de oposições. Penso que se esclarece, então, a metáfora do tabuleiro de xadrez de Saussure, pois, assim como um rei não é um peão, um cavalo ou uma torre, um [p] não é um [b], um [x] ou um [j]; e, assim como um rei é um rei, porque não é um peão ou uma torre, um [p] é um [p], porque não é um [b], um [x] ou um [j].

Esta forma de metodologia se pauta, portanto, na busca das propriedades essenciais e mínimas que algo deve ter para ser o que é, sendo a ausência ou a alteração de uma razão para que a entidade se transmute em algo diferente e migre para outra esfera de pertença. Não são levados em conta, neste caso, os traços considerados não pertinentes ou não distintivos: um [p] pode ser pronunciado com maior ou menor explosão de ar; um [x] pode ter uma maior ou menor duração; um [j] pode ter uma abertura maior ou menor de boca; um [b] pode ter uma maior ou menor compressão labial; mas nada disso importa ou se torna relevante, pois estes traços individuais ou periféricos não chegam a constituir um novo fonema ou fazê-lo migrar para outras paragens. Ligeiramente esboçada, é esta a postura da Linguística no que diz respeito aos estudos de Fonologia. Se um novo fonema vier a aparecer, como em [r]ato, por exemplo, basta ampliar o leque de traços à esquerda, destinando a ele uma nova coluna à direita, e assim sucessivamente até o infinito.

No que toca aos estudos linguísticos preocupados com a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe, a metodologia componencial produziu resultados bastante proveitosos e conseguiu elucidar princípios linguísticos relevantes: vejam-se, neste caso, os estudos feitos de línguas indígenas, por exemplo. Acontece que a Linguística se viu constantemente impelida para fora dos seus domínios, porque, sobre o sentido, inquietações e preocupações nunca deixaram de existir. Isto significa dizer que, devendo dar alguma satisfação sobre os processos semânticos e tendo que fazê-lo por referência ao seu modo de atuação, a Linguística se obrigou a tratar do léxico como tratava dos fonemas, o que gerou a crítica de Pêcheux, por exemplo, que afirma que, nos estudos do sentido, a Linguística não afirma mais que obviedades. Que o resultado baseado na estrutura de componentes seja óbvio para outros níveis que não o semântico, é algo controverso, haja vista a relevância dos resultados obtidos. No tocante ao sentido, dada a tentativa de redobro ou de superposição da metodologia usada para a Fonologia à Semântica, a obviedade é quase ululante: tautológica.

Valendo-se dessa metodologia, a Linguística agregou o estudo do sentido ao seu modo de atuação e buscou impor sobre ele a mesma atividade que realizava com a Fonologia, o que leva autores a falar em fonologização da semântica ou de semântica fonológica. Dito de outro modo, o sentido também seria definido

por meio de um conjunto de traços, dentre os quais haveria algum que faria com que dois termos fossem distinguidos. Dito de outro modo ainda: dois termos seriam semanticamente distintos por haver na sua estrutura semântica (sêmica) componentes que os diferenciariam: eis a Semântica Componential e a tentativa de explicar o sentido assim como se explica a estrutura fonológica de uma língua.

Tento aplicar a reflexão da Semântica Componential a um caso, para demonstrar como se estudaria o sentido nesta metodologia. Sejam os termos [homem], [mulher], [menino] e [menina]. Parece bastante óbvio que o traço de humanidade seja escolhido, mas ele serviria apenas para distinguir estes termos de [tigre], [leão], [elefante], dentre outros, mas não para distingui-los entre si. Neste caso, todos receberiam um sinal positivo. Se acresço o traço de gênero (entendendo o masculino como positivo), consigo estabelecer dois pares, separando [homem] e [menino] de [mulher] e [menina], mas os elementos destes pares continuam indiscerníveis, pois [homem] e [menino] são humanos e masculinos, assim como [mulher] e [menina] são humanos e femininos. Se acrescento faixa etária (entendendo o adulto como positivo) aos dois traços anteriores, aparentemente, consigo isolar os quatro termos entre si e tenho um resultado que pode ser visualizado como segue:

Tabela 02 – Ilustração de Campo Semântico

	[homem]	[mulher]	[menino]	[menina]
Humano	+	+	+	+
Adulto	+	+	-	-
Masculino	+	-	+	-

Fonte: Elaboração própria.

Aparentemente, o problema estaria resolvido, pois cheguei aos elementos mínimos e pertinentes para saber o que é um homem, uma mulher, um menino e uma menina: uma mulher não é um homem, porque não é masculina; um menino não é um homem, porque não é adulto; uma menina não é um homem, porque não é nem adulta e nem masculina. E um homem não é nenhum dos outros três, porque não é feminino e nem é infantil, embora comungue com eles a humanidade. Ou seja, por oposição de traços sêmicos pertinentes teria sido possível resolver o dilema da distinção entre os termos do grupo. Tudo se passaria como se o semanticista devesse estabelecer uma classificação catalográfica do mundo e a linguagem fosse um conjunto de rótulos sobrepostos a entidades homogêneas. A relação biunívoca entre significante e significado de Saussure empresta toda a sua força a esta forma de atividade.

Caso alguém afirmasse que o mundo não se reduz a seres humanos, mas há também tigre, cavalo, ovelha, gafanhoto, papagaio e outros, como antes, bastaria ir acrescentando traços sêmicos à esquerda e colunas à direita; seria possível crescer **felino, equino, ovino, inseto, ave** e outros que fossem necessários para diferenciar estes novos seres. A metodologia é recursiva e teimosamente recorrente. Se o leitor me acompanha, penso que já tenha ficado evidente que a metodologia permitira acrescentar novos itens à esquerda, interminavelmente, assim como novos elementos à direita infinitamente. E tudo correria muito bem, se o mundo fosse povoado apenas por seres empíricos e não ideologizados e se não houvesse entidades cuja existência se calca na eficácia material do imaginário e em práticas sociais e culturais. Fosse a linguagem um conjunto de etiquetas que se sobrepõe ao mundo e fosse o mundo um conjunto de coisas a serem nomeadas, a Semântica Componential catalogaria o universo e constituiria um mapa que, em vez de representação, decalcaria ou redobriria o conhecido.

Mas, como afirma Pêcheux, a máquina de classificar, de repente, emperra. Primeiro pela pretensão grandiosa do projeto sêmico-componential: basta imaginar a extensão vertical e horizontal que a tabelinha minúscula acima teria que alcançar para abarcar o universo, partindo do princípio de que, a cada nova entidade, novos quadriculados teriam que ser acrescentados ao tabuleiro sistêmico do xadrez. Mas este, de qualquer modo, já era um problema resolvido pelos semanticistas com a noção de **campos semânticos**. Ao invés de pretender alongar indefinidamente a tabela atingindo a compreensão do universo, tratou-se de eleger sítios de identidades sêmicas, para lidar, assim, com agrupamentos controlados e controláveis. Tornou-se célebre, neste caso, o exemplo do grupo de termos formado por [cadeira], [sofá], [acento], [poltrona] e outros. E a metodologia foi bastante produtiva para estudar sistemas de parentesco. Enfim, o problema da extensão parecia estar sanado. Mas...

A máquina de classificar também emperra por outra razão: se, aparentemente, estão bem resolvidas as entidades empíricas, aquelas que se referem ao mundo cultural e ideológico ficam desalojadas: como se explicariam entidades como povo, massas, poder, Deus, alma, proletariado e religião dentre outros, cuja evidência existencial e cuja concretude verificável não são atestadas por qualquer grau de certeza? Estas entidades tocam no cerne da Semântica e a ferem em sua essência, pois fica por ser explicado o que é socialmente relevante. É essa forma de atividade que leva autores a afirmarem que a Semântica realiza um desserviço ao homem, já que, ideologicamente, contorna o ideológico. Aquilo que não possui um caráter mensurável, concreto e físico é varrido para debaixo do tapete e fica por ser explicado por se situar no terreno da “especulação” e da “idiossincrasia”.

Mas este terreno de contradições acaba por revelar que “[...] os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente.” (PÊCHEUX, 1995, p.30) e que os estudos aos

moldes da Semântica Componencial, que pressupõem a estabilidade referencial do mundo, encobrem e escondem o fato de que os termos, muitas vezes, conduzem “[...] a direções diferentes, segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo.” (PÊCHEUX, 1995, p.25), efetuando o acobertamento ideológico por meio do seu desconhecimento. Retorno ao exemplo dado para atentar para uma terceira razão que leva ao emperramento da máquina de classificação: é claro e é óbvio que uma mulher (de carne e osso) é humana, feminina e adulta: é óbvio e, por ser óbvio, não precisaria ser dito. Talvez a Anatomia, a Biologia, a Estatística e a Fisiologia se contentem com isso: mas será que a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise se contentariam? Alguém poderia dizer, com razão, que cabe à mulher educar os filhos, cuidar da higiene e preparar o alimento; ou que, ao ir para a rua, deverá manter o corpo coberto e ser obediente ao marido; ou que deverá queimar sutiãs em praça pública, fazer frente ao homem e ocupar os espaços anteriormente masculinos; ou que, ou que, ou que. Mas a resposta já está pronta: em termos de ciência, a lógica dá o tom e adjunções extralógicas e idiossincráticas (em termos sociais) devem ser deixadas de lado, em benefício do princípio explicativo: mulher é humana, feminina e adulta em qualquer canto do planeta: o resto é ideologia e prática circunstancial: higienização do pensamento e, com isso, a afirmação do óbvio e do primário elementar se impõe: eis o que permite a ironia de Pêcheux ao dizer que, à La Palice, “se alguém não é casado, é porque é solteiro” e “um solteiro é alguém não casado” (PÊCHEUX, 1995, p.30). Que mais a Semântica Componencial poderia dizer? Em nome da assepsia do pensamento, apaga-se o homem, a ideologia, a história, a cultura, a geografia...

Se atingi o objetivo de ser didática e teoricamente claro, a semântica (a componencial, principalmente) sofre duras críticas por parte de Pêcheux, porque ela diria o óbvio e o óbvio não precisaria ser dito e nem se destinar a ele o tempo tomado. Com relação à Semântica Formal (e Frege), Pêcheux nutre uma simpatia maior, em face do antipsicologismo, do antissubjetivismo e do antiantropocentrismo que a caracterizam; também por, em face disso, a lógica simbólica e matemática (e Pêcheux a utiliza) ser uma ferramenta metodológica útil para Pêcheux; e ainda pelo materialismo radical fregeano de que Pêcheux é partidário. Mas, aqui, parecem parar as confluências, pois Frege estaria pautado num materialismo idealista como o da semântica praticada, seria incapaz de levar em consideração a história e a ideologia e os resultados de sua atividade conduziram a obviedades tais quais aquelas provindas dos estudos dos componentes sêmicos. Dito de outro modo: se Frege é materialista, ele o é de um modo específico, ou seja, idealista, por acreditar que o sentido, o conhecimento e a leitura se façam a partir do homem liberado de restrições e que desvenda o mundo; se Frege é lógico, ele o é de um ponto de vista geral, cujas afirmações são válidas para o universo, enquanto Pêcheux pensa a lógica de modo circunstanciado, ligada às práticas discursivas e sociais: uma mulher não é a mesma em todos os lugares, mas também não é qualquer coisa

que beire às raias da subjetividade desenfreada: há uma prática discursiva global, mas localizada, que a concebe; e, por fim, Frege, pelos dois fatos acima, também afirmaria obviedades em face da obrigação de eliminar idiossincrasias locais de compreensão para alcançar princípios de validade geral, global e universal: apagamento da história.

Para dar uma ideia, bastante imprecisa, da prática semântica de Frege, remeto o leitor aos exemplos trabalhados por Pêcheux às páginas 108, 109 e 110 e me valho de um exemplo didático trabalhado em sala de aula pelo professor (caro Professor) Borges, na época em que cursava o mestrado na UFPR. Trata-se da distinção entre o adjetivo anteposto ou posposto ao nome. O exemplo era “Meu filho vai fazer medicina” e “Filho meu vai fazer medicina”. Fica evidente que a posição do adjetivo em relação ao nome altera o sentido do enunciado de um modo particular. Quando anteposto, o quantificador posto em jogo é o de **existência**, pelo fato de que, para que o locutor possa dizer o que diz, deve ter, pelo menos, um filho sobre o qual afirma que fará medicina. Em termos de condições de verdade, noção cara para a Semântica Formal, o mundo deveria exibir a propriedade de confirmar que o produtor do enunciado tem um filho e que ele, dada a sua vontade ou de outro, fará medicina. Estabelecida uma fórmula lógica que, de modo abstrato, possa ser aplicada ao enunciado específico e tendo a mesma sido construída adequadamente, todas as demais ocorrências de adjetivo anteposto ao nome deveriam se adequar a ela. A linguagem seria, assim, um conjunto de leis sistêmicas impostas sobre os usuários: o excedente seriam idiossincrasias, rupturas e inadequações; se o caso não se adequa à lei, pior para o caso (a patologia é o limite). Por outro lado, quando posposto, o adjetivo exige que, na formulação do princípio lógico, seja utilizado o quantificador **universal**, já que, neste caso, a interpretação da proposição exige uma leitura que indica que todos os filhos do produtor do enunciado, sejam eles quantos forem, deverão fazer medicina. Aqui, não se pressupõe a existência de filho, mas se afirma que, se houver algum ou se outro passar à existência, ele fará o curso citado. Supostamente, também no caso do adjetivo posposto é possível montar uma fórmula lógica simbólica e abstrata que apreende um princípio geral de comportamento da língua: pior para um dado qualquer que ele não se adapte ou não atenda ao modelo. A aposta da Semântica Formal será, doravante, que adjetivos antepostos atendem ao princípio genérico e lógico estabelecido, o mesmo valendo para os pospostos, cada qual com uma regra diferente e uma fórmula simbólica distinta.

Apesar da brevidade da explanação, penso que o leitor possa perceber que a atitude de fundo deste modo de estudo, ao invés de se pautar numa fonologização da semântica, ancora-se numa espécie de sintaxização da semântica ou de uma semântica da sintaxe, apagando o usuário da língua e os demais fatores de ordem contextual que condicionam o seu uso: parece que os enunciados acima não deixarão de atender às propriedades lógicas previstas, mas estas não darão

conta dos efeitos de sentido gerados, se forem mentirosos, irônicos, fantasiosos, ficcionais ou de outra natureza: trata-se sempre da língua usada de forma oficial. Ou seja: não se trata nunca do homem usando a língua, mas da língua delimitando o homem. Embora seja possível sentir a sofisticação embutida nesta metodologia de estudo (o que, de certa forma, também existe na Semântica Componential), ela também afirmaria o óbvio por dizer o evidente e também se pautaria na desistorização e dessocialização dos processos semânticos. Trata-se, sempre, da crença ideológica de que a língua é peremptória e se impõe sobre os homens como um sistema de regras.

Embora possa parecer que sou pejorativo com relação às semânticas destacadas, friso que não pretendo criar este efeito. Busco dar a ideia mais aproximada possível de cada uma delas (dentro das minhas limitações), para estabelecer, com um grau relativamente preciso, onde reside a crítica de Pêcheux e a sua formulação, por confronto polêmico, de uma teoria do discurso. Além disso, creio que consigo ter uma apreensão relativamente bem comportada cientificamente de que qualquer forma de estudo se faz de um ponto de vista: acontece que as semânticas discutidas e a teoria do discurso pecheutiana não perseguem os mesmos objetivos. No primeiro caso, apaga-se a história; no segundo, ela é crucial. Tudo o que é considerado adjunção extralógica, psicológica, idiossincrática ou especulativa é, com a teoria do discurso, trazido de volta e considerado como módulo crucial de estabelecimento de limites.

Retomo o caso de mulher mencionado anteriormente. Enquanto fato lexical, talvez, ele nem seja importante para a Semântica Formal, já que não é formalizável, aparentemente, num princípio lógico simbólico. Para a Semântica Componential, ele é relevante, mas, então, o resultado obtido é que ela é humana, feminina e adulta: é óbvio. Mas o que fazer com as afirmações de que: a) cabe à mulher educar os filhos, ela deve cuidar da higiene da casa e deve preparar o alimento para a família; b) ela, ao ir para a rua, deverá manter o corpo coberto, não pode ir à praia de biquíni e deve ser obediente e submissa ao marido; c) deve queimar sutiãs em praça pública, confrontar-se polemicamente com o homem, ocupar os espaços preferencialmente masculinos e ter filhos sem ser casada? Afirmações impertinentes do ponto de vista lógico (as duas semânticas são lógicas), elas são nodulares para o prisma do discurso; eis que se tem, então, o retorno do homem pulsante: e não do homem individual, mas coletivamente delimitado por práticas discursivas como **a**, **b** e **c** evidenciam.

Parece razoável afirmar que, antes de tudo, os enunciados acima não se referem a adjunções extralógicas, psicológicas, emotivas ou individuais: eles são traços pertinentes da definição de mulher. Depois, que estes traços são circunscritos por ilhas sociais que atribuem valor e formas de concepção ao mundo. Depois, ainda, que essa atribuição de valor é vigiada, com o enunciador de **a** não aceitando que,

na sua área de observação, possa ser dito **b** ou **c**. E, por fim, para me valer de Pêcheux, que “[...] a unidade tendencial daquilo que a Linguística atual define como língua constitui a base de processos antagonistas no nível do ‘vocabulário-sintaxe’ e no dos raciocínios.” (PÊCHEUX, 1995, p.26). Ser mulher, como se vê, remete a posicionamentos distintos: um ocidental tradicional, outro islâmico conservador e outro, ainda, feminista. A ontologia de mulher não se refere, portanto, ao atravessamento dos discursos para atingir à verdade essencial empírica ou ideal que diz o que ela é, mas à tomada de posição em relação ao que o discurso diz que as coisas do mundo são.

É, pois, por meio da reflexão sobre o sentido sob o prisma do materialismo histórico, e não idealista ou antropocêntrico, que Pêcheux pretende se colocar e fundar uma teoria do discurso que, mais do que descobrir a verdade, explicita as “verdades” evidentes de cada formação discursiva. Penso que seja possível afirmar que a relação polêmica de Pêcheux com a semântica de seu tempo se deva às razões aventadas anteriormente e, neste sentido, ela é uma disciplina a ser superada, por não haver a possibilidade de ela dar conta do sentido, se tomada como um nível de estudo da Linguística ou como o estudo dos processos lógicos sistêmicos que presidem ao uso da língua. A semântica, por afirmar o óbvio e tangenciar a história, só pode resolver as contradições que repercutem em seu interior saindo de si e percebendo que tem a ver com a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise (mas não só); mas, então, ela não é mais semântica: é discurso, porque a reviravolta a obriga a trazer a vida para a língua e a língua para a vida, descobrindo e revelando por que as verdades de cada grupo são aquelas que são e não outras: no fundo, fazendo perceber quem ganha e quem perde com a manutenção ou com a derrocada de crenças, valores, concepções, princípios e ideologias. É a tal título que Pêcheux parece eleger a semântica como saco de pancada.

Sendo repetitivo: os semanticistas estão no horizonte polêmico de Pêcheux, porque, pelo fato de terem que se subordinar aos ditames da Linguística ou da Lógica (elas são, no fundo, a mesma coisa), eles se obrigam a eliminar o que parece fortuito e aleatório, varrendo para lixeira o que tem cheiro de “[...] **determinações não sistêmicas** que, **à margem do sistema, se opõem a ele e intervêm nele.**” (PÊCHEUX, 1995, p.22, grifo do autor). Entretanto, é exatamente o não sistêmico (do ponto de vista geral) que remete a ilhas circunstanciadas de significação que discursivizam os objetos humanos de determinada maneira, permitindo que alguém perca e que alguém ganhe com a obtenção de hegemonia de **um** sentido. Não se trata, no terreno dos processos semânticos, da descoberta do que as coisas são, mas da revelação do que é dito que são sob um horizonte apreciativo; e nada há, neste caso, de “manipulação de crença, fabulação e engano” (PÊCHEUX, 1995, p.18), de irracional ou ilógico, mas da defesa “interesseira” de uma maneira de compreender o mundo, auferindo benefícios da profusão que as “evidências canônicas” permitem e impõem. Trata-se, pois, de superar a Semântica

e colocar no lugar o Discurso: ou melhor, as práticas discursivas; ou melhor, as formações discursivas; ou, melhor ainda: as relações interdiscursivas e polêmicas que se travam entre formações discursivas que adorariam se tornar hegemônicas.

Pêcheux, o saber e as adjetivas

Volto-me, agora, para a tentativa de atender ao segundo objetivo a que me propus com este estudo, a saber: tecer considerações sobre as razões que teriam levado Pêcheux a escolher as orações adjetivas como problema linguístico em especial para submeter à crítica em busca de uma teoria do discurso, sobre o que este problema de ordem gramatical teria a ver com a teoria do conhecimento e sobre por que, nele, imiscuem-se questões de natureza linguística, filosófica e ideológica. Para Pêcheux (1995, p.28), a oposição entre adjetivas explicativas e determinativas “[...] condensa e exhibe no domínio ‘linguístico’ os efeitos da dualidade Lógica/Retórica, cuja suspeita evidência acabamos de comentar.” e cujo balé ora aponta para a necessidade, para a objetividade e para a ontologia (Lógica), ora para a contingência, para a subjetividade e para a enunciação em ato (Retórica), fazendo retomar, sub-repticiamente, uma meada que cria um confronto entre o sistema, por um lado, e a fala, por outro: Saussure é o coroamento de algo que tem nos gregos o seu marco inicial. Mas, neste problema, também se faz presente uma questão política. Ponto de encontro da Filosofia, da Ideologia e da Política, a temática linguística escolhida, portanto, não é qualquer uma: ela permite tornar nítido um problema que deve ser tratado sob a luz das formações sociais e não como algo desencarnado.

Começo pela exposição do modo tradicional de tratar as adjetivas. Elas constituiriam uma oração por se articularem em torno de um núcleo verbal; seriam dependentes de outras que lhes dariam suporte; poderiam ser substituídas (se já não o tiverem) por um adjetivo; seriam introduzidas por pronomes relativos; incidiriam sobre a essência dos objetos, no caso das explicativas; discerniriam uma espécie no interior de um gênero, no caso das restritivas; constituiriam uma relação causal, no caso das explicativas; individualizariam um ser frente a outros por meio de um quantificador de existência, no caso das restritivas; no caso das apositivas, por se relacionarem à essência, à ontologia e à totalidade, o quantificador seria, obviamente, universal. Eis, aproximadamente, sumariadas as características gerais atribuídas às orações adjetivas e, como se pode perceber, tudo se passa como se a relação de atribuição se devesse a um sujeito solitário e isento esquadrinhando o mundo.

Valho-me de um exemplo para dar forma visível ao que acabo de inventariar. Seja um enunciado do próprio Pêcheux (1995, p.109, grifo nosso): **“O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.”**

Pode-se perceber que:

- a) Há duas orações no enunciado: [O gelo flutua...] e [O gelo tem um peso...];
- b) A segunda oração [tem] depende da primeira [flutua];
- c) A segunda oração equivale a um adjetivo [o gelo é **leve**];
- d) A segunda oração é introduzida por um pronome relativo [que];
- e) O pronome [que] é relativo porque se relaciona a **gelo**, substituindo-o;
- f) O pronome relativo [que] faz o objeto **gelo** entrar, na segunda oração, como sujeito;
- g) O pronome relativo [que] pode ser substituído por outro de sua natureza [qual];
- h) A oração adjetiva incide sobre a essência ontológica do **gelo**: [todo gelo];
- i) O quantificador adequado para ela é o universal;
- j) Ela possui caráter causal: o gelo flutua, porque tem um peso...;
- k) A adjetiva, neste caso, é explicativa.

Tudo parece se passar da seguinte maneira: o sujeito solitário, frente à surpresa de ver o gelo flutuar, questiona, reflete, pensa, interroga, experimenta, supõe, testa, compara... até descobrir que quantidades iguais de água e de gelo têm pesos diferentes, sendo a razão que faz com que a água, mais pesada, empurre o gelo para a superfície. Feita a descoberta, estabelece-se o princípio lógico e se dá ordem ao caos da natureza. Vê-se, penso, como uma oração adjetiva, explicativa no caso, está atravessada por uma metodologia de produção do conhecimento (a Lógica) e por uma “[...] problemática filosófica que é, globalmente, a do empirismo e do subjetivismo modernos.” (PÊCHEUX, 1995, p.30). No fundo, aposta-se num sujeito pensante capaz de compreender o mundo e estabelecer suas leis e que seja liberado de toda e qualquer constrição que possa toldar-lhe a inteligência científica. A implicação é também ideológica e política, porque, quando se acredita que é assim que é, mistifica-se a produção do saber e se crê que apenas pessoas supostamente geniais e criativas dão originalidade ao mundo e liberam aos demais das trevas. Por isso, o enunciado anterior é falso, então? Não, mas não nos esqueçamos de que estamos no mundo da Física e, cooperativamente, colocando-nos como cúmplices para a obtenção do efeito esperado e desejado. Mas será assim no mundo social também? À frente, discuto isso melhor. Vamos ao caso das restritivas.

Valho-me para tratar da determinação de um exemplo (adaptado) do próprio Pêcheux (1995, p.108, grifo nosso): “**A pessoa que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo.**”

É possível afirmar que:

- a) Há duas orações no enunciado: [A pessoa deve...] e [A pessoa causou...];
- b) A segunda oração [causou] depende da primeira [deve];
- c) A segunda oração equivale a um adjetivo [causadora, desonesta];
- d) A segunda oração é introduzida por um pronome relativo [que];
- e) O pronome [que] é relativo, porque se relaciona a **pessoa**, substituindo-a;
- f) O pronome relativo faz o objeto **pessoa** entrar, na segunda oração, como sujeito;
- g) O pronome relativo pode ser substituído por outro de sua natureza [qual];
- h) A oração adjetiva incide sobre a contingência eventual de **pessoa**: [a pessoa que];
- i) O quantificador adequado para ela é o de existência: existem pessoas que...;
- j) Ela não possui caráter causal no sentido lógico da explicação;
- k) A adjetiva, neste caso, é restritiva.

No caso das restritivas, as coisas parecem ocorrer como resultado da atividade de um analista capaz de catalogar o mundo e estabelecer conjuntos de indivíduos que se diferenciam dos demais, constituindo subconjuntos dentre os segmentos mais gerais. Embora algumas das restritivas pareçam ter um caráter genérico, já que parecem aceitar o quantificador universal (todas as pessoas que), este quantificador tem o seu alcance limitado a um grupo particular e restritivo em face da constituição do conjunto hiperonímico a que pertencem. No exemplo em destaque, o objeto posto em evidência são as pessoas, mas não todas elas; dentre elas, aquelas que causam prejuízo é que devem ser penalizadas. Sobre elas, incide, pois, uma restrição e já se pode determinar que a separação estabelecida se pauta num valor ideológico capitalista. Se me faço entender, a diferença entre uma explicativa e uma restritiva se refere ao alcance do princípio no que se refere ao objeto focalizado: é o conjunto todo que é afetado pela incidência do pensamento ou parte dele? No primeiro caso, pode-se dizer que tudo aquilo que é gelo flutua sobre a água; no segundo, ao contrário, deve-se dizer que só a pessoa que causou algum prejuízo deve repará-lo.

Se o princípio que separa as explicativas e as restritivas entre si está entendido, penso que posso ir adiante e tecer algumas reflexões sobre o fenômeno das adjetivas, no intuito de atingir o objetivo de esclarecer por que Pêcheux as teria escolhido para buscar a superação do idealismo e chegar à teoria do discurso, tendo-as como pano de fundo e dado para a discussão. Penso que fica bastante evidente, a partir dos exemplos, que a leitura e a descoberta das leis que regem o universo parecem emanar de um sujeito que, alerta e observador, contempla o mundo e o categoriza, estabelecendo conexões, intersecções, identidades, diferenças, seres, atitudes e outras coisas tantas. A premissa é que existem dados a priori (gelo, água, pessoas, prejuízo, etc.) e é possível deduzir a partir deles: ou

seja, o mundo está aí e o que posso fazer é compreender a sua organização e distribuição por comparação, arranjo e experimento.

Acabo de esboçar, de forma bastante grosseira, o que caracteriza o idealismo enquanto atividade epistemológica: trata-se de um sujeito liberado de constrições que observa o mundo e, “cientificamente”, diz o que ele é, aparentemente, à revelia de crenças, cultura, ideologia, doutrina, disciplina, dentre outros fatores. Trago um exemplo singelo que me permite refletir em concreto e pode ajudar o meu leitor. Uma escola, suficientemente esclarecida, poderia, tendo que trabalhar com legumes, jogar as sementes mais variadas numa mesma ordem e num mesmo canteiro. Dado o tempo de maturação, ela poderia levar seus alunos ao quintal e pedir que eles organizassem a colheita, colocando os objetos idênticos em grupos separados. Creio que os alunos fariam conjuntos de cenouras, beterrabas, rabanetes e nabos, pautados nas diferenças e semelhanças observadas. Devendo, depois, explicar as razões da separação, eles se veriam obrigados a explicitar um conjunto de traços sêmicos que assemelha as cenouras (embora elas não sejam perfeitamente idênticas) e as faz distintas das beterrabas. Eles teriam chegado, portanto, a uma definição e a uma conceituação que vão dando ordem à horta e vão categorizando o mundo, pondo-o em grades classificatórias e categorizações disciplinadoras: uma cenoura, doravante, será uma cenoura e não uma beterraba e vice-versa e pouco importa se concordo com isso ou não: o mundo é assim; paciência. Como se vê, estamos no centro da Lógica, da Gramática, da Semântica Formal e da Semântica Componencial. O fundamento é o de que o mundo me antecede, já está dado, conheça-o eu ou não, esperando ser descoberto (Colombo “descobre” a América e Cabral “descobre” o Brasil, mas a América e o Brasil já estavam lá). O que posso fazer é me surpreender com ele e torná-lo foco de observação e revelação. Mas nem todos têm competência para tanto: eis a necessidade da genialidade que tira o homem da caverna: eis por que parecemos precisar de Colombos e Cabrais.

As adjetivas, na forma tradicional de serem abordadas e que esbocei anteriormente, têm como sustentáculo de explicação exatamente este ideário: o que se afirma nelas seria resultado de um processo investigativo, contemplativo e de experimentação que elucida a legislação aplicável ao mundo. A opção de Pêcheux pelas orações adjetivas não se deu, pois, ao acaso: elas revelam, mais do que um fenômeno linguístico, uma “parceria” da Linguística com uma forma filosófica de compreender a produção do conhecimento, além de encobrir o fundo ideológico e político que as anima. Enquanto, no primeiro caso, abordava-se o mundo da Física, que é um tanto quanto inexorável (mas nem ele), no segundo, a problemática é crucialmente ideológica, política e “filosófica”, mais do que linguística e epistemológica, se bem que ambas se simulem ortodoxamente científicas. Vejamos.

No enunciado do primeiro caso, o silogismo geral poderia ser o que segue:

Premissa maior: O que tem peso específico inferior ao da água flutua sobre ela;

Premissa menor: O gelo tem peso específico inferior ao da água;

Conclusão: O gelo flutua sobre a água.

Fazer o quê? Eis um exemplo canônico, que se ancora na forma lógica do raciocínio dedutivo e que é inquestionável, por partir de uma premissa irrefutável. Vê-se, assim, como as orações adjetivas são atravessadas por uma epistemologia e por uma crença cúmplice que se manifesta na forma linguística final do enunciado: já que tudo aquilo que tem peso específico inferior ao da água flutua sobre ela, e o gelo é um caso que cabe na lei, ele deve flutuar sobre a água: se não, não é gelo; paciência.

Mas isto vale para o segundo caso? Ele também se refere a uma fatalidade inexorável da natureza ante a qual se deve submissão e resignação? É o caso de, frente a ele, dizer: fazer o quê? Paciência! Vejamos. Neste caso, o silogismo poderia ser mostrado da seguinte forma:

Premissa maior: Aquele que causa prejuízo deve repará-lo;

Premissa menor: Eu causei prejuízo;

Conclusão: Eu devo repará-lo.

Do ponto de vista da construção silogística e do encadeamento das proposições, o raciocínio é irrepreensível. Mas o ditame maior tem o caráter fatalista que se aplica ao mundo da Física? O que se entende por prejuízo? Todos que causam prejuízo o reparam? De onde vem a crença no dever da reparação? Ela está no terreno das leis ou das convicções? Não há um pouco de intrusão de capitalismo no enunciado? Embora seja uma norma dogmática do direito abstrato, seu fundamento não é mais sociológico do que natural ou antropológico? Por que, neste caso, presos por desvio de dinheiro, por roubo, por assalto ou por vandalismo têm tantas variáveis em seus julgamentos? Penso que, com isso, tenha elucidado um ponto pelo menos: a razão de Pêcheux ter escolhido as orações adjetivas: elas estão na confluência de processos linguísticos, políticos, filosóficos, ideológicos e epistemológicos. Aquilo que, do ponto de vista linguístico, é uma questão inocente, sob a ótica do discurso, dá pano pra manga. Como afirma Pêcheux à página 108, com grifos próprios, “há uma **relação de simulação** constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a consequência lógica”.

Primeiro alerta: por causa dos exemplos apresentados, o leitor pode inferir depressa demais que as explicativas são mais isentas e desapaixonadas, enquanto as restritivas não: e não é bem assim, mas não aprofundo a questão com exemplos em face de outros pontos que desejo focar. Segundo alerta e mais importante:

a escolha das adjetivas por Pêcheux se refere a uma razão crucial: a premissa maior que ancora o silogismo nem sempre (ou quase nunca, quando se trata do mundo social) provém da natureza ontológica do mundo, mas da ontologização estabelecida para ele; isto é evidente no segundo caso. Toma-se como evidente aquilo que é um construto social e ideológico e se raciocina a partir dele como se fosse uma verdade cristalina. Dito de outro modo: o que se diz e aquilo em que se crê já foram ditos e cridos antes por alguém a partir dos seus interesses e não é uma lei fatal imposta pelo mundo: eis a primazia do já dito sobre o discurso: tese cara aos estudos pecheutianos. E, nas orações adjetivas, estes ditames maiores que sustentam o enunciado (o já-dito) são revelados com maior nitidez, porque devem ser assumidos para efetuar a articulação entre os enunciados e passar ao engendramento do texto.

Para aproximar esta discussão da reflexão feita na primeira parte deste estudo, pode-se pensar: a Semântica Componencial me diz que a mulher é um ser humano, feminino e adulto, o que me permite construir enunciados como “A mulher, que é um ser humano (ou adulto, ou feminino), pode ter filhos”. É óbvio que a mulher é humana, adulta e feminina? É. É óbvio que a oração adjetiva é explicativa? É. Mas, por enquanto, estamos no mundo da Biologia, da Anatomia, da Fisiologia. Mas, como estou autorizado a dizer estas coisas, posso também dizer: “A mulher, que pode ter filhos, deve educá-los”. A organização do enunciado é a mesma; a oração se apresenta como explicativa; e o silogismo que a ancora é perfeito, não fosse o fato de se amparar numa premissa maior que nada tem de natural ou fatal, mas de se articular sobre “[...] uma espécie de **cumplicidade** entre o locutor e aquele a quem ele se dirige, como condição de existência de um **sentido** da frase.” (PÊCHEUX, 1995, p.118, grifo do autor). Este exemplo parece elucidar um pouco mais por que a Semântica Componencial afirma o óbvio e faz vistas grossas ao que é ideológico: o fato de a mulher ter o poder de gerar filhos não a torna a única responsável pela educação da criança, a não ser a educação do filho ser obrigação da mulher, porque ela tem o poder de gerá-lo, não a torna a única educadora da criança, a não ser por força de uma lógica excessivamente apressada e feita sob a ótica machista. Penso que, nesse caso, fica bastante visível que uma adjetiva explicativa, que incidiria sobre a essência ontológica do ser, nada tem de epistemológica, mas é crucialmente política e ideológica. E mais do que isso: ela possui base idealista, porque se faz à revelia do mundo social, simulando-se a cientificização impávida e mais isenta possível. Eis as adjetivas sendo visadas por Pêcheux, com a proposta decorrente de serem vistas sob outra perspectiva.

Apresento, a seguir, uma última razão para Pêcheux escolher as adjetivas como possibilidade de mobilização de outro horizonte teórico e metodológico. Do ponto de vista lógico, um enunciado como “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz [Cristo] nunca existiu” (PÊCHEUX, 1995, p.98) é paradoxal: como afirmar que alguém morreu na cruz para salvar o mundo (pressupondo a

sua existência), para, em seguida, afirmar que ele nunca existiu? Contradição, equívoco, falha? Não. Trata-se de perceber que, no enunciado, há duas vozes que se debatem: uma que afirma aqui e agora (o ateu, o judeu, o islâmico, o budista) que Cristo nunca existiu, contradizendo uma voz anterior que afirma que Cristo morreu na cruz para salvar o mundo. O paradoxo se desfaz quando se percebe o intervalo que separa temporal e ideologicamente a oração principal (nunca existiu) e a adjetiva (que salvou). Quero crer que, uma vez mais, fica evidenciado o conjunto de problemas que habita as orações adjetivas e o porquê de Pêcheux tê-las escolhido. Elas exibem, mais do que um problema linguístico, um confronto cultural e ideológico. Elas remetem a posições sociais que ontologizam o mundo cada uma a seu modo.

Na página 28, Pêcheux (1995) fala sobre o desvio necessário que deverá percorrer nos dois primeiros capítulos, abordando o fenômeno das orações adjetivas, principalmente “[...] no caso das construções relativas do tipo ‘o homem que é racional é livre’, a respeito das quais os linguistas afirmam serem ‘ambíguas’ por causa de tal oposição.” Parece possível realmente pensar em qualquer uma das classificações, podendo ser feita em termos de todos os homens são racionais e, por isso, são livres ou de que só aqueles que são racionais são livres, tendo, num caso, uma explicativa (com vírgulas) que incide sobre a essência do homem e abarca a todos eles, ou, noutro, uma restritiva que se refere a alguns apenas. Como decidir? Cada grupo socioideológico optará pelo caminho de usar ou não as vírgulas. Para o colonizador europeu, provavelmente, as vírgulas não apareceriam; para o pensamento cristão, que se ancora na concepção de livre arbítrio, é provável que se coloquem vírgulas, que nunca é demais lembrar: mais do que identificar uma oração de um tipo qualquer, enquadram o pontuador numa prática discursiva. Todos os homens são racionais? Sim e não: depende do posicionamento em jogo. É necessário perceber como nossas vírgulas nos denunciam.

Busco um último exemplo para discutir como o pré-construído atravessa o discurso e aponta para o enunciador, denunciando-o: “As crianças que são inocentes nos divertem com suas ingenuidades”. A adjetiva **que são inocentes** é explicativa ou restritiva: apositiva ou determinativa? Não há como decidir sem considerar quem usa o enunciado, que posição ocupa, que prática discursiva o habita, que posicionamento assume. Para o católico fervoroso que defende que uma criança é inocente até os sete anos, tornando-se pecadora depois e, por isso, devendo passar a primeira comunhão, confessar-se e comungar pela primeira vez com esta idade, a adjetiva seria explicativa. Para o psicólogo estudioso de crianças, a ingenuidade não é um atributo essencial da infância, pois ele sabe que elas, com pouca idade, manipulam e sabem agir sobre o outro interesseiramente. Para o primeiro, explicativa e vírgulas; para o segundo, restritiva e sem vírgulas.

A razão: teólogo, de um lado, psicólogo, de outro; duas posições/posicionamentos em confronto.

Espero ter sido suficientemente claro para ter podido indicar que as orações adjetivas são a afirmação de algo sobre algo, ou a incidência do pensamento sobre um objeto lido. Como as leituras não são isentas ou liberadas de atravessamentos, elas dizem, mais do que o que o mundo é, aquilo que elas querem que o mundo seja: para uns, Cristo é filho de Deus, o homem é racional e a criança é inocente; para outros, Cristo nunca existiu, nem todo homem é racional e nem toda criança é inocente. Sobre as adjetivas, portanto, incide uma problemática, acima de tudo, de atribuição de sentido ao mundo e, como Pêcheux saca bem, elas podem ser ambíguas ou sem sentido, se a boca daquele que fala é apagada e tudo se torna um jogo de pôr vírgulas ou não, por se tratar de um problema puramente linguístico. Espero que estas breves reflexões possam contribuir para um percurso de leitura mais ameno de algumas partes do livro de Pêcheux: compreender estas coisas pode tornar mais fácil entender os conceitos básicos da teoria do discurso pecheutiana. O que faz uma adjetiva ser explicativa ou restritiva não consiste no fato de se afirmar algo que incide sobre a essência ou a contingência de um objeto ideológico, mas de se entender que o que é dito constitui a essência ou a contingência dele. Todos são ou apenas alguns: eis o dilema que nos persegue desde que descemos dos galhos e, em nome dele, quantos dilemas, preconceitos e guerras.

Discuto, rapidamente, mais um exemplo, para dar visibilidade à razão de Pêcheux escolher as adjetivas como foco linguístico de problematização, com vistas à constituição da teoria do discurso. Durante uma pregação, o missionário R. R. Soares, da Rede Internacional da Graça, afirmou: “A mulher, que é o sexo frágil, deve ser submissa ao homem. Isto é bíblico: você pode conferir”. Tomada de forma desavisada, a oração adjetiva tem os ingredientes de uma explicativa: além de outras razões, por poder ser substituída por uma oração causal: “A mulher [...], por ser frágil [...], deve ser submissa”. Apesar dos ares de causalidade explicativa e de abordagem da essência ontológica universal de um ser, o leitor há de convir que a evidência postulada só aparenta um raciocínio demonstrativo, sendo, no fundo, não mais do que uma tomada de posição. O exemplo permite ver com bastante limpidez como o discurso atual de R. R. Soares é atravessado por um discurso anterior que o obriga a dizer o que diz. Em termos teóricos, o interdiscurso (o já-dito, o pré-construído) pautado numa prática discursiva constituída restringe o discurso, fazendo com que o enunciado atual seja paráfrase de um enunciado anterior, que impõe, pelo menos, um dos efeitos de sentido de ‘mulher’, traço que não caberia numa Semântica Formal ou Componencial, em virtude da ilogicidade e da ruptura com a totalidade do sistema. Dito de forma simples: a oração adjetiva [que é o sexo frágil] exhibe um

fenômeno linguístico cuja opção pela aposição ou pela determinação se encontra em dependência estrita da posição socioenunciativa do locutor. Não há porque se espantar se alguém der ao enunciado uma leitura restritiva, contradizendo o necessário e afirmando que “apenas aquelas que são é que devem ser”: ou, talvez, nem essas.

Resta, enfim, um aspecto sobre o qual acho necessário tecer algumas considerações. Dada a escolha de Pêcheux pelas orações adjetivas para a realização da sua reflexão, isto significaria que, em outros ingredientes linguísticos, não ocorre a determinação dos processos enunciativos sobre o enunciado? Ou seja: apenas as adjetivas exibem uma imbricação entre a Linguística e a “Epistemologia” ou a leitura? A resposta é obviamente **não**. Um enunciado como “Ele é negro, mas é limpinho” está atravessado ideologicamente por uma leitura que impõe uma forma de concepção étnica: e estamos, neste caso, às voltas com as adversativas. Outro como “Serra deve ser o presidente do Brasil? Ué, Dilma é tão competente quanto ele” revela um ponto de vista sobre quem deve presidir o Brasil, embora a relação em pauta seja comparativa: e de igualdade com efeito de superioridade. Outro, por fim, como “Você tirará notas boas, quando for bem nas provas” revela uma forma de olhar para a avaliação escolar e a partir de que critério se pode premiar ou não o aluno com bons conceitos, embora, neste caso, estejamos no terreno da temporalidade ou da condicionalidade.

E antes que o leitor deduza, rápido demais, que apenas os funcionamentos sintáticos são atravessados pelo discurso e por questões de ordem ideológica, é bom refletir sobre fatos como o produzido pelo colega de bate-papo que, ao receber um “Tchal” como despedida, respondeu com um “TchaUUUU” enfático e maiúsculo. Se me faço entender, os fenômenos linguísticos são ininterruptamente afetados por questões de natureza socioideológica, sejam eles pertencentes a qualquer nível linguístico. A opção de Pêcheux pelas adjetivas deve ter acontecido, creio eu, por elas exibirem, de forma mais explícita, o atravessamento do discurso pelo interdiscurso e por revelarem, de forma mais escancarada, a pertença a uma prática discursiva relativa a uma compreensão de mundo.

De resto, parece que a escolha se devia ao fato de as orações adjetivas (principalmente, as explicativas), como as que eu acabo de abordar, exibirem uma simulação de cientificidade e de racionalidade lógica, quando, na verdade, apesar de parecerem explicativas e universais, terem essa propriedade linguística à força de interpelação ideológica e violência simbólica, criando, no plano do discurso, um conjunto de normas e diretrizes que constitui, num extremo, o arcabouço normativo do direito formal, que sanciona e sentencia pessoas, e, no outro, o discurso do cotidiano, que sustenta todos os preconceitos e modos

de compreensão que nos caracterizam, sempre sob o manto impávido de compreensões que nada têm de natural, mas que são socialmente prescritas e tomadas evidentes.

Como ponto final provisório

Tentei alinhar, ao longo das duas seções que compõem este estudo, duas ordens de problemas: o lugar da semântica em Pêcheux (ou, mais precisamente, o não lugar ou o fora de lugar), ou talvez seja mais adequado afirmar: a superação da semântica enquanto nível de estudo propriamente linguístico, para, em seu lugar, colocar o discurso como objeto de estudo. Ou seja, trata-se, em Pêcheux, de os estudos do sentido superarem uma perspectiva sistêmica e imanente, para dar lugar a uma invasão da língua pelo histórico, pelo social, pelo cultural e pelo ideológico. Nesse primeiro caso, o estudo do sentido feito sob a ótica de um empirismo radical deveria ceder lugar à consideração das nuances significativas que obrigam a língua a servir a diferentes senhores. As distintas percepções que um objeto ideológico pode tomar, ao invés de serem consideradas fortuitas, aleatórias e idiossincráticas, roubam a cena e fazem perceber o tecido de evidências que uma formação social/ideológica/discursiva constitui para si e quer que sirva também para os outros. Trata-se, em última instância, da superação dos estudos pautados na pura experiência concreta ou dominada pela lógica abstrata, para colocar em seu lugar a variabilidade, o homem, os grupos, os desejos, as preferências e as ideologias.

No segundo conjunto de problemas, encontram-se as orações adjetivas como fulcro “linguístico” de observação, porque, nelas, contrariamente ao que um linguista poderia crer e definir, estão em jogo mais do que uma questão de colocar ou não vírgulas. Sobre elas, incide uma imbricação de questões que tocam a filosofia, a epistemologia, a cultura, a ideologia e o imaginário; e, depois, por decorrência, uma questão estrutural ou linguística. A opção de Pêcheux pelas adjetivas parece se dever ao fato de que, nelas, mais do que em outras, as relações interdiscursivas, por meio do já-dito (o pré-construído, o discurso transversal e a paráfrase) pautado em formações discursivas estabelecidas, revelam toda a sua determinação e força sobre o discurso, as práticas discursivas e a interpelação do indivíduo em sujeito. Tudo bem arranjado, as orações adjetivas aparentam um pronunciamento imediato sobre o mundo, quando, em verdade, a necessidade ou a contingência que parecem revelar não são mais do que resultados situados de leitura e inteligibilidade.

Penso que a atividade dos semanticistas como Pêcheux os representa e o resultado factual de que as orações adjetivas se revestem não estão distantes um do outro: trata-se sempre de colocar em primeiro plano a lógica, o sistema

e o universal, apagando-se a dêixis pessoal, temporal e espacial, fundamento último do uso da língua. Em nome da assepsia do pensamento e da obediência ao paradigma científico positivo de produção do conhecimento, apagam-se fronteiras geográficas, históricas, culturais e ideológicas: considera-se o universo como um conjunto bem comportado de entidades, ao qual é possível ter acesso por meio de procedimentos controlados adequadamente do ponto de vista científico; e sempre por meio da crença de que a inteligibilidade é produzida por um sujeito solitário e contemplativo.

Pêcheux parece desejar, acima de tudo, evidenciar que o sentido (ou melhor, o efeito de sentido) se constitui por meio de ilhas sociais que se confrontam e logram criar para si uma forma hegemônica de percepção que se esvai ao dobrar a curva do rio. É o homem falando que interessa e não o mundo universal impassível e desdenhoso. São os sonhos, os interesses e a ardência polêmica do mundo que está em jogo e não os dados devidamente higienizados para receberem tratamento em laboratório.

CATTELAN, J. C. Michel Pêcheux: between the obvious and the complex name. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.389-412, 2013.

- *ABSTRACT: This study aims at presenting some considerations on the initial parts of the work *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (Stating the obvious: from Semantics to Discourse)*, by Michel Pêcheux, considered to be the founder of French Discourse Analysis. Among the issues on Pêcheux that are discussed by those who study him and take him as a theoretical basis, I choose two which seem not to have been subject to reflection or questioning. They refer to the place (non-place or out of place) of Semantics, which would state the obvious, and to the choice of relative clauses as a “linguistic” problem for the constitution/demonstration of the Discourse Theory. I seek to reflect on how these two issues appear in Pêcheux’s reflections, in an attempt to contribute somehow to the reader so that he might have some support in reading the work mentioned.*
- *KEYWORD: Discourse Analysis. Michel Pêcheux. Semantics. Relative clauses.*

REFERÊNCIAS

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997a.

_____. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997b. p.55-66.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Apresentando a análise do discurso. *Glotta*, São José do Rio de Preto, v.12, p.45-49, 1990.

SCHNEIDER, M. *Ladrões de palavras: um ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Tradução de Luiz Fernando P. N. de Franco. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

Recebido em julho de 2012

Aprovado em novembro de 2012

CITAÇÃO, DESTACABILIDADE E AFORIZAÇÃO NO TEXTO IMAGÉTICO: POSSIBILIDADES?

Roberto Leiser BARONAS*
Samuel PONSONI**

Que pode a câmara fotográfica? Não pode nada. Conta só o que viu. Não pode mudar o que viu. Não tem responsabilidade no que viu. A câmara, entretanto, Ajuda a ver e rever, a multi-ver O real nu, cru, triste, sujo. Desvenda, espalha, universaliza. A imagem que ela captou e distribui. Obriga a sentir. A, criticamente, julgar. A querer bem ou a protestar. A desejar mudança.

Carlos Drummond de Andrade (2012)

- **RESUMO:** Neste texto, realizamos uma discussão de fundo epistemológico, procurando compreender como a mídia dá a ler determinados acontecimentos históricos da política brasileira por meio de textos imagéticos. Como *corpora*, elegemos fotografias de atores políticos que circularam no jornal *Folha de S. Paulo*, durante o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010. Nossa discussão está fortemente assentada nos trabalhos de Dominique Maingueneau acerca de citação, destacabilidade e aforização. Nesses trabalhos, o teórico propõe uma densa discussão sobre a circulação dos textos verbais em nossa sociedade, isto é, sua reflexão busca saber como certos textos circulam – inteiros, em fragmentos, adaptados – e por que, de um texto integral, frequentemente circulam apenas partes – finais, começos, pequenas frases. Dessa discussão empreendida, tentamos tirar algumas consequências teóricas a partir da análise de textos que mobilizam em sua constituição não apenas recursos verbais, mas, principalmente, recursos de natureza imagética. Nossa questão de fundo é pensar, por um lado, como se dá o processo de citação, destacabilidade e aforização do texto imagético na mídia impressa e digital e, por outro, em que medida esse trabalho de recorte do imagético interfere na interpretação do acontecimento histórico, fornecendo ao leitor uma espécie de percurso deontológico de interpretação.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Texto imagético. Citação. Destacabilidade. Aforização.

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - baronas@ufscar.br

** Bolsista Fapesp. Doutorando em Linguística. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos - Pós-Graduação em Linguística. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – sponsoni@yahoo.com

Primeiras palavras

A Análise de Discurso de orientação francesa tem se notabilizado ao longo de suas mais de quatro décadas de existência, principalmente no interior da ciência das humanidades, como um poderoso dispositivo de leitura fundado sobre uma teoria do discurso¹. Na sua fase de constituição, na geografia francesa do final dos anos sessenta do século passado², privilegiou o discurso político. Depois, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, reconhecendo que não se pode compreender o discurso sem se levar em consideração os traços do interdiscurso, em que a presença/ausência e a irrupção do Outro discursivo são marcadamente constitutivas da fundamentação dos discursos e que os instam a dizer, passou a tomar como objeto de leitura distintas materialidades discursivas. Atualmente, por conta mesmo de uma mudança no regime das materialidades dos discursos³, a Análise de Discurso passou a privilegiar também a leitura de objetos multissemióticos. É justamente a leitura discursiva de objetos multissemióticos que realizamos neste texto. Cumpre dizer que essa leitura está fortemente ancorada nas proposições de Dominique Maingueneau (2006a, 2006b, 2010, 2012b) acerca da citação, da destacabilidade e da aforização.

É preciso considerar também que o autor supramencionado, ao elaborar tais categorias conceituais, não o fez a partir da análise de *corpora* multissemióticos. Suas reflexões irromperam a partir da análise de objetos eminentemente verbais, tais como *slogans*, provérbios, máximas, adágios jurídicos, fórmulas, títulos de artigos da imprensa, intertítulos, etc. Em outros termos, nos apoiaremos nas propostas de Dominique Maingueneau para tratar discursivamente de fotografias de atores políticos que circularam no jornal *Folha de S. Paulo*, durante o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010. Todavia, para a empresa deste texto, existe a necessidade de um deslocamento por conta do próprio objeto pretense à análise. Portanto,

¹ Uma das características mais marcantes da Análise do Discurso é a de que seus pressupostos teóricos, bem como seus procedimentos de análise, estão o tempo todo sendo revistos.

² A Análise do Discurso irrompe na geografia francesa em 1969, com a publicação do livro *Analyse Automatique du Discours* – AAD-69. Esse livro, segundo Niels Helsloot e Tony Hak (2000, p. 15), “[...] s’appuie sur une critique des formes traditionnelles d’analyse de contenu et d’analyse de texte. Ces analyses présupposent un sujet (l’analyste ou les « codeurs ») apte à « lire » le sens d’un texte. Pêcheux veut justement éviter de s’en remettre au sujet lecteur puisqu’il en résulte inévitablement une lecture idéologique. On doit cependant reconnaître que les analystes de contenu se préoccupaient eux aussi du rôle de l’intuition dans l’analyse.”

³ No entendimento de Jean-Jacques Courtine (1999, p.12), “[...] não se faz a mesma Análise do Discurso político, quando a comunicação política consiste em comícios reunindo uma multidão em torno de um orador e quando toma a forma de *talk-shows* televisivos aos quais cada um assiste em casa. Também não se faz a mesma Análise do Discurso independentemente dos preconceitos, das compartimentalizações sociais e ideológicas, das polémicas antigas ou recentes; tudo isso exerce suas restrições sobre o discurso das ciências humanas, na escolha de seus temas, na definição dos objetivos, na produção de recortes formais [e na (re)criação de categorias conceituais].”

nosso propósito é tentar deslocar epistemologicamente as categorias de citação, de destacabilidade e de aforização para dar conta de objetos distintos àqueles que Maingueneau frequentou. Esse movimento, como dissemos em linhas anteriores, é algo que se coaduna com o próprio espírito teórico da Análise do Discurso.

Tratamento de *corpus* multissemiótico no arcabouço teórico-metodológico de Dominique Maingueneau

Tratar discursivamente de objetos multissemióticos e/ou estritamente imagéticos não se constitui como algo necessariamente estranho ao arcabouço teórico proposto por Dominique Maingueneau. Em *Gênese dos Discursos* (2005), uma de suas primeiras incursões epistemológicas de fôlego no domínio do discurso, o autor francês, com base na análise dos discursos religiosos das doutrinas jansenista e humanistas devotos, postula, de um lado, a existência de uma semântica global que rege os múltiplos planos do discurso e, de outro lado, entende que esses planos discursivos devem ser tratados enquanto práticas discursivas, visto que, independentemente do domínio semiótico no qual se inscrevem, não estão livres da circunscrição, coerção de uma determinada Formação Discursiva (adiante, algumas vezes, FD). Para tracejar sua hipótese, o linguista francês realiza uma vigorosa análise dos quadros *Peregrinos de Emaús* e *Ceia de Emaús*, dos pintores Ticiano e Philippe de Champaigne, respectivamente. Ambas as obras derivam sua representação da mesma passagem bíblica, qual seja, a passagem de Jesus Cristo em Emaús.

Figura 1 – Peregrinos de Emaús, de Ticiano, 1535



Fonte: Louvre – Paris (2011).

Figura 2 – A Ceia de Emaús, de Philippe de Champaigne, 1636



Fonte: Louvre – Paris (2011).

O primeiro quadro de autoria do pintor italiano renascentista Ticiano, datado provavelmente de 1535, é compreendido por Maingueneau como pertencente ao universo semântico dos humanistas devotos. O segundo, por seu turno, pintado, a partir do primeiro, por Philippe de Champaigne, provavelmente em 1636, portanto mais de um século depois, pertence, no entendimento do teórico francês, ao universo semântico jansenista. Para formular tais hipóteses de pertencimento discursivo, Maingueneau, com base na compreensão de que tais quadros sofrem, por meio das FDs que os circunscrevem, as mesmas restrições de sentido que outras produções verbais, descreve/interpreta/compreende minuciosamente o funcionamento discursivo dos elementos icônicos-discursivos presentes nas duas telas. Nesse sentido, o linguista procurou, primeiramente, definir a estrutura do sistema semântico de composição de ambas as obras.

Ele conclui, então, ainda sob essa base de reflexão, que a obra jansenista teria um intuito pedagógico e estritamente instrutivo para os homens, retratando, assim, as passagens dos textos bíblicos tal como elas foram efetivamente engendradas. Em contrapartida, nas pinturas do humanismo devoto, existem elementos composicionais alinhavados à mistura entre o divino e o mundano – diferindo em grande medida das descrições bíblica –, com diversos planos e paisagens, embora respeitando hierarquias, tanto social quanto religiosa. Com efeito, a análise empreendida por Maingueneau busca satisfazer a dois objetivos: determinar se os espaços discursivos criados para enunciados estritamente verbais podem e/

ou são pertinentes também para outros textos⁴, num sentido mais amplo que Maingueneau descreve, como, por exemplo, as pinturas em questão, e se as obras são convergentes e conexas com as regras de interincompreensão, mobilizadas como a “mecânica” discursiva operacional pelas quais as restrições e/ou manifestações interdiscursivas decantam no dizível dos discursos, em suas FDs específicas. Ou seja, as restrições semânticas dos jansenistas teriam “traduzido” na representação pictórica, sob suas próprias categorias interpretativas, as identidades não aceitáveis que recobrem os sentidos do discurso Outro, no caso o Outro de sua FD, qual seja, o discurso humanista devoto. Então, a existência de elementos mundanos, a presença de não cristãos, a reluzente luminosidade contribuindo para ressaltar tanto a verticalidade quanto a horizontalidade do quadro, a colocação de símbolos no espaço arquitetônico, os diversos objetos sobre a mesa, os animais, enfim, toda identificação semântica ligada a certo traço semântico de **/mistura/** faz existir uma incompatibilidade entre as obras do humanismo devoto e as do jansenismo, tanto nos enunciados estritamente verbais como em outros textos, materializados em outros suportes semióticos, tais como as pinturas, as músicas, as ilustrações *et cetera*, que podem ser de ordem verbo-visual ou visual. Portanto, a Formação Discursiva do jansenismo não permitiria retratar elementos fora do alcance dos enunciados bíblicos, sobretudo em se tratando de retirar o foco da imagem de Cristo manuseando a hóstia – algo da ordem semântica da /concentração/ em torno do Messias – ou, ainda, que fosse possível misturar elementos e concorrer com Cristo no mesmo acontecimento, deixando subentendidas outras interpretações e refrações de sentido fora da figura messiânica. Ao existir essa imposição da centralidade em torno do divino, regulada, por exemplo, em marcas circulares presente no quadro jansenista, cria-se um caminho de orientação de sentido a seguir, excluindo, em grande parte, para o fiel à doutrina, outras possibilidades de olhares significantes. No quadro de Ticiano, entretanto, tributado à prática discursiva do humanismo devoto, embora existam certas hierarquias e concentrações nas ações de Cristo, é possível fazer outras abordagens de interpretação, até pela mistura e presença de muitos elementos passíveis de análise fora do eixo temático acerca do protagonismo do messias.

Desse modo, para Maingueneau um dos principais traços semânticos do quadro humanista devoto é o da **/mistura/**, em que:

- ❖ misturam-se mundano e divino;
- ❖ mesmo que os olhares estejam dispersos, eles convergem para o Cristo, este a figura em posição central (mas “não concentrada”), mantendo, assim, coesas as

⁴ Maingueneau, em *Gênese do Discurso*, entende texto em um sentido mais amplo, tal como “[...] aos diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva.” (MAINGUENEAU, 2005, p.146). E enunciado quando se trata de produções estritamente linguísticas.

hierarquias social e espiritual, *i.e.*: serviçais em pé *versus* hóspedes sentados; cristãos *versus* não cristãos;

- ❖ a pintura está dividida em planos: o inferior com os animais, o de cima com os homens, o de fundo com o mundo celeste; além disso, a pintura projeta-se tanto nas linhas horizontais quanto nas verticais, estando reluzente todo o quadro, ou seja, trata-se de um quadro colorido e iluminado como um todo;
- ❖ somente Cristo e o discípulo que faz a oração estão com as cabeças no plano do quadro em que aparece o céu, mas, sobretudo, o Messias, que, além de estar com a cabeça no plano celeste, também é visto próximo à base da coluna, sendo esta a marca de ligação céu-terra e condutora do plano terreno ao plano celeste;
- ❖ existem vários objetos sobre a mesa, além da presença de personagens e animais que a passagem bíblica não menciona.

Já para a pintura dos jansenistas um dos principais traços semânticos é o da **/concentração/**, em que:

- ❖ a disposição centralizadora da temática não permite que haja a dispersão dos olhares para fora da figura da hóstia ou do ato da consagração feita por Cristo. Além disso, as cores claras e escuras tornam apenas o Messias iluminado, em outras palavras, apenas o divino, e parcialmente o cristão que comunga, nada mais, para não se retirar a concentração do centro messiânico, bem como para se atribuir ao gesto do Cristo *status* de grande importância;
- ❖ a mesa em forma circular – a circularidade é uma forma-chave de acabamento, de concentração –, a luz que circunda a cabeça de Cristo e a hóstia fundem-se numa única imagem devido ao contraste escuro-claro do plano de fundo da pintura. Dessa forma, qualquer elemento fora dessa circularidade verdadeira torna-se secundário, apagado, não presente na luz divina, assim como é possível aludir, nesse gesto interpretativo, à tríade crucial da base cristã;
- ❖ sentados, estão apenas os cristãos, ficando a não cristã – no caso, a serviçal – na penumbra. Nota-se também a não presença de animais, além de poucos objetos sobre a mesa;
- ❖ não há outros planos em destaque, somente o plano divino bastante enaltecido pela centralidade da luz sobre a cabeça de Cristo e pela brancura da mesa, que é redonda.

Sendo assim, na análise intersemiótica, é preciso levar em consideração as restrições discursivas dentro de cada FD, o que irá propiciar a apreensão da semântica global regente e gestora dos textos, em qualquer suporte semiótico, bem como aquilo que pode e deve ser dito e correspondido entre tais manifestações textuais. Portanto, a partir da obra de Ticiano, Maingueneau nos faz perceber a dimensão dialógica da discursividade presente na obra de Philippe de Champaigne e o funcionamento do espaço discursivo jansenista por meio da interincompreensão, filtrando, em simulacros, o discurso do humanismo

devoto. Dito de outro modo, existe a transposição de significados entre distintas Formações Discursivas, mas não de qualquer maneira, isto é, ela será marcada pelas restrições que identificam este ou aquele discurso dentro das práticas discursivas, empreendidas em toda sua economia de expressão.

Dessa discussão, precipita-nos um questionamento: é possível expandir a análise intersemiótica para o tratamento de *corpora* distintos àqueles que Maingueneau trabalhou? Para tentar responder a essa questão, mobilizamos duas fotografias que foram publicadas recentemente em diversos jornais do exterior, reproduzidas por jornais brasileiros e que se referem ao acontecimento histórico: a invasão americana ao esconderijo de Osama Bin Laden no Paquistão.

Figura 3 – Fotografia veiculada por The Atlantic



Fonte: The Atlantic, 9 maio 2011.

Figura 4: Fotografia veiculada por Der Tzitung



Fonte: Der Tzitung, 10 maio 2011.

A primeira fotografia foi publicada inicialmente no *site* do jornal americano *The Atlantic*, em 9 de maio de 2011. Já a segunda, (re)produção da primeira, foi publicada em 10 de maio de 2011, no jornal impresso israelense *Der Tzitung* (*O tempo*). Este último jornal apagou da fotografia, inicialmente publicada no *The Atlantic*, tanto Hillary Clinton quanto Audrey Tomasen, as únicas mulheres presentes na Sala de Guerra da Casa Branca, quando da invasão ao esconderijo de Bin Laden. Para os analistas norte-americanos, tal apagamento deveu-se ao fato de que, no contexto israelense, a presença de mulheres em posição de destaque pode ser sexualmente sugestiva. Numa leitura preliminar dessas duas fotografias, poderíamos dizer que a proposta de Maingueneau acerca da análise intersemiótica dá conta de compreender o funcionamento discursivo de tais objetos, pois as restrições semânticas dos israelitas “traduzem”, sob suas próprias categorias interpretativas, as identidades não aceitáveis que recobrem os sentidos do discurso Outro, no caso seu Outro, qual seja, o discurso liberal e democrático, amplamente alardeado pelos americanos, de igualdade entre os sexos. Assim, a presença de mulheres em posição de destaque, além de toda identificação semântica ligada à igualdade entre sexos, faz existir uma incompatibilidade entre as fotografias do *site* americano e do jornal israelense, o que justificaria o apagamento das duas únicas mulheres presentes na primeira fotografia. A Formação Discursiva na qual o jornal israelense está inscrito não permitiria retratar elementos fora do alcance dos enunciados socialmente válidos para os próprios israelitas. No entanto, é preciso considerar que, no caso em questão, não se trata apenas da “tradução” do discurso do Outro (americano) pelas categorias do discurso. Mesmo (israelita), com sua relação com esse Outro se dando sempre sob a forma do simulacro que dele é construído, a produzir, portanto, uma interincompreensão regrada entre discursos. Nesse acontecimento, trata-se, na verdade, de um caso exemplar de aforização, uma vez que o suporte midiático israelense fez um destaque/apagamento da presença feminina na (re)produção da fotografia que deu a circular. Em outros termos, trata-se não de um caso de interincompreensão, como na tradução regrada por filtros do simulacro que Champaigne faz de Ticiano, mas de um caso de compreensão regrada em que a (re)produção da fotografia pelo jornal israelense apaga/silencia o que se apresenta como incompatível à sua Formação Discursiva. Em sintetizando esse exercício teórico-analítico, diríamos que análise intersemiótica parece muito produtiva para tratar de objetos imagéticos ou multimodais em que o diálogo interdiscursivo se dá sob a forma de simulacro. Todavia, quando esse diálogo se apresenta como aforização, como executar teórica e metodologicamente a análise?

Citação, destacabilidade e aforização no arcabouço teórico-metodológico de Dominique Maingueneau

Em Maingueneau (2006a, 2006b, 2010, 2012b), a problemática da citação é tratada de forma bastante diferente tanto da visada bakhtiniana⁵ quanto de Authier-Revuz, pois tratar de citação, na teoria de Maingueneau, implica notar também a questão da destacabilidade de enunciados. Isto é, o “destacamento” dos enunciados não se dá somente a partir das sequências “destacadas”, mas sim a partir de certas condições necessárias e suficientes que permitem que enunciados sejam “destacáveis”.

Ainda no entendimento de Dominique Maingueneau (2010), poucas pessoas atualmente contestariam a ideia de que o texto constitui em uma das principais realidades empíricas em que se debruça o linguista: unidades como a frase ou a palavra são muitas vezes retiradas de textos. O texto é, com efeito, no entendimento do pesquisador francês, a contraparte do gênero do discurso, que é o quadro de toda a comunicação pensável. Maingueneau mobiliza o termo “gênero do discurso” para atividades sociolinguageiras como registro de nascimento, debate televisivo, sermões, entre outros.

Todavia, alguns problemas se põem quando é preciso tratar de enunciados curtos que se apresentam fora do texto, geralmente constituídos de uma única frase. Dominique Maingueneau chama essas pequenas frases de “enunciados destacados”, sendo eles de tipos muito diversos: *slogans*, máximas, provérbios, títulos de artigos da imprensa, intertítulos, citações célebres etc. Para o estudioso francês, devem-se distinguir duas classes bem diferentes de “destacamentos”: a) **os constitutivos**: trata-se do caso em particular das fórmulas (provérbios, *slogans*, divisas) que, por sua própria natureza, são independentes de um texto particular; b) **os que resultam da extração de um fragmento de texto**: neste caso, são os que se encontram em uma lógica de citação.

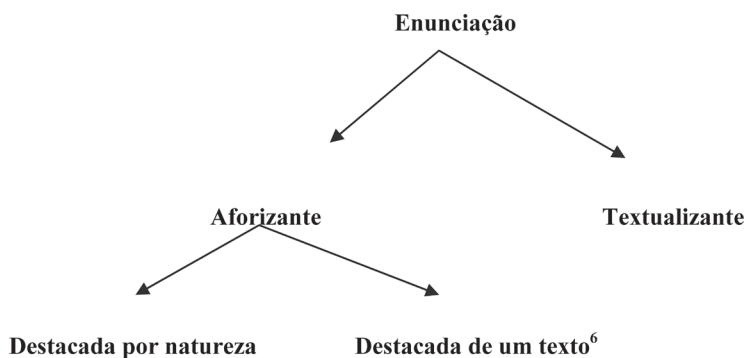
Essa extração não se exerce de maneira indiferenciada sobre todos os constituintes de um texto, pois, frequentemente, o enunciador **sobresassevera** alguns de seus fragmentos e os apresenta como **destacáveis**. A sobresasseveração é uma modulação de enunciação que habilita formalmente

⁵ Muito resumidamente e sem fazer a justiça teórica que ambos os autores merecem, diríamos que a problemática do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin se inscreve na questão da aproximação e alteridade de vozes outras na constituição dos discursos dos sujeitos ou, ainda, o papel desse outro e seus discursos na inter-relação entre os sujeitos por meio da linguagem. De forma semelhante, a abordagem discursiva de Jacqueline Authier-Revuz, em muito tributária a Bakhtin e a Lacan, trata da compreensão do Outro sócio-histórico corporificado num complexo interdiscursivo, que emerge ou se apaga nos fios discursivos, contribuindo também para as identificações e constituições dos sujeitos.

um fragmento como candidato a uma **destextualização**. Trata-se de uma operação de colocação em relevo por relação ao desenvolvimento textual que se efetua com a ajuda de marcadores diversos, por exemplo: de ordem aspectual (genericidade), tipográfica (posição saliente em uma unidade textual), prosódica (insistência), sintática (construção de uma forma pregnante), semântica (recurso aos tropos), lexical (utilização de conectores de reformulação) etc.

Com isso, as divergências entre o enunciado fonte e o enunciado destacado são reveladoras de um estatuto pragmático específico para os enunciados destacados. Estes últimos revelam, com efeito, um regime de enunciação que Maingueneau propõe chamar “enunciação aforizante”. Entre uma “aforização” e um texto não existe uma diferença de tamanho, de forma, de sistematicidade linguística, mas uma diferença de ordem enunciativa. O esquema a seguir exemplifica as duas ordens discursivas propostas pelo autor:

Figura 5 – Esquema vetorial das ordens discursivas



Fonte: Maingueneau (2010, p.13).

Para Maingueneau, a enunciação se organiza em duas ordens do enunciável: a enunciação textualizante e a enunciação aforizante. Esta última, por sua vez, se organiza em enunciação aforizante destacada por natureza e enunciação aforizante destacada de um texto. No seu entendimento, por meio da aforização, o locutor se coloca além dos limites específicos de um determinado gênero do discurso:

⁶ Maingueneau (2010, p.13)

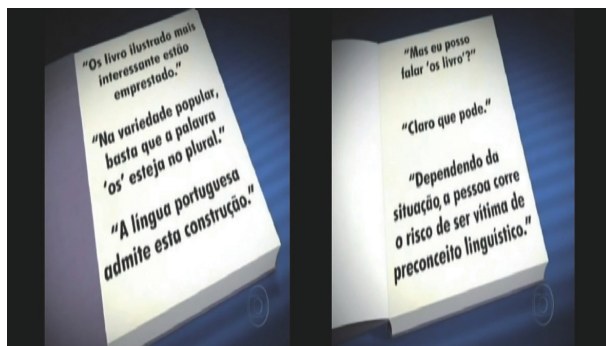
O « aforizador » assume o ethos do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma Fonte transcendente. Ele é considerado como aquele que enuncia a **sua** verdade, que prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma concepção vaga da existência. Se a aforização implica um locutor que se situa como Sujeito de pleno direito, reciprocamente um Sujeito se manifesta como tal por sua capacidade de aforizar. Trata-se fundamentalmente de fazer coincidir **sujeito da enunciação** e **Sujeito** no sentido **jurídico e moral**: alguém que se coloca como responsável, afirmando valores e princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos locutores empíricos que são seus destinatários. (MAINGUENEAU, 2010, p.14-15, grifo do autor).

Sendo assim, para Maingueneau (2010), este é o ponto central do problema “o aforizador não é um locutor, o suporte da enunciação, mas uma consequência do destacamento”, isto é, não se trata apenas de outra instância enunciativa, distinta tanto à do locutor/ alocutário quanto à do enunciador/enunciatário.⁷ Desse modo, quando se extrai um fragmento de texto para fazer uma aforização, um título de uma matéria na imprensa, por exemplo, converte-se *ipso facto* seu locutor original em aforizador.

No intuito de deixar um pouco menos abstratos os postulados acerca da citação, da destacabilidade e da aforização, tomemos como exemplo a recente polêmica acerca do livro didático *Por uma vida melhor*, de autoria de Heloisa Ramos (2009), destinado a alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no que se referia ao conteúdo de Língua Portuguesa. Aqui, vamos nos deter ao trabalho de destaque realizado pela mídia sobre fragmentos do livro didático, mais especificamente o que foi realizado pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão em reportagem exibida em maio de 2011. A propósito, fizemos tal opção pelo fato de o JN ter se constituído numa espécie de representação metonímica do que circulou na grande mídia brasileira acerca desse acontecimento.

⁷ A argumentação de Maingueneau, no que tange a esses termos, parece dialogar com as teorizações elaboradas por Oswald Ducrot acerca das instâncias da enunciação. Bastante resumido, o que se torna injusto com a teoria, este teórico propôs uma distinção entre locutor L, locutor lambda para analisar a tríada sujeito falante/locutor/enunciador e seus respectivos correspondentes no processo de comunicação, quais sejam, sujeito ouvinte/alocutário/enunciatário. Com isso, Ducrot buscou analisar os traços (alguns diriam vozes) que se distinguem nos enunciados que compõem a enunciação de um discurso. Obviamente, Maingueneau propõe o deslocamento desses conceitos ducrotianos para pensar na problemática da enunciação aforizante que, para este teórico, ultrapassaria tais instâncias.

Figura 6: Imagem que circulou no Jornal Nacional para representar o livro *Por uma vida melhor*⁸



Fonte: Jornal Nacional, maio 2011.

Nota-se que o enunciador jornalista faz o trabalho de destaque em seis enunciados que, retirados de seu contexto e contexto mais amplo, além de terem sido modificados em relação ao livro, são postos a circular em outro lugar, em outro tempo, para outros interlocutores. Vejamos:

- 1:** Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado. (Igual ao livro - p.14)
- 2:** Na variedade popular, basta que (os) esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. (Diferente do livro - p.15)
- 3:** A língua portuguesa admite essa construção (Criado pela reportagem)
- 4:** Mas eu posso falar "os livro?" (Igual ao livro - p.15)
- 5:** Claro que pode. (Igual ao livro - p.15)
- 6:** "Dependendo da situação, você (a pessoa) corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico (Diferente do livro - p.15).

Esses enunciados figuraram, em primeiro plano, em um livro virtual criado computacionalmente, em que o restante do texto é apagado, permanecendo apenas os elementos destacados. Dessa forma, constitui-se um trabalho de aforização, pois nem todos os leitores do JN terão ou tiveram acesso prévio ao conteúdo total do livro. Mais ainda, o que está destacado nos itens 2, 3 e 6, respectivamente, não existe ou não está integralmente no material didático *Por uma vida melhor* tal como citado. Os enunciados não estão lá, como comprova uma busca simples pelo texto do livro. Ademais, em 6, o pronome pessoal "você"

⁸ Esta imagem foi retirada da reportagem exibida pelo Jornal Nacional. A reportagem completa, aos interessados, encontra-se disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yxXQi2GjIKc>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

é substituído por “a pessoa”; neste caso, retira-se qualquer marca dêitica que aproxime do trabalho textual completo, algo a parecer estritamente referido a um dado termo anterior, apresentando-se como uma retomada ou substituição de um termo já existente. Com efeito, esse movimento de trajeto interpretativo parece inferir que o livro generaliza o uso de uma suposta “forma errada do português”, autorizando essa competência específica não mais um determinado contexto, mas a todas as pessoas que recebem tal texto, em indistintos tempos e contextos. Em 3, não há em nenhum lugar do capítulo do livro em si a afirmação de que a língua portuguesa admite tal construção, o que marca ainda mais o ato de aforização na edição jornalística.

Assim, esse trajeto interpretativo demonstra que não há apenas o trabalho de citação, como no caso dos outros exemplos, em que os enunciados citados são colocados a circular em outros espaços e podem ganhar alguma marca de distanciamento, como, por exemplo, aspas, uma oração intercalada introduzida por um verbo *dicendi* mais “que”. Há, sim, nesse caso do livro *Por uma vida melhor*, o trabalho de aforização que corrobora o percurso deôntico interpretativo numa dada direção de sentido, qual seja, jogar as asseverações do posicionamento do editorial jornalístico para a responsabilidade da autoria do livro e de quem o mantém em seus auspícios, no caso as prática discursivas que sustentam uma pedagogia de ensino de língua mais ampla, mais plural, capaz de abarcar um espectro maior de alunos e lhes mostrar que as variantes de língua que utilizam não são merecedoras de preconceito, mas sim de respeito, valorização e afirmação.

Isso pode ser dito também em outros casos de citação, quando o enunciador marca seu distanciamento de alguma maneira, entretanto, no caso da aforização, existe o apagamento de elementos para a compreensão “real” do acontecimento. Por seu turno, o enunciador jornalista se constitui num aforizador que se sobrepõe tanto ao seu leitor quanto ao outro cuja fala recorta, mostrando uma imagem de si, do jornal, bem como um posicionamento a ser preenchido. Algo da ordem de um sujeito autorizado a realizar o trabalho de destaque da fala do outro. Trabalho este que é realizado sob a validação da instituição midiática, no caso o JN, que estabelece valores para além das interações e das argumentações. Trata-se de um trabalho de direcionamento de sentidos, de constituição de subjetividades em que, sem que se dê conta, o leitor é levado a aderir à interpretação do enunciador jornalista e, por extensão, ao posicionamento do veículo midiático no qual esse jornalista está inscrito, qual seja, os que se prendem a valores mais conservadores, que destoam de práticas de ensino voltadas para as heterogeneidades subjetivas e para fenômenos mais sociais e reais na vida dos sujeitos estudantes – por exemplo, as variantes dentro línguas – que, sem dúvida, estão presentes nas inter-relações sociais dadas por meio da linguagem verbal humana.

Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético?

A análise do exemplo anteriormente arrolado deixa claro que a proposta de Dominique Maingueneau é bastante pertinente para se pensar o trabalho de destaque de pequenos enunciados verbais, sobretudo os destaques realizados pelos mais diversos suportes midiáticos. Todavia, seria possível expandir epistemologicamente tal proposta com o objetivo de dar conta de objetos multimodais? Tomemos como exemplo duas fotografias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 12 de outubro de 2010. As duas fotografias referem-se ao mesmo acontecimento histórico: visita à Basílica de Aparecida, em Aparecida do Norte, no estado de São Paulo, da então candidata à presidência da República, Dilma Rousseff, no dia 12 de outubro de 2010, feriado religioso em que se comemora o dia da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida.

Figura 7: Fotografias veiculadas pela *Folha de S. Paulo* no dia de Nossa Senhora de Aparecida, durante a celebração em Aparecida, SP.



Fonte: Folha de S. Paulo, 12 out. 2010.

A primeira fotografia foi publicada como manchete de capa da edição do dia 12 de outubro de 2010 do jornal *Folha de S. Paulo*. Logo abaixo da fotografia está escrito: “‘Sem comunhão’ Dilma assiste a (*sic*) missa em Aparecida (SP) ao lado de Gabriel Chalita (PSB atualmente PMDB); ela não comungou e deu a entender que a doença a reaproximou de Deus”. Já a segunda foi publicada no mesmo dia na página A 34. Ambas focalizam a então candidata à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores – PT – Dilma Rousseff. Essa focalização, no entanto, é realizada em dois momentos distintos. Num primeiro momento (a primeira fotografia da esquerda para direita), aparecem as pessoas que estão ao lado de Dilma persignando-se, e esta não repetindo o mesmo gesto dos outros. No segundo momento (a segunda fotografia da esquerda para direita), mostra-se justamente o contrário, ou seja, Dilma benzendo-se e as pessoas que estão ao seu

lado não repetindo tal gesto. Esse descompasso, no tocante ao ato de persignar-se pela então candidata, evidencia certo descompasso implícito, no que tange à inscrição no catolicismo da postulante ao cargo de presidente da república, e deixa explícito que ela supostamente não conhece a liturgia da missa. Ou, mais discursivamente falando, traz à tona uma memória discursiva que foi sendo gestada ao longo da campanha presidencial de 2010, que significa(ou) Dilma como adepta do ateísmo. Tal memória começou a ser gestada quando da manifestação da petista acerca da questão do aborto. À época, disse Dilma em entrevista: “Um governo não tem de ser contra ou a favor do aborto; ele tem de ser a favor de uma política pública”. A maneira como esse enunciado foi dado a ler pela mídia gerou a constituição de uma memória sobre o ateísmo de Dilma, o qual é reiterado no destaque feito pelo enunciador jornalista ao flagrar a então candidata “errando” ao benzer-se na missa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Essa memória é atualizada a partir do próprio passado da atual presidente que, durante a Ditadura Militar deflagrada a partir de 1964, militou em grupos de esquerda, vinculados aos postulados comunistas. Historicamente, existe uma não união entre os ideais comunistas – calcados no materialismo histórico, portanto no real dos processos históricos das relações sociais – e as doutrinas e ideais religiosos. Dessa forma, surge desse “descompasso” certa desconfiança em relação às práticas políticas a serem adotadas, caso a candidata à época fosse eleita, principalmente no que tangenciava as questões religiosas imbricadas no trato político, como, por exemplo, a legalização do aborto. Ademais, como afirmam Kress e Van Leeuwen (2006, p.365-366):

[...] il y a une différence fondamentale entre les images dont les participants représentés regardent directement les yeux de celui qui regarde, et les images où ce n'est pas le cas. Quand les participants representes regardent le spectateur, des vecteurs, formés par les trajectoires du regard des participants mettent ces participants en relation avec lui. Le contact est établi, même si ce n'est que sur un plan imaginaire (...) Le regard des participants (et leurs gestes, s'il y en a) exige quelque chose du spectateur, exige que le spectateur entre dans une sorte de relation imaginaire avec lui ou elle.

Tais fotografias, embora produzidas em momentos diferentes e, apesar de o autor representado não focalizar diretamente os leitores, deixam evidente o trabalho de aforização do enunciador jornalista, posto que ele flagra/destaca/apreende por meio de suas lentes inscritas na Formação Discursiva do jornal – que, nessa matéria, (pre)tendia a dissimular um suposto descompasso na liturgia religiosa – e por meio da aforização das fotografias o próprio momento em que elementos já-ditos, significados em outro tempo-espço, independentemente, encaixando-se nos discursos sobre o ateísmo de Dilma e inscrevendo-os no intradiscurso cristão. Esse alhures do ateísmo de

Dilma Rousseff é reiterado no enunciado verbal logo abaixo da fotografia: “‘Sem comunhão’ Dilma assiste a (*sic*) missa em Aparecida (SP) ao lado de Gabriel Chalita (PSB); ela não comungou e deu a entender que a doença a reaproximou de Deus”. No enunciado em questão, a ênfase a ser recuperada de elementos pré-construídos, abrigados no espaço interdiscursivo dessas práticas discursivas, é dada, primeiro, pelo destaque conferido ao sintagma “Sem comunhão”, grafado em caixa alta, em cor azul, portanto distinto, em cor e em diagramação, ao restante do enunciado e, segundo, pela escolha lexical da locução verbal “deu a entender” e pelo vocábulo “reaproximou”. Assim, conforme assevera Maingueneau (2012a, p.38):

[...] comme l’aphorisation, la photo du visage est le produit d’un détachement, qui élimine tels ou tels éléments du contexte (vêtement, lieu, moment...) que montrerait une photo de l’ensemble de la personne. Ces deux détachements – celui de l’aphorisation et celui de la photo du visage – se renforcent l’un l’autre : le visage est celui du Subjectum, qui reste stable à travers la variation, tandis que l’aphorisation, en ce qu’elle exprime ce Subjectum, dit ce qui est valide au-delà de telle ou telle circonstance.

Além do mais, esse destaque, que amalgama texto verbal e visual, tem seus efeitos potencializados, visto que mostra o ateísmo de uma candidata à presidência de uma República, majoritariamente católica, no santuário e dia destinado à sua padroeira. Da mesma forma que a (re)produção da fotografia do jornal israelense, *O tempo*, em que Hilary Clinton e Audrey Tomasen são retiradas da história, nas fotografias da *Folha de S. Paulo* não temos um caso de interincompreensão regrada, isto é, um discurso segundo construído a partir do simulacro do discurso primeiro. Temos, sim, em ambos os casos, uma compreensão regrada pelas restrições semânticas de uma Formação Discursiva(FD). A diferença entre esses dois casos reside no fato de que, enquanto na (re)produção da fotografia do jornal israelense temos, em relação ao texto-fonte (fotografia do *site* do jornal americano *The Atlantic*), discursos produzidos a partir de saberes bastante distintos, recuperados das FDs em discrepância no interdiscurso – o que, por seu turno, implica a construção de acontecimentos discursivos também distintos –, no caso das fotografias da *Folha de S. Paulo* temos o mesmo elemento de saber sustentando as diferentes fotografias, o que implica a reiteração de um mesmo acontecimento discursivo.

(In)conclusões preliminares

Nosso objetivo neste texto foi o de tentar deslocar epistemologicamente as categorias de citação, destacabilidade e aforização propostas por Dominique

Maingueneau (2006a, 2006b, 2010, 2012b), para dar conta de pequenos enunciados verbais, com o intuito de, com isso, tratar discursivamente de objetos multissemióticos, sobretudo os de natureza imagética. Entendemos que as análises empreendidas, embora pouco numerosas, autorizam tal deslocamento teórico, visto que, assim como o trabalho de aforização realizado pelo enunciador jornalista do JN, mostrado no caso da análise do livro didático de Língua Portuguesa *Por uma vida Melhor*, que (re)construiu um percurso interpretativo dominante para os telespectadores, a saber, que “o livro didático ensina a falar errado a língua portuguesa, corroborando uma língua não padrão, portanto uma língua errada”, o destaque do descompasso de Dilma Rousseff ao persignar-se também (re)construiu um percurso de leitura para os leitores do jornal, qual seja, que “Dilma Rousseff é adepta ao ateísmo, portanto trabalhará a favor de políticas que não coadunam com a moral e com os princípios cristãos”.

Portanto, cremos que, nos dois casos, as aforizações realizadas pelos jornalistas, a partir das restrições semânticas das Formações Discursivas nas quais estão inscritos – no material analisado, quais sejam, dissimular os acontecimentos em favor de um ponto de vista conservador em relação ao livro e de um ponto de vista tendencioso em relação a então candidata Dilma – constituem-se num percurso interpretativo deontico. Ou seja, no momento em que o JN destaca seis enunciados do livro didático, silenciando todo o restante do texto e, também, no momento em que a *Folha de S. Paulo* destaca o suposto descompasso de Dilma Rousseff em relação à realização do sinal da cruz, silenciando todos os outros gestos realizados pela então candidata durante a missa na Basílica de Aparecida, o leitor é interpelado ideologicamente a um posicionamento de atribuir a esses gestos interpretativos um sentido que extrapola o seu sentido primeiro e a aderir a esse outro e único percurso em alguma medida. Ao dizer de Maingueneau (2010, p.15), a interpretação assume a equação: “[...] ‘dizendo X, o locutor implica Y’, onde Y é um enunciado genérico de valor deontico.” Sendo assim, reiterando, esse enunciado genérico de valor deontico, no caso da primeira aforização, assume-se que “[...] se trata de um livro didático que ensina a falar errado o português.” e, no caso da segunda, assume-se que “[...] se trata de uma candidata adepta ao ateísmo.”

Poderiam nos objetar dizendo que há fotos que têm uma ampla circulação nos mais variados suportes midiáticos, que “todos” levam em conta e interpretam de maneira diferente, mas, a partir dessa constatação, afirmar que são aforizações, é como dizer que “bom dia” é um chiste, porque, afinal, é breve. Contra essa objeção nos posicionamos dizendo que, assim como o critério para classificar determinado enunciado como um chiste não se resume à sua brevidade, uma vez que provérbios, por exemplo, também são breves, mas nem por isso são chistes, a questão das fotografias em análise são aforizações, não somente pelo fato de circularem, mas pelo fato mesmo de interdiscursivamente entrarem em contato

com uma verdade gestada alhures, apresentando-se como inquestionável, qual seja, a de que Dilma “é adepta do ateísmo”.

As possíveis interpretações produzidas pelos leitores não são da mesma ordem e profundidade das que acompanham os textos literários, filosóficos ou religiosos, por exemplo. No entanto, trata-se de uma verdadeira “atitude hermenêutica”, em que a exegese atual faz com que os leitores percorram um conjunto de trilhas interpretativas dadas previamente pelo enunciador jornalista. Ou seja, os leitores são mobilizados a interpretar o destaque, procurando (re)construir o percurso interpretativo desenhado pelo jornalista/jornal.

BARONAS, R. L.; PONSONI, S. Quotation, detachment and aphorization in pictorial texts: possibilities? *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.413-431, 2013.

- *ABSTRACT: In this article, we will undertake a discussion with an epistemological background and try to comprehend how the media offers to read certain historical events in Brazilian politics through pictorial texts. As corpora we elected political actors' photographs that circulated in the newspaper Folha de S. Paulo during the second round of the 2010 Brazilian presidential elections. Our discussion is firmly based on Dominique Maingueneau's work (2006, 2008 and 2010) about quotation, detachment and aphorization. In these papers, the French theorist proposes a rich and refined discussion about the circulation of verbal texts in our society, that is, a discussion about how certain texts circulate – as a whole, in fragments, adapted, etc. – and why, from an integral text, often circulates only parts of it – endings, beginnings, small phrases, etc. From this discussion, we'll try to take some analytical-theoretical consequences for the analysis of texts that mobilize in their constitution not only verbal resources, but mainly resources of pictorial nature. Our background question is to think, on the one hand, on how the process of citation, detachment and aphorization works in pictorial texts in printed and digital media, and, on the other hand, on how these fragments of pictorial texts interfere with the interpretation of the historical event, which means how they are put into narrative, providing the reader a kind deontic journey of interpretation.*
- *KEYWORDS: Discourse. Pictorial text. Quotation. Detachment. Aphorization.*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. De. *A câmara viajante*. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/carlos-drumond/a-camara-viajante.php>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). Tradução de Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.6, p.5-18, 1999.

DER TZITUNG. Disponível em: <http://www.thejewishweek.com/blogs/jewish_techs/hasidic_newspaper_photoshops_hillary_clinton_iconic_photo>. Acesso em: 27 jun. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/12/2/>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

HELSLOOT, N.; HAK, T. La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse de discours. *Langage et société*, Paris, v.1, n.91, p.5-33, 2000.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *The Discourse reader*. London: Routledge, 2006.

LOUVRE. Disponível em: <<http://www.louvre.fr/>> Acesso em: 15 maio 2011.

MAINGUENEAU, D. *Les phrases sans texte*. Paris: Armand Colin, 2012a.

_____. Aforizações políticas, mídias e circulação de enunciados. *Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*, São Carlos, SP, n.20, p.1-18, out./dez., 2012b. Disponível em : <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigos/artigo_001.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

_____. Aforização: enunciados sem texto? In: MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. p.9-24.

_____. Citação e destacabilidade. In: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006a.

_____. Les énoncés détachés dans la presse écrite: de la surassertion à l'aphorisation. In: BONHOMME, M.; LUGRIN, G. (Ed.). *Interdiscours et intertextualité dans les médias*. Neuchâtel : Université de Neuchâtel, 2006b. p.107-120. (Travaux Neuchâtelois de Linguistique, n.44).

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

RAMOS, H. (Org.). *Por uma vida melhor*. educação de jovens: segundo seguimento do ensino fundamental. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009. v.2.

THE ATLANTIC. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/politics/archive/2011/05/picture-of-the-day-inside-the-situation-room-the-day-bin-laden-died/238219/>>. Acesso em: 13 maio 2011.

Recebido em outubro de 2011

Aprovado em novembro de 2012

CONCEITOS AXIOLÓGICOS BAKHTINIANOS EM PROPAGANDA IMPRESSA

Renilson José MENEGASSI*
Rosilene da Silva de M. CAVALCANTI**

- RESUMO: Este artigo aborda os aspectos axiológicos presentes nos conceitos de extraverbal, julgamento de valor e entoação, discutidos pelo Círculo de Bakhtin, apresentados especificamente, por escolha, em Volochinov e Bakhtin (1926), Bakhtin e Volochinov (2006) e Bakhtin (2003). Também relaciona esses conceitos com os estudos realizados por pesquisadores como Geraldi (1997), Clark e Holquist (1998), Souza (2002), Tezza (2003), Morson e Emerson (2008), Faraco (2009) e Sobral (2009), buscando refletir como são apresentados em enunciados concretos utilizados em situações comunicativas sociais. Além disso, o texto exemplifica esses conceitos ao realizar a leitura de uma propaganda produzida para a mídia impressa, demonstrando os possíveis e diferentes sentidos obtidos na leitura.
- PALAVRAS-CHAVE: Extraverbal. Juízo de valor. Entoação. Enunciado.

Considerações iniciais

Este texto apresenta uma reflexão teórico-analítica sobre alguns aspectos axiológicos presentes nos conceitos de extraverbal, julgamento de valor e entoação, discutidos pelo Círculo de Bakhtin, a respeito do caráter dialógico da linguagem. Para isso, fundamenta-se em pressupostos teóricos da concepção dialógica de linguagem, com ênfase na abordagem sócio-histórica, a partir de Bakhtin¹ e dos pesquisadores que desenvolvem pesquisas neste escopo teórico.

Assim, o texto tem como objetivo levantar os conceitos de extraverbal, julgamento de valor e entoação, sabendo-se dos riscos que tal escolha pode ter, especificamente em algumas obras bakhtinianas², como: Volochinov e Bakhtin

* UEM – Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de Letras. Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – renilson@wnet.com.br

** UEM – Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de Letras. Maringá – PR - Brasil. 87033-330 - rmcavalcant@ig.com.br

¹ Ao nos referirmos a Bakhtin, estamos também tratando das expressões “Círculo de Bakhtin” e “bakhtiniano” como tendo o mesmo valor semântico.

² Não é intuito deste texto apresentar um rastreamento dos conceitos discutidos nas obras do Círculo de Bakhtin, por isso da escolha pelas obras mais acessíveis ao público brasileiro, que têm ampla circulação no país.

(1926) - *Discurso na vida e discurso na arte*, Bakhtin e Volochinov (2006) - *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e Bakhtin (2003) - *Estética da criação verbal*. Também tem como objetivo relacionar esses conceitos a estudos realizados por pesquisadores como Geraldini (1997), Clark e Holquist (1998), Souza (2002), Tezza (2003), Morson e Emerson (2008), Faraco (2009) e Sobral (2009), que já os discutiram amplamente. Numa segunda parte do texto, propõe-se um gesto de leitura analítico em um gênero discursivo de circulação na mídia impressa brasileira, uma propaganda, procurando observar como esses conceitos permitem derivadas compreensões do texto escolhido, colaborando com os estudos sobre a complexa realidade da linguagem humana.

Extraverbal, julgamento de valor e entoação na constituição do enunciado

Para o Círculo de Bakhtin, a interação é a própria concepção de linguagem e constitui a realidade fundamental da língua. Por sua vez, Bakhtin e Volochinov (2006, p.123) afirmam que “[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém.”, o que lhe garante o caráter dialógico, mesmo que este diálogo seja do indivíduo com o próprio indivíduo, uma de suas muitas manifestações. Nestas, o produto da interação entre indivíduos socialmente organizados é a enunciação, que tem como centro organizador o meio social e não poderá ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta de sua manifestação. Ela “[...] só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é as outras enunciações).” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p.127). Assim, o enunciado é a unidade dessa comunicação discursiva, um elo no processo comunicativo, sendo irrepitível, pois seu contexto e sua razão de ser diferem dos de qualquer outro enunciado, mesmo sendo verbalmente idênticos. Esse caráter unívoco e irrepitível se dá justamente por sua característica axiológica, valorativa, que o sempre acompanha, manifestando-se polissemicamente em função da situação comunicativa em que o enunciado ocorre. Dessa forma, cada enunciação é única, mesmo que o enunciado verbal seja repetido, ele não será valorativamente o mesmo, pois o contexto de produção é sócio-histórico-contextual-discursivamente diverso, considerando-se aqui tanto a sua produção inicial, quanto seus modos de recepção, nas diversas possibilidades complexas da concretização da linguagem. Sobre isso, Morson e Emerson, estudiosos das ideias do Círculo, comentam:

Dois enunciados verbalmente idênticos nunca significam a mesma coisa [...]. O contexto nunca é o mesmo. O falante e o ouvinte, o escritor e o leitor, também mudam: não importa quantas características possam

compartilhar, dois enunciados nunca compartilham tudo. Cada um deles é único e cada qual, portanto, significa e é entendido como significando algo diferente, mesmo quando são verbalmente os mesmos. (MORSON; EMERSON, 2008, p.142).

Deste modo, se o enunciado for retirado do contexto, que nem sempre é fisicamente o mesmo, perde a chave tanto de sua forma quanto de seu conteúdo, restando apenas a abstração linguística e semântica que não permanecerão por muito tempo, por lhes faltar a base para sua síntese orgânica, isto é, o seu valor na enunciação. Esta, por sua vez, definida, constitui as possibilidades de compreensão desse enunciado.

Reflete-se, portanto, no enunciado, a interação social do falante, do ouvinte e do tema tratado como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação vivo entre os interactantes. Ele é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado (BAKHITIN, 2003). Assim, o enunciado concreto une os participantes da situação comum como co-participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira próxima. É o conhecimento da situação comum que vai garantir aos interlocutores a interação discursiva em seus contextos verbais e extraverbais. Essa situação, por sua vez, tem um mínimo de acabamento entre os interactantes, para que possa haver a compreensão no jogo da linguagem, caso contrário, não se estabelece e, conseqüentemente, não há um processo enunciativo condizente.

Da mesma maneira, para Volochinov e Bakhtin (1926), o enunciado é um todo significativo que compreende duas partes: a parte percebida ou realizada em palavras e a parte presumida. A primeira se constitui por meio dos fatores verbais, marcas linguísticas e até mesmo visuais, que denominamos de verbo-visual, enquanto a segunda é constituída pelo extraverbal nas interações sociais, históricas e discursivas em que os indivíduos convivem, isto é, por conhecimentos que não estão explicitamente demarcados na materialidade analisada, mas, sim, nos implícitos sócio-histórico-ideológico-contextual da produção, nas duas manifestações já apontadas. Nesse bojo, o extraverbal é caracterizado pelo que não foi dito explicitamente, portanto, não marcado em linguagem verbo-visual, em que o contexto pode ser compreendido pelos envolvidos na interação por meio de circunstâncias não linguísticas conhecidas pelos interlocutores e que complementam o sentido que se quer dar aos enunciados. Muitas vezes, pode ser visto apenas como uma imagem que complementa os enunciados, o não verbal, mas vai além ao manter a característica social que faz parte das interações verbais. Cabe justamente ao interlocutor identificar essas características no meio social, para que a compreensão do enunciado se qualifique, permitindo que a interação se instale e a enunciação se efetive, gerando o ato comunicativo.

Segundo os pressupostos do Círculo, o extraverbal é constituído por três elementos: 1) o horizonte espacial ideacional que envolve o conhecimento físico, espacial em que o enunciado está se realizando, que é visível aos interlocutores, e o conhecimento ideológico dos falantes sobre as condutas que devem ter nesse espaço determinado; 2) o conhecimento e a compreensão comum da situação comunicativa por parte dos interlocutores, que envolve o contexto histórico-cultural e os conhecimentos que os envolvidos têm em comum sobre os aspectos que estão ali envolvidos, como o tema discutido, as posições sociais de cada interlocutor etc.; 3) a avaliação comum da situação, os valores que sustentam essa interação e que compõem o horizonte social, realizada pelos participantes para que a enunciação se estabeleça, se constitua e, principalmente, seja compreendida. Esse três elementos, além de compor o extraverbal, no enunciado se complementam e na situação pragmática não é possível separá-los, pois para entendê-los é preciso partir do texto. Para defini-los, aqui, tentou-se, para uma melhor compreensão e organização metodológica, conceituá-los separadamente, por uma questão apenas didática, sabendo que sua realização é feita num conjunto concomitante e recursivo.

Nesse sentido, o discurso verbal nasce de uma situação pragmática extraverbal, ou seja, o enunciado, mais seu entorno físico, espacial, ideológico e cultural, está diretamente ligado à vida em si e se for desvinculado dela perderá a sua significação. Sobre a questão, Clark e Holquist (1998, p.244) comentam: “O traço diferenciador do discurso cotidiano não é o seu vocabulário ou o seu padrão sintático, porém a sua relativa dependência do contexto imediato.”, isto em qualquer situação, mesmo na escrita. Essa dependência do contexto exige, por parte dos participantes do ato comunicativo, que conheçam, ambos, pelo menos alguns traços em comum sobre o que se diz, a situação em que se produz e as condições de recepção constituídas, para que a compreensão se estabeleça. Uma pessoa que desconhece o contexto extraverbal imediato não compreenderá completamente o enunciado tal como o interlocutor o desejaria. Basta o desconhecimento, pelos envolvidos na interação, de um dos elementos que compõem o extraverbal para que sua compreensão seja falha, pois os enunciados surgem e terminam no processo da interação social entre os participantes da enunciação.

O extraverbal está integrado ao enunciado, favorecendo a interação comunicativa entre os interlocutores. Para o Círculo, também é denominado parte presumida ou contexto imediato a parte conhecida dos envolvidos na enunciação e pode ter um escopo maior ou menor, podendo o horizonte comum expandir-se no tempo e no espaço. Se o horizonte real presumido de um enunciado é estreito, a mudança mais momentânea dentro deste horizonte pode se tornar a parte presumida. Se o campo de alcance for mais amplo, o enunciado pode agir apenas

se sustentado em fatores constantes e estáveis da vida e em avaliações sociais substantivas e fundamentais. Isto significa que, quanto mais amplas e substanciais forem as interações sociais, maior conhecimento de situações extraverbais os interlocutores passam a ter.

Uma comunidade ou grupo social possui valores específicos que são reconhecidos socialmente. Por exemplo, dos membros do grupo social dos religiosos, espera-se que sejam benevolentes, que se preocupem com o próximo, sejam amorosos, que não sejam dados a atos contrários aos valores religiosos, como o alcoolismo, a prostituição etc., como exemplos típicos de qualquer ramo religioso. Esses valores estão arraigados na sociedade e formam os valores presumidos, o que faz com que os enunciados funcionem e sejam entoados e avaliados diferentemente em cada situação discursiva, porém sempre os tendo como presumidos, como certos. Por isso, a possibilidade de um membro desse grupo aparecer embriagado desencadeará enunciados de censura e contrariedade, também presumidos de exclusão e penalização, enfim, valorativos em função do grupo social.

Ainda sobre essa conceituação, Geraldi (1984, 1997) foi um dos pioneiros na interpretação das ideias do Círculo de Bakhtin no país, voltadas às perspectivas do ensino. Ele declara que o indivíduo expressa seu ponto de vista sobre o mundo por meio do discurso, apregoado com seus valores presumidos, aprendendo e desenvolvendo a língua materna com textos em situações valorativas concretas. Por isso, o autor considera a produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida (e ponto de chegada) de todo o processo de ensino/aprendizagem, afirmando que os enunciados constituem a materialidade dos discursos e sobre eles se inicia e se finda a enunciação.

Ao apresentar suas reflexões sobre o ensino, Geraldi fundamenta seu trabalho na concepção dialógica da linguagem, que contribui para a construção de novas alternativas ao ensino de língua, sem que seja preciso abandonar conhecimentos historicamente produzidos. A interação, nessa perspectiva, não se dá fora de um contexto social e histórico mais amplo, sofrendo, assim, as interferências, os controles e as seleções impostas pela formação social. Nesse sentido, o conceito de extraverbal é encontrado nos estudos do autor como sendo denominado por “contexto” ou “situação histórico-social”, ou seja, “[...] o espaço no qual se dão as interações entre os sujeitos.” (GERALDI, 1997, p.13).

Sobral (2009, p.90), por sua vez, valoriza o conceito de extraverbal ao considerar sua importância na compreensão do enunciado. Para o autor, o enunciado só pode ser entendido “[...] considerando o processo de sua produção, de sua circulação no mundo e de sua recepção por outros sujeitos.”, o que reafirma o já posto.

Faraco contribui com essa proposta ao afirmar que “[...] todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é uma tomada de posição.” (FARACO, 2009, p.25). Isso pode ser exemplificado na frase: “Ele é gay!”. Enquanto frase, é neutra, mas, como enunciado, pode expressar vários sentimentos, dependendo do tom utilizado no seu proferimento, de como o autor se constitui em relação ao outro. Os valores possíveis de atribuição, como desprezo, espanto, admiração, afirmação etc., dependem da situação em que a frase se encontra e como ela se constitui como enunciado. Dessa forma, a situação extraverbal constitui, então, valores diferenciados, principalmente numa sociedade que busca a convivência com esses valores e com a diversidade social como um de seus objetivos de evolução.

Assim, os julgamentos de valor presumidos são atos sociais regulares e essenciais (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926) e se configuram por meio do posicionamento ideológico dos interlocutores envolvidos no discurso. Se o julgamento de valor for condicionado pela existência de uma dada comunidade, considerando-se suas relações ideológicas, ele se torna uma matéria de crença dogmática, alguma coisa tida como certa por todos os participantes do grupo social. Entretanto, se for verbalizado e justificado, torna-se duvidoso, pois, ao separar-se do seu referente, perde a conexão com as condições existenciais do seu grupo dado, ou seja, um “[...] julgamento de valor qualquer existe em sua totalidade.” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926, p.7).

Nessa perspectiva valorativa existente no enunciado, Geraldi, pensando nas questões que envolvem o ensino, propõe um quadro hipotético com questionamentos que direcionam as respostas que um aluno pode construir ao ser solicitado para escrever um texto, “[...] uma sequência verbal escrita formando um todo acabado, definido e publicado.” (GERALDI, 1997, p.101), que já orienta a compreensão do julgamento de valor de sua própria produção escrita:

1. Quem sou eu para lhe falar assim?
2. Quem é ele para eu lhe falar assim?
3. Quem sou eu (professor) para que ele me fale assim?
4. Quem é ele (aluno) para que ele me fale assim?
5. De que lhe falo eu?
6. De que ele me fala?
7. O que ele pretende de mim falando desta forma?
8. O que o aluno pretende de si próprio falando dessa forma?
(GERALDI, 1997, p.69-71).

Nestes questionamentos estão marcados os possíveis julgamentos de valor que são construídos socialmente, carregados da ideologia constitutiva do grupo ao qual o locutor pertence, no caso, a escola e seus interactantes. Por exemplo, ao questionar “Quem é ele para eu lhe falar assim?”, o aluno levanta do arcabouço ideológico que construiu ao longo de sua vida, por meio das situações vividas, valores que auxiliam no seu posicionamento como sujeito ativo: ele é o professor, a pessoa que tem que saber; é ele quem corrige e diz o que é certo ou errado sobre meu texto; é ele quem vai corrigir, portanto devo escrever o que ele quer que eu escreva, pois este é o valor estabelecido nas nossas relações. São esses julgamentos de valor ideologicamente constituídos que definem o discurso na interação. Percebe-se, nos estudos de Geraldi, que os conceitos de julgamento de valor e entoação são apresentados imbricados, dificultando sua conceituação separada.

Nos estudos de Sobral, em período posterior a Geraldi, os conceitos de julgamento de valor e entoação aparecem unidos, chamado de “entoação avaliativa”, o que, pela nomenclatura, já define o tom como marca de avaliação do locutor, um posicionamento ativo. Assim, “[...] toda enunciação envolve um tom avaliativo impresso pelo sujeito e suas alterações verbais, de acordo com suas relações com seu interlocutor e o momento da interlocução.” (SOBRAL, 2009, p.83-84). Como se nota, o tom avaliativo definido pelo sujeito leva em conta o interlocutor e o momento de realização do ato comunicativo, com seus enunciados efetivos. Dependendo a quem se dirige, o locutor define seu tom avaliativo. Por exemplo: um pai, utilizando-se de sua autoridade, diz ao filho: “- Vá para dentro!”. O filho, ao reconhecer a autoridade paterna, vai obedecer ou não, dependendo da sua relação com o pai. Já, se este mesmo pai dirigir-se a um menino qualquer e der a mesma ordem, não conseguirá o pretensão resultado, pois mudou o interlocutor e o momento da interlocução, conseqüentemente, altera-se, também, a relação valorativa pressuposta. Isso se explica pelo fato de que um sujeito diz algo a outro a partir de uma dada posição social, que resulta da relação do sujeito com o outro na interação (SOBRAL, 2009), ou seja, nossa mera entoação carrega obrigatoriamente nossa palavra de atitude valorativa (TEZZA, 2003).

Ainda, em Sobral (2009), a entoação avaliativa se constitui em relação à resposta ativa presumida do interlocutor, justamente por saberem os valores comuns a ambos. Assim, o discurso vai se constituindo de forma interativa, respeitando as alternâncias entre os interlocutores. Nessa perspectiva, retoma-se Clark e Holquist (1998), ao afirmarem que o lugar a partir do qual algo é percebido determina o significado daquilo que é observado, marcando o valor dos envolvidos na construção do enunciado. Essa percepção envolve os pressupostos discutidos por Geraldi, a partir da noção de valor do Círculo de Bakhtin, agregando-se aos de Sobral (2009).

A entoação, dessa forma, estabelece um elo firme entre o discurso verbal e o contexto extraverbal. É responsável por transportar o discurso para além das fronteiras do verbal, por estar na fronteira do verbal com o não verbal, do dito com o não dito, sendo compreensível juntamente com o julgamento de valor estabelecido pelo enunciado e o próprio ato comunicativo.

Ao se pensar sobre esse conceito, nos modos formais da gramática, o *Dicionário Aurélio* estabelece que entoação significa “[...] modulação na voz de quem fala ou recita, inflexão, entoação.” (FERREIRA, 2008, p.353). Complementando essa definição, retomamos Câmara Junior (2007, p.130) ao defini-la como “[...] escala de elevação e abaixamento da voz com que se enuncia uma frase.”, que também explica que a entoação é a responsável por determinar a interrupção de uma frase ou sua classificação. Já para Bakhtin e seu Círculo, o conceito de entoação é mais abrangente do que esse puramente gramatical. É social, envolvendo também os aspectos fonológicos, mais a modulação dada à voz, fazendo com que uma mesma frase se constitua em diferentes enunciados, por isso “[...] uma entoação criativamente produtiva, segura e rica.” (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926, p.8) está diretamente ligada à posição ocupada pelo locutor num determinado momento, por isso sujeita a mudanças.

Devido à capacidade de modificar um único enunciado, dando várias significações, a entoação é considerada criativamente produtiva nos seus aspectos sociais e discursivos. Para exemplificar esse conceito, Volochinov e Bakhtin (1926) utilizam como ilustração duas pessoas que, sentadas numa sala de jantar, veem começar a nevar e um deles diz! “– Bem!”. Um enunciado que isoladamente é vazio e sem sentido torna-se completo e pleno de significação quando inserido no contexto extraverbal. É pelo que viam conjuntamente – os flocos de neve pela janela –, pelo conhecimento comum – a época do ano: inverno - e a avaliação comum sobre a situação – a marca de que o inverno chegou são os flocos de neve que caem, juntamente com o frio típico da estação - que o enunciado “– Bem!” tem valor específico nessa situação, definindo, inclusive, compreensões diversas, mas únicas para os interlocutores no contexto específico descrito: a) o inverno chegou; b) já era tempo de o inverno chegar; c) a neve começou a cair, o frio chegou junto; d) é hora de ir embora, pois começou a nevar etc.

A entoação está relacionada ao outro, ao conceito de alteridade, obrigatoriamente, pois é justamente o outro quem vai avaliar e valorar o enunciado a partir da entoação. Sua escolha depende do significado que o locutor quer dar ao enunciado, fazendo com que uma mesma palavra atenda a diferentes enunciações. Nesse caso, a entoação é a marca pessoal do locutor, sua presença e seus valores no enunciado. Isso pode ser observado por meio do enunciado: “–Mãe!”. Tomado isoladamente, é um enunciado vazio, mas se pronunciado com entoação expressiva pode ter diferentes significações, causando valores diversos

aos interlocutores. O que vai determinar o sentido é o contexto extraverbal no qual estiver inserido. Por exemplo, uma filha ao deparar-se com sua mãe, fazendo algo que não acreditava que ela fosse capaz de fazer, admirada, coloca as mãos na cintura e diz: “– Mãe!”. Este enunciado vem carregado de admiração diante do inesperado. Entretanto, este mesmo enunciado poderá acontecer em outro contexto. Uma criança adoentada, dengosamente chama sua mãe: “– Mãe!”. A partir destes exemplos, nota-se que a entoação é a responsável em marcar a presença do interlocutor no discurso, mesmo na escrita, uma vez que as descrições do contexto em que o enunciado aparece são descritas para que o leitor possa compreender e fazer as relações necessárias para seu entendimento, basta ao leitor responder às provocações propostas pelo autor, através de suas atitudes responsivas diversas.

Assim, a entoação na fala concreta é muito mais metafórica do que as palavras usadas, estando fortemente ligada à metáfora articulatória e gesticulatória: a entoação e o gesto são ativos e objetivos por tendência. Ao entoar ou gesticular, uma pessoa assume a posição social ativa, com respeito a certos valores específicos, sendo esta posição condicionada pelas próprias bases de sua existência social (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926). Esta posição social ativa se constitui quando o sujeito fala, pois, ao falar, ele responde a algo já dito antes e se coloca em relação aos enunciados anteriores, criando o elo da comunicação proposto pelo Círculo de Bakhtin.

Por outro lado, a entoação é uma característica dada pelo produtor também na escrita, podendo ser identificada por meios específicos, como marcas textuais, pontuação e marcas notacionais, sendo relacionada ao extraverbal e ao julgamento de valor presumido. Portanto, “[...] a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto.” (BAKHTIN, 2003, p.292). Dessa forma, é possível afirmar que a entoação transforma um termo em um enunciado acabado e as formas de sua compreensão são variáveis e polifônicas, como veremos a seguir.

Os conceitos axiológicos em análise

Para discutir teórico-analiticamente os conceitos axiológicos apresentados, escolheu-se uma peça publicitária da empresa Nestlé, produzida por Bernardo Leite, em 15 de julho de 2006, para a mídia impressa. Esta propaganda, disponibilizada no sítio Desencannes, o qual apresenta “pérolas da propaganda não publicadas” - material produzido para circulação social, porém não aceito para a divulgação do produto por diversas razões, mas que não deixa de ser um material para estudar o uso da linguagem em nossa sociedade, já que esse enunciado também se faz presente na vida das pessoas, uma vez que está disponível na rede

mundial. Na apresentação do sítio, o responsável afirma: “Aqui, ninguém julga se a peça funcionaria. O que vale é o humor inteligente, a sacadinha, a propaganda impublicável. Pode-se criar, comentar, discordar, defender. Mas o que importa é a ideia pela ideia.” (DESENCANNES, 2012). Assim, o que tem mais valor, neste caso, é a publicidade como forma de humor, através da imagem e da escrita.

Atualmente, a comunicação por meio de imagens tem sido um recurso muito utilizado, o que leva o indivíduo a ter que praticar o olhar para entender o mundo atual (NOGUEIRA, 2007). As imagens estão presentes em quase todos os textos que utilizamos, por isso “[...] é impossível compreender os textos, até mesmo as suas partes linguísticas somente, sem ter uma idéia clara de como esses outros elementos podem estar contribuindo para o significado do texto.” (KRESS, 2000 apud NOGUEIRA, 2007, p.53). Esses outros elementos fazem parte do que seria o extraverbal, já discutido por Volochinov e Bakhtin (1926), Bakhtin (2003) e Sobral (2009).

Além disso, a presença de recursos imagéticos nos textos introduz o conceito de multimodalidade nos estudos sobre leitura, que não são aqui discutidos por não serem o foco teórico do trabalho. Os gêneros orais e escritos são considerados multimodais na medida em que, “[...] quando falamos ou escrevemos um texto, estamos usando no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipografias, palavras e sorrisos, palavras e animações etc.” (DIONÍSIO, 2005 apud NOGUEIRA, 2007, p.54). Dessa forma, o texto em análise se enquadra na classificação de multimodal, não podendo ser compreendido sem considerar o dito por meio do texto, da imagem e o contexto compreendido pelos envolvidos na interação.

A propaganda apresenta uma moldura formada por corações embrulhados em papel chumbo vermelho, dispostos em formas próprias para colocar docinhos de festa, arrumados formando uma moldura completa entorno do texto, como disposto numa mesa de festa, típico de conhecimentos pressupostos aos consumidores de produtos da Nestlé, isto é, já presumidos pelo produtor (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; FARACO, 2009). O uso das cores em um texto consiste em chamar a atenção, guiar o olho do leitor e estabelecer relações lógicas e possíveis aos seus sentidos. Elas influenciam psicologicamente os seres humanos e são mais ligadas à emoção do que própria e simplesmente à forma. A escolha da cor na propaganda é muito importante, uma vez que exerce uma ação tríplice sobre o indivíduo que recebe a comunicação visual: impressionar, expressar e construir sentidos. Nesse aspecto, “[...] a cor é vista e impressiona a retina. É sentida: provoca uma emoção. E é construtiva, pois, tendo um significado próprio, tem valor de símbolo e capacidade, portanto de construir uma linguagem própria que comunique uma ideia.” (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006, p.13).

Muitas teorias científicas têm procurado explicar de maneira definitiva a visão da cor, mas o certo é que determinadas cores dão a sensação de proximidade e outras de distância. De acordo com os estudos realizados pelo psicólogo suíço Max Lüsher, experiências têm provado ser o vermelho puro excitante, ao olhar para esta cor, há uma elevação da pressão arterial e o ritmo cardíaco do indivíduo é alterado (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006).

Observando a peça publicitária, percebe-se uma materialidade constituída por recursos linguísticos e visuais, com um propósito comunicativo que é estimular nos interlocutores o desejo de adquirir o produto, de saboreá-lo, numa determinada situação interativa de comunicação: a relação de divulgação do produto (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003). No caso, a cor vermelha chama a atenção do leitor ao impulsionar a atenção e a adesão aos elementos em destaque. Segundo os estudos de Lüsher (apud FREITAS, 2007), o vermelho significa desejo, todas as formas de ânsia e apetite insaciável, é uma cor ativa. Relacionada com o formato de corações apresentados na moldura da publicidade, este efeito é reforçado. Tanto a cor quanto o formato selecionados para a propaganda estão relacionadas ao contexto de produção de leitura da publicidade, conseqüentemente, aos modos de produção do extraverbal e dos valores imputados (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; CLARK; HOLOQUIST, 1998; FARACO, 2009; GERALDI, 1997; SOBRAL, 2009).

Figura 1 – Peça publicitária da Nestlé



Fonte: Desencannes (2012).

Agregada à escolha da cor e da forma, ao lado direito encontra-se a foto do produto anunciado: Leite Condensado Nestlé Moça serve fácil. Uma embalagem prática, no formato de bisnaga, a qual, para abrir, não necessita de abridor, como

na versão em lata, apenas desrosquear a tampa. Isto justifica a ideia do serve fácil, é só abrir e usar, inclusive seu formato favorece a ideia de que, com o próprio tubo, é possível fazer as decorações que estão nas bordas. Esse sentido de serve fácil, por ser bisnaga e não precisar de abridor, é justamente o tom valorativo do enunciado, já proposto pelo Círculo de Bakhtin (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926), discutido por Sobral (2009) e por nós na seção anterior. Justamente pelos leitores saberem que esse tipo de embalagem é mais fácil de manusear, o nome dado ao produto pressupõe esse conceito social no interlocutor, neste caso, o extraverbal, nos seus três elementos: a) o horizonte espacial ideacional, b) o conhecimento e a compreensão comum da situação comunicativa, c) a avaliação comum da situação, pressupostos essenciais para que a propaganda seja lida, compreendida e aceita como um enunciado, no ato comunicativo.

Ainda na sua descrição, o tubo tem como ilustração uma jovem camponesa suíça, carregando um balde de leite, logomarca da empresa Nestlé no mundo todo. A condensação do leite, quando surgiu o produto, tinha como objetivo conservá-lo para possibilitar o seu transporte e armazenamento e, ao chegar ao destino, era diluído em água, sendo utilizado em forma líquida (LEITE..., 2012). No Brasil, o produto passou a ser conhecido como “a Moça” e o leite condensado como “Leite Moça”, configurando, assim, os conhecimentos historicamente construídos, conforme ensina Gerald (1997).

No campo da comunicação, a cor tem uma função bem definida e específica de ajudar na clareza da mensagem a ser transmitida. Analisando os elementos constitutivos do sistema visual que compõem a embalagem do produto, tem-se o fundo em branco sobre o qual aparece a imagem da camponesa, carregando um balde de leite, as palavras “Nestlé” e “Moça” em azul e “serve fácil” em vermelho, portanto, as cores básicas da peça publicitária são o vermelho, o azul e o branco, as duas primeiras são cores primárias e a última, neutra, própria a fundos, para destacar os aspectos linguísticos e não verbais. Essa exposição de cores primárias é justamente uma marca da entoação discutida pelo Círculo de Bakhtin, já que ela carrega elementos extraverbais que são complementares ao enunciado, que valoram o produto ao interlocutor. A singeleza do branco ao fundo justamente reflete a pureza do produto (leite tem cor branca), que é representado por uma “moça”, vestida delicadamente como camponesa, nas mesmas cores que há em toda a embalagem. Nesse sentido, há, aí, a entoação avaliativa (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926), bem discutida por Sobral (2009), ao comentar que ela se constitui em relação à resposta ativa presumida do interlocutor, justamente por seu produtor saber os valores comuns a ambos. Esses valores são as cores, seus significados aos leitores brasileiros, a moça, sua forma típica camponesa, trajas e cores, e o produto, também muito conhecido por todos. Com isso, a entoação avaliativa presumida se configura como adequada à propaganda impressa aqui analisada.

A principal função da cor na embalagem é chamar a atenção do público consumidor (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006) e liberar a imaginação e a criatividade do homem. A cor vermelha chama a atenção com mais rapidez e intensidade do que as demais, por isso, além de ser utilizada na roupa da personagem, também é utilizada na expressão “serve fácil”, bem como em toda moldura do enunciado. Outros aspectos importantes relacionados a essa cor são: impõe vivacidade e energia, aspectos que atribuem uma carga simbólica no sentido de transmitir afeto, amor e a sensação de acolhimento e, ainda, sob o ponto de vista simbólico, mas derivado de uma relação de semelhança, está associada ao pecado, à volúpia e à sensualidade, atribuindo à personagem e, conseqüentemente, ao produto em si, uma carga atraente e tentadora (ALMEIDA et al., 2009), numa possível leitura inferencial que o enunciado permite. Por sua vez, o azul normalmente está relacionado aos aspectos de segurança e confiabilidade, imbuídos tanto para a marca quanto para o produto. Já a cor branca remete à pureza, ao frescor, à limpeza e ao universo lácteo. Essas constituições de cores são marcas axiológicas possíveis de observação no enunciado (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; SOBRAL, 2009). O branco presente no balde remete à sensação indicial de leite fresco, que acabou de vir da ordenha, em virtude da posição corporal da moça camponesa com os baldes na cabeça e na mão direita, o que ativa na mente do consumidor a qualidade do produto, o conceito de valor presumido (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; SOBRAL, 2009).

Por sua vez, ao se observar os recursos linguísticos, temos “A MOÇA DOS SONHOS: GOSTOSA E FÁCIL DE COMER”, que é a parte percebida ou realizada linguisticamente do enunciado. Analisada como frase isolada, fora de um contexto delimitado, sem direcionalidade, está sujeita a várias interpretações, podendo gerar ambigüidades, até mesmo sem noções de sentidos possíveis. Já ao constituir-se em um enunciado concreto, no gênero discursivo propaganda impressa, marcado pela presença de um enunciador que considera os possíveis interlocutores com uma finalidade específica, que é a divulgação da nova embalagem de um produto conhecido pela população, e com valores já presumidos e definidos (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003), tem sua significação delimitada por meio do contexto e dos julgamentos de valores presumidos pela publicidade, pelo produto e pelas marcas linguísticas e visuais ali definidas. O que antes estava aberto às diversas possibilidades de interpretação, nesse contexto, encontra-se delimitado pelos valores do grupo social que constitui as possibilidades de compreensão do extraverbal do enunciado (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; GERALDI, 1997; FARACO, 2003; SOBRAL, 2009). Assim, “A MOÇA DOS SONHOS: GOSTOSA E FÁCIL DE COMER” não pode ser qualquer uma, graças ao contexto do enunciado e as circunstâncias não linguísticas conhecidas pelos interactantes. Dessa forma,

necessariamente deve ser entendido como “Moça, leite condensado da Nestlé”, marca reconhecida entre os brasileiros.

O enunciado só tem a significação dada pelo produtor se for considerado o entorno físico, ideológico e cultural do discurso verbal. No entorno cultural, por exemplo, “moça dos sonhos” significa uma moça especial; por sua vez, “gostosa” pode ser um conceito puramente estético relacionado à mulher bonita, atraente, com o corpo bonito e sensual, não relacionado ao paladar, fugindo ao proposto pela propaganda, ou referir-se ao produto que é conhecido como “moça” e tem um sabor marcante e conhecido. Por outro lado, a entoação de “gostosa” pelo leitor já define por si só um conceito de algo com bom paladar, que é realmente o que o produto anunciado tem. Ao mesmo tempo, “fácil de comer”, apesar da ambiguidade existente, que pode levar a conotações sexuais, inclusive, também demonstra uma entoação valorativa do produto, já que o leite condensado na bisnaga é muito mais fácil de ser comido do que em outro recipiente, como na tradicional lata que precisa de um abridor, por exemplo. São os valores que envolvem os participantes do discurso que dão significado ao enunciado (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; GERALDI, 1997; SOBRAL, 2009), proporcionando até mesmo o humor, que, neste caso, é constituído pela ambiguidade identificada nos recursos linguísticos, oferecendo, assim, novos discursos possíveis. Dessa forma, ao se considerar os recursos extraverbiais como a escolha da cor, os corações em formas de doces que constituem a moldura, juntamente com as marcas linguísticas, é possível ter outros sentidos ao enunciado, pois não se trata de qualquer moça (menina jovem), mas, sim, da moça ilustrada na embalagem. Essa polissemia remete à pretensa conotação de que não se trata de qualquer mulher jovem, considerada na gíria brasileira atual como “gostosa” – daí o emprego no texto da polissemia a este vocábulo, no sentido de bonita e com corpo perfeito, e fácil de se relacionar sexualmente com um homem; como também, à leitura do produto chamado “Leite Moça”, que é “gostoso no seu paladar” e “fácil de ser consumido”, pela comodidade da nova embalagem.

Com essa análise, pretendeu-se demonstrar que, no estudo dos enunciados concretos, os conceitos de julgamento de valor, entoação e extraverbal, não são desconsiderados, pois os enunciados são moldados pela antecipação de uma resposta, o que não é possível acontecer se os valores do grupo social em questão forem desconhecidos e, até mesmo, desconsiderados (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003; SOBRAL, 2009).

Considerações finais

O enunciado se constitui por sua direcionalidade certa, ou seja, parte de um locutor para um interlocutor, em contextos sócio-histórico-ideológicos específicos (VOLOCHINOV; BAKHTIN, 1926; BAKHTIN, 2003). Está diretamente

ligado ao contexto extraverbal, não podendo ser compreendido se deslocado do contexto imediato que deve ser conhecido dos que estão envolvidos no processo comunicativo. Por isso, afirma-se que ele nasce e finda no processo de interação social entre os participantes da enunciação. Ele é constituído por aspectos verbais e também não verbais que se organizam de acordo com as especificidades das esferas de comunicação social e, como defendido neste texto, pela situação extraverbal ligada a eles.

Dessa forma, este texto objetivou compreender como os conceitos axiológicos se configuram no gênero discursivo propaganda impressa. Para isso, foram discutidos os conceitos de extraverbal, julgamento de valor e entoação pelo Círculo de Bakhtin e por outros pesquisadores, procurando compreender como eles se constituem num gênero discursivo de circulação social definida, como manifestação do complexo mundo da linguagem humana. Como resultado, nota-se que os conceitos axiológicos propostos pelo Círculo de Bakhtin auxiliam a compor uma leitura mais adequada de enunciados escritos, como o exemplificado, configurando-se com material linguístico e não verbal, constituindo possibilidades de compreensão mais amplas do processo enunciativo que se forma no momento de leitura desse gênero discursivo específico.

MENEGASSI, R. J.; CAVALCANTI, R. S. Axiological Bakhtinian concepts in print advertisement. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.433-449, 2013.

- *ABSTRACT: This article addresses the axiological aspects in the extra-verbal, judgment value and intonation concepts, discussed within the ideology of the Bakhtin Circle, presented specifically by Volochinov and Bakhtin (1926), Bakhtin and Volochinov (2006) and Bakhtin (2003). This paper also relates the Bakhtinian concepts with studies carried out by researchers such as Geraldi (1997), Clark and Holquist (1998), Souza (2002), Tezza (2003), Morson and Emerson (2008), Faraco (2009) and Sobral (2009), and discusses the way in which they are presented in real advertisements within social communication situations. The above-mentioned concepts are also exemplified in one advertisement produced by the press. The different meanings in the reading are revealed when the concepts discussed are taken into consideration.*
- *KEYWORDS: Extra-verbal. Value judgment. Intonation. Enunciation.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. de S. et al. Personagem de marca: análise semiótica da moça leiteira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0921-1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CÂMARA JUNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DESSENCANNES. Disponível em: <http://www.desencannes.com/perolas/detalhes_imprensa.php?id=115&c=t>. Acesso em: 05 abr. 2012.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo*: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. *Miniaurélio*: o minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.

FREITAS, A. K. M. de. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. *Nucom*, Limeira, v.4, n.12, p.1-18, out./dez. 2007. Disponível em <http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Cor/psicodinamica_das_cores_em_comunicacao.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *O texto na sala de aula*. 2.ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

LEITE Condensado. *Historia do leite condensado*. Disponível em: <<http://www.leitecondensado.com/?p=4>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

MORSON, G. S.; EMERSON C. *Mikhail Bakhtin*: criação de uma prosaística. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2008.

NOGUEIRA, M. C. B. *Ouvindo a voz do (pré)adolescente brasileiro da geração digital sobre o livro didático de inglês desenvolvido no Brasil*. 2007. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10439@1>. Acesso em: 23 nov. 2011.

SOBRAL, A. *Do dialogismo ao gênero*: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo de Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanistas: FFLCH, 2002.

TEZZA, C. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

VOLOCHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. *Discurso na vida e discurso na arte: (sobre poética sociológica)*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. 1926. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo.

Recebido em agosto de 2012

Aprovado em novembro de 2012

POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S) E QUESTÕES DE PODER

Cristine Gorski SEVERO*

- **RESUMO:** O texto apresenta e discute os conceitos de poder e de política no campo de saber intitulado “Política Linguística”. Para tanto, inicialmente apresenta e discute a heterogeneidade e complexidade do campo, discorrendo sobre os conceitos de Política e Planejamento Linguísticos. Em seguida, apresenta os trabalhos genealógicos do filósofo francês Michel Foucault acerca da relação entre poder, saber e política. Para fins de discussão, o artigo apresenta uma série de casos, tanto reais como possíveis, de aplicação e intervenção do campo de Política Linguística, com vistas tanto a discutir a noção de poder em conceitos e metodologias utilizadas pela área de saber, como a expandir o lócus de intervenção da disciplina a partir de possíveis contribuições de Michel Foucault sobre a dinâmica das relações de poder aplicada aos estudos das relações entre as línguas, as línguas e os sujeitos, as línguas e a tecnologia, e as línguas e uma dada geopolítica.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Política Linguística. Planejamento linguístico. Poder. Saber. Línguas. Sujeitos. Internet.

Introdução

Este texto pretende discutir a dimensão política da área de saber intitulada “Política Linguística”, a partir dos trabalhos de Michel Foucault sobre as relações entre poder, saber e política. Trata-se de explicitar, na medida do possível, as relações de poder inscritas em algumas práticas de descrição e intervenção na relação entre as línguas, as línguas e a tecnologia, as línguas e os sujeitos, e as línguas e uma dada geopolítica.

Esta disciplina é constituída, de forma geral, por dois eixos interligados: Política Linguística e Planejamento Linguístico. O primeiro eixo tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros. O segundo eixo tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vistas a influenciar o comportamento dos

* UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. Florianópolis - SC - Brasil. 88040-970 - crisgorski@gmail.com

sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos (COOPER, 1989). O conceito de planejamento linguístico foi utilizado inicialmente, em contexto acadêmico ocidental, por Einer Haugen (1961) em seu trabalho intitulado *Planning in modern Norway*, no qual analisou a situação da língua norueguesa na fase de independência da Noruega.

O “nascimento” da Política Linguística como campo científico disciplinar (EUA e Europa) se deu concomitante à emergência da Sociolinguística, ambas tendo como marco um evento organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, em 1964, onde estiveram presentes nomes vinculados tanto à Política Linguística como à Sociolinguística, entre os quais Haugen, Labov, Gumperz, Hymes e Ferguson. Em 1968, coroando a consolidação do campo, houve a publicação do trabalho *Language problems of developing nations*, assinado por Fishman, Ferguson e Dasgupta (1968) (CALVET, 2007; BIANCO, 2004; MANLEY, 2008).

Essa fase inicial de configuração da Política Linguística no Ocidente como um campo disciplinar foi atravessada por esforços de sistematização e racionalização de um modelo aplicável aos estudos de descrição da relação entre as línguas e de seu funcionamento (político) nos limites do Estado. Tal esforço buscou fundar as regras de formação e legitimação da Política Linguística como campo de saber com estatuto científico, dado que “[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos.” (FOUCAULT, 1996, p.30). Exemplificando o processo de formação da Política Linguística como disciplina, os métodos de sistematização da relação entre as línguas incluíam classificações hierárquicas das línguas (vernácula, padrão, clássica, crioula e pidgin), das suas funções (língua de ensino, oficial, internacional, veicular, religião e gregária), de seus atributos, dos seus diferentes níveis de favorecimento/desfavorecimento (escala GIDS de Fishman), entre outros (CALVET, 2007; BIANCO, 2004).

Os trabalhos pioneiros que se devotaram à delimitação deste campo de saber mantiveram firme o compromisso com a racionalidade científica, com algumas poucas exceções:

Corroborando o clima intelectual de preponderante otimismo científico, apenas uma minoria dos pioneiros da Política e Planejamento linguísticos eram céticos sobre quaisquer limites postos aos protocolos técnicos e muitos imaginaram banir a subjetividade e os interesses das suas considerações¹ (BIANCO, 2004, p.740).

¹ “In keeping with the prevailing intellectual climate of scientific optimism, only a minority of LPP pioneers were skeptical about any limits to technical protocols and many imagined banishing subjectivity and interests from consideration”. As traduções ao longo do artigo são de minha responsabilidade.”

A crítica ao positivismo e empirismo presentes na Política Linguística como disciplina pode ser também evidenciada na seguinte colocação feita por Rajagopalan (2005, p.138) sobre a gestão do tema pelos linguistas:

É um grande equívoco pensar que a política linguística deve pautar-se pelas descobertas e afirmações da linguística ou qualquer outra ciência formal. Nenhuma ciência que aborde seu objeto de estudo de maneira idealizada e desvinculada dos anseios do dia-a-dia pode-se dar ao luxo de se autoproclamar dona do saber soberano quando se trata de assuntos práticos relacionados ao seu objeto de estudo [...].

O ceticismo e a resistência aos modelos científicos e positivistas de estudo da relação (política) entre as línguas se evidenciam em algumas abordagens modernas que se debruçam sobre o tema, conforme será visto adiante.

A seguir, apresentam-se e discutem-se os conceitos de política linguística e de planejamento linguístico em sua complexidade com vistas a uma reflexão, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, sobre a dimensão política das práticas e enfoques do campo disciplinar da “Política Linguística”.

A Política Linguística como um campo multifacetado

O conceito de política linguística é complexo e polissêmico. A heterogeneidade deste campo de saber varia entre os seus alvos e níveis de intervenção, além de sua relação com o planejamento linguístico, em que este ora é tido como mera aplicação da política linguística, ora é tido como o seu coração, gerando um desequilíbrio entre as prioridades teórico-metodológicas adotadas. Além disso, em alguns casos, priorizam-se aspectos técnicos em detrimento de políticos na atuação sobre questões linguísticas, prática que tem sido alvo de críticas reiteradas, como o posicionamento de Rajagopalan (2005) citado anteriormente. A heterogeneidade do campo ocorre também em relação aos diferentes contextos sócio-políticos de constituição da disciplina: as tradições americana, europeia e soviético-russa, por exemplo, não compartilham as mesmas prioridades e enfoques teórico-metodológicos, o que pode estar vinculado tanto às regras (históricas) de configuração do campo disciplinar, como à realidade política das línguas nesses contextos:

[...] os primeiros teóricos – norte-americanos – da política e do planejamento linguísticos [...] tendiam a negligenciar o aspecto social da intervenção planejadora sobre as línguas. Diante deles, os linguistas europeus [...] insistiram na existência de conflitos linguísticos [...] Mas sua situação os levou a misturar assuntos e a passar, lentamente, do teórico ao militante. (CALVET, 2007, p.35-36).

Um outro traço indicador da heterogeneidade do campo da Política Linguística abrange tanto os contextos (nacionais, pós-coloniais) estudados, como os níveis macro, meso e micro de intervenção. É o que se percebe, por exemplo, em estudos de caso em torno da especificidade da política linguística em contextos pós-coloniais (CANAGARAJAH, 2005; HILL, 2010; SEVERO, 2011a, 2011b); ou no desmembramento da intervenção da política linguística em três eixos: oficial, educacional e geral, estando o primeiro vinculado às decisões sobre o estatuto oficial das línguas, o segundo ao ensino das línguas e o terceiro às línguas da comunicação de massa, dos negócios e das relações com os estrangeiros (NOSS, 1971 apud GADELII, 1999). Diferentemente desse desmembramento do nível macro de intervenção da política linguística, Spolsky (2004 apud BONACINA-PUGH, 2012) propõe uma aproximação entre as políticas e as práticas locais, indicando os seguintes elementos como constitutivos dos diferentes níveis da política linguística: a gestão das línguas, que lida com uma política explícita e oficializada de uso das línguas; as crenças e ideologias linguísticas, que afetam os usos linguísticos; e as práticas linguísticas, que se vinculam aos padrões interacionais. Neste caso, as fronteiras entre política e planejamento linguísticos se tornam mais tênues. Comparando as propostas de Noss e Spolsky, notam-se, de início, duas dimensões políticas em jogo: uma que vincula a dimensão política mais fortemente às atuações institucionais, verticais, oficiais e jurídicas; e outra que prioriza uma política vinculada às crenças e práticas locais, às ideologias e às motivações que levam os sujeitos a fazerem uma ou outra opção linguística. Essas duas perspectivas de poder, uma vertical e outra horizontal, serão retomadas na seção seguinte.

Assim como a política linguística, o conceito de planejamento linguístico também não é uniforme e homogêneo. Para ilustrar a complexidade desse conceito, considera-se o trabalho de Einer Haugen (1966) intitulado *Language conflict and language planning: the case of modern Norwegian*. O autor sistematizou quatro níveis envolvidos no planejamento linguístico da língua norueguesa: seleção da norma, codificação/padronização da norma, implementação/aceitação e elaboração/modernização da língua pela disseminação de novos termos. Esses níveis foram posteriormente desdobrados por outros estudiosos em: práticas de **planejamento de corpus** (codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, entre outros), **planejamento do status** (designações e usos da língua pautadas por leis e decretos), **planejamento das formas de aquisição** (políticas de ensino e aprendizagem das línguas), **planejamento de usos** (políticas de divulgação e uso das línguas) e **planejamento de prestígio** (avaliação dos usos linguísticos). Os dois primeiros planejamentos foram tratados por Kloss (1967), o terceiro foi adicionado por Cooper (1989) e o último foi proposto por Baker (2003) (MANLEY, 2008; BIANCO, 2004; COOPER, 1989).

O papel do planejamento de prestígio, embora reconhecido, não é tomado como uma questão central no campo do Planejamento Linguístico:

É compreensível que as questões de planejamento linguístico se relacionem a julgamentos de valor. Contudo, uma teoria do planejamento linguístico não precisa, necessariamente, enquanto teoria, assumir uma posição de juízo de valor.² (COBARRUBIAS; FISHMAN, 1983, p.6).

Indaga-se em que medida a marginalização deste tema no interior do campo restringe reflexões sobre a maneira pela qual a seleção e a hierarquização das línguas e dos usos linguísticos são afetadas por dimensões ideológicas evidenciáveis tanto nas avaliações valorativas dos falantes em relação à língua, como nas práticas dos próprios pesquisadores. Acredita-se que esta dimensão está diretamente vinculada à propagação/circulação das línguas e dos usos linguísticos, uma vez que as diferentes valorações influem diretamente nos usos.

Além daqueles cinco planejamentos, Bianco (2004) sugere a incorporação de um sexto: o **planejamento discursivo**, encarregado de lidar com o trabalho ideológico das instituições, mídia, discursos de autoridade, entre outros, na produção e circulação de crenças sobre as línguas, o que afeta diretamente os usos linguísticos. Este nível, contudo, parece se aproximar do planejamento de prestígio, sendo que o autor não esclarece a diferença entre ambos.

Ainda para problematizar a heterogeneidade dos conceitos de política e planejamento linguísticos, mencionam-se os estudos de Cooper (1989) sobre quatro casos envolvendo questões de língua: a fundação da Academia Francesa, em 1635, por Richelieu, a revitalização da língua hebraica na Palestina a partir do século XIX, o movimento feminista americano da década de 1960, e a campanha de alfabetização em massa na Etiópia conduzida por estudantes universitários em 1974. O autor expande o entendimento clássico dos conceitos para incluir maneiras de resolução de problemas, em âmbito macro e/ou local, que envolvam questões linguísticas de natureza política. Cooper (1989), ao revisar doze conceitos de política linguística, identificou uma questão comum a todos eles: "**Quem planeja o que para quem e como?**". Subentende-se daí que há, pelo menos, quatro instâncias envolvidas em políticas e planejamento linguísticos: a instância legisladora/regulamentadora vinculada, tradicionalmente, embora não unicamente, aos órgãos governamentais; o campo de intervenção que vai da documentação e descrição do sistema linguístico (planejamento de corpus) à distribuição, designação e normatização das línguas e dos usos linguísticos (planejamento de status); o público-alvo e os efeitos da intervenção linguística;

² "It is understandable that language-planning issues relate to value judgements. However, a theory of language planning does not necessarily, qua theory, have to take a stand of value judgement."

e os procedimentos implicados na execução da política linguística com vistas, por exemplo, ao aumento do número de falantes (planejamento da aquisição).

Destrinchando os participantes (**quem faz e para quem**), o objeto (**o que**) e as metodologias (**como**) envolvidos na política e no planejamento linguísticos, tem-se, de forma geral:

(i) **Quem e para quem** – as instâncias envolvidas no planejamento das políticas linguísticas são diversas, como: os poderes executivo e legislativo, as esferas jurídica, administrativa, de negócios, educacionais, midiática, as academias literárias, as organizações civis, entre outros. Tradicionalmente, os atores envolvidos na gestão de políticas linguísticas se vinculam, direta ou indiretamente, às esferas governamentais como representantes de um discurso oficial. Contudo, uma abordagem mais crítica tem defendido a incorporação de crenças e ideologias como variáveis diretamente envolvidas na prática de política linguística; nesta perspectiva, “[...] política e planejamento linguísticos são processos ideológicos que contribuem para a manutenção de relações de poder desiguais entre grupos linguísticos majoritários e minoritários.”³ (BONACINA-PUGH, 2012, p.216). Ou seja, trata-se de considerar o papel da dimensão ideológica e discursiva da política e planejamento linguísticos na construção e manutenção de hierarquias e do *status quo*.

Além dos participantes oficiais e das crenças e atitudes dos sujeitos, há ainda uma terceira via, embora não excludente das demais, que propõe incorporar as práticas como alvo das políticas linguísticas. Neste caso, trata-se de averiguar a maneira pela qual uma dada política linguística pode ser construída em práticas interacionais (BONACINA-PUGH, 2012) ou, em outros termos, de que maneira certos padrões linguísticos são reiterados em diferentes práticas interacionais, que não são espontâneas, mas obedecem a regras (implícitas) que atuam tanto regulando como inovando o comportamento linguístico.

(ii) **O que** – o objeto privilegiado de intervenção da política e planejamento linguísticos envolve o **planejamento do corpus**, que inclui as seguintes ações: criação, reforma e padronização do sistema ortográfico; especificação de pronúncias, escolha da grafia, expansão vocabular e terminológica; alterações na estrutura gramatical; criação de registros simplificados para fins específicos; cultivo e valorização dos diferentes estilos e gêneros; produção de cartilhas, manuais e livros didáticos voltados para a alfabetização; tradução de obras variadas; produção de dicionários e gramáticas; produção de textos escritos vinculados a diferentes gêneros; e criação de órgãos especializados em questões linguísticas (GADELII, 1999).

³ “[...] language policy and planning are ideological processes which contribute to maintaining unequal power relationships between majority and minority language groups.”

Já as intervenções no **status/funções** e no **prestígio** das línguas, por não receberem dos linguistas a mesma atenção que o planejamento de corpus, são menos sistematizadas (FERGUSON, 1983). Considerando que “[...] uma língua é investida de certo status comunicativo em virtude de regras convencionais de uso linguístico.”⁴ (COBARRUBIAS; FISHMAN, 1983, p.49), a tarefa dos planejamentos de status e de prestígio seria de compreender e intervir nessas regras de designação e funcionamento das línguas que as categorizam como língua nacional, oficial, de trabalho, co-oficial, oficial no âmbito municipal, língua de ensino (nos diferentes níveis escolares), língua com funções jurídicas, línguas artísticas, religiosas, científicas, tecnológicas, línguas de comunicação de massa, línguas literárias, línguas proibidas, etc. A natureza das regras que definem o status e o prestígio das línguas não é neutra/científica, mas política, uma vez que os processos de designação e de circulação das línguas instauram e conservam hierarquias, refletem/constroem desigualdades linguísticas e sociais, aproximam ou distanciam grupos, favorecem certas comunidades linguísticas em detrimento de outras, instauram práticas legitimadoras de certas línguas e de apagamento de outras, etc. Não é por acaso que os trabalhos na área de planejamento de status sinalizam que “[...] decisões do planejamento de status se ajustam às ideologias da elite de poder ou respondem a ideologias conflitantes entre aqueles apoiados pela elite de poder e aqueles do outro grupo constituinte.”⁵ (COBARRUBIAS; FISHMAN, 1983, p.62).

Ainda sobre o planejamento do status, Hill (2010), considerando a realidade multilíngue da África do Sul, problematiza a separação do conceito de status da noção de língua. Segundo o autor, o planejamento de status se tornou fundamental para se compreender de que maneira, a despeito de uma política que oficializa onze línguas na África do Sul, a circulação das demais línguas oficiais (com exceção do Inglês) não sofreu modificações, tendo, inclusive, “[...] diminuído em certos domínios formais – notadamente no ensino formal de línguas.”⁶ (HILL, 2010, p.43). A única exceção apontada seria a língua *isiZulu* presente em alguns jornais. Ironicamente, segundo o autor, a promoção dos discursos sobre multilinguismo na África do Sul foi acompanhada de um aumento da circulação do inglês e uma diminuição da efetiva circulação das línguas locais. Esta discussão será retomada na seção seguinte.

(iii) **Como** – as formas de estudo, análise e aplicação da política e planejamento linguísticos variam, conforme visto, segundo o nível de intervenção (macro, meso, micro), o enfoque (linguístico, linguístico-discursivo, discursivo), a finalidade

⁴ “[...] a language is vested with a certain communicative status by virtue of conventional rules of language use.”

⁵ “[...] status planning decisions conform to ideologies of power elite or respond to conflicting ideologies between those upheld by the power elite and those of other constituent group.”

⁶ “[...] declined in some formal domains – and notably in formal language teaching.”

(planejamento do corpus, da função, do prestígio, etc.) e os participantes envolvidos (esferas oficiais, atitudes e crenças dos sujeitos ou práticas de interação). Impossível, dada a abrangência de possibilidades de intervenção, sistematizar as metodologias utilizadas e aplicadas em política e planejamento linguísticos, já que cada vez mais os estudos da área têm se debruçado sobre temas complexos, como situações de políticas linguísticas em sociedades pós-coloniais, multilinguismo na internet, relação entre línguas e tecnologias, multilinguismo em regiões de fronteira e em situações de migração e diáspora, entre tantos outros.

A seguir, a partir dos trabalhos de Foucault, discorre-se sobre as noções de poder e de política implicadas na política e no planejamento linguísticos. Toma-se como base ilustrativa para a discussão uma série de casos de intervenção deste campo de saber. A partir da perspectiva foucaultiana sobre o funcionamento do poder, são propostas algumas outras possibilidades de intervenção e de compreensão da relação entre as línguas, as línguas e o Estado, as línguas e a tecnologia, e as línguas e os sujeitos, temas que perpassam os interesses da política e do planejamento linguísticos.

Sobre o poder na Política e no Planejamento Linguísticos

Os trabalhos do filósofo francês Michel Foucault (1995) focalizam, de forma geral, três eixos interligados: verdade/saber, poder e sujeito. Acredita-se que suas reflexões detalhadas e minuciosas sobre o funcionamento do poder tanto em relação aos discursos/saberes, como em relação ao funcionamento das sociedades modernas, podem ser tomadas como chave de leitura e reflexão da dinâmica do poder no contexto teórico e aplicado da política e do planejamento linguísticos. Para tanto, serão apresentadas a seguir, de forma sucinta, algumas características do funcionamento do poder segundo Foucault. Neste viés, todo discurso é político, na medida em que produz efeitos variados sobre a realidade, os sujeitos, as relações, os comportamentos, as línguas, entre outros. Não se trata, com a discussão a seguir, apenas de explicitar a natureza política e o funcionamento do poder nas práticas e teorias que constituem a política e o planejamento linguísticos, mas se trata de pensar a maneira pela qual a abordagem foucaultiana do poder pode, inclusive, ser útil e produtiva para as reflexões e intervenções da área de Política Linguística.

Em seu curso intitulado “Soberania e Disciplina” (FOUCAULT, 1999a) e na obra “História da Sexualidade: a vontade de saber” (FOUCAULT, 1999b), Foucault sistematiza as características do poder nas sociedades modernas. De forma geral, o filósofo defende que é impossível viver fora das malhas do poder, mesmo porque o poder não é um objeto que se detenha, não se concentra nas mãos de uns em detrimento de outros, não opera apenas vertical e hierarquicamente e não se

vincula apenas às instituições. As relações de poder são múltiplas, difusas, fluidas, dinâmicas e vinculadas, diretamente, à produção, circulação e recepção dos discursos. Com isso, a seguir apresentam-se e discutem-se, esquematicamente na forma de seis itens, as características da dinâmica política do poder aplicadas aos estudos e práticas em política e planejamento linguísticos:

(i) O poder não se restringe ao poder soberano (jurídico ou Estado) central, mas opera nas extremidades, nas ramificações, em instituições e práticas locais e regionais. Em termos de políticas linguísticas, pode-se aventar que a análise do poder na relação entre as línguas, as línguas e os sujeitos, e as línguas e o Estado pode ser feita a partir de um enfoque local. É o que se nota com algumas propostas de estudo de políticas linguísticas focalizando práticas interacionais, instituições locais (famílias, comunidades religiosas), grupos sociais, entre outros: “Enquanto a literatura de planejamento linguístico tem focado principalmente o nível macro, é importante compreender que política e planejamento linguísticos também operam no nível micro.”⁷ (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p.1). A análise do funcionamento de uma política linguística não jurídica ou estatal possibilita a compreensão da maneira pela qual os significados sociais vinculados às escolhas linguísticas são construídos e reforçados localmente, atuando, por exemplo, na construção e manutenção de certas identidades. O estudo local da dinâmica do poder em relação às línguas pode tornar-se particularmente revelador quando confrontado aos estudos macro, que focalizam as instâncias regulamentadoras estatais. Neste confronto, como se dá a relação entre o micro e o macro? Não se trata, nesse caso, de considerar o micro como efeito do macro, mas de averiguar como ambos se relacionam produzindo efeitos mútuos.

A título de ilustração, menciona-se o trabalho de planejamento linguístico encabeçado pelo Departamento de Governo Local e Provincial (Department of Provincial and Local Government, DPLG) da África do Sul e conduzido pelos municípios – terceiro nível do governo – em busca de uma valoração positiva do uso das línguas locais em contexto público, envolvendo tanto agentes governamentais municipais, como representantes da comunidade civil local (WEBB, 2009). Trata-se de um tipo de planejamento centrado na comunidade local, priorizando “[...] o envolvimento ativo da comunidade, especialmente de pessoas pobres, de forma a melhorar a qualidade dos planos e serviços, ampliar o controle comunitário sobre o desenvolvimento e empoderar as comunidades para que elas ajam.”⁸ (Relatório do DPLG apud WEBB, 2009, p.3). Tal iniciativa de planejamento linguístico na África do Sul visou a lidar com a ineficácia da abordagem tradicional

⁷ “Whereas the language planning literature has focused mainly on the macro level, it is important to understand that language policy and planning operates at the micro level as well.”

⁸ “[...] the active involvement of the community, especially poor people, so as to improve the quality of plans and services, extend community control over development and empower communities so that they take action.”

(de cima para baixo) de planejamento linguístico para uma realidade multilíngue, em que as línguas africanas não têm o mesmo status (econômico, político, cultural) que o inglês. Nesta política linguística ascendente (*bottom-up*), dois requisitos foram tomados como necessários para a sua efetivação (WEBB, 2009): que os representantes locais fossem legitimados pela comunidade e, por isso mesmo, pudessem falar por ela; que as organizações e os representantes locais fossem munidos de conhecimento e capacidade para lidar com a questão, neste caso, uma política local das línguas. A intervenção sobre a promoção e circulação das línguas locais implica a mobilização das mídias de massa (programas de rádio e TV locais), de mídias impressas (revistas, jornais e boletins locais) e de mídias digitais (internet), de forma que elas se tornem instrumentos tanto de veiculação como de legitimação das línguas locais. Além disso, há a promoção das línguas em contexto educacional, com o investimento em educação bi-multilíngue o que implica, por exemplo, a elaboração de material didático específico, entre outros.

Ainda no âmbito governamental de nível micro, no Brasil, algumas iniciativas municipais têm cooficializado línguas de grupos e comunidade locais. É o caso, por exemplo, da oficialização da língua indígena guarani nos municípios de São Gabriel da Cachoeira/AM (2002), juntamente com outras três línguas indígenas – *nheengatu*, *tukano* e *baniwa*; e de Tacuru/MS (2010), com o reconhecimento formal também das variedades do guarani – *kaiowá*, *ñandeva* e *mbya*. Tal iniciativa oficial deveria implicar o uso público da língua, juntamente com o português, em contextos como o oferecimento de serviços públicos, a escola, o meio jurídico, a esfera política, os meios de comunicação, entre outros. No âmbito das línguas de imigrantes, houve a cooficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá/ES (2009), que juridicamente previu o uso da língua em documentação pública, campanhas publicitárias e institucionais, entre outros; e, em 2010, o município de Antônio Carlos/SC cooficializou a língua hunsrückisch, obrigando o ensino da língua em escolas municipais⁹. Evidentemente, embora resultantes de uma política oficial local, tais iniciativas exigem planejamentos locais efetivos de circulação e validação dessas línguas em contexto público, tema que será discutido a seguir.

(ii) O poder, segundo Foucault, não se restringe à intenção ou ação de alguns sujeitos sobre outros. Não se trata de buscar uma origem, um início ou um dono do poder, mas de rastrear os seus efeitos e percursos. Nenhum sujeito é detentor do poder, mas é o seu efeito, um lugar de passagem e de incidência do poder. Ou seja, trata-se menos da origem do poder e mais do seu objeto, alvo e ponto de aplicação, com vistas a averiguar de que maneira o poder opera tanto submetendo, dominando e assujeitando, como produzindo, incitando e

⁹ Informações sobre a legislação municipal dessas cooficializações estão disponíveis no site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL). Disponível em: <<http://www.ipol.org.br>>.

promovendo a circulação. Neste caso, as instâncias legisladoras e reguladoras não são tomadas como o *a priori* do poder, mas como um nó em uma rede mais complexa e difusa, cujo funcionamento é percebido pelos efeitos que o poder produz. Tais efeitos incluem: promoção de discursos com estatuto de verdade, produção de subjetividades, de crenças, de comportamentos, entre outros. Assim, na ótica de uma política linguística de inspiração foucaultiana, não se trata de focar apenas a concepção de que “[...] o planejamento linguístico é uma tentativa de alguém de modificar o comportamento linguístico de alguma comunidade por algum motivo.”¹⁰ (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p.3), mas de averiguar, em uma rede de poder mais ampla, de que maneira os discursos oficiais, ou os “detentores” do poder e das decisões oficiais (os “dominadores”) são afetados por uma mesma dinâmica de poder que constitui também os “dominados”.

(iii) Vinculado aos itens anteriores, o poder não pode ser visto como um bloco homogêneo e único, localizável e imposto por uns sobre outros, uma vez que “o poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 1999a, p.103). Isso implica uma metodologia de trabalho que permita rastrear e considerar os vários elos e nós desta rede que circula entre o macro, o meso e o micro, produzindo uma série de efeitos. Para exemplificar este funcionamento em rede, pode-se mencionar a apropriação da disciplinarização gramatical de uma política linguística jesuítica (CÂMARA JUNIOR, 1965 apud BARROS, 2003) pelos aparelhos do Estado e pelas academias, em que a prática de produção de saber no interior de uma esfera religiosa é apropriada pelas esferas política e científica. Uma consideração pode ser feita em relação aos catecismos escritos em língua tupi: a política linguística jesuítica não apenas gramatizou o tupi, como também fez circular nesta língua, de tradição oral, textos católicos, conferindo uma colonização discursiva pela língua do outro. Nota-se que este modelo de investimento e apropriação das línguas ainda persiste quando, paralelamente à defesa de um multilinguismo, tem-se uma homogeneização discursiva. Talvez seja tal homogeneização discursiva que, conforme já visto, leva Hill (2010) a diagnosticar na África do Sul, um país com onze línguas oficiais, uma desproporção na circulação das línguas em contexto público, o que se explica pelo status político, econômico e acadêmico conferido à língua inglesa:

[...] ironicamente, o compromisso oficial com o multilinguismo e, associado a isto, o desenvolvimento de um discurso doméstico sobre o planejamento linguístico multilíngue coincidiu com o crescimento *de facto* do *status* do inglês.¹¹ (HILL, 2010, p.43).

¹⁰ “[...] *language planning is an attempt by someone to modify the linguistic behaviour of some community for some reason.*”

¹¹ “[...] *ironically, the official commitment to multilingualism and the associated development of a domestic discourse on multilingual language planning has coincided with the de facto growth in the status of English.*”

Tal diagnóstico tem feito com que linguistas sul-africanos se debruçassem sobre o planejamento do status das línguas locais, corroborando a reflexão sobre a (não) aplicabilidade de conceitos e metodologias da política linguística americana e europeia em contexto africano.

Nesta direção, Makoni e Meinhof (2006) questionam o próprio conceito de língua em África, afirmando, por exemplo, que a relação entre língua e identidade compartilhada – tão cara aos estudos de política linguística e sociolinguística – passou a existir naquele continente a partir da colonização, do cristianismo e do nacionalismo: “[...] as línguas (e não a língua) e as metalinguagens emergiram literalmente como parte do projeto colonial cristão.” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p.197). Os missionários, tanto da África como nas Américas, sobrepuseram as tarefas políticas de evangelização e de produção de saberes sobre as línguas locais (gramatização), embora o próprio conceito de língua fosse uma construção, uma vez que a categorização das línguas é um processo ocidental de sua representação. Assim, as línguas não estavam já lá prontas para serem descobertas, mas foram construídas, fragmentadas e isoladas social e linguisticamente (MAKONI; MEINHOF, 2006). Dessa forma, os autores defendem uma política linguística escolar que incorpore a consciência sociolinguística como parte do currículo, ou que, pelo menos, os materiais pedagógicos incorporem textos autênticos em línguas variadas, estremecendo tanto a pressão da aprendizagem de uma variante-padrão, como a necessidade de padronização e delimitação das línguas africanas. Esta visão é reforçada pela ideia de que os limites que definem as línguas africanas são muitas vezes fruto de um trabalho linguístico-científico desconectado da realidade social e funcional, o que se evidencia no fato de sujeitos se comunicarem em línguas estruturalmente “diferentes”, mas considerarem que falam a “mesma” língua, ou o contrário, quando estruturalmente duas línguas são tomadas como apenas um sistema, embora os falantes considerem que se trata de duas línguas. Ademais, a prática educacional africana não ocidental teria outras prioridades, como a formação moral do sujeito, ao invés do ensino e sistematização de uma variedade padrão (MAKONI; MEINHOF, 2006). É por tais motivos que os autores defendem uma Linguística Aplicada local que considere a realidade e as pessoas envolvidas na dinâmica linguística: “Ignorar as percepções dos usuários provavelmente produzirá resultados negativos quando os linguistas aplicados intervirem em muitos contextos sociais.” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p.209).

Ainda sobre a dinâmica de uma política linguística em rede, a oficialização – em nível federal ou municipal – não implica, necessariamente, sucesso em relação à circulação e legitimação das línguas. Há uma série de variáveis que atuam nesta dinâmica e que pouco são consideradas ou avaliadas. Para exemplificar, alguns fenômenos (ideológicos, políticos, econômicos) podem ser elencados como obstáculos à circulação efetiva das línguas em contexto público: falta de compreensão da importância, pelos legisladores, da circulação efetiva das

línguas minoritárias; mitos compartilhados sobre o multilinguismo, como a ideia de que efetivação de uma política multilíngue seria excessivamente custosa; o desconhecimento da história do funcionamento das línguas em uma dada localidade e da maneira como certas línguas assumem significado social de prestígio em detrimento de outras; e interesses políticos e econômicos de grupos locais em detrimento do interesse público (WEBB, 2009). Sobre este último item, na globalização, os bens culturais (entre eles, a língua) assumem, pela sua possibilidade de circulação ampla, um valor econômico agregado, o que acaba sobrepondo os interesses comerciais aos interesses públicos: “Relativismo linguístico e cultural é uma mercadoria popular na comunidade empresarial. Pesquisar variabilidade linguística e cultural e vender os resultados de tal pesquisa é um negócio em florescimento.”¹² (DOR, 2004, p.102). Nessa perspectiva, o multilinguismo passa a assumir um valor econômico que, paradoxalmente, esvazia a sua força de efetivamente promover a existência dialógica da pluralidade no espaço público, pois passa a funcionar em prol dos interesses de grupos privilegiados (ARENDDT, 2005). Tal esvaziamento se evidencia, por exemplo, tanto no fracasso de uma série de políticas linguísticas (*top-down*) em defesa do multilinguismo, como no interesse de empresas comerciais pela produção de conhecimentos sobre as línguas minoritárias. É o que se observa pelo investimento financeiro da Fundação Volkswagen no projeto “Gramática Multi-Mídia baseada no discurso natural, no exemplo do Aweti”, vinculado ao Museu do Índio, uma iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil¹³, que tem como meta, junto com o Museu Nacional, a construção de acervo digital de línguas indígenas.

Uma outra variável a ser considerada na rede de elementos que afetam a política e o planejamento linguísticos, sendo muitas vezes tomada como um obstáculo “neutro” à concretização da circulação das línguas, é a tecnologia. Para exemplificar: no município de São Gabriel da Cachoeira, já mencionado, um indígena não pôde registrar seu filho com o nome indígena porque não há no teclado do computador uma grafia para um som tuiuca, aspirado entre “u” e “i” e representado como um u cortado¹⁴. Os teclados com representações gráficas restritas é um exemplo de como os *designs* de hardware e software operam também como um elemento na rede horizontal de variáveis que afetam uma política linguística. Evidentemente, a indústria tecnológica não é neutra, mas opera

¹² “Linguistic and cultural relativism is a popular commodity within the business community. Researching linguistic and cultural variability, and selling the results of this research, is a flourishing business.”

¹³ Informações disponíveis no site do Ministério de Ciência e Tecnologia, patrocinador do Museu Paraense Emílio Goeldi ao qual se vinculam as iniciativas de documentação das Línguas Indígenas da Amazônia: Disponível em: <<http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpep>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

¹⁴ Este dado foi utilizado como exemplo para ilustrar o atraso da efetivação de uma política de cooficialização das línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) em notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo (FolhaOnLine, 07/07/2009), sete anos após a lei municipal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha47/ult10115u592115.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2012

em função de interesses econômicos e políticos: “[...] a indústria computacional hoje tem um controle sem precedentes sobre as línguas em quase todos os níveis.”¹⁵ (DOR, 2004, p.114).

Ainda no âmbito dos efeitos das restrições tecnológicas sobre as línguas, os serviços e formas de comunicação que se apoiam em mensagens textuais curtas – tipicamente encontradas em celulares e formas de interação mediadas pelo computador – produzem a emergência de um fenômeno linguístico híbrido denominado neografia (neography), caracterizado por uma representação ortográfica da língua de forma não convencional. Em contexto francês, linguisticamente bastante conservador, Danet e Herring (2007) identificaram algumas variações linguísticas características da neografia que, utilizadas por jovens e crianças, extrapolam os limites tecnológicos e eletrônicos e passam a ser usadas em outros contextos, como o escolar. Tal uso não é amplamente aceito e validado, inclusive no meio digital em que alguns *newsgroups* franceses condenam o seu uso (DANET; HERRING, 2007). Algumas dessas variações incluem: queda dos acentos; substituição de *qu* por *k*, incorporando o fonema à grafia; encurtamentos de palavras e frases; supressão ou duplicação de vogais; substituição de sílabas por numerais; redução de sílabas (*C* ao invés de *c'est*); uso de rebus e logogramas; entre outros. Neste caso, trata-se de considerar para fins de políticas linguísticas os efeitos das restrições tecnológicas sobre a grafia e circulação das línguas. Reitera-se que tais efeitos não são neutros, mas politicamente saturados, o que evidencia a natureza também política da tecnologia (BIJKER, 2006).

Ainda no âmbito tecnológico, sobre a intensificação da circulação de certas línguas pela internet, rompendo com os limites e fronteiras territoriais, tem-se que: se, por um lado, a partir do século XVI, uma certa política linguística foi mobilizada na constituição de um Estado-nação para garantir a sua unidade e seus limites territoriais, por outro lado, com as novas mídias digitais, há uma desestabilização cada vez maior desses limites, o que se evidencia em fenômenos de contato entre as línguas possibilitado por novas comunidades virtuais no meio digital. Para ilustrar as comunidades virtuais multilíngues, o site *FanFiction.net* – maior site de postagem de *fanfics*, ficções produzidas por fãs – abriga textos em mais de 30 idiomas, alguns deles de base não latina e que são lidos e comentados por fãs que compartilham o interesse comum por uma mesma obra, música, filme, jogo, etc. As comunidades virtuais, além de compartilharem diversas línguas, também podem utilizar um tipo de linguagem (digital) comum a diferentes culturas. É o caso de certos símbolos que passam a ser usados internacionalmente, como *@*, *2*, *4*, *msg*, *2mrw*, etc., cujos significados em inglês são respectivamente *at*, *to*, *for*, *message* e *tomorrow*.

¹⁵ “[...] the computer industry now has unprecedented control over languages at almost every level.”

Em uma pesquisa sobre a relação entre os usos de um padrão de linguagem (digital) global e recursos linguísticos locais por jovens belgas, Blommaert (2012) identificou uma hibridização entre os dois padrões, fenômeno que o autor chamou de “englobalization” do padrão local e “deglobalization” do padrão geral. Evidentemente, tais contatos linguísticos não produzem efeitos ilimitados sobre as línguas, pois há também regras que gerenciam a formação e o uso de tais hibridismos linguísticos. Assim, usar uma língua ou outra na internet não implica, necessariamente, o vínculo a uma identidade nacional territorial, mas ilustra uma nova dinâmica espacial (política, cultural, econômica) sendo produzida pela distribuição e circulação das línguas na internet. Trata-se de uma mudança, portanto, na economia política das línguas (DOR, 2004), um outro campo/espço de atuação das políticas linguísticas que tem a tecnologia como variável política atuante sobre a dinâmica da relação entre línguas, línguas e sujeitos, e línguas e geopolítica.

(iv) O estudo da dinâmica do poder, segundo Foucault, não deve ser apenas descendente, mas ascendente, visando rastrear a maneira pela qual as táticas, técnicas, procedimentos e instrumentos locais são apropriados, transformados e utilizados por dinâmicas mais amplas e globais. Neste caso, não se trata de indagar de que maneira grupos minoritários ou comunidades locais assimilam uma política linguística estatal, mas a maneira como as esferas reguladoras utilizam, transformam ou se apropriam de uma dinâmica local da relação entre os sujeitos e as línguas, pois isto passa a ter um valor político ou econômico. É o que se nota, por exemplo, na tese defendida por Dor (2004) de que, diferentemente de uma tendência à presença do inglês como língua franca na internet, o que se tem cada vez mais é o crescimento do multilinguismo na rede. Isso, evidentemente, não por motivos democráticos, mas sim porque o multilinguismo seria mais economicamente produtivo do que a presença maciça de uma língua (o inglês). O autor justifica essa tese pelo valor econômico e o interesse de empresas em, por exemplo, acessar os usuários em sua língua vernacular ao invés do inglês ou outra língua, pois esta seria uma maneira de ganhar maior confiança e credibilidade, uma vez que pesquisas do perfil dos consumidores (DOR, 2004) mostram que em geral eles tendem a preferir sites de compras em sua própria língua, por questões de confiabilidade. Assim, as línguas assumem o papel de “ferramentas mercantilizadas de comunicação” (*commodified tools of communication*) (DOR, 2004, p.98), em torno das quais uma política linguística digital passa a funcionar. Este interesse por criar uma aproximação com o consumidor através de sua língua tem motivado uma série de ações, conduzidas por diferentes agentes da economia global, como a elaboração de softwares de tradução automática e a construção de bancos de dados linguísticos. E os efeitos do processo de variação e mudança sofrido pelas línguas passam, também, a incorporar um valor econômico:

[...] nós já testemunhamos a emergência global de novos padrões de uso linguístico, de padronização, manutenção e variabilidade – padrões que acima de tudo atendem às necessidades do mercado de consumidores global em evolução.¹⁶ (DOR, 2004, p.98).

(v) Na esteira do item anterior, o poder não opera produzindo ideologias, como a ideologia do liberalismo, a ideologia da democracia na internet ou a ideologia do multilinguismo liberal, entre outras. O que há, segundo Foucault, são procedimentos, técnicas e práticas que visam à formação de saberes. Exemplificando, as práticas de observação, exame, registro, inquérito, sistematização, classificação, rotulação, entre outras, são constitutivas da produção de discursos com efeitos de verdade: “[...] o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.” (FOUCAULT, 1999a, p.104). No contexto digital, tais aparelhos, procedimentos e técnicas de poder-saber são amplamente utilizados pelo Google, o que se evidencia pela sua capacidade de registro contínuo e detalhado de dados, percursos, relações e informações, sendo que todos eles são transformados em saberes sobre os sujeitos, os desejos, o consumo, os Estados e as relações. Muitos desses saberes são apropriados por empresas, transformados em produtos e devolvidos aos usuários na forma de publicidade personalizada (BUZATO; SEVERO, 2010). Nota-se, no contexto linguístico, que a apropriação das práticas dos sujeitos na internet pelos agentes da economia global – entre eles, o Google – é tomado como base de uma política linguística gerida por esses mesmos agentes. Exemplificando, o Google Tradutor, ao oferecer sugestões, baseadas em estatísticas, de tradução em mais de 40 línguas, também se apropria das indicações linguísticas sobre as traduções feitas pelos usuários, os quais compartilham diferentes níveis de competência linguística em diferentes línguas. A técnica estatística utilizada pelo Google Tradutor é um exemplo de procedimento de poder para fins de produção de um saber sobre as línguas, ou melhor, sobre a correlação entre línguas. No site do Google Tradutor, em perguntas frequentes, encontra-se a seguinte descrição do procedimento:

Alimentamos o computador com bilhões de palavras de texto, tanto texto monolíngue no idioma de destino como texto alinhado com exemplos de traduções entre os idiomas feitas por pessoas. Em seguida, aplicamos técnicas de aprendizado baseadas em estatísticas para criar um modelo de tradução. Atingimos ótimos resultados nas avaliações de pesquisas. (GOOGLE, 2012).

¹⁶ “[...] we already witness the global emergence of novel patterns of linguistic usage, standardization, maintenance, and variability—patterns that more than anything else meet the needs of the evolving global consumers market.”

Ao entrar na página do Google Tradutor, visualiza-se uma caixa destinada à digitação do texto em língua fonte, e outra ao texto da língua traduzida. Nesta segunda caixa, aparecem no canto direito inferior três ícones, entre os quais está “avaliar a tradução”, cujas opções fornecidas ao usuário são “ajudou, não ajudou, ofensivo”. Um outro exemplo de serviço de tradução oferecido pelo Google são os links com a informação “traduzir esta página” que aparecem em algumas páginas da internet listadas pelo sistema de busca do Google. Ao entrar na página, é possível selecionar o texto traduzido e clicar com o botão esquerdo do mouse em “Sugira uma tradução melhor”. Em ambos os casos, o usuário deve fornecer ao software de tradução o seu conhecimento e avaliação linguísticos, os quais são transformados em saber utilizado pelo Google para gerir a relação semântica entre as línguas na internet e a circulação dos sujeitos por diferentes sites mediante o oferecimento da tradução como recurso mediador entre o usuário e a informação/produto/relação desejada.

Um outro exemplo de procedimento de poder para a produção de saber utilizado pelo Google foi o projeto GOOG-411, iniciado em 2007 e finalizado em 2012, que visou ao levantamento de amostras de fala do inglês americano e canadense através do oferecimento de um serviço gratuito que colocava o usuário em contato com empresas através da correlação, feita pelo Google, entre o reconhecimento de voz e a pesquisa na web: bastava ao usuário fornecer oralmente o nome da cidade, do estado e a empresa de seu interesse, que o sistema repassava a ligação local. O preço pago por este serviço seria “apenas” a gravação da voz do usuário. Com isso, o Google pretendia montar um vasto banco de dados e investir em tecnologia de reconhecimento de voz.

(vi) Uma sexta característica atribuída ao funcionamento do poder por Foucault diz respeito à resistência: todo ponto de aplicação do poder produz, como efeito potencial, a possibilidade de resistência, estando esta inscrita no interior da dinâmica das relações de poder e não no seu exterior. Logo, se o poder é plural, difuso e dinâmico, as resistências também o são: “[...] a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais.” (FOUCAULT, 1999b, p.92). Aplicada ao escopo da política e planejamento linguísticos, a resistência se materializa em diferentes dimensões e níveis. Para exemplificar, toma-se o caso da globalização e o discurso correlato de uma nova colonização ideológica pela imposição e circulação maciça do inglês pela internet, argumento que é reforçado por estatísticas que confirmam a predominância da língua no ambiente digital, como o “*Top Ten Languages Internet Stats*” da internet, que atribuiu ao inglês mais de 536 milhões de usuários em 2010, contra cerca de 444 milhões para a língua chinesa, e 153.3 milhões para o espanhol, a terceira língua mais usada. Contudo, na contramão dos discursos que advogam o perigo do monolingüismo na rede, defende-se que a diversidade (linguística e discursiva) encontra formas de resistência. Considerando a língua inglesa na

internet, evidentemente, ela não é homogênea, mas se caracteriza por uma série de variedades estratificadas tanto entre localidades geopolíticas (inglês americano, britânico, australiano), como entre os graus de proficiência dos falantes dessas línguas (língua nativa, segunda língua, língua estrangeira), além das diferentes finalidades do uso do inglês.

Essa heterogeneidade de falantes, contextos e finalidades em torno do inglês acaba, por fim, produzindo efeitos de variação, hibridização e estilização da língua desde o nível fonético-fonológico até o textual e discursivo. Assim, a ilusão da homogeneidade do inglês na internet é estremecida pela proposição, segundo Rajagopalan (2005), de que a globalização tem favorecido o surgimento do *World English*, uma nova língua sem relação direta e única com alguma cultura hegemônica (anglo-saxã ou americana). Trata-se de uma língua hibridizada linguística, cultural e politicamente, fenômeno que tanto potencializa a possibilidade de resistência de grupos marginalizados, como afrouxa o domínio de grupos hegemônicos. Com isso, no contexto de aprendizagem do inglês como língua estrangeira, o papel do professor seria o de auxiliar o aprendiz “[...] a dominar a língua estrangeira, em vez de ser dominado por ela.” (RAJAGOPALAN, 2005, p.154), em que não se nega a dimensão global do Inglês, mas visa a munir os alunos de uma postura crítica e política em relação ao uso da língua. Sobre a estratificação do inglês e a emergência e circulação de outras línguas na Web, Graddol (1997) elenca algumas de suas motivações: uma economia global dinâmica, a ascensão de outros mercados culturais e intelectuais, o avanço tecnológico de outras culturas, a valorização social, econômica e cultural de outras línguas e do bilinguismo, entre outros.

A circulação de uma variedade de línguas não garante, por si só, a circulação de visões de mundo diversas, embora a língua possa ser tomada, entre outros elementos, como bandeira de resistência de grupos subalternizados e colonizados, como é o caso de algumas etnias indígenas que usam os discursos em defesa da língua indígena como estratégia de resistência ao apagamento e silenciamento impostos aos indígenas pela colonização (OLIVEIRA; PINTO, 2011). Por outro lado, o monolinguismo também não pode ser tomado como sinônimo de homogeneização cultural e social. A possibilidade de circulação de discursos plurais, que carregam diferentes visões e formas de ser/estar no mundo, em uma “mesma língua” funciona também como resistência à colonização discursiva e cultural. É o caso da Literatura Indígena, em que os escritores indígenas utilizam politicamente a escrita em língua portuguesa para materializar os discursos e valores indígenas, inclusive para fazer a memória, tradicionalmente atualizada por práticas orais, ecoar e se fixar pela escrita ocidental. Nas palavras do escritor indígena Daniel Munduruku (2008),

[...] é preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena.

Para finalizar esta seção, a abordagem foucaultiana do poder como inspiração para se pensar tanto os saberes de política e planejamento linguísticos, como as práticas e discursos sobre a relação entre as línguas, entre as línguas e os sujeitos, as línguas e a tecnologia, e as línguas e uma dada geopolítica visa, tão somente, a

[...] orientar para uma concepção de poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação. (FOUCAULT, 1999b, p.97).

Palavras finais

Este texto teve como objetivo discorrer de forma reflexiva sobre as noções de poder e de política inscritas no campo de saber da Política e Planejamento Linguísticos. Tal campo é multifacetado e heterogêneo, o que ilustra a natureza dinâmica e complexa do poder em relação ao funcionamento e circulação das línguas seja em contexto local, seja em contexto amplo (nacional ou internacional). Mais especificamente sobre o multilinguismo na Web 2.0, fica evidente que a tecnologia desempenha um papel político, uma vez que propicia a viabilização, o controle, a circulação e o favorecimento de certas línguas, em detrimento de outras, na rede. Isso porque grande parte dessa existência depende do investimento em softwares usados para gerar conteúdos, softwares de tradução, teclados com grafias específicas, acessibilidade, entre outros, que possibilitam a existência prática dessas línguas na web e o acesso de grupos marginalizados à tecnologia digital. Ademais, o favorecimento da existência das línguas, seja na web, seja em contextos variados, por meios de políticas estatais não garante, por si só, a sua ampla circulação, como se evidenciou em relação ao multilinguismo sul-africano. Disso despreende-se a importância de uma articulação, por um lado, entre política e planejamento linguísticos e, por outro, entre as instâncias oficiais/ legitimadoras e a realidade local dos sujeitos efetivamente envolvidos, de forma que se reconheça “[...] a agência das comunidades subalternizadas para negociarem políticas linguísticas de forma criativa e crítica que transcenda as construções limitadas formuladas seja para varrer cinicamente, seja para indevidamente romantizar, os direitos linguísticos.”¹⁷ (CANAGARAJAH, 2005, p.418).

¹⁷ “[...] the agency of subaltern communities to negotiate language politics in creative and critical ways that transcend the limited constructs formulated to either cynically sweep aside or unduly romanticize language rights.”

Defende-se, a partir dos trabalhos de Foucault, que a dinâmica das relações de poder não é uma variável exterior ao funcionamento das línguas, mas seu próprio motor de constituição e circulação. A compreensão das sutilezas desta dinâmica possibilita tanto uma ampliação dos campos de intervenção da política e planejamento linguísticos, como um olhar crítico sobre certas aplicações e conceitos que, no final das contas, visam a reproduzir o *status quo* ou uma certa política autoritária e legitimadora de grupos de prestígio. Nota-se que a ampliação da compreensão dos conceitos de política e planejamento linguísticos produz como efeito um estreitamento de seu vínculo apenas à esfera acadêmica. Se as relações de poder permeiam toda a rede social, então os sujeitos locais, as práticas, as crenças, as tecnologias, entre outros, são constitutivos de uma política linguística real e não apenas produzida e imposta verticalmente. Trata-se, portanto, de duas formas de apreensão e compreensão das relações entre as línguas, as línguas e os sujeitos, as línguas e a tecnologia, e as línguas e o Estado: uma que se mantém nos limites disciplinares e outra que busca uma intervenção propriamente público-política, que não pretende a manutenção de privilégios para certos grupos ou discursos e, tampouco, o apagamento das vozes sociais ou da pluralidade discursiva. Acredita-se que a promoção de discursos sobre a diversidade linguística não garante, necessariamente, o diálogo no plural, dado que o lugar do diálogo e da pluralidade não é na língua-estrutura, mas na língua-discurso, embora ambos estejam mutuamente implicados. Defende-se, por fim, que as práticas de promoção do multilinguismo devem ser acompanhadas da promoção da diversidade discursiva, caso contrário, o multilinguismo acompanhado de monologismo discursivo fica fadado ao fracasso.

SEVERO, C. G. Language policy(ies) and power issues. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.451-473, 2013.

- **ABSTRACT:** *The paper presents and discusses the concepts of power and politics in the field of knowledge called "Language Policy". In order to do so, we initially present and discuss the heterogeneity and complexity of the field considering the concepts of Language Policy and Language Planning. Then we present the genealogical works of the French philosopher Michel Foucault on the relationship among power, knowledge and politics. For the purpose of critical discussion, the article presents a series of cases, both actual and potential ones, of application and intervention of the field of Language Policy, aiming both to discuss the notion of power in concepts and methodologies used by this field of study and to propose an expansion of the locus of intervention of the discipline, considering the theoretical contributions of Michel Foucault on the dynamics of power relations applied to the relationship between languages, languages and subjects, languages and technology, and language and geopolitics.*
- **KEYWORDS:** *Language Policy. Language planning. Power. Knowledge. Language. Subjects. Internet.*

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BAKER, C. Language planning: a grounded approach. In: DEWAELE, J.-M.; HOUSEN, A.; WEI, L. (Org.). *Bilingualism: beyond basic principles*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2003. p.88-111.
- BARROS, M. C. D. M. A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política lingüística jesuítica no século XVIII na Amazônia. *Revista Letras*, Curitiba, n.61, especial, p.125-152, 2003.
- BIANCO, J. L. Language planning as applied linguistics. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (Org.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.738-762.
- BIJKER, W. E. Why and how technology matters. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. *Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p.681-706. Disponível em: <<http://www.fdcw.unimaas.nl/staff/files/users/148/Bijker%20PoliticsOxfordHndb%202006.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- BLOMMAERT, J. Supervenaculans and their dialects. *Dutch Journal of Applied Linguistics*, Amsterdã, v.1, n.1, p.1-14, 2012.
- BONACINA-PUGH, F. Researching 'practiced language policies': insights from conversation analysis. *Language Policy*, Dordrecht, v.11, n.3, p.213-234, 2012.
- BUZATO, M. K.; SEVERO, C. G. Apontamentos para uma análise do poder em práticas discursivas e não discursivas na web 2.0. In: ENCONTRO DO CELSUS, 9., 2010, Palhoça. *Anais...* Palhoça: Ed. da UNISUL, 2010. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Marcelo%20Buzato.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- CALVET, L.-J. *As políticas lingüísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.
- CANAGARAJAH, A. S. Dilemmas in planning English/vernacular relations in post-colonial communities. *Journal of Sociolinguistics*, Chichester, v.9, n.3, p.418-447, 2005. Disponível em: <http://www.personal.psu.edu/asc16/pdf/05_josl005.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- COBARRUBIAS, J.; FISHMAN, J. A. (Org.). *Progress in language planning: international perspectives*. Berlin: Mouton, 1983.
- COOPER, R. L. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DANET, B.; HERRING, S. C. (Org.). *The multilingual internet, language, culture, and communication online*. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2007.

DOR, D. From englishization to imposed multilingualism: globalization, the internet, and the political economy of the linguistic code. *Public Culture*, Durham, v.16, n.1, p.97-118, 2004.

FERGUSON, C. Language planning and language change. In: COBARRUBIAS, J.; FISHMAN, J. A. (Org.). *Progress in language planning: international perspectives*. Nova York: Mouton Publishers: 1983. p.29-40.

FISHMAN, J. A.; FERGUSON, C. A.; DASGUPTA, J. (Org.). *Language problems of developing nations*. New York: Wiley & Sons, 1968.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Tradução de Roberto Machado. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. p.179-192.

_____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p.231-252.

GADELLI, K. E. *Language planning: theory and practice: evaluation of language planning cases worldwide*. Paris: UNESCO, 1999.

GOOGLE. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&tab=wT>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

GRADDOL, D. *The future of English? a guide to forecasting the popularity of the English language in the 21st Century*. Londres: Conselho Britânico do Reino Unido, 1997. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/learning-elt-future.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

HAUGEN, E. *Language conflict and language planning: the case of modern Norwegian*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

_____. Language planning in modern Norway. *Scandinavian Studies*, Dinamarca, v.33, n.2, p.68-81, 1961.

HILL, L. B. Language and status: on the limits of language planning. *Stellenbosch Papers in Linguistics*, Matieland, v.39, p.41-58, 2010.

KAPLAN, R. B.; BALDAUF, R. B. *Language planning from practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters, 1997.

KLOSS, H. "Abstand languages" and "Ausbau languages". *Journal of Anthropological Linguistics*, Nova York, v.9, n.7, p.29-41, 1967.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: LOPES, L. P. de M. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p.191-213.

MANLEY, M. S. Quechua language attitudes and maintenance in Cuzco, Peru. *Language Policy*, Nova York, v.7, p.323-344, 2008.

MUNDURUKU, D. Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. *Overmundo*, 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

OLIVEIRA, E. A.; PINTO, J. P. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v.11, n.2, p.311-335, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2012.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005. p.135-158.

SEVERO, C. G. Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor Leste. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v.11, p.95-113, 2011a.

_____. Línguas e discursos: heterogeneidade linguístico-discursiva e poder em Angola. *Veredas*, Lisboa, v.15, p.19-46, 2011b.

WEBB, V. Multilingualism in South Africa: the challenge to below. *Language matters: studies in the languages of Africa*, Londres, v.40, n.2, p.190-204, 2009.

Recebido em agosto de 2012

Aprovado em novembro de 2012

ORAÇÕES CONCESSIVAS INDEPENDENTES À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL¹

Talita Storti GARCIA*
Erotilde Goreti PEZATTI**

- **RESUMO:** Este artigo investiga, à luz da Teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a oração concessiva que não é subordinada a outras orações, ou seja, não apresenta relações sintáticas nem semânticas com orações anteriores ou posteriores, a que denominamos **Concessiva Independente**. O objetivo deste estudo consiste em descrever as propriedades discursivas, semânticas, morfossintáticas e prosódicas desse tipo de estrutura, mostrando que sua relevância está na construção e organização do discurso. Os resultados apontam que a Concessiva Independente funciona, no discurso, como um parêntese, que interrompe o fio discursivo, sendo, então, destacado por um contorno prosódico especial, aliado à presença de Atos Interativos. Constitui, portanto, um Movimento, a camada mais alta do Nível Interpessoal, nível que se relaciona aos aspectos pragmáticos da gramática de uma língua. O universo de investigação utilizado é o córpus Iboruna, um banco de dados que registra a variedade do português do noroeste paulista.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Oração adverbial concessiva. Orações concessivas independentes. Teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Movimento. Nível interpessoal.

Introdução

Desde os gramáticos da língua latina, tais como Bassols (1956), Scherer (1975) e Kühner e Stegmann (1914), conforme afirma Puente (1998, p.17), as relações de concessão se definem como “[...] aquelas que expressam uma objeção real ou possível ao que está sendo apresentado na oração principal.”²

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – talita@ibilce.unesp.br

** UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – pezatti@ibilce.unesp.br

¹ Este artigo é resultado da Tese de Doutorado intitulada *As relações concessivas no português brasileiro falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*, defendida na Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto.

² “Según Bassols (1956) y Scherer (1975), las oraciones concesivas expresan una objeción real o posible a lo dicho en la oración principal.” (PUENTE, 1998, p.17).

Em português, gramáticos como Cunha (1972), Bechara (1999) e Cunha e Cintra (2001) assumiram a mesma definição dos gramáticos latinos, pois, de modo geral, afirmam que uma oração adverbial concessiva exprime um obstáculo - real ou suposto - que não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal, conforme mostra o exemplo de Bechara (1999, p.496). Segundo o autor, **a chuva não será um obstáculo tal, que me impedirá de sair.**

(1) **Embora** chova, sairei.

Como se pode notar, nas gramáticas, a oração concessiva se define em função de uma outra oração, a **principal**. Essa dependência entre ambas as orações, no entanto, não ocorre em todos os casos. Os dados desta pesquisa revelam ocorrências em que a oração concessiva não estabelece relações sintáticas com a oração anterior ou posterior, como exemplifica (2):

(2) Doc.: bom Fernando como você:: éh trabalha diretamente com a saúde de eu queria saber qual que é a sua opinião sobre:: sobre a saúde pública né **embora você trabalhe numa:: num órgão que não é público num órgão de atendimento né que não é público** mas qual que é a sua opinião assim a respeito do dum paciente que chega e não tem convê::nio como que é o tratamento mé::dico como que o médico tra::ta se tem difere::nça se num tem que que cê acha do SU::S queria que cê desse sua opinião sobre isso (AC-105-RO,372)

Em (2), a oração **embora você trabalhe num órgão que não é público num órgão de atendimento que não é público** não depende sintaticamente da oração anterior (**eu queria saber a sua opinião sobre saúde pública**) e nem da oração posterior (**qual é a sua opinião a respeito de um paciente que chega e não tem convênio, como é o tratamento médico**) para se estabelecer no discurso. Denominamos este tipo de **Oração Concessiva Independente**.

A proposta deste artigo é, pois, investigar as **orações concessivas independentes** no português falado no interior do Estado de São Paulo à luz da teoria da Gramática Discursivo-Funcional - doravante GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). O objetivo consiste em descrever as propriedades discursivas, morfossintáticas e prosódicas desse tipo de estrutura.

O universo de investigação é composto pelo *córpus* Iboruna (GONÇALVES, 2010), um banco de dados do Projeto Alip (Amostra Linguística do Interior Paulista), que foi idealizado em 2004 pelo GPGF (Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional) da Unesp do câmpus de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil, e coordenado pelo Professor Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves com auxílio da FAPESP, cujo objetivo consiste em fazer um mapeamento da variedade linguística de algumas cidades do noroeste paulista localizadas próximas a São José do Rio Preto.

Para este estudo, selecionamos os inquiridos da Amostra Censo, constituídos pelos seguintes tipos de textos: (i) Narrativa de experiência (NE); (ii) Narrativa recontada (NR); (iii) Descrição (DE); (iv) Relato de procedimento (RP) e (v) Relato de opinião (RO), todos gravados com o consentimento prévio dos informantes.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a primeira e a segunda seções apresentam respectivamente um panorama das orações concessivas na literatura e no modelo teórico adotado como embasamento, o da GDF. A seção 3, que constitui o núcleo do trabalho, é reservada para a caracterização da oração concessiva independente, descrevendo suas propriedades discursivas, morfossintáticas e prosódicas, de acordo com a GDF; seguida, então, pelas considerações finais.

As orações concessivas na literatura

As orações concessivas, para Neves (1999), podem ser explicadas a partir de um esquema lógico-semântico. Do ponto de vista lógico, a oração subordinada é denominada (**p**) e a oração principal ou nuclear é chamada (**q**). Assim, haverá uma construção concessiva quando o evento expresso em (p) constituir uma condição suficiente para a não realização do fato/evento expresso em (q), mas (q) se realiza. Nesse mesmo sentido, König (1994) acrescenta que o falante se compromete com a verdade das duas orações, **p** e **q**, que geralmente são incompatíveis, daí o esquema: se 'p', então normalmente não 'q'. Segundo ele, em inglês, apresentam as seguintes propriedades formais:

- (i) podem ocorrer antepostas ou pospostas à oração principal.
- (ii) ao contrário dos outros tipos de adverbiais, em nenhuma língua existe advérbio interrogativo concessivo análogo a *when, where, why, how*, etc.
- (iii) orações concessivas, diferentemente dos outros tipos de adverbiais, não podem ser o foco de um adjunto focalizado (partícula de Foco³), tais como: *only, even, just*, etc., como em *Only because it is raining versus *Only although it was raining... ('somente embora estivesse chovendo...')*.
- (iv) orações concessivas não ocorrem como foco de uma sentença clivada (** It was although it was raining that...*).
- (v) Orações concessivas não podem ser o foco de uma negação nem de uma interrogativa polar (*Was he harassed because he was a journalist? vs Was he harassed although he was a journalist?*).

³ Em português, podemos ter "muito embora", caso em que **muito** focaliza **embora**, e não a oração como um todo, o que atesta o estatuto de conjunção lexical de **embora**.

Como sustentado por König (1994), todas essas propriedades das concessivas parecem ser manifestações de uma única característica: elas não podem ser focalizadas, o que, segundo Crevels (1998, p.131), “[...] pode ser indício de que as orações concessivas são menos integradas a suas orações principais do que os outros tipos de adverbiais.”

Mizuno (2007), no entanto, observa que o grau de integração pode variar de acordo com o tipo de oração concessiva. Em um estudo sobre as concessivas do inglês introduzidas por *although*, Mizuno (2007), com base em König (1994), reconhece três tipos básicos de concessivas:

- (i) Concessivas padrão: **Embora João não tenha dinheiro**, *ele foi a um restaurante caro*, em que se evoca uma relação de contraste se ‘p,’ então normalmente não ‘q’, ou seja, se ele não tem dinheiro, então ele não deve ir a um restaurante caro.
- (ii) Concessiva retórica: imaginemos uma situação em que alguém está procurando um bom ator com olhos castanhos e diz: **Embora certamente seja um bom ator**, *ele tem olhos azuis*. A primeira oração ‘p’ é um argumento para a conclusão ‘r’, enquanto a segunda oração ‘q’ é um argumento para a conclusão oposta ‘não-r’ e a segunda oração apresenta um peso maior na argumentação. Em outras palavras, no exemplo dado, o conteúdo proposicional da primeira oração apoia a ideia de que o ator é adequado, enquanto o conteúdo proposicional da segunda oração apoia a conclusão oposta, e o impacto geral é que o falante não considera o ator como adequado, sendo a oração principal, em termos argumentativos, mais importante.
- (iii) Concessiva de retificação: *Ele é muito inteligente*, **embora ele diga coisas um pouco bobas**. Esse tipo de concessão pode ser caracterizado, em termos de argumentação, pelo enfraquecimento da oração principal e relevância, portanto, da oração concessiva. Neste caso, segundo Mizuno (2007), a oração concessiva é menos dependente da oração principal do que os dois tipos anteriores.

Fica claro, pela classificação de Mizuno (2007), que, nas concessivas retóricas, a informação mais relevante está na oração principal e, nas concessivas de retificação, a informação mais relevante encontra-se na oração concessiva. No primeiro caso, a oração concessiva está anteposta à oração principal, que é mais relevante, enquanto no segundo caso, a oração concessiva, que é mais relevante, ocorre posposta à oração principal. Em outros termos, a oração mais relevante ocorre depois da menos relevante.

Para Crevels (1998), em espanhol, as concessivas introduzidas por *aunque* podem ocorrer como concessivas de retificação, servindo para sinalizar um turno inesperado no contexto discursivo. Dessa forma, podem somente seguir a oração principal, tal como ocorre em outras línguas, como o holandês e o alemão.

A Concessão na Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que tem suas bases na teoria da Gramática Funcional de linha holandesa (DIK, 1989, 1997a, 1997b), estrutura os níveis de análise de forma descendente; ou seja, inicia a sua organização partindo da intenção do falante, no Nível Interpessoal e, gradualmente, desce até o Nível Fonológico, passando antes pelo Representacional e Morfossintático, nessa ordem;

- (i) considera o Ato Discursivo, e não a oração, como unidade básica de análise.
- (ii) diferencia níveis de organização linguística: o interpessoal (relacionado à pragmática), o representacional (relacionado à semântica), o morfossintático (relacionado à morfossintaxe) e o fonológico (relacionado à fonologia), sendo todos eles de natureza puramente linguística. Os níveis Interpessoal e Representacional são responsáveis pela **Formulação**⁴ e os Níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pela **Codificação**⁵.
- (iii) modela a competência gramatical de um usuário da língua, representada pelo componente gramatical, ao lado de três componentes não gramaticais: conceitual, contextual e de saída. Esses três últimos interagem com o Componente Gramatical. O Componente Conceitual é o responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa relevante para que ocorra o ato de fala e pelas conceitualizações associadas aos eventos extralinguísticos relevantes. O componente de Saída gera sinais acústicos ou expressões ortográficas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual, por seu turno, contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente e molda a forma sob a qual o evento da fala ocorrerá, a depender da relação social entre os participantes da conversação.
- (iv) estrutura cada nível de organização linguística em camadas hierárquicas.

Essa estrutura hierárquica em níveis e camadas propicia uma explanação bastante adequada para a relação de Concessão. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a concessão pode ocorrer entre Atos Discursivos, portanto no Nível Interpessoal, e entre conteúdos proposicionais, no Nível Representacional. Tanto uma quanto outra são codificadas morfossintática e fonologicamente.

⁴ A operação da Formulação envolve três processos interligados: (i) a seleção dos moldes apropriados para os níveis Interpessoal e Representacional; (ii) a inserção dos lexemas apropriados para esses moldes; (iii) a aplicação dos operadores representando as distinções gramaticais pedidas na análise subjacente da língua (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.2).

⁵ A operação da Codificação envolve três processos interligados: (i) a seleção dos padrões apropriados para os níveis Morfossintático e Fonológico; (ii) a inserção de morfemas gramaticais livres; (iii) a aplicação dos operadores que exercem seus papéis no processo de articulação na produção do ato de fala (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.2).

A Concessão do Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal trata dos aspectos formais da unidade linguística que reflete seu papel (da unidade linguística) na interação entre falante e ouvinte. Na interação, cada participante tem um objetivo em mente, que determina a estratégia adotada pelo Falante para obter o seu propósito comunicativo. O alcance desses propósitos comunicativos envolve dispêndio de energia, resultando assim numa série de ações governadas por uma estratégia global. Esse é, portanto, o nível da ação. Nesse nível, o nódulo mais alto representa o segmento inteiro do discurso sob análise, com várias camadas intermediárias que conduzem até aos componentes da unidade linguística individual. Cada elemento dessa estrutura hierárquica representa (ou descreve) uma ação que pode ser ela mesma internamente complexa, consistindo em ações menores distinguíveis. A hierarquia também representa crucialmente a sucessão ou curso de tempo das ações que são essenciais à realização da estratégia do falante. O sequenciamento de ações linguísticas em todas as camadas da hierarquia refletirá, portanto, a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo falante.

A maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, nesse nível, é denominada Movimento (M). Em termos de estatuto interpessoal, o Movimento é definido como uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento. O que o caracteriza é a possibilidade de ser ou desencadear uma reação, tendo assim um efeito perlocutório (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Um Movimento pode conter um ou mais Atos Discursivos (A) combinados entre si, temporalmente ordenados (KEIZER; STADEN, 2009). A relação entre os Atos pode ser ou de dependência ou de equipolência, havendo, nesse caso, um Ato Nuclear e um Subsidiário.

Ao contrário dos Movimentos, o Ato não necessariamente impulsiona a comunicação em termos de objetivos conversacionais. Cada Ato Discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre seus Participantes (P), o Falante (S) e o Ouvinte (A), e o Conteúdo Comunicado (C).

O Conteúdo Comunicado (C) corresponde à totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Destinatário e contém um número variável de Subatos Atributivos⁶ (T) e Referenciais (R). Os primeiros constituem tentativas do falante de evocar uma propriedade que se aplica a entidades; já os Referenciais são tentativas do falante de evocar um referente, ou seja, um conjunto (nulo, único ou múltiplo) de entidades.

⁶ Para este artigo, adotaremos a tradução de *Ascriptive Act* como **Ato Atributivo**. Alguns pesquisadores adotam o termo **Ato adscritivo**, mas entendemos que **adscritivo** não corresponde ao sentido do termo em inglês, pois significa, em português, "acréscimo, adiantamento que se faz a algo que foi escrito" (HOUAISS, 2001).

Como já foi mencionado, a unidade linguística, no Nível Interpessoal, desempenha papéis na interação entre falante e ouvinte. Esses papéis são analisados em termos de **funções** retóricas e pragmáticas. As propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital referem-se à **retórica** e à **pragmática**.

A pragmática é entendida como o estudo do modo como os falantes modelam as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado mental do ouvinte. Isso determina as partes de uma unidade linguística que serão apresentadas como particularmente salientes, as que serão escolhidas como ponto de partida do falante e as que serão consideradas compartilhadas pelo falante e pelo ouvinte. A influência desses aspectos sobre a estrutura das unidades linguísticas é rotulada de **função pragmática**: Tópico, Foco e Contraste.

A Retórica, por seu turno, está fundamentalmente relacionada aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante, e também às propriedades formais de enunciados que influenciam o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. Por isso, os aspectos de unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso serão considerados **funções retóricas** que se aplicam a Atos Discursivos. **Motivação, Orientação, Correção** ou **Concessão** constituem funções retóricas que se aplicam a Atos subsidiários.

A Concessão, como função retórica, indica uma relação entre dois Atos discursivos, em que o Ato Subsidiário apresenta uma objeção real ou possível ao que está sendo apresentado no Ato Discursivo nuclear, conforme exemplificado em (3). O estatuto de Ato Discursivo é atestado pela possibilidade de inserir **eu admito (que)** no Ato Subsidiário, como na paráfrase em (3').

(3) hoje é a/ é a Silvia Laguna a presidente se eles for perguntado por ela se tem que vim alguma coisa pra Mirassol é lógico que vai querer porque ela quer o bem de Mirassol e como ela mesmo foi um:: tive um/ um adversário político um adver/ um:: que foi companheiro que foi o doutor Chim mas nunca que sempre que o PSDB quis mandar alguma coisa pra Mirassol a gente concordou e a gente teve junto... **mesmo** *num tando no mesmo lado do do... da política...* (AC-145-RO,253)

(3') a gente teve junto... **mesmo** (eu admito) *num tando no mesmo lado do do... da política..*

Neste caso, tanto a oração principal quanto a oração concessiva constituem Atos Discursivos, pertencendo, portanto, ao Nível Interpessoal, que se relaciona às questões pragmáticas da língua, pois lida com todos os aspectos formais da unidade linguística que refletem suas regras na interação entre falante e ouvinte, assim como os pressupostos de cada interação empregados pelo falante, de

maneira mais ou menos consciente, como estratégia para atingir seus propósitos comunicativos.

Como principal consequência, no Nível Morfossintático, a oração que representa o Ato Subsidiário de Concessão ocorre após a oração que representa o Ato Nuclear. Dessa forma, nesse nível, a Expressão Linguística é constituída por uma oração independente e uma dependente, o que configura um caso de Cossubordinação. Já no Nível Fonológico, cada uma das orações constitui um Enunciado, uma vez que seus limites são claramente separados por uma pausa substancial, diferente da pausa que caracteriza o sintagma entonacional. É facilmente possível relacionar esse tipo de oração à que Mizuno (2007) denomina Concessiva de retificação.

A Concessão do Nível Representacional

O Nível Representacional se relaciona aos aspectos semânticos da unidade linguística, quer referentes ao modo como a língua se relaciona ao mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional), independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação. No Nível Representacional, as estruturas linguísticas são descritas em termos da denotação que fazem de uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada. De acordo com a categoria, podemos reconhecer várias camadas (Conteúdo Proposicional, Episódio, Estados-de-Coisas e Propriedade). Para este estudo, no entanto, interessa apenas a camada do Conteúdo Proposicional, conforme veremos a seguir.

O Conteúdo Proposicional é a camada mais alta do Nível Representacional e constitui uma entidade de terceira ordem, ou seja, um constructo mental. Como tal não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença), e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência).

Por representar uma objeção real ou possível ao que está sendo apresentado, a Concessão constitui um Conteúdo Proposicional. Nesse caso, a relação Concessão é estabelecida entre dois Conteúdos Proposicionais: um representado pela oração principal e outro pela subordinada. A ocorrência (4) exemplifica esse caso.

- (4) eu não gostei da/do Edinho ter ganhado a eleição só que também não gostaria que o Mané tivesse ganhado na verdade minha preferência era pro Nicolau professor Nicolau...é::eu acho/acreditava que ele era:: melhor preparado entre os dois...

concorrentes do segundo turno...só que infelizmente quem foi pro segundo turno foi o Edinho e o:: Manuel Antunes e::acabou ganhando o Edinho...e eu acredito que::...[**apesar de não ter gostado do Edinho ganhar**] [eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané]...porque o Manuel Antunes...e/eu acho que ele não tem muita::perspectiva como pode se dizer::...ele já ta um pouco velho com uma certa idade e não tem muita condição mas de governar uma cidade como Rio Preto... (AC-49-RO,145)

Em (4), a oração concessiva **apesar de não ter gostado do Edinho ganhar** constitui um Conteúdo Proposicional que restringe o Conteúdo Proposicional expresso na principal **eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané**, ao indicar uma atitude especificando o grau de comprometimento de um ser racional com o Conteúdo Proposicional. Nesse caso, não é permitida a inserção de **eu admito (que)**⁷, conforme demonstra a paráfrase em (4').

(4') ***apesar de** (eu admito) *não ter gostado do Edinho ganhar* eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané...

Em outros termos, a Concessiva do Nível Representacional constitui um modificador do núcleo representado pela principal; o que caracteriza, no Nível Morfossintático, uma Subordinação. Isso se reflete na ordenação dessas orações dentro da Expressão Linguística: a oração subordinada assume a posição anterior à principal. Essas propriedades também se refletem no Nível Fonológico, já que cada uma constitui um Sintagma Entonacional e, juntas, um único Enunciado. Esse tipo de estrutura é denominado por Mizuno (2007) Concessiva Retórica.

A oração Concessiva Independente

Nos dois casos apresentados anteriormente, há uma relação de dependência entre as orações envolvidas. Em outras palavras, a oração concessiva é um constituinte da oração principal, uma vez que a restringe, sendo, portanto, um modificador.

Os dados do português falado no interior paulista revelam, entretanto, um tipo de concessão não previsto pela Gramática Discursivo-Funcional. Trata-se de orações concessivas que expressam um comentário do falante com relação ao contexto, sem se prender a uma oração principal. A essas construções denominamos **Orações Concessivas Independentes**, conforme exemplifica (5).

⁷ A inserção "eu admito (que)" deve ser lida sem pausa. Caso "eu admito (que)" seja lido com pausas, terá, conseqüentemente, contorno entonacional próprio e essa interposição poderia ser gramatical em português.

- (5) Inf.: éh:: outra coisa... importante em aula particular é você cair especificamente na dúvida dele... às vezes... ele:: chega um aluno às vezes ele fala – “eu não entendi essa matéria” – mas aí ce vendo ce fazendo com ele ce percebe que às vezes o problema não é da matéria o problema é de outra coisa anterior à matemática às vezes ele chega... ah:: a gente tem aluno hoje **apesar que** *melhorou um pouco* mas antigamente tinha menos pior ainda às vezes ele não sabe fazer conta... (AC-81-RP,205)

A ocorrência (5) mostra que a oração concessiva **apesar que melhorou um pouco** não depende sintática e nem semanticamente da oração anterior [**a gente tem aluno hoje**] e nem da oração posterior [**antigamente tinha menos pior ainda**]. Ela sozinha expressa um comentário do falante com relação ao conteúdo apresentado. Diferentemente das concessivas tratadas anteriormente, não se subordinam a Atos Discursivos nucleares, mas constituem uma unidade de informação à parte. Esse tipo de estrutura é responsável por 40% das ocorrências em nossos dados, o que configura tratar-se de casos muito frequentes no português falado nessa região do estado de São Paulo.

Essas estruturas concessivas facilmente podem ser relacionadas às que Crevels (2000) denomina Concessivas Textuais. A relação existente nesse tipo de estrutura é apenas pragmática, ou melhor, interpessoal, pois o falante considera pertinente informar ao ouvinte o conteúdo comunicado na oração concessiva e assim a insere no discurso como um parêntese. Essa propriedade leva Decat (1999, 2001) a denominá-las “desgarradas”, já que a relação de dependência mostra-se frouxa, originando um “desgarramento”, já que as orações não são integradas estruturalmente em outras.

O desgarramento das orações concessivas não é um fenômeno só do português do Brasil. Günthner (2000), em um estudo das orações concessivas do alemão coloquial introduzidas por *obwohl*, afirma que há concessivas que não apresentam integração sintática, o que altera o estatuto de *obwohl* de conjunção para marcador discursivo (que deve ser entendido aqui apenas como marcador no nível discursivo). Para Günthner (2000), as orações concessivas sem integração sintática são usadas pelo falante para limitar ou corrigir a validade das asserções precedentes no discurso. Corrigir é entendido pela autora como autocorreção, como se o falante dissesse “sou contra o que eu acabei de dizer”⁸. Na verdade, trata-se de uma estratégia de preservação da face⁹.

⁸ “The meaning of this corrective use of *obwohl* is somewhat like ‘as against what I just said’, and thus corresponds to what Halliday/Hasas (1976) call the ‘corrective type’ among ‘adversative relations.’” (GÜNTNER, 2000, p.445).

⁹ “Corrective *obwohl* is not restrict to self-correction but can also be used as a dissent marker by a second speaker to frame an upcoming disagreement. The *obwohl*-construction refutes the preceding utterance and provides a partially or totally contractory second assessment. It reads something like: “As against what you just said”. A plausible explanation seems to be that *obwohl* does not articulate an explicit, “on

Com base nos estudos de Barth (2000) sobre as funções das concessivas do inglês, do ponto de vista discursivo-organizacional, postulamos aqui que as concessivas independentes apresentam a função de introduzir informações adicionais, não para restringir o conteúdo da primeira oração, conforme afirma Barth (2000), mas para permitir ao falante a “preservação da face”, já que não há uma oração a ser tomada como escopo, como demonstra a ocorrência (6):

(6) Doc.: problema básico né?(inint.)

Inf.: [então ele] chega LÁ numa calculadora ele acerta tudo só que na prova não vai ter calculadora né? então a gente:: infelizmente tem que tomar a calculadora **apesar de** eu ser até favorá::vel né? ao uso de calculadora de/ de repente numa prova dependendo da prova né? então:: tem que ensinar conta prá ele (AC-81-RP,209)

Nessa ocorrência, o Falante interrompe o fio discursivo, sobre o uso de calculadora, por meio da inserção da oração concessiva que introduz uma ideia contrária à apresentada, ou seja, o Falante acrescenta uma informação de ser favorável ao uso em algumas situações, para prevenir objeções do tipo “[...] como alguém é contra o uso da calculadora e, por extensão, da tecnologia, em pleno século XXI?”, ou questionamentos semelhantes.

A preservação da face, de acordo com Goffman (1967), é uma estratégia usada pelo falante para que sua conduta ou a conduta de outra pessoa seja mantida dentro dos padrões sociais estabelecidos por uma cultura.

Há, no entanto, casos em que as orações concessivas independentes simplesmente acrescentam uma informação, em geral contrária à anterior, apenas como uma observação, conforme comprova a ocorrência (7):

(7) eu acho que esse negócio de droga / esse negócio da/a/as pessoa::s ... mais pobre é as que sofre mais:: ... SOFRE MAIS sofre mais eles num vai ... nos bai::le ... ver como que tá::: ...eles num dá uma assistên::cia ... nenhuma ... *esse ... Edinho – que é o prefeito de Rio Preto – é uma por::caria: ... eu:: n/ não votei ne::le ... eu votei no Mané::: ... e eu num sei: ... **apesar que** é tudo uma porcaria:: né? ... mas eu acho que o Mané ia ser ... um pouco (menos ruim) que ele: ... por que eu acho que o Edinho num sabe fazer NADA: ... nada nada nada::: ... ele só que::r ir lá pra Brasília: bem::: ... só que ir pra Brasi::lia ... pra ter o de::le ... pra tirar o dele: ... (AC-62-RO,393)*

Como já deve ter ficado claro, a relação concessiva, objeto deste estudo, pertence ao Nível Interpessoal, uma vez que atua na interação Falante-Ouvinte,

record”, dissent, but a weakened and more face-saving form of indicating an upcoming disagreement.” (GÜNTNER, 2000, p.445).

mais especificamente na organização discursiva. Conforme mostra Stassi-Sé (2012), esse tipo de oração concessiva constitui um Movimento. Com base em Kroon (1997), que define Movimento como “a menor unidade livre do discurso”¹⁰ capaz de participar em uma estrutura de interação, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.50) o definem como “[...] uma contribuição autônoma para a interação contínua¹¹.”, uma vez que constitui uma ação ou movimento para introduzir ou modificar tópicos discursivos e levar a interação adiante. Essa contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento é claramente marcada.

Uma das marcas que caracteriza a oração concessiva independente é a presença da conjunção **mas** introduzindo a oração que a segue, conforme se observa em (8).

- (8) Inf: mas assim foi ótimo... viajei de madrugada porque a passagem... era mais barata né?
Doc.: aham
Inf: e:: num tive receio algum:: éh::... o serviço de bordo foi muito bom... sabe?
embora fosse:: éh:: assim a passagem assim mais econômica né? ³[...] **mas** foi tudo legal (AC-134-NE,16)

Nessa ocorrência, o falante inicia dizendo algo positivo a respeito da viagem (**o serviço de bordo foi bom**) e segue fazendo uma interrupção para ressaltar algo que poderia contrariar essa ideia (**embora fosse a passagem mais econômica**), retomando depois a ideia de que tudo foi muito bom com a oração introduzida por **mas** (**mas foi tudo legal**), cuja função é indicar a retomada do fio discursivo, interrompido devido à inserção da oração concessiva.

Essa função de retomada do fio narrativo também pode ser marcada por *então*, conforme podemos observar em (9), com a oração **então na verdade a gente quando dá aula particular a gente tem que ser... o mais próximo da realidade do aluno** que segue a oração concessiva **apesar de que na escola que eu dou aula...:[...] noventa e nove por cento dos alunos não tem problema nenhum de capacidade a maioria é falta de estudo é:: que não está se adaptando à escola**.

- (9) Inf: também mas eu acho que daí acho que professor é também... ele pode contornar isso porque o professor SAbe dando a matéria onde que o aluno vai ter dúvida lógico que nem todo aluno vai ter a mesma dúvida mas:: ele pode dar ênfase em alguma coisa em:: determinado assunto né?
Doc.: uhum ((concordando))

¹⁰ Minimal free unit of discourse (KROON, 1997).

¹¹ “A Move may be defined as an autonomous contribution to an ongoing interaction.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.50).

Inf.: então então esse aluno chega lá com a gen::te ele ele tá:: inibido né? Então às vezes até é um problema que ele tem mais:: psicológico do que:: ne? *apesar de que a escola que eu dou aula é uma escola de:: éh reFORço:: noventa e nove por cento dos alunos não tem problema nenhum de capacidade a maioria é falta de estudo é:: que não está se adaptando à escola* **então** na verdade a gente quando dá aula particular a gente tem que ser... o mais próximo da realidade do aluno possível e ver o que ele MAIS tem dúvida o que:: é a sua defasagem e às vezes nem é uma defasagem é um aprimoramento é prá ele ser melhor por exemplo aluno de cursinho não basta ser bom tem que ser o melhor (AC-81-RP,237)

A oração concessiva constitui, portanto, uma inserção no discurso, para introduzir uma informação considerada importante pelo falante. A teoria da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN; KOCH, 2006), denomina esse tipo de inserção de **Parêntese**, ou seja, uma modalidade de inserção “[...] definida como breves desvios de um tópico¹² discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem.” (JUBRAN, 2006, p.303).

Os parênteses, ainda de acordo com Jubran (2006), apresentam uma dimensão pragmática, pois eles materializam a atividade interacional no texto falado, contextualizando-o na situação de enunciação. Dessa forma, esses parênteses introduzem dados relacionados à dimensão pragmática, e podem ser constituídos por marcadores discursivos, como **né**, que o encaminha para uma perda de transparência semântica. As orações que aparecem após os parênteses, por sua vez, podem apresentar várias marcas de reintrodução do tópico discursivo, como: (i) uso de conectivos ou de pronomes que atam a oração posterior à anterior ao parêntese; (ii) uso de Atos Interativos sequenciadores do tópico; (iii) repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto, que se encontram próximos ao início do parêntese e, por último, (iv) parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese.

O parêntese efetuado pela Concessiva tipicamente apresenta todas essas marcas. Como já observado, os conectivos **mas** e **então** são comumente usados para atar a oração que antecede à que segue o parêntese Concessivo (cf. (8) e (9)).

É também muito frequente a ocorrência de Atos Interativos, como **sabe?**, **né?**¹³, antecedendo ou fechando o parêntese Concessivo. Em (8), apresentada

¹² A noção de **Tópico discursivo** para a Teoria da Gramática Textual-Interativa é uma unidade de análise que não está restrita aos turnos conversacionais. Decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada em um complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o grau de conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos compartilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam. Assim, o tópico discursivo “[...] torna-se um elemento decisivo na constituição de um texto falado, e a estruturação tópica serve como fio condutor da organização textual-interativa.” (JUBRAN, 2006, p.90).

¹³ Segundo Urbano (2006), **né?** parece ter origem na forma matriz **não é verdade?** e ter feito o seguinte percurso: **Isso não é verdade?** > **Não é verdade?** > **Não é?** > **Né?**. Esses Atos interativos desempenham a mesma

anteriormente, a oração concessiva **embora fosse a passagem mais econômica** é antecedida pelo Ato Interativo **sabe?** e seguida pelo Ato Interativo **né?**.

Além disso, observa-se a repetição de itens lexicais ou paráfrases de estruturas depois da oração concessiva, marcando a retomada do fio discursivo (cf. (10)).

- (10) Doc.: Soeli... cê pode contar prá gente agora descrever... um local?...
Inf: posso... a casa da minha amiga filó... ((doc.: uhm)) muito linda a casa dela no Recanto Real... ((doc.: uhm)) [**apesar de ela né? não tá... bem**] mas... o lugar onde ela convive é muito lindo... um paraíso aquilo lá... ((doc.: uhm sei)) eu entrei na casa não sabia sair... ((risos))
Doc.: ahm... ¹[enorme]
Inf: de tão ¹[grande...] de tão enorme que era... é muito bonito lá sabe... (AC-90-DE,222)

Em (10), o trecho que antecede a oração concessiva **muito linda a casa dela no Recanto Real** é retomado após a oração concessiva por meio da paráfrase **o lugar onde ela convive é muito lindo**. Podemos dizer que o fio discursivo é interrompido pela oração concessiva **apesar de ela não né? não tá...bem** e depois retomado. Essa retomada é marcada por meio de **mas** e de uma paráfrase.

Essas marcas comprovam a independência desse tipo de estrutura concessiva e lhe atribuem o estatuto de parêntese discursivo, ou seja, uma unidade de informação à parte no discurso.

Propriedades morfossintáticas das concessivas

As orações concessivas independentes, conforme já explicado, não fazem referência a nenhuma oração anterior ou posterior, isto é, não apresentam relação de dependência sintática com a **oração principal**, como fazem as concessivas do Nível Representacional, que constituem morfossintaticamente casos de subordinação, pois consistem em um modificador da oração principal. Diferem também das concessivas de Ato, que constituem casos de cossubordinação, já que se relaciona a uma oração independente dentro de uma mesma Expressão Linguística. As concessivas independentes morfossintaticamente correspondem a Expressões Linguísticas (Le), já que constituem uma unidade que pode ser usada independentemente, sem fazer parte de outra unidade. Isso não impede, entretanto, a sua caracterização morfossintática.

função básica: a fática e são comparáveis às chamadas "*questions tag*". Quando o falante faz uso desses elementos, busca aprovação discursiva do ouvinte, sendo, portanto, basicamente interacionais.

Tal como as concessivas não integradas do alemão (GÜNTHER, 2000), as orações concessivas independentes tendem a apresentar (51%) o verbo na forma finita, no modo indicativo, conforme exemplifica a ocorrência (11).

- (11) Doc.: E a praia lá é limpi:nha? Te:m tem muito ba:r ...? muita/ muito lugar assi:m ... de diversão?
Inf.: ai: é num TEM NÃO viu:: ... fo/ apesar que **mudou** MUI::TO ... nu/é/ antigamente num tinha quiosque:: ... eles fizeram quiosque no::vo: ... tem/ tem bastante: quiosque no::vo ... boniti::nho: tem só um ba:r lá ... um ba:r qu/qu/tem ... é ... mesa de sinu::ca:: ... essa coisa... mas a gente:/mas é /levo né? de casa ... levou cerve::ja no isopo:r ... o que tinha que comprar lá/ o que a gente comprou foi ge:lo né? ... agora/ é/ a água ... é:: água de prainha não é muito limpi::nha não:: né? (AC-62-DE,279)

A predominância do uso do indicativo constitui um forte indício para a independência desse tipo de oração. Há casos, no entanto, em que se observa a ocorrência do subjuntivo (23%), conforme exemplificado pela ocorrência (12), sendo ainda possíveis formas verbais não finitas (26%), como mostra (13).

- (12) Inf. então ele mostrou QUE... vale muito mais o conhecimento que uma pessoa tem do que a atitude que ela vai tomar... às vezes a atitude pode ser muito SIMples... mas pra ela cheGAR... a tomar aquela atitude muito simples [ela tem que ter tido MUI::to conhecimen::to... MUIto esTUdo... e: **mesmo que num seja estudo em faculda::de... estudo em em em esCO::la... coisa por exemplo que eu num TIve...** mas quando a pessoa quer alguma coisa... ela tem que correr atrás... e estudar aQUEle segmento que ela QUER...
Doc.: e valoriZAR né?... (AC-99-NR,176)

- (13) Doc.: ((risos)) tem alguma outra história que tenha acontecido com o senhor?
Inf.: olha isso já é um fato ocorrido no trabalho já... adulto né? **apesar de ter outras passagem anterior né?**... e eu no serviço que eu trabalhava até de carro-forte a gente:: viajava né? (AC-103-NE,16)

O uso dessas diferentes formas verbais (infinitivo, indicativo e subjuntivo) está relacionado à conjunção escolhida pelos falantes para a expressão da concessão: **apesar de, apesar (de) que, embora, mesmo e mesmo que**; sendo as mais recorrentes **apesar de, apesar que e embora**.

A conjunção **apesar que** exige o verbo no indicativo, enquanto **apesar de** desencadeia o uso do infinitivo. A conjunção **embora**, contrariando o que postulam as normas gramaticais do português, que preconizam o uso de verbos no subjuntivo, pode tanto ser seguida de verbos no indicativo, como (14), quanto no subjuntivo, como (15). O uso do indicativo, nesses casos, parece estar ligado ao grau de dessentencialização desse tipo de concessiva:

- (14) Inf.: é uma coisa que foi muito marcante prá MIM foi que eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha mais ou menos uns quatorze prá quinze anos ¹[né?] a gente namoro::u durante um a::no... e:: a gente eu peguei engravidei dele né? não FOI um uma gravidez deseJADA mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né? meus pais *embora não aceitaram* MUI::to né? mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar... (AC-40-NE,10)
- (15) Doc.: bom Fernando como você:: éh trabalha diretamente com a saú::de eu queria saber qual que é a sua opinião sobre:: sobre a saúde pública né *embora você trabalhe numa:: num órgão que não é público num órgão de atendimento né que não é público* mas qual que é a sua opinião assim a respeito do dum paciente que chega e não tem convê::nio como que é o tratamento mé::dico como que o médico tra::ta se tem difere::nça se num tem que que cê acha do SU::S queria que cê desse sua opinião sobre isso (AC-105-RO,372)

Propriedades prosódicas das concessivas independentes

O Nível Fonológico está organizado com base em padrões fonológicos para o Enunciado, Sintagma Entonacional, Sintagma Fonológico, Palavra Fonológica, Pé e Sílabas, que ficam estocados como parte do conjunto de primitivos relevantes para a operação de Codificação Fonológica (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Günthner (2000) constata que as orações não integradas introduzidas por *obwohl* no alemão coloquial apresentam contorno entonacional próprio e são separadas por pausas de aproximadamente 0,5 segundo. No português também é possível observar, nessas orações independentes, pausas que as separam das orações anteriores e posteriores e um contorno entonacional próprio.

Além das pausas nas fronteiras dessas orações e do contorno entonacional próprio, pode-se observar mudança na tessitura, o que confere a essas orações a estrutura de uma inserção parentética, com força ilocucionária própria. Isso pode ser observado na ocorrência (16) que apresenta pausas antes e depois da oração independente **a minha mulher é candidata a vereadora né?**.

- (16) Doc.: ham:: tá... e assim éh o senhor sabe que agente tá em época de eleiçã::o ¹[né]? éh... o direit/as eleições... estão a/ muito pró::ximas a menos de um MÊS que que o senhor acha da política de atualmente ²[(dos políticos)]
- Inf.: ¹[sei] ²[éh eu] num sou FÃ... de política... num é? **apesar que a minha mulher é candidata a vereadora né?**... MAS... se ela quis tomar ela tomou a iniciativa de ser... né? eu resPEItto eu acomPANho e tudo bem MAS... política prá mim é uma coisa muito suja...((ouve-se interferências vindas de fora)) então prá mim num tem (AC-111-RO,417)

Um estudo prosódico dos parênteses, realizado por Tenani (1997), revela que neles tende a ocorrer aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (geralmente mais baixa ou mais alta do que as porções textuais anteriores e posteriores, conforme já mencionado). Também pode-se notar a mudança na direção da altura da sílaba final acentuada (uma curva descendente, em geral) e ocorrências das pausas, o que assinala a formação de um grupo entonacional (TENANI, 1997). Em outros termos, essas orações constituem Enunciados (*Utterances*). Um Enunciado, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), é caracterizado por ter seus limites claramente separados por uma pausa substancial, diferente da pausa que caracteriza o sintagma entonacional.

Considerações finais

Este estudo mostra que, no português falado no interior paulista, há um tipo de oração concessiva que foge às concessivas prototípicas apontadas pela tradição gramatical.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o falante, para ser compreendido, não expressa nada além de sua intenção comunicativa. Assim, a introdução de uma oração concessiva independente ocorre quando o falante julga que a concessão é relevante do ponto de vista informacional, pois pode tanto indicar uma ação de preservação da face quanto uma ação de simples observação.

Tendo em vista a organização em Níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional, as concessivas independentes constituem uma contribuição autônoma para a interação contínua. Em outras palavras, constituem um Movimento, a camada mais alta do Nível Interpessoal. Como tal pode abrir uma possibilidade de reação no interlocutor, tendo, inclusive, um efeito perlocucionário, conforme ilustra (17), em que a oração concessiva inserida **apesar que acho que você já deve ter ouvido muita história de amante** poderia causar uma resposta positiva no documentador, do tipo “sim, já ouvi, por isso conte uma outra história”.

- (17) Inf: eu tenho um tio... ((doc.: uhum...)) sabe ele era fazendeiro rico tal... e ele teve uma amante... sabe?... **apesar que acho que cé/ você já deve ter ouvido muita história de amante...** ((doc.: uhum)) mas essa que eu vi é diferente... eu sei que:... ele era mulherengo tudo ela inclusive minha tia acho que largou... dele foi exatamente por causa disso... (AC-100-NR,109)

Esse tipo de estrutura constitui, na verdade, breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem, por isso é denominado de Parêntese na teoria da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN; KOCH, 2006). Como parêntese, caracteriza-se por não estar atado a uma

oração principal e ser destacado do contexto circundante por claras pausas e Atos Interativos, bem como por apresentar um contorno entonacional próprio. Além disso, a retomada do fio discursivo, interrompido pela concessiva, é efetuada por meio de conjunções como *mas* e *então*, e por meio de repetições ou paráfrases da estrutura interrompida.

Apesar da independência morfossintática e fonológica, essas estruturas mostram-se de extrema importância do ponto de vista interacional, pois representam uma contribuição autônoma para a interação contínua, permitindo ao Falante ora preservar a sua face ou a de outrem, ora simplesmente acrescentar uma observação.

GARCIA, T. S.; PEZATTI, E. G. Independent concessive clauses in the light of Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.1, p.475-494, 2013.

- **ABSTRACT:** *This paper investigates, in light of the theory of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), the concessive clause that is not subordinated to other clauses, i.e., it has no semantic or syntactic relations with clauses before or after it, and which we call Independent Concessive. The aim is to describe the discursive properties and the semantic, morphosyntactic and prosodic structure of this type of clause, showing that its relevance is in the construction and organization of discourse. The results indicate that the Independent Concessive works in speech as a parenthesis which interrupts the discursive course and is then highlighted by a special prosodic contour, combined with the presence of Interactive Acts. It is therefore a Move, the highest layer of the Interpersonal Level, the level that relates to the pragmatic aspects of the grammar of a language. The universe of research used is the Iboruna corpus, a database that records a variety of Portuguese from the Northwest of São Paulo.*
- **KEYWORDS:** *Concessive adverbial clause. Independent concessive clause. Functional Discourse Grammar Theory. Moves. Interpersonal level.*

REFERÊNCIAS

BARTH, D. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p.411-437.

BASSOLS, M. *Sintaxis Latina*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.

BECHARA, E. N. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CREVELS, M. *Concession: a typological study*. 2000. 191 f. Tese (Doutorado) - University of Amsterdam, Amsterdam, 2000.

_____. Concession in spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Ed.). *Functional grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p.129-148.

CUNHA, C. F. *Gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao “desgarramento”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.104-118, jul./dez. 2001.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.23-38, jan./jun. 1999.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. New York: Mouton de Gruyter, 1997a. pt.1.

_____. *The theory of functional grammar: complex and derived constructions*. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.pt.2.

_____. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. Dordrecht: Foris Publications, 1989. pt.1.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1967.

GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

GÜNTHNER, S. From concessive connector to discourse marker: the use of *obwohl* in everyday german interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p.339-468.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.

HOUAISS, A. (Ed.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v.1. p.301-357.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v.1.

- KEIZER, E.; STADEN, M. V. Interpersonal grammar: a cross-linguistic perspective. *Special Issue of Linguistics*, Berlin, v.47, n.4, p.799-824, jul. 2009.
- KÖNIG, E. Concessive clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). *The encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon, 1994. v.2. p.679-681.
- KÜHNER, R.; STEGMANN, C. *Ausführliche Grammatik der lateinischen Sprache*. Hannover: Leverkusen Gottschalksche Verlagsbuchhandlung, 1914.
- KROON, C. Discourse markers, discourse structure and functional grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). *Discourse and pragmatics in functional grammar*. New York: Mounton de Gruyter, 1997. p.17-32.
- MIZUNO, Y. *Although clauses in English discourse: a functional analysis*. 2007. 194 f. Tese (Doutorado) - The Graduate School of Letters, Universidade de Hokkaido, Sapporo, 2007.
- NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1999. v.7. p.545-591.
- PUENTE, C. M. *La expresión de la concesividad en latín clásico: su análisis y distribución sintáctica*. 1998. 371 f Tese (Doutorado em Filologia Latina) – Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1998.
- SCHERER, A. *Handbuch der lateinischen syntax*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter Heidelberg, 1975.
- STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo -funcional*. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.
- TENANI, L. E. O fenômeno da parentetização na fala. *Caderno de Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.26, p.787-793, 1997.
- URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v.1. p.497-527.

Recebido em agosto de 2012

Aprovado em dezembro de 2012

SINTAXE DAS ORAÇÕES COMPLEXAS EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO E ENSINO

Ana Carolina SPERANÇA-CRISCUOLO*

- **RESUMO:** Neste trabalho, a partir de uma discussão acerca de problemas relacionados ao ensino de gramática, pretende-se fazer uma proposta de descrição e ensino de algumas orações subordinadas substantivas sob uma perspectiva interdiscursiva. Com base nos pressupostos da teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), observaram-se aspectos subjetivos codificados na sintaxe dessas orações, motivados pelas intenções do falante. Verificou-se que as construções complexas estudadas, do ponto de vista pragmático, compreendem estratégias de que o falante dispõe para demonstrar maior ou menor comprometimento com o que diz, preservando sua face, e também para garantir a confiabilidade da informação asseverada; do ponto de vista do sistema da língua, revelam adaptações que a língua sofre em função das necessidades comunicativas do falante (BYBEE, 2010). Acredita-se que o ensino dessas orações, a partir de sua funcionalidade, pode tornar a prática em sala de aula mais eficiente, melhorando o desempenho linguístico dos alunos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe. Oração complexa. Abordagem funcionalista. Complexidade. Descrição. Ensino.

Considerações iniciais

O ensino de gramática, em geral, sempre se apoiou em obras inspiradas na tradição gramatical iniciada com os gregos e propagada durante séculos através dos manuais. O mesmo procedimento das primeiras investigações linguísticas – observação de paradigmas, descrição formal dos elementos e classificação – foi aplicado ao ensino da língua, ao que se deve o forte apego à nomenclatura gramatical e o caráter formalista do ensino dessa disciplina, particularmente. No entanto, com o advento da Linguística Moderna e o desenvolvimento de diferentes teorias que passaram a observar também os aspectos extralinguísticos que motivam a organização do sistema, foi possível constatar a natureza heterogênea da linguagem e a necessidade de se considerar, na análise linguística, o contexto comunicativo, os participantes da interação, suas intenções, entre outros aspectos. Em termos epistemológicos, é possível dizer que a noção de língua/linguagem que se passou a ter, especialmente a

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – carolinasperanca@yahoo.com.br

partir da segunda metade do século XX, possibilitou descrições¹ mais completas e aprofundadas da língua, vista como um instrumento comunicativo e não como um sistema fechado e independente.

No que diz respeito ao contexto de ensino, por outro lado, acredita-se que houve um desencontro entre as novas abordagens da língua e a prática efetiva em sala de aula. Até a década de 50, considerando-se o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, a escola era acessível apenas à elite, que já possuía certo domínio da norma culta padrão (tendo em vista que desde muito cedo adquiria o hábito da leitura), cabendo à escola apenas o ensino da norma gramatical, baseado nos manuais de gramática tradicional. Contudo, a democratização do ensino nessa época fez com que um público muito variado tivesse acesso à escola, o que passou a revelar as falhas das abordagens pedagógicas de até então (GERALDI, 1993). O baixo desempenho linguístico dos alunos fez com que muitos estudiosos, por volta da década de 80, começassem a questionar problemas relacionados ao ensino da língua, e uma das grandes causas – talvez a maior – foi atribuída ao ensino da gramática.

A partir da proposta de novas teorias linguísticas (Análise do Discurso, Linguística Textual, Sociolinguística, dentre outras), foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998), com a finalidade de reorientar o ensino da língua. O foco deixou de ser a gramática e passou a ser a produção e compreensão de textos a partir do estudo dos diversos gêneros textuais, dos mecanismos de coesão e coerência, das características dos contextos de produção dos enunciados. Migrou-se de um extremo a outro: do ensino da gramática por si mesma para o trabalho com texto/contexto, desconsiderando-se que o texto é construído também pela gramática. Mesmo assim, o resultado das avaliações de desempenho linguístico dos alunos continua insatisfatório, conforme se pode observar pelos dados oficiais do ENEM, desde sua primeira edição em 1999².

Com base nessas considerações, acredita-se que o problema não está no ensino da gramática, propriamente, mas na maneira como ele se dá. Abordar a gramática dissociada do uso, com a finalidade de classificar os elementos linguísticos, de fato, não garante o desenvolvimento do aluno em termos de competência linguística. Por outro lado, não se pode negar que a gramática (enquanto um conjunto de propriedades fonológicas, lexicais e sintáticas da língua, e não como regras prescritivas) está na base de qualquer atividade de uso da linguagem, promovendo a materialização do texto. Considerar a gramática a partir da interação entre os usuários é procurar compreender de que maneira

¹ Fala-se em “descrições” considerando-se as diversas linhas teóricas dentro da Linguística.

² Informações disponíveis em: <<http://www.inep.gov.br>>

a organização dos elementos linguísticos reflete as intenções do falante e, sob essa perspectiva, a gramática deve ser vista como uma ferramenta para resolver possíveis problemas de comunicação. Daí a importância do seu ensino.

Neste trabalho, que tem como foco a sintaxe das orações complexas do português, propõe-se uma descrição de algumas orações subordinadas substantivas a partir de uma perspectiva interdiscursiva³. Pode-se dizer que as construções complexas são de grande importância na arquitetura do texto, mostrando-se um padrão de uso bastante recorrente e produtivo na língua portuguesa. Na análise do *corpus*⁴, apareceram com maior frequência as orações substantivas Objetivas Diretas (OSSOD) e as Subjetivas (OSSS), conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Orações subordinadas substantivas no *corpus*

<i>Corpus</i>	Total	OSSOD	OSSS	OSSCN	OSSP	OSSOI	OSSA ⁵
Tipo narrativo							
Notícia	213	168	10	17	14	2	2
Conto/romance	248	145	32	24	28	16	3
Tipo argumentativo							
Artigo de opinião	243	105	51	44	17	21	5
Artigo de divulgação científica	275	151	58	19	33	8	6
Total	979	569	151	104	92	47	16

Fonte: Elaboração própria.

³ Neste trabalho, o termo “interdiscursivo” refere-se à língua em uso, a partir da **interação** entre os falantes. Tal esclarecimento é relevante por se tratar, também, de um termo-chave na teoria da Análise do Discurso de linha francesa.

⁴ O *corpus* é composto por:

(1) Textos jornalísticos: notícias e artigos de opinião dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

(2) Textos literários: contos de Lygia Fagundes Telles e Carlos Drummond de Andrade, e os romances *Dom Casmurro* e *Vidas Secas*.

(3) Textos de divulgação científica: revistas *Superinteressante* e *Galileu*.

⁵ **OSSOD:** Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

OSSS: Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

OSSCN: Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal

OSSP: Oração Subordinada Substantiva Predicativa

OSSOI: Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta

OSSA: Oração Subordinada Substantiva Apositiva

Dentre os dois tipos de orações subordinadas substantivas predominantes no *corpus*, realizou-se um recorte a partir dos predicadores mais frequentes: no caso das Objetivas Diretas, verbos *dicendi* e verbos de atividade mental; no caso das Subjetivas, a construção “ser + adjetivo”, como apresentado na Tabela 2:

Tabela 2: Predicadores mais frequentes na Oração Principal (OP)

Corpus	Predicador OP Verbo <i>dicendi</i> (OSSOD)	Predicador OP Verbo atividade mental (OSSOD)	Predicador OP “ser + adjetivo” (OSSS)
Tipo narrativo			
Notícia	130/168	12/168	4/10
Conto/romance	48/145	36/145	23/32
Tipo argumentativo			
Artigo de opinião	44/105	19/105	31/51
Artigo de divulgação científica	60/151	44/151	44/58
Total	282/569	111/569	102/151

Fonte: Elaboração própria.

Procurou-se observar de que maneira aspectos pragmáticos interferem na organização dessas construções, em diferentes contextos de uso, e que funcionalidade elas assumem na interação entre falante e ouvinte. Espera-se que os resultados obtidos e a discussão aqui proposta possam oferecer sugestões para uma possível mudança da prática pedagógica associada ao ensino de sintaxe e também da gramática, de um modo geral.

Situação atual do ensino de sintaxe: divórcio entre a descrição gramatical e a prática de escrever/entender o texto

Embora as bases dos PCNs (BRASIL, 1997, 1998) se assentem numa abordagem bastante inovadora no que diz respeito ao ensino da gramática, defendendo que este se dê a partir do uso que os falantes fazem da língua em quaisquer de suas modalidades, o que se verifica em manuais e livros didáticos que servem de base ao ensino atualmente são exercícios que muito se assemelham à abordagem

tradicional da gramática. No que diz respeito às orações complexas, o objetivo das atividades ainda é a identificação da função sintática que a oração subordinada exerce em relação à oração principal do período composto. Embora se encontre um grande número de textos autênticos e variados nestes materiais (que de fato ofereceriam a oportunidade de um trabalho diferente em sala de aula), a natureza da descrição gramatical se revela desvinculada dos propósitos comunicativos, permanecendo no nível da forma e não se atentando à funcionalidade que esta assume no contexto em que ocorre.

Considerar a língua a partir da função que seus elementos assumem em um determinado contexto significa observar de que maneira as intenções do falante se codificam no texto. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o falante parte de uma intenção comunicativa para então produzir seus enunciados, o que acompanha a própria lógica de uso da língua. Acredita-se que, a partir do momento em que o aluno for capaz de identificar as intenções de seu interlocutor com base em “pistas” presentes no texto, será também capaz de expressar suas intenções de maneira satisfatória, com a produção de bons textos. Infelizmente, o que se verifica atualmente é uma grande dificuldade, por parte dos alunos, tanto na compreensão quanto na produção de textos, o que confirma a necessidade de uma mudança na prática com a linguagem em sala de aula.

É importante ressaltar que todos os aspectos da língua (morfo-sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos) devem ser trabalhados em conjunto, partindo-se da funcionalidade das expressões linguísticas para a observação de sua organização. Não se pretende, neste artigo, descrever as orações subordinadas estudadas de acordo com a nomenclatura proposta na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), tendo em vista a finalidade pedagógica da discussão que aqui se faz. Contudo, os pressupostos da teoria no que diz respeito ao tratamento da gramática revelam-se de grande pertinência para uma abordagem pautada no uso da língua.

Ponto de vista teórico: sintaxe como eixo da textualidade em situação interdiscursiva

Considerar as expressões linguísticas a partir da situação comunicativa em que são utilizadas caracteriza uma abordagem funcionalista a língua, em que a sintaxe é considerada instrumental em relação à semântica, e esta, instrumental em relação à pragmática (DIK, 1989). Dessa maneira, todos os níveis de análise linguística são relevantes para a descrição do funcionamento linguístico. Segundo Dik (1997, p.409, tradução nossa),

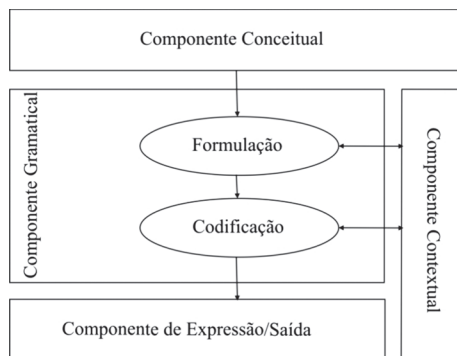
ULNs [usuários de uma língua natural] não falam por sentenças isoladas ou orações isoladas, mas as combinam em dimensões mais extensas e complexas para as quais podemos usar o termo geral “discurso”. Um discurso é mais (muito mais) que uma sequência arbitrária de orações. Portanto, ainda que tivéssemos uma teoria otimizada da oração, essa teoria deixaria muito a desejar quando considerada um componente de uma teoria mais ampla da competência comunicativa dos ULNs. Além disso, uma vez que orações, em sua estrutura interna, são sensíveis a uma variedade de fatores discursivos, uma teoria “otimizada” da oração (isolada) é simplesmente impossível.⁶

Apesar de a Gramática Funcional (GF) proposta por Dik ter como objetivo a descrição da estrutura subjacente da oração (**predicador → predicação → proposição → oração**), são considerados também aspectos semânticos (tipo de predicador e natureza de seus argumentos) e pragmáticos (ilocução, topicalização, focalização, dentre outros), o que reforça a impossibilidade de se descrever, satisfatoriamente, uma sintaxe “autônoma”. Os desenvolvimentos da GF correspondem, atualmente, à teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) que, de certa forma, desenvolve algumas ideias já sugeridas por Dik (1997) acerca de uma gramática orientada pelo discurso. Contudo, embora compartilhem os mesmos pressupostos funcionalistas, são modelos diferentes de análise.

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), ao contrário da GF, organiza-se num modelo *top-down* de análise, partindo da intenção do falante (Componente Conceitual) para a realização das expressões linguísticas (Componente de Expressão). A unidade básica na GDF é o **ato discursivo** (unidade comunicativa) e não a **oração** (unidade morfossintática, como na GF), podendo compreender expressões linguísticas menores ou maiores que esta. Nesse modelo, a gramática é um componente que, no processo de interação verbal, não opera isoladamente, mas interage com outros três: Conceitual, Contextual e de Expressão (Figura 1):

⁶ No original: “*NLU's do not speak in isolated sentences or clauses, but combine these into longer and more complex stretches for which we may use the general cover term “discourse”. A discourse is more (much more) than an arbitrary sequence of clauses. Therefore, even if we had an optimal theory of the clause, this theory would still leave much to be desired when considered as a component in a wider theory of NLU's communicative competence. Moreover, since clauses, in their internal structure, are sensitive to a variety of discourse factors, an “optimal” theory of (isolated) clause is simply impossible.*” (DIK, 1997, p.409).

Figura 1 – Componentes relacionados à GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6).

O Componente Conceitual compreende as intenções comunicativas e as representações conceituais relevantes que serão transformadas em representações linguísticas. Segundo os autores, “[...] é a força motivadora por trás do Componente Gramatical como um todo.”⁷ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.7). Todo material cognitivo e ideacional, relevante para cada ato discursivo, situa-se nesse componente. O Componente Contextual guarda as informações e características da situação discursiva, tanto no que diz respeito ao discurso precedente e à situação imediata da interação, quanto às relações sociais entre os participantes (sexo, papel social etc.). Os processos de referenciação, o uso de reflexivos e as sequências narrativas, por exemplo, dependem da interação desse componente com o Gramatical. O Componente de Expressão gera a expressão acústica ou gráfica da informação fornecida pelo Componente Gramatical, que constitui o domínio específico da GDF. Todas as informações relacionadas ao conhecimento linguístico (lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas) pertencem a este componente e são ativadas a partir das intenções do falante numa dada situação comunicativa⁸. O verbo “existir”, por exemplo, é apresentado como um verbo intransitivo nas gramáticas tradicionais. No entanto, enunciados com esse verbo denotam a necessidade de informações complementares para o estabelecimento da referência, geralmente representadas por um sintagma adjetival (simples ou oracional) ou adverbial:

⁷ No original: “[The Conceptual Component] is the driving force behind the Grammatical Component as a whole.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.7)

⁸ Os elementos de cada nível do Componente Gramatical (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico) serão discutidos à medida que forem necessários para a descrição das orações subordinadas substantivas estudadas.

- i) Existem pizzas. (?)
- ii) Existem pizzas **sem queijo**.
- iii) Existem pizzas **exóticas**.
- iv) Existem pizzas **que custam caro**.
- v) Existem pizzas **na geladeira**.

Pode-se dizer que existe uma “transitividade” nesses enunciados, como um todo (e não como uma característica do verbo), motivada pela situação de interação. O exemplo (i) não seria, certamente, a primeira frase de uma interação, mas possivelmente a segunda, em resposta a uma pergunta como “**O que existe nessa geladeira?**” → “**Existem pizzas (nessa geladeira)**”. De (ii) a (v), por outro lado, têm-se enunciados que estabelecem, por si mesmos, uma referência a partir da informação que o falante quer transmitir ao ouvinte.

A descrição da língua a partir do uso, das intenções e das situações de interação possibilita a percepção de aspectos que, embora não sejam inerentes à estrutura/forma linguística, também participam de sua organização.

Proposta: descrição de algumas orações subordinadas substantivas do ponto de vista interdiscursivo

Em geral, os manuais de gramática abordam as orações subordinadas substantivas unicamente a partir da função sintática que exercem em relação ao predicador da oração principal, sendo a transitividade um fator fundamental. Para a descrição das construções complexas estudadas, foram selecionados outros critérios: (1) escolha do predicador da oração principal; (2) uso da forma reduzida ou desenvolvida da oração subordinada, procurando-se observar de que maneira as relações interdiscursivas motivam essas escolhas, produzindo diferentes sentidos. Considere-se, inicialmente, a escolha do predicador da oração principal:

- (01) Eu **prometo** / que não contarei nada a ninguém.
- (02) **Ordeno** / que todos enviem os documentos pedidos até amanhã.
- (03) Os especialistas **dizem** / que boa alimentação deve ser acompanhada de exercícios.
- (04) **Acho** / que todos esses alunos foram reprovados na avaliação.
- (05) **É importante** / que todos participem desta reunião.

Como se pode observar, o predicador codifica a **ilocução** (força ilocucionária) do ato discursivo, bem como aspectos subjetivos do enunciado que estão diretamente associados à relação interpessoal dos participantes. Em (01), tem-se uma promessa; em (02), uma ordem; em (03), a declaração de um conteúdo comunicado por terceiros; em (04), uma declaração cujo conteúdo é apresentado como suposto pelo enunciador; no exemplo (05), uma situação é avaliada como “importante” pelo falante que, no entanto, não se manifesta explicitamente no enunciado. O conteúdo dos enunciados, propriamente, se encontra na oração subordinada e, em termos informativos, poderia ser dito através de uma oração simples. Nos termos da GDF, o **conteúdo comunicado** corresponde àquilo que o falante deseja evocar em sua interação com o ouvinte; a oração principal, por sua vez, constitui um modificador desse conteúdo.

Percebe-se, dessa maneira, que a construção complexa é um recurso sintático que permite ao falante agregar outras “informações” ao enunciado, segundo suas intenções: seja se comprometendo (01 e 02), seja expressando a fonte de uma informação e garantindo sua confiabilidade (03), seja modalizando o enunciado, para não se comprometer (04 e 05).

Nos exemplos abaixo, retirados de jornais distintos, verificam-se diferentes posturas do enunciador diante de um mesmo fato, a partir da escolha do predicador da oração principal:

- (06) [“Você só tem que ler a nota que nós distribuímos. Você vai perceber que a nota comunica que houve proposta do presidente Sarkozy para que houvesse avanço nas negociações e, por causa disso, nós decidimos recomeçar as negociações. É isso. Agora, como somos um país de muita liberdade de imprensa, e sobretudo de imaginação fértil das pessoas que fazem imprensa, cada um escreveu o que quis”], **disse** [o presidente Lula]. (FSP_1)
- (07) Indagado sobre o assunto, Lula responsabilizou o que chamou de “imaginação fértil” da imprensa pela confusão. [“Como nós somos um país com muita liberdade de imprensa e, sobretudo, de imaginação fértil das pessoas que fazem imprensa, cada um escreveu o que quis”], **ironizou** [o presidente Lula]. (ESP_1)

Embora ambas as notícias se refiram a um mesmo acontecimento (a manifestação do presidente Lula acerca de um possível mal-entendido sobre a escolha dos caças para a FAB), no exemplo (06) há uma postura mais neutra do jornalista com a escolha do predicador “dizer”; em (07), o jornalista opta por explicitar o tom da fala reportada, com a escolha do verbo “ironizar”.

Em relação à oração subordinada, como já dito, observou-se o uso de sua forma **desenvolvida** ou **reduzida**. Nas gramáticas tradicionais, essa diferença é tratada apenas em termos formais, sendo a oração desenvolvida introduzida por uma conjunção integrante (**que, se**), e a oração reduzida contendo o verbo no

infinitivo ou no gerúndio. Bechara (2009, p.515) atribui essas diferentes escolhas a uma questão de estilo: “O emprego de reduzidas por desenvolvidas e vice-versa, quando feito com arte e bom gosto, permite ao escritor variados modos de tornar o estilo conciso, não acumulado de quês e outros transpositores, enfim, elegante.” Contudo, uma ou outra forma pode significar diferentes status do evento expresso na oração subordinada:

(08) Eu o vi / **sair/saindo**.

(09) Eu vi / **que ele saiu**.

Em (08), o uso da oração reduzida expressa um estado-de-coisas testemunhado pelo falante (e o verbo “ver” tem seu sentido básico de percepção visual), ao passo que (09) mostra uma conclusão tirada a partir de alguma evidência (o verbo “ver”, neste caso, expressa uma atividade mental). A escolha de uma ou outra forma depende tanto do contexto real (em que o falante apenas relata o que aconteceu) quanto da possível intenção de preservar sua face: mesmo num contexto em que tenha testemunhado alguém saindo (08), pode manifestar isso como uma inferência (09), para não se comprometer. No exemplo (10), em que se tem a introdução da voz do outro pelo Discurso Indireto, verifica-se que o uso da forma reduzida sugere certa dúvida do jornalista (o enunciador do discurso principal) quanto ao conteúdo expresso na oração subordinada:

(10) Jobim diz [desconhecer proposta da Suécia], que ofereceria os *Gripen* pela metade do preço dos franceses *Rafale*. (ESP_2)

(10') Jobim diz [que desconhece proposta da Suécia],...

Nesse exemplo, embora a oração reduzida seja mais integrada à oração principal do ponto de vista sintático, do ponto de vista semântico parece ser mais frouxa, deixando espaço para que aquele que reporta o discurso do outro expresse certa dúvida quanto ao conteúdo deste discurso (**Jobim diz desconhecer, [mas eu, jornalista, não acredito]**). O contrário se verifica em (10'), em que a forma desenvolvida parece sugerir a veracidade do conteúdo expresso no enunciado.

Como se observa a partir dessas reflexões – que partem dos aspectos formais presentes nos manuais de gramática – é possível dizer que a abordagem tradicional da gramática deixa a desejar na descrição que faz das orações subordinadas substantivas, uma vez que se atém unicamente à descrição de aspectos da estrutura da língua. Quanto à funcionalidade dessas construções nos contextos em que foram estudadas, verifica-se que constituem práticas discursivas de extrema importância na comunicação, tal como se discute a seguir a partir de cada um dos predicadores estudados.

a) Os verbos *dicendi* e a introdução da voz do outro e da própria voz

Como apresentado na Tabela 2, os verbos *dicendi* correspondem ao tipo de predicador mais frequente nas orações substantivas do *corpus* e, basicamente, servem para introduzir a voz do outro no discurso. Segundo Neves (2000, p.48, grifo do autor), os verbos *dicendi*, ou verbos de elocução, “são **verbos** de ação cujo **complemento** direto é o conteúdo do que se diz”. Ao trazer a voz do outro para seu texto, o falante reforça a confiabilidade da informação dada, ao mesmo tempo em que assume um menor comprometimento com ela, sendo mais imparcial e preservando sua face. Em relação aos textos jornalísticos (notícias e artigos de opinião) e aos textos de divulgação científica, pode-se dizer que essas são as principais funções dessa construção:

- (11) O presidente do Ibama **prometeu**, além disso, aumentar o rigor da fiscalização dos carregamentos e criticou as empresas envolvidas na irregularidade, cujos nomes permanecem no sigilo. “Isso não é empresa, é um bando de urubu”, **afirmou**. (ESP_3)
- (12) “Uma pessoa vegetariana, que come mais fibras que a média, absorve calorias de forma diferente”, **afirmou** a nutricionista Helena Simonard Loureiro, da PUC-PR. “Parte os nutrientes pode passar muito rápido pelo intestino e, se não houver absorção, também não há calorias”. (GAL_1)

Nos textos literários, ao contrário, a inserção da voz do outro – no caso, dos personagens – é um recurso que possibilita ao narrador dar mais expressividade e verossimilhança à narrativa, recriando situações de interação entre os personagens:

- (13) Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.
– [Anda, condenado do diabo], **gritou**-lhe o pai. (VS)
- (14) Capitu **segredou**-me [que a escrava desconfiara], e [ia talvez contar às outras]. Novamente me **intimou** [que ficasse], e retirou-se; eu deixei-me estar parado, agarrado ao chão. (DC)

De acordo com a GDF, a reportatividade é uma estratégia que se codifica nas relações interpessoais, uma vez que um discurso (ato de fala) funciona como um argumento de verbo *dicendi* (como **gritar, segredar e intimar**). Este, como já dito, atua como um modificador do discurso citado (o conteúdo comunicado, propriamente), a partir do qual o falante indica a fonte dessa informação (a

indicação da fonte de uma informação ou do modo como o falante obteve essa informação configura o estatuto evidencial do enunciado).⁹

Além da introdução da voz do outro, também foram encontrados exemplos em que o falante introduz a própria voz ao seu discurso:

- (15) Segundo cientistas da Universidade de Michigan, os benefícios começam a aparecer depois de 12 dias. Faça os exercícios abaixo. E lembre-se de outra coisa: “Quando me perguntam o que fazer para melhorar a memória, sempre **respondo**: [ler. Não há nada melhor”], afirma o neurologista Ivan Izquierdo. (SI_1)
- (16) **Costumo dizer** [que a droga socializa o crime]. Hoje, você tem pessoas de classe média e da classe alta envolvidas com o tráfico – e não apenas com o uso de drogas. (FSP_2)
- (17) Já **disse** a você [que quero mudar de vida... viver bem os irmãos, ser um sujeito decente]. (CD_1)

Como se pode observar em (15), (16) e (17), ao trazer a própria voz ao seu discurso, o falante não apenas reforça o comprometimento com o que diz como também mostra a incidência desse dizer, que nos exemplos acima se codifica nas expressões linguísticas **sempre** (15), **costumo** (16) e **já** (17). Foram encontradas também situações em que o enunciador insere a própria voz em tempo futuro, como se estivesse planejando/prevendo uma enunciação:

- (18) Sabemos que, a partir de agora, o máximo que podemos jogar na atmosfera para que a temperatura não aumente mais de 2°C em relação ao período pré-industrial são 500 bilhões de toneladas de carbono. Nós já soltamos 500 bilhões de toneladas e agora temos esse mesmo valor, mas agora estamos jogando 10 bilhões por ano. Se esse ritmo aumentar, daqui a 40 anos **diremos** [que ninguém mais poderá jogar uma molécula sequer]. (ESP_4).

A integração da própria voz pode significar, dependendo da escolha do predicador da oração principal, diferentes relações entre os interlocutores, como se observa em (19) e (20):

- (19) – Olhe, prometo outra coisa; **prometo** [que há de batizar o meu primeiro filho]. (DC)

⁹ Segundo Maingueneau (1997), retomado em Florin (1999), os verbos *dicendi* podem ser classificados em descritivos e avaliativos. Com exceção do verbo “dizer”, que seria neutro em relação a estes dois grupos, os verbos que introduzem o discurso do outro “veiculam diversos tipos de pressupostos” (MAINGUENEAU, 1997, p.88). Dentre os **descritivos**, têm-se os que (1) situam o discurso citado em uma cronologia discursiva (**repetir, concluir**, etc.); (2) explicitam a força ilocucionária do ato enunciativo (**prometer, pedir** e semelhantes); (3) indicam o tipo de discurso citado (**relatar, argumentar**, dentre outros) e (4) especificam o modo de realização fônica do enunciado (**murmurar, gritar, sussurrar** e outros). No que diz respeito aos **avaliativos**, implicam o julgamento (a) positivo (**explicar, analisar, afirmar**, etc.) ou (b) negativo (**jurar, justificar, ironizar**, dentre outros) do enunciador do discurso citado e do próprio discurso.

- (20) D. Sancha, **peço-lhe** [que não leia este livro]; ou, se o houver lido até aqui, abandone o resto. (DC)

Em (19), a relação que se estabelece entre os interlocutores seria comprometida caso o predicador fosse um verbo neutro, como “dizer” (**...digo que há de batizar o meu primeiro filho**); ao utilizar “prometer”, o falante estabelece um compromisso com seu interlocutor, constituindo um ato de fala performativo. O exemplo (20) ilustra, por outro lado, a busca pela preservação da face: ao qualificar seu dizer como um “pedido”, o enunciador se livra do autoritarismo que lhe conferiria o enunciado dito diretamente (**...não leia este livro**). Embora não se tenha, nesses casos, a re-enunciação de enunciados já ditos (uso prototípico dos verbos *dicendi*), tem-se a introdução de enunciados que se qualificam explicitamente como atos de fala em função do verbo predicador da construção completiva, ou seja, dos verbos que os introduzem no discurso presente.

As construções complexas predicadas por verbos *dicendi* constituem um recurso linguístico bastante frequente para o “empacotamento” da voz do outro ou da própria voz ao discurso do falante, e codificam diversos aspectos subjetivos associados às suas intenções. A seguir, serão considerados aspectos relacionados aos verbos de atividade mental.

b) Os verbos de atividade mental e a modalização do enunciado

O segundo tipo de predicador mais frequente nas orações complexas estudadas foram os verbos de atividade mental (**achar, acreditar, admitir, crer, descobrir, pensar**, entre outros). Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), esses verbos podem ter, como segundo argumento, uma proposição (21) ou um estado-de-coisas (22):

- (21) Tenho profunda simpatia pela meditação, embora não a pratique. Não **acho** [que a ideia de uma atividade introspectiva silenciadora da consciência seja incompatível com ciência, ao contrário]. (FSP_2)

- (22) No final do século 19, um químico americano **descobriu** [que era possível contar a quantidade de energia dos alimentos]. (GAL_1)

Um estado-de-coisas é um evento ou situação possível de ser percebido no mundo real ou em um mundo imaginário. As proposições, por outro lado, correspondem a hipóteses e suposições, visto que resultam da concepção do falante acerca de um determinado contexto. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), na camada da proposição se situam elementos que remetem tanto à modalidade epistêmica, que explicita o grau de comprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional (certeza, dúvida, [des]crença), quanto à modalidade

evidencial, que se refere à especificação de como o falante chegou a esse conteúdo (se por uma evidência direta, um relato ou uma inferência). De qualquer forma, qualquer que seja a natureza dessa informação (epistêmica ou evidencial), ela poderá ser codificada na oração principal, pela escolha do predicador (**achar, descobrir, pensar, saber**), ou na forma da oração subordinada – desenvolvida ou reduzida (conferir exemplos 08 e 09). Nos dados do *corpus*, essa codificação foi mais recorrente pela escolha do predicador da oração principal.

Além disso, também a maneira como o sujeito da oração principal é expresso denota diferentes graus de comprometimento do falante com a informação dada. Vejamos:

- (23) Mas eu **creio** [que Capitu olhava para dentro de si mesma], enquanto que eu fitava deveras o chão, o roído as fendas... (DC)
- (24) Todos, menos os ingênuos, **sabem** [que, assim como não existe meia gravidez, também não há meia dependência]. É raro encontrar um consumidor ocasional. (FSP_2)
- (25) **Acredita-se** [que seja saudável perder 5 a 10% do seu peso em 6 meses] – para alguém com 60 quilos, no máximo 1 quilo por mês. (SI_2)
- (26) **Sabia-se** confusamente [que a doida tinha sido moça igual às outras no seu tempo remoto]. (CD_2)

Em (23), o falante assume o comprometimento que tem com uma crença que é sua (“**eu creio**”); no exemplo (24), ao contrário, divide a responsabilidade pela informação com “os outros”, inclusive com o interlocutor (“**Todos sabem**”). Em (25) e (26), por fim, a não expressão da fonte da informação sugere um menor comprometimento do falante com o conteúdo do enunciado (“**Acredita-se**”, “**Sabia-se**”). Embora a informação seja um conhecimento compartilhado, não há uma fonte específica responsável por ela. Esse mecanismo funciona, assim, como uma estratégia de preservação da face.

Outro aspecto relacionado ao uso das construções complexas com verbos de atividade mental é a modalização, com a intenção de atenuar o enunciado, tornando-o mais polido: o mesmo conteúdo de “**Ela deve estudar mais, senão não vai passar no Vestibular**”, incisivo e áspero, pode ser expresso como “**Acho [que ela deveria estudar mais], para poder passar no Vestibular**”, de maneira a evitar uma possível reação negativa do ouvinte.

Com essas construções, o falante também pode motivar seu interlocutor a repensar e criar situações, orientando-o na interação conforme seus interesses, o que se configura como uma estratégia argumentativa, como nos exemplos (27) e (28):

(27)

– Prima Justina, a senhora era capaz de uma coisa?

– De quê?

– Era capaz de... **Suponha** [que eu não gostasse de ser padre]... A senhora podia pedir a mamãe...

– Isso não, atalhou prontamente; prima Glória tem este negócio firme na cabeça, e não há nada no mundo que a faça mudar de resolução; só o tempo. (DC)

(28) Mas nem é preciso crimes ou sessões de hipnose para colocar nossas memórias em xeque. **Imagine** [acordar certo dia] e [descobrir que parte das suas lembranças é pura imaginação]. Isso porque a memória não é um registro da realidade – é uma interpretação construída pela mente. (SI_1)

A partir das orações subordinadas substantivas predicadas por verbos de atividade mental, foi possível perceber que se relacionam, essencialmente, à manifestação de um maior ou menor grau de comprometimento do falante com a informação dada, no sentido de o enunciador (a) ser ou não sua fonte e (b) expressar certeza, dúvida ou (des)crença; essas construções também podem participar da construção da argumentação, levando o interlocutor a supor situações que, de alguma maneira, facilitem a interação.

Na próxima seção serão discutidas as construções cujo predicador é a expressão predicativa “**ser + adjetivo**”, que seleciona como único argumento uma oração subordinada substantiva Subjetiva.

c) A construção “**ser + adjetivo**” e a impessoalização do enunciado

A própria natureza predicativa dessa construção pressupõe, por si só, a presença da subjetividade do falante, tendo em vista sua função avaliativa. A partir da escolha do adjetivo é possível perceber a maneira como ele percebe e julga o mundo ao seu redor. Embora essa construção expresse uma avaliação do enunciador acerca de um estado-de-coisas ou de uma proposição, é interessante observar que ocorre o apagamento daquele que enuncia, e é a oração subordinada que assume a posição de sujeito do enunciado.

Essa impessoalização favorece um maior distanciamento do falante em relação ao que diz, embora lhe permita dizer, manifestar-se.

(29) **É preciso** também [alertar as crianças nas escolas] para que saibam como se defender e tenham canais seguros para fazê-lo, sem risco de retaliações ainda piores. (FSP_3)

(30) **É fácil**, porém, [constatar que os 70 mil óbitos não estão em linha com as cifras mais comumente empregadas]. A OMS (Organização Mundial da Saúde), por exemplo, estima que a influenza comum provoque entre 250 mil e 500 mil mortes anuais em todo o planeta. Ora, se o Brasil, sozinho, contabiliza 70 mil, ou bem o país apresenta uma letalidade incrivelmente maior do que a média mundial ou a nossa população teria de corresponder a algo entre 14% e 28% do total de habitantes da terra. Como nenhuma dessas hipóteses parece verossímil (somos menos de 3%), **é melhor** [desconfiar dos números]. (FSP_4)

Em (29), o falante faz referência à necessidade de um estado-de-coisas (alertar as crianças), segundo a concepção que tem acerca da violência infantil. O uso da oração reduzida de infinitivo coloca esse estado-de-coisas como um dever de todos, visto que não se tem referência a um sujeito específico. O exemplo (30) mostra uma situação em que o falante avalia um estado-de-coisas e traz, também, as evidências que lhe permitiram caracterizá-lo como sendo “fácil” (**é fácil constatar X a partir de Y**); dessa maneira, aponta para a responsabilidade de qualquer pessoa fazer tal constatação e, de certa maneira, preserva sua face. No segundo caso, o falante faz uma sugestão ao seu interlocutor, tendo em vista os argumentos já apresentados em seu discurso, na intenção e adverti-lo a “desconfiar” de dados possivelmente errôneos.

Embora essas construções, assim como as predicadas por verbos de atividade mental, revelem opiniões, crenças e valores do falante acerca de um evento (estado-de-coisas) ou um fato possível (proposição), é importante ressaltar que são menos “comprometedoras”, pois são impessoais.

Essas diferentes construções sintáticas disponíveis aos falantes são, na verdade, motivadas pelas necessidades comunicativas com que se deparam nas situações de interação, constituindo-se mecanismos de “empacotamento” da informação. Acredita-se que a descrição proposta para essas construções, com base na sua funcionalidade e em aspectos interdiscursivos, pode ser levada para a sala de aula, a fim de fazer o aluno refletir sobre usos comuns ao seu próprio cotidiano e de grande importância em quaisquer situações comunicativas. É dessa perspectiva que se pode dizer que a sintaxe constitui o eixo da textualidade, uma vez que codifica (juntamente com o léxico) a intenção do falante, e é a partir da organização do enunciado que o ouvinte procurará compreender essa intenção.

Adaptações que a língua sofre em função de necessidades comunicativas

Observando-se as diferentes funções a que servem as orações estudadas, bem como a interação de diferentes processos no uso linguístico, de um modo geral, é

possível argumentar em favor de ser a língua – de fato – um sistema adaptativo complexo. Segundo Bybee (2010, p.7),

[...] uma consequência de ver a língua como um sistema adaptativo complexo e sua estrutura como emergente (Lindblom et al. 1984, Hopper 1987) é focar nossa atenção não muito na estrutura linguística em si, mas nos processos que a criam (Verhagen 2002). Pesquisando os processos de domínio geral, não apenas diminuímos a busca por processos específicos da língua, como também a situamos dentro de um contexto maior do comportamento humano.¹⁰

Para Beckner et al. (2009), considerar a língua como um sistema adaptativo complexo envolve quatro pressupostos básicos:

- o sistema funciona a partir da interação de múltiplos agentes (indivíduo/comunidade), o que sugere a presença da subjetividade dos seus usuários;
- o sistema é adaptativo, o que é contrário à ideia de uma estrutura estável, tal como pressuposta por abordagens formais e mesmo pelas gramáticas tradicionais;
- o comportamento dos usuários é consequência de fatores que variam de percepções a motivações sociais (como se pode observar pelos princípios do cognitivismo e do funcionalismo);
- a estrutura do sistema – a língua – emerge de padrões inter-relacionados da experiência, interação social e mecanismos cognitivos, o que corrobora a participação de elementos não linguísticos em sua constituição e, especialmente, a necessidade de considerá-los na observação e descrição desse sistema.

A interação dos vários elementos que participam da constituição e do uso da língua (conceituais, cognitivos, culturais, contextuais, subjetivos e linguísticos) mostra sua dinamicidade e revela sua natureza adaptativa, uma vez que esses elementos também estão sujeitos a variações e mudanças (o que determina as especificidades das línguas). Contudo, é importante ressaltar que, apesar de sua variabilidade, a língua não deixa de ser um sistema estruturado: “A língua é uma das formas mais sistemáticas e complexas do comportamento humano.” (BYBEE, 2010, p.6)¹¹.

As construções e expressões linguísticas são pareamentos entre forma e significado, e isso inclui a pragmática. O contexto é determinado social e

¹⁰ No original: “[...] a consequence of viewing language as a complex adaptive system and linguistic structure as emergent (Lindblom et al. 1984, Hopper 1987) is that it focuses our attention not so much on linguistic structure itself, as on the processes that create it (Verhagen 2002). By searching for domain-general processes, we not only narrow the search for processes specific to language, but we also situate language within the larger context of human behavior.” (BYBEE, 2010, p.7).

¹¹ No original: “Language is one of the most systematic and complex forms of human behavior” (BYBEE, 2010, p.6).

cognitivamente, e tudo constitui esse sistema complexo, dinâmico e adaptativo que é a língua. Segundo Bybee (2010), não são apenas porções idiomáticas que mostram a forte interação entre itens lexicais específicos e construções gramaticais. As orações completivas – uma estrutura sintática geral – assumem diferentes valores (semânticos e pragmáticos) em função da escolha do predicador da oração principal, como de fato se pôde observar a partir das orações predicadas por verbos *dicendi*, por verbos de atividade mental e pelo predicador “ser + adjetivo”, aqui descritas. Para Bybee (2010, p.79), “[...] os itens lexicais que ocorrem numa construção contribuem para seu significado e ajudam a determinar sua função e distribuição no discurso.”¹²; daí, pode-se perceber a importante relação entre léxico e gramática.

Considerando-se as orações subordinadas substantivas estudadas, pode-se dizer que surgiram da necessidade básica de os seres humanos preencherem uma posição argumental com o relato de um evento e não com um item lexical denominando um ser. Observem-se as orações abaixo, cada uma delas comparada a construções em que o complemento é um item lexical:

Eu vi [**um avião.**]

Eu vi [**que o avião partiu no horário.**]

Eu quero [**essa blusa azul.**]

Eu quero [**que você venha ao meu aniversário.**]

Eu não acredito [**em fantasmas.**]

Eu não acredito [**que você tenha feito isso.**]

Eu fiz [**um bolo.**]

Eu fiz [**com que ele ficasse.**]

Eu mandei [**a encomenda.**]

Eu mandei [**que parassem a briga.**]

Em cada situação, da referência a um indivíduo/entidade passa-se à referência a um evento/situação, utilizando-se para isso uma oração subordinada substantiva; tem-se um argumento verbal que é, semanticamente, um evento. Tal é a origem primária das orações subordinadas substantivas, que corresponde a uma primeira adaptação do sistema (no que diz respeito a essa construção sintática) diante de uma necessidade comunicativa do falante.

Nas orações estudadas, também é possível pensar em algumas adaptações do sistema linguístico, quanto à funcionalidade dessas construções. Os verbos *dicendi* – também chamados de verbos de elocução – têm a função básica de introduzir a voz do outro (podendo o falante integrar – ou não – a opinião desse

¹² No original: “*The lexical items that occur in a construction contribute to the meaning of the construction and help to determine function and distribution in discourse.*” (BYBEE, 2010, p.79).

outro ao seu discurso). Como visto, porém, não raras vezes o falante adapta alguns desses verbos para introduzir também a própria voz ao seu discurso, retomando ou prevendo outra enunciação sua. O que poderia parecer redundante é, na verdade, uma estratégia criada pelo usuário para enfatizar (“**É por isso que eu digo sempre que [a franqueza é fundamental no diálogo.]**”) ou modalizar (“**Sugiro que [você não chegue atrasado novamente.]**”) uma opinião ou um ato de fala.

Os verbos de atividade mental servem para expressar, basicamente, o conhecimento que o falante tem de uma determinada situação, numa escala que varia entre certeza e dúvida, em virtude da maneira como o enunciador chegou à informação asseverada. No entanto, o português não é uma língua em que a indicação da fonte da informação (evidencialidade) é obrigatória; assim, a opção por expressá-la revela uma estratégia do falante para preservar sua face, diminuindo seu comprometimento com o que assevera (“**Acho que [ela já saiu.]**”) ou modalizando um ato de fala (“**Acredito que [você deva sair agora.]**”); por outro lado, o falante pode também assumir a responsabilidade pela informação, expressando maior comprometimento seu e dando maior confiabilidade ao enunciado (“**Sei que [ela entregou o trabalho.]**”).

O predicador “ser + adjetivo”, por fim, revela uma avaliação do falante acerca de um evento. Contudo, essa construção impessoaliza o enunciado, promovendo maior distanciamento do enunciador: “**Acho interessante que [reveja o trabalho.]**” → “**É interessante que [reveja o trabalho.]**”. No primeiro caso, a opinião – necessariamente do falante – é explicitada; no segundo, a avaliação é apresentada de maneira objetiva, não associada a nenhum indivíduo expressamente. O apagamento do sujeito experienciador é uma adaptação motivada pela subjetividade do falante e pela intenção comunicativa que tem de ocultar essa subjetividade. Segundo Verhagen (2005), é uma perspectivização impessoal do enunciado. Para o autor, as construções completivas permeiam o domínio intersubjetivo da interação entre falante e ouvinte, em que as orações principais codificam aspectos desse domínio, e as orações subordinadas substantivas permeiam o domínio objetivo (em que se situam os objetos conceptualizados).

Todas essas adaptações observadas a partir do uso dessas construções são determinadas por elementos interdiscursivos. Segundo Bybee (2010), as motivações da direção à qual um sistema adaptativo complexo evolui são chamadas de **atratores**. No caso da língua, diversos elementos podem se configurar como atratores, sendo inclusive observados de maneira semelhante em diversas línguas. Abreu (2010) aponta como alguns atratores linguísticos o **sentido** (sendo esse o principal, pois a função básica da linguagem humana é a comunicação), a **economia**, a **tipologia**, a **iconicidade**, a **contiguidade**

e a **sociabilidade**. A contiguidade, por exemplo, é um atrator que promove, numa relação sintagmática, a associação conceptual de palavras próximas e a consequente representação do conceito por apenas uma delas, como: **telefone celular** → **celular**; **pessoas jovens** → **jovens**. Isso permite a ação de outro atrator, a economia, também presente na redução de palavras: **fotografia** → **foto**; **notebook** → **note**.

O principal atrator associado às adaptações verificadas no uso das orações estudadas é a **sociabilidade**, em que o enunciador busca preservar sua face, modalizando os enunciados, ou busca garantir a confiabilidade da informação asseverada, indicando sua fonte. A intenção do falante faz parte de um contexto em que a expressão linguística deve servir também como mediadora das relações sociais entre os usuários, e não apenas para transmitir uma informação. Este contexto, também, atua como um atrator de novos arranjos e usos da língua, inclusive os domínios e gêneros discursivos relacionados à situação comunicativa.

Nesse sentido, também o **gênero textual** atua como um atrator na organização e no uso das orações substantivas, tendo em vista a predominância de certas construções em determinados gêneros. Em relação aos verbos *dicendi*, por exemplo, nos textos literários observou-se a maior frequência de orações subordinadas justapostas à oração principal, o que caracteriza o Discurso Direto usado para construir diálogos entre os personagens; nos textos de divulgação científica, a justaposição das orações também é recorrente, mas a finalidade é garantir a imparcialidade e a confiabilidade da informação a partir da introdução direta da voz do outro (uma autoridade no assunto); nos textos jornalísticos, por outro lado, predomina o uso do Discurso Indireto, que tende a ser mais conciso (característica essencial a esse domínio discursivo).

Em termos pragmáticos, as orações estudadas constituem estratégias pelas quais o enunciador escolhe maneiras de “empacotar” a informação que deseja fornecer ao seu interlocutor, o que está de acordo com a proposta de Verhagen (2005), que considera que a função primária da oração principal em uma construção completiva é codificar a perspectiva do falante em relação à conceptualização do que é expresso na oração subordinada (completiva).

Rosa (1990, 1992), ao propor uma classificação dos elementos linguísticos que atuam como marcadores de atenuação, atribui-lhes a função de evitar uma postura assertiva e autoritária do falante. Dentre as palavras e expressões que marcam a impessoalização, as construções com “**É possível que**”, “**É bom que**”, “**Diz-se que**”, “**Sabe-se que**” são alguns exemplos de **marcadores de distanciamento**. As construções com verbos de atividade mental constituem, dessa perspectiva, **marcadores de opinião**, que revelam o conhecimento e o comprometimento do falante em relação ao que diz.

No que diz respeito à complexidade do sistema linguístico, pôde-se verificar a interação de vários fatores, de diferentes naturezas, no uso das orações subordinadas substantivas, todos se manifestando equilibradamente (o que é essencial a um sistema complexo). Quanto à capacidade de adaptação, que pressupõe mudanças, não se observaram propriamente mudanças estruturais nas orações estudadas, uma vez que se procedeu a um estudo sincrônico. No entanto, foram constatados vários usos e funcionalidades dessas orações, em diferentes contextos, o que demonstra adaptações de natureza pragmática (lembrando que as adaptações podem ocorrer em todos os níveis do sistema). Nesse sentido, este trabalho corrobora a ideia de se pensar a língua como um sistema adaptativo complexo, e não como um sistema estável.

Com base nessa discussão, torna-se difícil imaginar as aulas de gramática ainda baseadas apenas no que propõem os manuais tradicionais, cuja concepção de língua é, basicamente, um sistema estável e autônomo. É necessário repensar o ensino da gramática, considerando-se todos os elementos que fazem parte do funcionamento da língua e estão envolvidos no seu uso.

Considerações finais

A descrição que se apresentou das orações subordinadas substantivas Objetivas Diretas (predicadas por verbos *dicendi* e por verbos de atividade mental) e Subjetivas (predicadas pela expressão “ser + adjetivo”) a partir de aspectos interdiscursivos – relacionados à interação entre falante e ouvinte – permite-nos afirmar que as diferentes possibilidades de organização e uso dessas construções são motivadas, em grande parte, pelas intenções do falante¹³, as quais se codificam na sintaxe do enunciado (escolha do predicador, uso da forma desenvolvida ou reduzida etc.). Acredita-se que o ensino da sintaxe a partir da funcionalidade que essas orações assumem em diferentes situações comunicativas pode, efetivamente, desenvolver as habilidades linguísticas dos alunos, tanto em termos de compreensão quanto de produção de textos, uma vez que possibilita a reflexão também dos aspectos semânticos e pragmáticos associados à forma linguística. Espera-se ter contribuído, dessa maneira, para um melhor tratamento do processo de subordinação substantiva e, conseqüentemente, para a prática pedagógica do ensino de gramática.

¹³ Os fatores de natureza discursiva atuam em consonância com o próprio sistema gramatical das línguas que, também, possuem restrições e motivações de natureza tipológica, inerentes à estrutura linguística: em uma construção completiva que tenha como predicador um verbo volitivo (**querer, desejar**), se houver identidade de participantes entre as orações principal e subordinada, a forma infinitiva será obrigatória na oração subordinada (**Eu quero terminar o trabalho hoje; João quer terminar o trabalho hoje**). No entanto, é importante ressaltar que questões dessa natureza geralmente são consideradas a partir de uma abordagem tradicional da gramática, uma vez que privilegiam a forma linguística. O que se pretendeu a partir da discussão aqui proposta foi mostrar que, além destes, outros fatores – de natureza extralinguística – participam da organização e funcionamento da língua, e devem também ser levados em conta no ensino.

Agradecimento

Agradeço ao Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, pelas ricas sugestões e pela leitura atenciosa deste texto.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. Syntax of complex clauses in Portuguese: a proposal of description and teaching. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.495-518, 2013.

- **ABSTRACT:** *In this paper, motivated by problems related to grammar teaching, we propose a description of some noun subordinate clauses from an interdiscursive perspective. Based on the principles of the Functional Discourse Grammar theory (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), we observed some subjective aspects encoded by these syntactic constructions, motivated by the Speaker's communicative intentions. In pragmatic terms, the complement clauses we studied correspond to the Speaker's strategies to demonstrate his commitment degree with what he's saying, protecting his/her face, and also assuring the information's reliability; in linguistic terms, they show the language suffers some adaptations (BYBEE, 2010) to serve the Speaker's communicative needs. We believe that the focus in the functionality of these constructions can make its teaching richer and more efficient, and so the students' language performance.*
- **KEYWORDS:** *Syntax. Complex clause. Functional approach. Complexity. Description. Teaching.*

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. *Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada*. Cotia: Ateliê, 2010.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKNER, C. et al. Language is a complex adaptative system: position paper. *Language Learning*, Michigan, v.59, supplement 1, p.1-26, 2009. Disponível em: <<http://cnl.psych.cornell.edu/pubs/2009-LACAS-pos-LL.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa (1ª a 4ª séries)*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar: complex and derived constructions*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. pt.2.

- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes: ed. da UNICAMP, 1997.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- ROSA, M. M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *Marcadores de atenuação na linguagem falada culta da cidade de São Paulo* (NURC-SP). 1990. 135f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition*. New York: Oxford University Press, 2005.

Anexo (Referências dos exemplos citados)

- ESP_1:** REUTERS. Lula diz que escolha de novo caça da FAB está indefinida. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-que-escolha-de-novo-caca-da-fab-esta-indefinida,436180,0.htm>>. Acesso em: 17 set. 2009.
- ESP_2:** BARSETTI, S. Jobim diz desconhecer proposta da Suécia, que ofereceria os Gripen pela metade do preço dos franceses Rafale. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090919/not_imp437653,0.php>. Acesso em: 19 set. 2009.
- ESP_3:** MURAKAWA, F. Presidente do Ibama exige ‘repatriação’ de lixo inglês. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger403910,0.htm>. Acesso em: 04 ago. 2009.
- ESP_4:** BALAZINA, A. “País tem de liderar revolução tropical”. Pesquisador defende que Brasil pare de focar o Bric e crie, em Copenhague, um grupo de nações com floresta tropical. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091025/not_imp456002,0.php>. Acesso em: 25 out. 2009.

FSP_1: FALCÃO, M. Lula diz que compra de caças não pode ser no “chutômetro”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u624870.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2009.

FSP_2: PERON, H. O que pode fazer diferença num jogo de futebol. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/futebolnarede/ult868u650279.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

FSP_3: CANTANHÊDE, E. Uma reflexão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/elianecantanhede/ult681u585646.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

FSP_4: SCHWARTSMAN, H. Desconfie dos números. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 ago. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u605495.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2009.

GAL_1: LOIOLA, R. Cuidado: as calorias enganam. *Galileu*, Rio de Janeiro, ed.218, set. 2009. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI111996-17579,00-CUIDADO+AS+CALORIAS+ENGANAM.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.

SI_1: BLANCO, G. Memória - Parte 2 - Toda a informação do universo. *Superinteressante*, São Paulo, ed.264, abr. 2009. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/memoria-parte-2-toda-informacao-universo-617875.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2009.

SI_2: CARMELLO, C. Dieta sem segredo. *Superinteressante*, São Paulo, ed.265, maio 2009. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/alimentacao/dieta-segredo-619322.shtml>>. Acesso em: 20 maio 2009.

CD_1: ANDRADE, C. D. A salvação da alma. In: _____. *Contos de aprendiz*. 53.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CD_2: ANDRADE, C. D. A doida. In: _____. *Contos de aprendiz*. 53.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DC: ASSIS, M. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Globo Ed., 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv00180a.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

VS: RAMOS, G. *Vidas Secas*. 107.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Recebido em outubro de 2011

Aprovado em novembro de 2012

SELECTIVE TRANSFER IN THE ACQUISITION OF ENGLISH DOUBLE OBJECT CONSTRUCTIONS BY BRAZILIAN LEARNERS

Júlia Vidigal ZARA *

Fernando Luiz Pereira de OLIVEIRA **

Ricardo Augusto de SOUZA ***

- **ABSTRACT:** The present study investigates the acquisition of the English double object constructions (GOLDBERG, 1995) by Brazilian learners. We hypothesize that, due to first language (L1) influences, the prepositional ditransitive construction (John gave a book to Mary) will be acquired earlier, while the ditransitive construction (John gave Mary a book) will be part of the learner's interlanguages (SELINKER, 1972) only at the advanced level of proficiency. We also hypothesize that learners may transfer (ODLIN, 1989) the placement of the object pronoun in pre-verbal position from their L1 to their interlanguage in early stages of acquisition (João me deu um livro / *John me gave a book). We test our hypotheses by comparing the performance of three groups of learners (beginning, intermediate, and advanced) and native speakers of English on an acceptability judgment task used as a measure of learnability and generalization. Results confirm the order of acquisition of the English double object constructions predicted for native speakers of Brazilian Portuguese. Moreover, results suggest that, although mother tongue influences may have taken place, they do not do so pervasively, but rather selectively, corroborating the proposal by Kellerman (1983).
- **KEYWORD:** Cross-linguistic influence. Selective transfer. Double object constructions. Bilingualism.

Introduction

The linguistic realizations of predicators – especially as expressed by verbs – and the arguments that accompany them to saturate a semantic configuration are taken as a central element of knowledge of language in several theoretical frameworks, such as Chomsky (1981), Goldberg (1995, 2006), Jackendoff

* UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte - MG - Brasil. 31270-901 - juliavzara@gmail.com

** UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Exatas e Biológicas – Departamento de Estatística. Ouro Preto - MG - Brasil. 35400-000 - femandoluzest@gmail.com

*** UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte - MG - Brasil. 31270-901 - ricsouza@ufmg.br

(2002), and Van Valin and Lapolla (1997). Taken as part of the architecture of grammar, argument realization may be regarded as the transition from mental representations of concepts – especially events – to their overt manifestations as morphosyntactic structures. Therefore, argument structure is a domain of grammar where conceptual meaning, morphophonological realization and syntactic structures clearly interface. Since argument structure patterns are the by-product of the linguistic coding of event construal, and because the expression of events seems to be a pervasive goal in human communicative activity, we understand the acquisition of argument structure patterns as a central feature of both first and second language learning.

Since the late 1990s there has been growing interest among Second Language Acquisition researchers in how argument structure is represented by speakers of non-native languages (JUFFS, 2000; WHITE, 2003). Second language argument structure research has explored different types of constructions and transitivity configurations for different types of predicators, especially verbs. Findings in this branch of L2 research converge in framing the acquisition of non-native argument structure as a potential challenge for L2 learners, a fact not at all surprising when the wide cross-linguistic variability in argument realization is considered (LEVIN; HOVAV, 2005; CULICOVER, 2009).

The present study aims at contributing to second language argument structure studies with empirical findings about Brazilian Portuguese L1-English L2 learners. Specifically, we focus on the L2 acquisition of English double object constructions. Such constructions involve verbs that lexicalize a meaning of caused possession – for example, **give** – or they lexicalize a convergence of both a meaning of caused possession and a meaning of caused motion – such as **send** (HOVAV; LEVIN, 2008). Because of mismatches between the syntactic realization of this type of predicate in the L1 and L2 of the learners in our study, there are linguistically plausible hypotheses concerning overgeneralizations and undergeneralizations that may impinge on their L2 representations. In this article we report an experimental test of such hypotheses, and we discuss the findings in light of their implications for theoretical models of the nature of L2 knowledge.

The next two sections lay the theoretical and descriptive foundations for the present study, leading to the explicit statement of the four hypotheses that we sought to test. Afterwards, we provide details about the design of the empirical study, followed by the results of the statistical analyses of the data. We then move on to a discussion of our findings. We conclude the article exploring some consequences of the study with respect to the theoretical framework upon which it is based.

Cross-linguistic influences and L2 argument realization

L1 influences on L2 learning is certainly a phenomenon amply known by second language and bilingualism researchers of all theoretical persuasions. The study of such influences is at the heart of important theoretical debates over the first decades of modern second language acquisition research. The phenomenon's wide acceptance notwithstanding, disputes over the precise extent to which learners' L1 has a role in the ultimate form of their L2 have always been a central issue in Second Language Acquisition research and in models of L2 learning and use (ODLIN, 1989; ELLIS, 2008). Hypotheses about such role of the first language have ranged from proposals that the L1 was the single most important learner-external variable to the denial that it could be a significant variable, being at best secondary to universal routes of language development.

In Selinker's (1972) original proposal of "interlanguage" as a theoretical construct, the concept of "language transfer" is proposed to acknowledge the phenomenon of L1 influences in second language learning. Such metaphor was an important theoretical move from the then dominant concept of "interference", as the latter clearly implied that L1 influences were generally only an impediment to an otherwise reasonably straightforward L2 development. In Selinker's theory, language transfer is framed as one of the motivating cognitive elements of the singularities of L2 learners' knowledge of the target language, together with overgeneralization of L2 patterns, employment of learning and communication strategies, and language training effects.

From a learner-centered perspective, L1 knowledge may be viewed as schemata mediating between the L2 input and target language representations. Schachter (1993) explicitly frames language transfer as part of the L2 learner's process of building and testing conscious or unconscious hypotheses about the target language. According to her view, as the learner experiences communication in the target language, she may rely more or less explicitly on the linguistic schemata provided by her knowledge of the L1. When critical features of L1 and L2 coincide, L1 influences will be facilitative, thus resulting in "positive transfer". On the other hand, divergence across critical features of both languages may lead to temporary or permanent representations that do not match the L2 input, hence "negative transfer".

L1 transfer may not be a mandatory mechanism affecting the whole of L2 learning, though. For example, Kellerman (1979, 1983) suggests that language transfer is constrained by either tacit or explicit impressions of how transparent or opaque structures are cross-linguistically. In other words, according to Kellerman's view, L2 learners activate, or rely on knowledge of their L1 on a selective basis, guided by intuitions of which features of their previous language experience

might plausibly match corresponding features in the target language. Such learners' explicit or subliminal perceptions of how compatible a structure from a dominant or prior language is with a new language being acquired was referred to by Kellerman (1983) as "psychotypology". As emphasized in Kellerman (1983), the notion of psychotypology highlights a cognitive mechanism that outreaches actual form-function correspondences across languages, as he poses that the "[...] [g]eneral typological closeness of L1 and L2 [is] capitalized on by learners as the result of a relatively immediate opportunity to identify cognate forms and structures across languages." (KELLERMAN, 1983, p.114). Therefore, what the concept of psychotypology seeks to describe is a situation in which it is the perceived identity of structures between languages, rather than actual identity, that modulates language transfer. Psychotypology as a cognitive factor in language transfer was explored by Rothman and Cabrelli Amaro (2010). The authors analyzed the null-subject parameter among learners of French L3 who were bilingual speakers of English L1 and Spanish L2. The authors' findings suggest that L2 blocks L1 transfer effects, but they highlight that their results could be explained by psychotypologically motivated transfer, as conceptualized in Kellerman (1983).

Ultimately, the extent to which L1 knowledge affects L2 representations, the circumstances and domains in which it does play a significant role, and the mechanisms involved in the possible inhibition of L1 effects is a still largely unresolved issue in the study of second language acquisition and bilingualism. It certainly is nevertheless a critical aspect for any comprehensive theoretical model of second language acquisition and L2 representations.

Second language learning and bilingualism literature provides abundant evidence that a second language speaker's L1 may significantly affect her L2 knowledge of argument structure, both for the production and for the comprehension of syntactic expressions of argument role relationships. Nevertheless, the issue remains of empirical – and ultimately theoretical – interest precisely because of the oftentimes subtle cross-linguistic differences in the conceptual connotations subsumed not only in a given verb, for example, but also in the range of meanings entailed by argument structure constructions (GOLDBERG, 1995, 2006). Therefore, observation of the acquisition of a given language's argument structure patterns (or lack thereof) by adult learners from different linguistic backgrounds can provide linguists with empirical evidence of the lexical-semantic underpinnings of knowledge of argument realization in morphosyntax, as well as provide them with insights about the machinery of L1-based generalizations that may constrain productive and reasonably stable form-meaning pairings in the L2.

At present, second language argument structure research encompasses evidence from a variety of bilingual configurations. The language backgrounds and language learning scenarios investigated encompass an array of language

families. Processing studies, for instance, strongly suggests cross-linguistic effects on parsing of L2 structures instantiating causative-inchoative alternation (JUFFS, 1998) among learners of English whose linguistic backgrounds were Korean, Japanese, Chinese, and three Romance languages. Evidence for unaccusativity is discussed by Montrul (2004) on the basis of processing data from English learners of L2 Spanish, and priming of double object structures among L1 Greek and L2 English bilinguals are reported in Salamoura and Williams (2007). Instances of production data showing L1 morphosyntactic restrictions for intransitive verbs impinging on L2 English were examined in Balcom (1997) – for L1 Chinese; and Oshita (2000) – a corpus-based study of learners of English of Italian, Spanish, Japanese and Korean backgrounds. The present study is a supplement to current work on matters of L2 argument structure involving bilinguals whose L1 is Brazilian Portuguese, such as Vilela and Oliveira (2010), and Souza (2011) on issues of grammatical representation of subject as beneficiary constructions and induced movement constructions respectively; and Souza and Oliveira (2011) on matters of language processing of induced movement constructions. Moreover, to the extent of our knowledge, the present study is innovative with respect to Brazilian Portuguese-English learners because of its focus on the dative construction in particular.

We now move on to the description of the expression of transfer of possession in Brazilian Portuguese, demonstrating that despite some surface overlap, the constructions of Portuguese abide by constraints that conflict with their counterparts in English. From the descriptive facts discussed in the next section, we will derive the specific hypotheses tested in the present study.

Background to double object constructions in Brazilian Portuguese

Double object alternation, also called dative alternation, is both a frequent phenomenon of English and a feature of its grammar often described by linguists (GOLDBERG, 1995; JACKENDOFF, 2002; HOVAV; LEVIN, 2008; CULICOVER, 2009). English verbs taking double objects may occur in constructions in which the verb is followed by a direct object (hence an NP) and a prepositional phrase (hence a preposition head followed by an object NP). Also, they may occur in constructions in which the verb is followed by two NPs, where the object of the prepositional phrase is usually thought of as having been “extracted” from it, with the preposition head having been deleted. The former is illustrated in sentence one and the second in sentence two below:

- (1) Mary gave a box of candy to John. – Prepositional ditransitive construction.
- (2) Mary gave John a box of candy. – Ditransitive Construction.

The term “alternation” highlights the fact that sentences (1) and (2) can be construed as near paraphrases. In the theoretical framework of thematic roles and theta-theory (JACKENDOFF, 1972; CHOMSKY, 1981), the NP **a box of candy** is described as theta-marked “theme”, and the NP **John** is described as theta-marked “goal”. The label “dative alternation” thus profiles that the object of the preposition (the goal role), or dative, undergoes derivational procedures that make it alternate positions with the direct object of the verb (the theme role). This account somehow entails a view that sentence (1) is more basic – in the sense of being more intrinsically related to the semantic interpretation of the both sentences – than is sentence (2), an account critically reviewed in more detail elsewhere (GOLDBERG, 2006; JACKENDOFF; CULICOVER, 2006). A terminological byproduct of the alternation viewpoint is reference to the non-prepositional phrase goal object “John” in sentence (2) as a “dativized” object.

Dativized double object constructions are far more restricted in Brazilian Portuguese (BP) than they are in English. In BP, usually, if the goal or beneficiary role is realized by a non-pronominal NP, such NP has to be the object of an overt preposition, therefore not typically allowing for dativization. This is actually the only accepted form of the double object constructions in standard BP as it is described in traditional grammars of the language, such as Bechara (2003). According to this grammarian, sentences such as the following are typical exemplars of double object constructions with non-pronominal goal/beneficiary NPs in Brazilian Portuguese (BECHARA, 2003)¹:

- (3) O diretor escreveu cartas aos pais.
The headmaster-Masc-Sg writePAST-3rd letter-Pl to-the-Masc-Pl parent-Pl.
The headmaster wrote letters to the parents. / The headmaster wrote the parents letters.
- (4) Enviaram o presente à professora.
PRO sendPAST-3rd-Pl the gift-Masc-Sg to-the-Fem-Sg teacher-Fem-Sg
They sent the gift to the teacher. / They sent the teacher the gift.

This state of things is different when the goal or beneficiary role is realized by a pronominal NP. In such circumstances, the pronominal NP may be realized as the object of an overt preposition, but it may also cliticize with the verb, in which case it may generally occur post- or pre-verbally. In other words, Brazilian Portuguese allows for a double object construction configured with a pre-verbal pronoun (BECHARA, 2003), a position not licensed in English. This is illustrated below:

¹ Sentence (3) was extracted from Bechara (2003, p.421). Sentences (4) through (7) are adapted from analyses developed in the ensuing pages of the same text.

- (5) O diretor escreveu cartas a eles.
The headmaster-Masc-Sg writePAST-3rd letter-Pl to PRN- 3rd-Pl.
The headmaster wrote letters to them. / The headmaster wrote them letters.
- (6) O diretor escreveu-lhes cartas.
The headmaster-Masc-Sg writePAST-3rd-PRN-3rd-Pl-Dat letter-Pl.
The headmaster wrote them letters.
- (7) O diretor lhes escreveu cartas.
The headmaster-Masc-Sg PRN-3rd-Pl-Dat writePAST-3rd letter-Pl.
**The headmaster them wrote letters.*
The headmaster wrote them letters.

As a pre-verbal goal/beneficiary pronoun is not a syntactic alternative in English, the syntax of Portuguese offers the option of one more position for pronoun placement in double object constructions when compared with the syntax of English.

However, the description of double object constructions in Brazilian Portuguese may be far more complex when what happens in certain regional varieties of spoken BP is also considered. As observed by Scher (1996) and Gomes (2003), there are varieties of spoken Brazilian Portuguese in which dative double object constructions may be considered an emerging syntactic configuration². According to these authors, there is reasonable acceptability, at least for speakers of some dialects of BP, of sentences such as the following ones (data from utterances observed by the first author of the present article in speech of native speakers of BP from the region where the three authors live):

- (8) Dá o papai a batata.
Give the-Masc-Sg daddy-Masc-Sg the-Fem-Sg potato-Fem-Sg.
Give daddy the chips.
- (9) Posso oferecer a Ana Júlia o biscoito?
May PRO offer the-Fem Ana Júlia the-Masc cookie-Masc-Sg
May I offer Ana Júlia some cookies?

The accounts of Scher (1996) and Gomes (2003) suggest that such sentences exemplify a syntactic realization of the ditransitive construction that is increasingly more accepted in varieties of Portuguese spoken in central Brazil (such as the states of Minas Gerais and Goiás). Also, it may be the case that dative double object constructions in BP are sociolinguistically marked, associated with reasonable levels of familiarity and between interlocutors – as

² These authors apparently did not rely on electronic corpora analyses in the references cited here.

in conversations between child and care-takers or within families – the specific case of utterances (8) and (9) above.

Although there is some overlap in the surface manifestation of the double object construction in Portuguese and in English, especially when dialects from central Brazil are considered, the former language has restrictions on forms of the construction that conflict with what is permitted in English. Such complexity allows us to hypothesize that the acquisition of the construction by speakers of Brazilian Portuguese L1 may constitute a learning challenge. When acquiring ditransitives in L2 English, those learners will need to find out not only which verbs are accepted in the dativized double object construction in the target language, but they will also need to overrule constraints and restrictions from their L1 grammar and usage patterns.

Assuming the view that language transfer, or activation of L1 knowledge over the course of L2 learning and use, is a plausible and possible phenomenon among language learners and bilinguals, we hypothesized four possible scenarios for Brazilian Portuguese L1 learners of English L2 acquiring the English double object constructions:

Hypothesis 1: The English ditransitive construction, *He gave John a book/ Ele deu João um livro*, restricted in Brazilian Portuguese, will impose learning difficulties for learners.

Hypothesis 2: Due to analogy between sentences like *Ele deu-me um livro* in Brazilian Portuguese and *He gave me a book* in English, the dativized pronoun <recipient> will not impose learning difficulties for learners.

Hypothesis 3: The expression of the <recipient> pronoun in pre-verbal position, **He me gave a book/ Ele me deu um livro*, which is possible in Brazilian Portuguese but ungrammatical in English, may be transferred to the interlanguage of beginning learners.

Hypothesis 4: The prepositional ditransitive construction, *He gave a book to Mary/ Ele deu um livro para Maria*, present in both L1 and L2, will not impose learning difficulties for learners.

These hypotheses led us to design a study that sought to investigate the nature of Brazilian Portuguese L1-English L2 bilinguals' representations of dative constructions in English at different stages in their L2 development. We now pass over to a description of the experiment by way of which we tested such hypotheses.

The study

Participants

A total of 62 Brazilian Portuguese native speakers residing in the state of Minas Gerais (central Brazil) participated in the study. They were divided into three experimental groups according to their scores on an English placement test³: 25 beginning English learners (beginning experimental group - mean age 29.8 years), 22 intermediate English learners (intermediate experimental group - mean age 26.4 years), and 15 EFL teachers (advanced experimental group - mean age 31.2 years). A control group of 20 English native speakers (14 Americans, 1 British, 5 Australians – mean age 35 years) also took part of the study.

Materials






We employed an acceptability judgment task (GASS; MACKEY, 2005), representing in this study a measure of both learnability and generalization of patterns. The acceptability judgment task is a methodological procedure employed in many other studies of L2 argument structure acquisition (WHITE, 2003). Our version of the task (Fig. 1) consisted of 16 sets of two sentences which expressed the same event through either a non-dativized or a dativized double object construction. The following verbs were selected for the experimental task: give, hand, find, buy, tell, teach, make, build, offer, promise, and bring, all of them verbs that typically participate in the dative alternation.

Each sentence was rated according to a 5-point rating scale, an interval scale commonly used in syntax research (JOHNSON, 2008). As Fromkin (2000) points out, the task of judging whether a sentence is “correct” or “wrong” can be difficult, and an interval scale can help speakers rate sentences they do not think are likely to hear but do not find completely unacceptable, for example. To address this issue, participants were asked to assign one of the following values to each sentence: 1 = completely unacceptable, 2 = somewhat unacceptable, 3 = no definite opinion, 4 = maybe acceptable, 5 = absolutely acceptable.

³ English Placement Test. Oxford University Language Centre (2012).

Figure 1 – Acceptability judgment task

RATE THE SENTENCES BELOW FROM 1 TO 5. There are no right or wrong answers. We want to learn your spontaneous feelings about the sentences. You don't need to think too long about each one.

1	2	3	4	5	
					
					1: completely unacceptable 2: somewhat unacceptable 3: no definite opinion 4: maybe acceptable 5: absolutely acceptable

<p>1) a) (<input type="checkbox"/>) John told a story to Mark. b) (<input type="checkbox"/>) John told Mark a story.</p> <p>3) a) (<input type="checkbox"/>) John taught English to David. b) (<input type="checkbox"/>) John taught David English.</p> <p>5) a) (<input type="checkbox"/>) Mary me taught English. b) (<input type="checkbox"/>) Mary taught me English.</p> <p>7) a) (<input type="checkbox"/>) James me brought flowers. c) (<input type="checkbox"/>) James brought me flowers.</p> <p>9) a) (<input type="checkbox"/>) Laura made a cake for Mary. b) (<input type="checkbox"/>) Laura made Mary a cake.</p> <p>11) a) (<input type="checkbox"/>) James brought flowers to Lucy. b) (<input type="checkbox"/>) James brought Lucy flowers.</p> <p>13) a) (<input type="checkbox"/>) John bought a dress for me. b) (<input type="checkbox"/>) John bought me a dress.</p> <p>15) a) (<input type="checkbox"/>) John bought a dress for Mary. b) (<input type="checkbox"/>) John bought Mary a dress.</p>	<p>2) a) (<input type="checkbox"/>) Mary gave a book to me. b) (<input type="checkbox"/>) Mary gave me a book.</p> <p>4) a) (<input type="checkbox"/>) I promised the book to David. b) (<input type="checkbox"/>) I promised David the book.</p> <p>6) a) (<input type="checkbox"/>) Peter gave money to John. b) (<input type="checkbox"/>) Peter gave John money.</p> <p>8) a) (<input type="checkbox"/>) Kevin built a doll's house for Mary. b) (<input type="checkbox"/>) Kevin built Mary a doll's house.</p> <p>10) a) (<input type="checkbox"/>) Lucy offered coffee to Mary. b) (<input type="checkbox"/>) Lucy offered Mary coffee.</p> <p>12) a) (<input type="checkbox"/>) Paul handed the car key to John. b) (<input type="checkbox"/>) Paul handed John the car keys.</p> <p>14) a) (<input type="checkbox"/>) Mary me told a story. b) (<input type="checkbox"/>) Mary told me a story.</p> <p>16) a) (<input type="checkbox"/>) Sarah finally found a pink dress for Mary. b) (<input type="checkbox"/>) Sarah finally found Mary a pink dress.</p>
---	---

Source: Own elaboration.

Data analysis

The analysis of the data collected in this study was first aimed at describing the tendencies of each group's acceptability ratings of the sentences, which were categorized into 4 groups (Tableau 1). To do that, we performed an analysis of the distribution of ratings for each sentence in each group. As an example, one can see in table 1 the distribution of ratings for the sentence ditransitive/full NP/

teach found among the beginning experimental group. Rating (3) - no definite opinion - occurred as fewer than 10% of all ratings. Therefore, it was considered irrelevant for the analysis and discussion of data.

Tableau 1 – Categories of analysis

Category	Example
Ditransitive/full NP	Mark told John a story.
Ditransitive/recipient pronoun	Mark told me a story.
Pre-verbal recipient pronoun	Mark me told a story.
Prepositional ditransitive	Mark told a story to John.

Source: Own elaboration.

Table 1 – Distribution of judgments on the sentence ditransitive/full NP/teach made by beginning learners

GROUP 1	
Rating	Ditransitive/full NP/teach
1	48%
2	24%
4	16%
5	4%

Source: Own elaboration.

Another aim of the data analysis was to verify whether there were statistically significant differences between the experimental groups and the control group with regard to the acceptability of the sentences. To do that, “Fisher’s Exact Test” was used (HATCH; LAZARATON, 1991). This is a non-parametric test that does not bear assumptions as to distributions – of judgments in our specific case – in the studied population. In other words, it does not assume normality of the data set. Fisher’s Exact Test enables significance testing, i.e. it supports checking whether the distributions of answers (frequencies of ratings in our case) for each sentence in two groups are statistically similar ($p > .05$) or not ($p < .05$). For example, if the p-value obtained through the application of the Fisher’s Exact Test when comparing the ratings on the sentence “John told Mary a story” by intermediate

learners and native speakers of English is higher than 0.05 ($p > .05$), this means that the probability of acceptance of the verb *tell* in the ditransitive construction is similar in both groups.

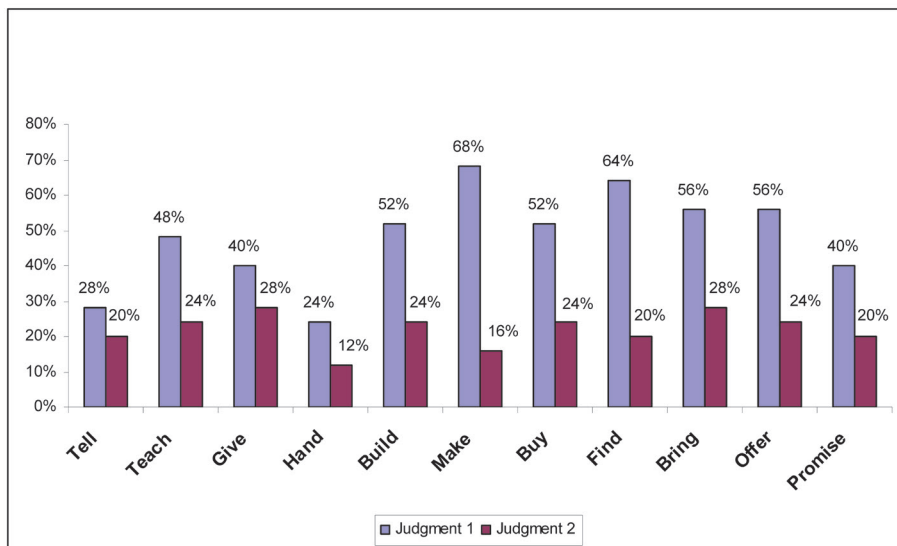
The results obtained through the experimental task described above are shown in the following section.

Results

Ditransitive/full NP category

As expected, most beginning learners incorrectly rejected the ditransitive construction. The sum of judgments (1) – “completely unacceptable” – and (2) – “maybe unacceptable” – for this group represented the majority of answers given to 9 out of the 11 ditransitive/full NP sentences presented in the experimental task (Graphic 1). As a result, beginning learners’ judgments were significantly different from native speakers’ judgments across for all verbs ($p < .001$). This is very robust evidence that the beginning learners differed from native speakers in their acceptance of the ditransitive/full NP sentences.

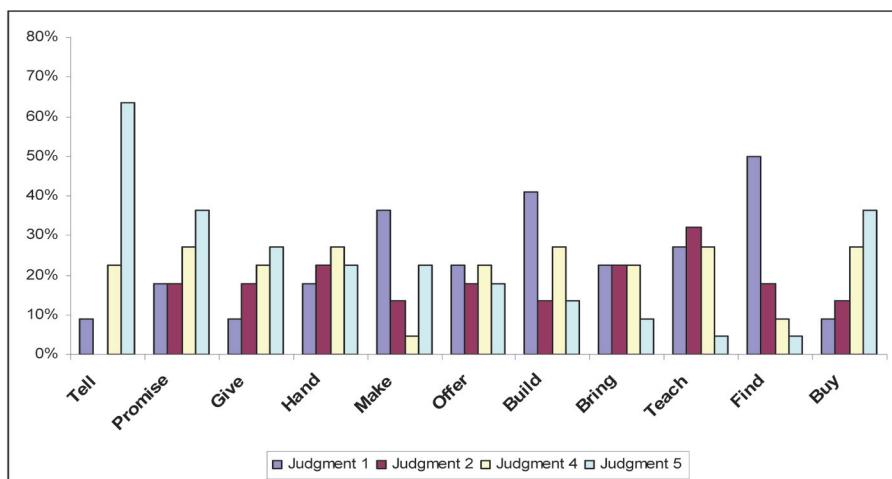
Graphic 1 – Acceptability ratings of (1) – completely unacceptable – and (2) – maybe unacceptable – in the beginning experimental group on each ditransitive/full NP sentence



Source: Own elaboration.

In the intermediate experimental group, we observed that more learners accepted the ditransitive construction with ratings of (4) and (5) (Graphic 2). However, this increase in the acceptability of the ditransitive construction did not reach significance ($p < .05$), as the results of the Fisher's Exact Test show differences between the intermediate learners and the native speakers of English with regard to all ditransitive/full NP sentences except **tell** ($p = .52$).

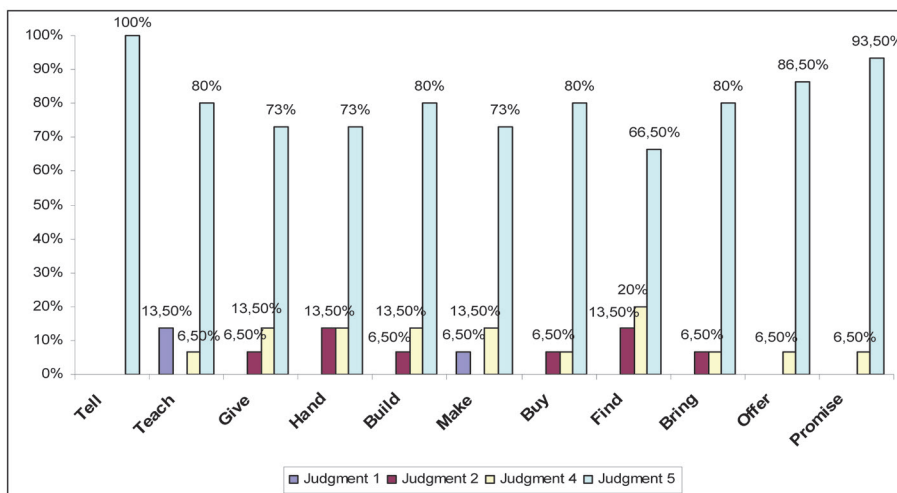
Graphic 2 – Distribution of ratings of intermediate learners on each ditransitive/full NP sentence



Source: Own elaboration.

At the advanced level of proficiency, most subjects accepted the ditransitive/full NP sentences (Graphic 3), displaying the native speaker pattern. Therefore, the proficient English/L2 speakers were statistically similar ($p > .05$) to the native speakers of English in relation to all those sentences.

Graphic 3 – Distribution of ratings of advanced learners for each ditransitive/full NP sentence



Source: Own elaboration.

Next, we contrast ratings on ditransitive/ full NP sentences and ditransitive/ recipient pronoun sentences.

Ditransitive/recipient pronoun category

The hypothesis raised about the acquisition of the dativized pronoun <recipient> by Brazilian learners is repeated below:

Hypothesis: Due to analogy between sentences like *Ele deu-me um livro* in Brazilian Portuguese and *He gave me a book* in English, the dativized pronoun <recipient> will not impose learning difficulties for Brazilian learners of English.

The data collected showed that the subjects did rate ditransitive sentences more acceptable when the <recipient> argument was expressed by a pronoun. Table 1 contrasts ratings of the beginning group on ditransitive/full NP sentences and ditransitive/recipient pronoun sentences.

Table 2 – Comparison between distributions of ratings of beginning learners on ditransitive/ full NP sentences (N) and ditransitive/recipient pronoun sentences (P)

Judgement	Tell/N	Tell/P	Teach/N	Teach/P	Buy/N	Buy/P
1	28%	0%	48%	8%	52%	12%
2	20%	0%	24%	4%	24%	12%
4	16%	28%	16%	44%	12%	52%
5	36%	68%	4%	40%	8%	20%

Judgement	Give/N	Give/P	Bring/N	Bring/P
1	40%	0%	56%	4%
2	28%	12%	28%	20%
4	20%	20%	8%	40%
5	8%	68%	0%	32%

Source: Own elaboration.

Although the beginning learners rated ditransitive/recipient pronoun sentences higher on the acceptability scale than the ditransitive/ full NP sentences, their acceptability ratings on the ditransitive/recipient pronoun sentences were statistically different ($p < .05$) from those of native speakers of English.

Likewise beginning learners, intermediate learners accepted the ditransitive/recipient pronoun sentences more than the ditransitive/full NP sentences:

Table 3 – Comparison between frequency of ratings of the intermediate group for ditransitive/full NP (N) and ditransitive/recipient pronoun (P) sentences which have the same verbs

Judgment	Tell/N	Tell/P	Teach/N	Teach/P	Buy/N	Buy/P
1	2(9%)	0%	6(27%)	1(4,5%)	2(9%)	1(4.5%)
2	0%	0%	7(32%)	2(9%)	3(13,5%)	0%
4	5(22.5%)	1(4.5%)	6(27%)	2(9%)	6(27%)	9(41%)
5	14(63.5%)	21(95%)	1(4.5%)	16(72.5%)	8(36.5%)	11(50%)

Judgment	Give/N	Give/P	Bring/N	Bring/P
1	2(9%)	0%	5(22.5%)	0%
2	4(18%)	0%	5(22.5%)	2(9%)
4	5(22.5%)	1(4.5%)	5(22.5%)	7(32%)
5	6(27%)	21(95%)	2(9%)	13(60%)

Source: Own elaboration.

When intermediate experimental group was compared to the control group, the following results were obtained. Statistical similarities between the two groups were found in relation to the sentences with the verbs **tell** ($p= 1.00$), **teach** ($p= .086$), and **give** ($p= 1.00$). However, intermediate learners still differed from the native speakers of English in relation to the ditransitive/recipient pronoun sentences with the verbs **buy** ($p= .017$) and **bring** ($p= .003$), which were more widely accepted by the control group.

At the advanced level of proficiency, the acceptance of the ditransitive/recipient pronoun sentences was similar to the acceptance of the ditransitive/full NP sentences (Table 3). Once advanced learners displayed native speaker pattern, they were statistically similar ($p > .05$) to native speakers of English in relation to all ditransitive/recipient pronoun sentences in the experiment.

Table 4 – Comparison between frequency of ratings of advanced learners on ditransitive/full NP (N) and ditransitive/recipient pronoun (P) sentences which have the same verbs

Judgment	Tell/N	Tell/P	Teach/N	Teach/P
1	0%	0%	13.50%	0%
2	0%	0%	0%	0%
4	0%	0%	6.50%	0%
5	100%	100%	80%	100%
Judgment	Buy/N	Buy/P	Bring/N	Bring/P
1	0%	0%	0%	0%
2	6.50%	0%	6.50%	0%
4	6.50%	0%	6.50%	0%
5	80%	100%	80%	100%
Judgment	Give/N	Give/P		
1	0%	0%		
2	6.50%	0%		
4	13.50%	0%		
5	73.50%	100%		

Source: Own elaboration.

So far we have seen that for the ditransitive construction to be widely accepted by Brazilian beginning learners of English, the NP <recipient> has to be expressed by a pronoun. When the <recipient> argument is expressed by a full <NP>, the broad acceptance of this construction occurs at the advanced level of proficiency in the target language. In the next section, we show what happens when the <recipient> argument is expressed by a pronoun in pre-verbal position.

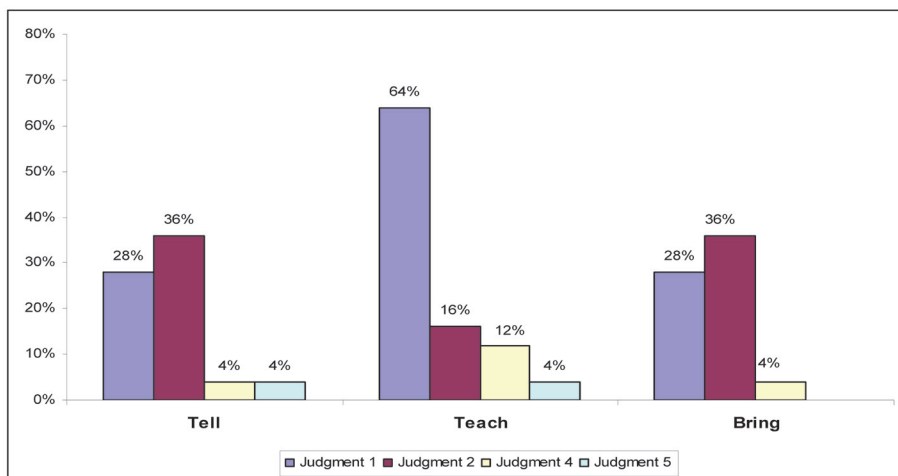
Pre-verbal <recipient> pronoun category

Regarding the acceptance of sentences in which the <recipient> argument is expressed by a pronoun placed before the verb, we hypothesized as follows:

Hypothesis: The expression of the <recipient> pronoun in pre-verbal position, *He me gave a book/Ele me deu um livro, which is possible in Brazilian Portuguese but ungrammatical English, may be transferred to the interlanguage of beginning learners.

This hypothesis was rejected, as the ratings of the beginning experimental group on pre-verbal recipient pronoun sentences show.

Graphic 4 – Distribution of ratings of beginning learners on each pre-verbal recipient pronoun sentence



Source: Own elaboration.

The same rejection of the pre-verbal pronoun categories was found in the intermediate and advanced experimental groups. We move on now to the results of a category wherein there is a syntactic match between English and Portuguese, the prepositional ditransitive category (John gave a book to Mary / João deu um livro para Maria).

Prepositional ditransitive category

All groups accepted most sentences displaying the prepositional ditransitive construction, as table 12 shows:

Table 5 – Frequency of acceptability rating of 5 on prepositional ditransitive sentence of all experimental groups (1, 2, 3) and of the control group (4)

Category	Tell	Teach	Give	Hand	Build	Make	Buy
Group 1	64%	56%	56%	48%	84%	92%	84%
Group 2	36.50%	72.50%	77%	68%	86.50%	82%	72.50%
Group 3	33.50%	73.50%	66.50%	86.50%	93.50%	86.50%	86.50%
Group 4	55%	80%	95%	85%	100%	90%	85%
Category	Find	Bring	Offer	Promise			
Group 1	76%	84%	52%	48%			
Group 2	91%	91%	77%	45.50%			
Group 3	100%	80%	66.50%	53%			
Group 4	95%	80%	85%	85%			

Source: Own elaboration.

Beginning learners were statistically similar to native speakers of English in regard to 7 instances of the prepositional ditransitive category: **teach** ($p = .483$), **build** ($p = .117$), **make** ($p = 1.00$), **buy** ($p = 1.00$), **find** ($p = .205$), **bring** ($p = .816$), and **offer** ($p = .108$). At the intermediate level of proficiency, learners displayed native speaker pattern in relation to all prepositional ditransitive sentences but the one with the verb **promise** ($p = .034$). Few acceptability ratings of advanced learners on the prepositional ditransitive sentences were different from 5. As a result, the group of proficient English/L2 speakers was statistically similar to the control group in relation to all those sentences but the one with verb **tell** ($p = .04$).

We turn now to the discussion of the results described above.

Discussion

Ditransitive/full NP category

The tendency towards the rejection of ditransitive/full NP sentences found in the beginning experimental group indicates that the ditransitive construction is not part of the interlanguage grammar of those learners. It can be argued that beginning learners have not had enough experience with the target language to have noticed and learned a construction that is not licensed in standard Brazilian

Portuguese. A gradual increase in the acceptance of ditransitive/full NP sentences was found as we moved to the intermediate experimental group. However, results of this group do not allow the conclusion that Brazilian intermediate learners of English have already acquired the ditransitive construction. Rather, we suggest that intermediate students' acceptability ratings of (4) and (5) represent "item-based knowledge", that is, knowledge about the syntactic behavior of individual lexical items (ELLIS, 1999; TOMASELLO, 2000; GOLDBERG, 2006). Evidence of the acquisition of the English ditransitive construction by Brazilian learners was only found at the advanced level of proficiency in the target language, where there was a broad acceptance of all ditransitive/full NP sentences.

Ditransitive/recipient pronoun category

We saw that the acceptance of the ditransitive construction by beginning and intermediate Brazilian learners of English is higher when the <recipient> argument is expressed by a pronoun. There are two possible explanations for this finding. On the one hand, one can argue that learners were exposed to a greater amount of occurrences of the ditransitive construction with the <recipient> argument expressed by a pronoun. On the other hand, one can claim that learners were influenced by Brazilian Portuguese, since the word-by-word translation of "John told me a story" into Portuguese is "John contou-me uma história", a sentence that belongs to standard Portuguese. We consider that an interaction between these two factors (influence of L1 and L2 input frequency) is also possible.

Pre-verbal <recipient> pronoun category

Results showing that most learners of all proficiency levels rejected the pre-verbal <recipient> pronoun sentences allow the conclusion that the expression of transfer events with the <recipient> pronoun placed before the verb, which is possible in Brazilian Portuguese, is not one of the hypotheses raised by Brazilian learners of English about the organization of the target language. This finding is relevant, as it clearly opposes to a view of language transfer as an unconstrained phenomenon. We find it worthy emphasizing that the participants of our study who were learners at a very early stage of English L2 and who rejected sentences with pre-verbal <recipient> pronoun in English actually demonstrated an early departure of a syntactic realization of argument structure that is quite productive in their L1. In view of the proposal that linguistic transfer is indeed a selective process, perhaps modulated by psychotypological perceptions (KELLERMAN, 1979, 1983; ROTHMAN; CABRELLI AMARO, 2010), in which features tacitly or overtly perceived as language-specific are not likely to be transferred, we consider

that our finding may be a case of such mechanism in action. Even though we do not have systematic data to fully support our suggestion, we find it plausible to hypothesize that the absolute lack of pre-verbal pronouns in English input may have interacted with some level of perception of the optionality and restrictions of the same structure in Portuguese, in such a way that those learners may have considered the pre-verbal <recipient> pronoun argument to be too “Portuguese-like” to be accepted in the L2.

Prepositional ditransitive category

There was a broad acceptance of the prepositional ditransitive categories by learners of all English proficiency levels. This made learners statistically similar to native speakers of English when dealing with a phrasal pattern which is present both in their L1 and in the target language regardless of their proficiency level in the L2.

The comparison between the acceptability ratings of learners on the ditransitive sentences and the prepositional ditransitive sentences provides evidence that Brazilian learners of English acquire the prepositional ditransitive construction before the ditransitive construction. It is interesting to notice that a similar result was found by Mazurkewich (1984) when she studied the acquisition of English double object constructions by native speakers of French. She argues that this sequence of acquisition will hold true for all second language learners of English due to the fact that the prepositional ditransitive structure is unmarked, that is, part of core grammar, and should be acquired before marked structures (ditransitive construction), which are considered to be peripheral rules of the core grammar. Following Kellerman (1983), however, we suggest that effects of cross-linguistic influence (positive transfer) are enough to explain the sequence of acquisition of the English ditransitive constructions by both Brazilian and French learners, since the earlier acquisition of the prepositional ditransitive construction can be predicted by a simple contrastive analysis of L1 and L2.

Conclusion

This study aimed at shedding light on the acquisition of the English double object constructions by Brazilian learners of English, with an explicit focus on the breadth of occurrence of cross-linguistic influences on L2 grammatical knowledge. In summary, our findings render evidence that the participants were not guided by over-arching semantic and syntactic categories in the early stages of their knowledge of such constructions in their L2. Also, our findings provide evidence that the participants' L1 influenced the form the expression of transfer events

took in their L2, but at the same time we found evidence that L1 influence was not at all an unconstrained mechanism, not even for those participants who had the least proficiency as users of English L2.

Analysis of the data on the ditransitive-full NP sentences showed that beginning and intermediate learners displayed limited acceptance of verbs in the ditransitive construction. It was also found that the verbs accepted in this construction varied a lot among learners of the same group. Following proposals by Ellis (1999), we believe that such variation may be evidence of an item-based learning of this construction, at least in early L2 acquisition of the ditransitive construction in English. This has important consequences for theories of L2 learning, as it supports perspectives proposing that learners are initially driven by factors such as the frequency of items in the L2 input received by them, rather than by broad, higher-order semantic or syntactic categories. It may even be also the case that frequency of input is not alone as the cornerstone for the acquisition of the construction, as the variability of learning we observed may have been also modulated by the perceived subjective and personal relevance of the contexts in which they occur by each individual learner, as suggested by Campbell and Tomasello (2001). Nevertheless, a significant change was observed in the performance of learners at the advanced level of English proficiency, as they accepted the ditransitive-full NP sentences in a statistically similar way to native speakers of English. This result indicates that ultimately the ditransitive construction is represented as a general, broad and general category affecting a class of semantically related verbs, and being represented as a part of the L2 grammar of those learners.

As we moved into the analysis of the ditransitive-recipient pronoun category, we saw that the expression of the <recipient> argument by a **pronoun** did favor the acceptance of the ditransitive construction by the learners, especially in the beginning and intermediate experimental groups. We raised two explanatory hypotheses for this: (1) learners made an analogy between sentences such as “Maria deu-me um livro” and “Mary gave me a book”, that is, they were influenced by their mother tongue; (2) during their experience with the L2 input, learners witnessed a significantly greater number of occurrences of the ditransitive construction with the argument <recipient> expressed by a pronoun rather than by another NP. An interaction between L1 influence and frequency effects was also considered.

Although the comparison between the performances of native speakers of different mother tongues in the same experimental task is needed to draw definitive conclusions about the influence of L1 on the interlanguage (ODLIN, 1989), some evidence of this influence was found in this study through the comparison between the acceptability ratings of the same learners on different sentence

patterns. For instance, beginning learners tended to accept the prepositional ditransitive construction – present in standard Portuguese – much more than the ditransitive construction – absent in standard Portuguese. It is noteworthy that research in the acquisition of English as an L1 by children shows that the ditransitive construction usually appears earlier in the speech of children rather than its prepositional paraphrase in the expression of events of transfer of possession (CAMPBELL; TOMASELLO, 2001). The fact that our data demonstrate the opposite direction and the fact that the direction we found is so remarkably correspondent to a structure of our participants' L1 are indicators that our results represented L1 influences on the L2.

Notwithstanding, of particular interest to theoretical models of L1 influences on L2 language learning is the fact that our findings also demonstrate that although language transfer is a highly plausible cognitive mechanism affecting the acquisition of the double object construction of our participants, such mechanism is subtle. Our data also supports the view that transfer in L2 learning is a selective process, as testified by the rejection of <recipient> pronoun in pre-verbal position in English by Brazilian Portuguese learners of L2 English at early stages of development in their interlanguage grammar despite the fact that such word order is perfectly possible in their L1. In other words, activation of L1 knowledge does not seem to be an automatic and mandatory process in L2 performance, neither is such activation an all-or-nothing procedure. Rather, it seems that L2 learners employ some sort of decision making process regarding which features from their L1 are shared by their L2.

As seen above, we are inclined to interpret the selectivity of L1 transfer we observed in light of the psychotypology hypothesis, as it can be the case that the participants of our study rejected the <recipient> pronoun in pre-verbal position in their L2 because this construction could be perceived as too specific of their L1, especially in view of the optionality, the grammatical constraints, and possibly the pragmatic markedness of this pattern in BP. This is convergent with the proposal of a psychotypological modulation for language transfer put forward by Kellerman (1979, 1983), also discussed by Rothman and Cabrelli Amaro (2010). However, to what extent such selectivity on the activation of L1 knowledge during L2 use is dependent on features of the L2 input learners are exposed to or whether or not such selectivity would be present in the performance of a language task with different characteristics are very important questions that the present study was not fit to address. Such are questions that must be pursued for our findings to be fully integrated not only into a model of second language learning, but especially in a model of bilingual language processing, as our results can have implications for the understanding of the activation and inhibition mechanisms that allow users of more than one language to manage the different sets of linguistic representations they have at their disposal to

perform communication. These are matters that certainly motivate us for further investigation of the object of the present study.

ZARA, J. V.; SOUZA, R. A. de; OLIVEIRA, F. L. P. de. Transferência seletiva na aquisição das construções de objeto duplo do inglês por aprendizes brasileiros. Conceptual integration in the description of grammatical phenomena in Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.519-544, 2013.

- *RESUMO: Neste trabalho, investigamos a aquisição das construções de objeto duplo do inglês (GOLDBERG, 1995) por aprendizes brasileiros. Partimos da hipótese de que, devido à influência da primeira língua (L1), a construção ditransitiva preposicionada (John gave a book to Mary) será adquirida primeiro, enquanto a construção ditransitiva (John gave Mary a book) fará parte da interlíngua (SELINKER, 1972) dos aprendizes apenas no nível avançado de proficiência na língua-alvo. Levantamos também a hipótese de que aprendizes podem transferir (ODLIN, 1989) o pronome objeto em posição pré-verbal de sua L1 para a interlíngua nos estágios iniciais de aquisição da L2 (João me deu um livro / *John me gave a book). Testamos nossas hipóteses através da comparação das performances de três grupos de aprendizes brasileiros (iniciantes, intermediários e avançados) com um grupo de falantes nativos do inglês na realização de uma tarefa de julgamento de aceitabilidade de sentenças, utilizada como medida de aprendibilidade e generalização. Os resultados obtidos confirmam a nossa hipótese sobre a ordem de aquisição das construções de objeto duplo do inglês por falantes nativos do português brasileiro e indicam que a influência da L1 no desenvolvimento da interlíngua dos aprendizes ocorre de forma seletiva, assim como propõe Kellerman (1983).*
- *PALAVRAS-CHAVE: Influência translinguística. Transferência seletiva. Construções de objeto duplo. Bilinguismo.*

REFERENCES

BALCOM, P. Why is this happened? passive morphology and unaccusativity. *Second Language Research*, Londres, v.13, n.1, p.1-9, jan. 1997.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CAMPBELL, A.; TOMASELLO, M. The acquisition of English dative constructions. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v.22, p.253-267, 2001.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CULLICOVER, P. *Natural language syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ELLIS, R. *The study of second language acquisition*. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Item versus system learning: explaining free variation. *Applied Linguistics*, Oxford, v.20, p.460-480, 1999.

FROMKIN, V. (Ed.). *Linguistics: an introduction to linguistic theory*. Massachusetts: Blackwell, 2000.

GASS, S.; MACKEY, A. *Second language research: methodology and design*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005.

GOLDBERG, A. *Constructions at work*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOMES, C. Dative alternation in Brazilian Portuguese: typology and constraints. *Language Design Journal of Theoretical and Experimental Linguistics*, Granada, v.5, p.67-78, 2003.

HATCH, E. M.; LAZARATON, A. *The research manual: design and statistics for applied linguistics*. Boston: Heinle & Heinle, 1991.

HOVAV, M. R.; LEVIN, B. The English dative alternation: the case for verb sensitivity. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.44, p.126-167, 2008.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, R.; CULLICOVER, P. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JOHNSON, K. *Quantitative methods in Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2008.

JUFFS, A. An overview of the second language acquisition of links between verb semantics and morphosyntax. In: ARCHIBALD, J. (Ed.). *Second language acquisition and linguistic theory*. Oxford: Blackwell, 2000. p.187-227.

_____. Some effects of first language argument structure and morphosyntax on second language sentence processing. *Second Language Research*, Londres, v.14, n.4, p.406-424, 1998.

KELLERMAN, E. Now you see it, now you don't. In: GASS, S.; SELINKER, L. (Ed.). *Language transfer in Language Learning*. Rowley: Newbury House Publishers, 1983. p.112-134.

_____. Transfer and non-transfer: where are we now? *Studies in Second Language Acquisition*, Bloomington, v.2, p.37-57, 1979.

LEVIN, B.; HOVAV, M. R. *Argument realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAZURKEWICH, T. The acquisition of the dative alternation by second language learners and linguistic theory. *Language Learning*, Ann Arbor, v.34, n.1, p.91-108, 1984.

MONTRUL, S. Psycholinguistic evidence for split intransitivity in Spanish second language acquisition. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v.25, p.239-267, 2004.

ODLIN, T. *Language transfer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

OSHITA, H. What is happened may not be what appears to be happening: a corpus study of 'passive' unaccusatives in L2 English. *Second Language Research*, Londres, v.16, p.293-324, 2000.

OXFORD UNIVERSITY LANGUAGE CENTRE. *English Placement Test*. Available at: <http://www.lang.ox.ac.uk/courses/tst_placement_english.html>. Access in: 03 fev. 2012.

ROTHMAN, J.; CABRELLI AMARO, J. What variables condition syntactic transfer? a look at the L3 initial state. *Second Language Research*, Londres, v.26, p.189-218, 2010.

SALAMOURA, A.; WILLIAMS, J. N. Processing verb argument structure across languages: evidence for shared representations in the bilingual mental lexicon. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v.28, p.627-660, 2007.

SCHACHTER, J. A new account of language transfer. In: GASS, S.; SELINKER, L. (Ed.). *Language transfer in language learning*. 2.ed. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p.98-111.

SCHER, A. As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo. *Sínteses*, Campinas, v.2, p.347-355, 1996.

SELINKER, L. Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, Heidelberg, v.10, p.209-231, 1972.

SOUZA, R. A. Argument structure in L2 acquisition: language transfer re-visited in a syntax and semantics perspective. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n.60, p.153-188, 2011.

SOUZA, R. A.; OLIVEIRA, F. L. P. Is knowledge of a non-dominant L2 activated by bilinguals using their dominant L1? Insights from an on-line psycholinguistic study. *Organon*, Porto Alegre, n.51, p.103-128, 2011.

TOMASELLO, M. The item-based nature of children's early syntactic development. *Trends in Cognitive Sciences*, Oxford, v.4, p.156-163, 2000.

VANVALIN, R.; LAPOLLA, R. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VILELA, A. C.; OLIVEIRA, F. L. P. "I cut my hair" e "I did my nails": evidência de transferência linguística na interlíngua de falantes brasileiros aprendizes de inglês como segunda língua? *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, v.49 n.1, p.223-239, 2010.

WHITE, L. *Second language acquisition and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Recebido em agosto 2012

Aprovado em novembro de 2012

A VARIAÇÃO “TU” E “VOCÊ” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO OITOCENTISTA E NOVECENTISTA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA SOCIAL *GÊNERO*.¹

Márcia Cristina de Brito RUMEU*

- RESUMO: Neste texto, discute-se a relevância da categoria social *gênero* para a interpretação do processo de inserção do **Você** no Português Brasileiro. Com base na análise de missivas pessoais oitocentistas e novecentistas redigidas por brasileiros cultos e integrantes de uma mesma família brasileira (a família Pedreira Ferraz-Magalhães), cujos perfis sociolinguísticos foram identificados (LOBO, 2001), discutem-se os resultados de um estudo de painel (LABOV, 1994), voltado para sincronias passadas do PB, em relação às formas **Tu** e **Você** como sujeitos pronominais. Evidencia-se que o **Você**, empregado informalmente em cartas brasileiras entre os anos 20 e 30 do século XX, está em avançado estágio de mudança linguística, sendo tal processo conduzido pelas mulheres. À discussão, acrescentam-se os resultados do estudo da variação **Tu/Você**, feito por Pereira (2012) com base em cartas redigidas por brasileiros da ilustre família Penna, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, expondo o *gênero* como uma categoria social propulsora da inserção do **Você** no sistema pronominal do Português Brasileiro oitocentista e novecentista.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação tu/você. Mudança linguística. Gênero. Pronomes de tratamento. Sistema pronominal.

Considerações iniciais

A reflexão sobre a função do *gênero* como uma categoria frequentemente selecionada em análises sociolinguísticas que envolvem a flutuação entre as formas **Tu** e **Você** (LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008; PEREIRA, 2012) se insere numa discussão maior acerca da **norma escrita culta** do português brasileiro (doravante PB). Nesse sentido, a ponderação proposta neste artigo acerca da representatividade da categoria social *gênero* está fundamentada na produção escrita de brasileiros cultos, unidos por laços familiares no decorrer de suas vidas, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX. Com base nessas amostras oitocentistas e novecentistas de missivas familiares, produz-se

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31.270-901 – marciarumeu@uol.com.br

¹ Apoio: Programa de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados, financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq-UFMG).

um estudo de painel, nos moldes Labovianos (*panel study*, cf. LABOV, 1994), sobre a variação entre as formas **Tu** e **Você** e a inserção do **Você** no sistema pronominal do PB. As cento e setenta cartas produzidas por integrantes da família Pedreira Ferraz-Magalhães que embasam este estudo de painel constituem parte da produção escrita culta de brasileiros cujos perfis sociolinguísticos foram criteriosamente controlados, à luz de Lobo (2001). A apreciação da categoria social **gênero** é incrementada com a discussão de alguns dos resultados da análise variacionista das formas relacionadas a P2 (**Tu**) e a P3 (**Você**), proposta por Pereira (2012), com base em cartas familiares e amorosas, produzidas pelos brasileiros da família Penna, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Assumindo um comportamento diverso do caminho seguido pelo **Você**, a partir do século XIX, em Portugal, a aristocracia brasileira emprega tal forma inovadora nos Oitocentos, como evidencia Soto (2001), com base na análise de missivas brasileiras oitocentistas e novecentistas. O fato de **Você** ainda resguardar o prestígio da Forma Nominal de Tratamento para a realeza que a originou (**Vossa Mercê**) demonstra o conservadorismo do PB. Por outro lado, o emprego de **Você** (SOTO, 2001), em cartas-diário, pela Condessa de Barral, ao se referir ao imperador D. Pedro II - como se observa em (01) -, e entre os amigos baianos Rui Barbosa e José Marcelino (senador e governador da Bahia), em cartas pessoais trocadas em 1904 e 1906² - respectivamente, em (02) e (03) (MENON, 2006) - já não seriam indícios do acelerado processo de dessemantização sofrido pelo **Você** a assumir, no Brasil, o inovador domínio da solidariedade? Como depreender o uso linguístico mais informal dessa elite letrada brasileira em sincronias passadas do PB a partir da produção escrita de uma pequena parte da população brasileira socialmente privilegiada que não teve uma produção escrita regular? O que teria motivado o Imperador D. Pedro II a tratar a amiga Condessa de Barral, mulher da elite brasileira, com o inovador **Você**? E o que teria movido a Condessa de Barral a retribuir tal tratamento íntimo ao Imperador do Brasil D. Pedro II, conforme averiguado por Soto (2001, 2007)? O que teria levado a missivista mineira Maria Guilhermina Penna, casada com o ex-presidente da República Affonso Pena, a optar por tratar o filho Affonso Penna Júnior, como se observa em (04), por **Você**, sobretudo, ao atingir a velhice (PEREIRA, 2012)? O que teria impulsionado a Vovó Bárbara Ottoni - redatora mediana nos termos de Barbosa (2005) - a também preferir, no Brasil de fins do século XIX, o **Você** para fazer referência aos seus netos, como se verifica em (05)?

² Segundo Menon (2006), a carta de José Marcelino para Rui Barbosa é de 27.06.1904 e a carta de Rui Barbosa retribuída a José Marcelino é de 12.10.1906.

- (1) Excertos de **Cartas da Condessa de Barral** e do Imperador **D. Pedro II**, em **1869**:
“**Condessa de Barral**: Eu fiquei tão contente que nem sei como pude descer a escada do colégio. Meu pensamento foi de Montmartre ao Brasil e **V.** havia de sentir o fluido pelo seu coração.”
Imperador D. Pedro II: “Ah! se senti! **Você** sabe que bem lhe quero!”
Condessa de Barral: “Ah! Se sei!” (SOTO, 2007, p.159).
- (2) Carta de José Marcelino, em 27 de junho de 1904:
“**José Marcelino a Rui Barbosa**: Caro colega e amigo Rui Barbosa. [...] Conhece **V.** a rica e vasta região dos Lençóis e os interesses de ordem pública, a que a administração tem de atender, ali, onde são frequentes as perturbações. [...] Conhece **V.** melhor que eu a questão da propriedade dos terrenos de marinha e das minas [...] e perante o Congresso e o Govêrno Federal a Bahia entrega-se a **V.** e a todos os seus representantes, dos quais deve **V.** ser o centro de ação por todos os titulos.” (MENON, 2006, p.153).
- (3) Carta de Rui Barbosa, em 12 de outubro de 1906:
“**Rui Barbosa a José Marcelino**: Felizmente recebi do Severino, ontem, um telegrama, onde me diz: ‘Louvo-me no seu pensar e sentir; sou solidário seu modo de agir’; e **V.** mesmo termina o seu com estas palavras: ‘Resolva o que seu espírito esclarecido, criterioso e experimentado lhe ditar [...]’ (MENON, 2006, p.153).
- (4) Carta de Maria Guilhermina Penna a Affonso Penna Júnior, em 01 de março de 1909:
“**Você** tem recebido 20 volumes que o Mordomo mandou? Escrevi uma carta de 4 paginas e **você** diz que não recebeu, não gostei nada d’isso. [...] Pela semana Santa **você** poderia vir nos visitar; e trazer ao menos o Helvecio Sim? Tenho muitas saudades delle e da Eunice. Faço ideia como estarão engraçadinhos.” (PEREIRA, 2012, p.108).
- (5) Carta 41 da avó Barbara Ottoni ao neto Mizael, em fins do século XIX:
“A 12 escrevi a Christiano e hoje a **voce**. Estimei muito as boas noticias que tive que **voce** está muito estudiozo e que está muito adiantado. Continue para nos dar muito gosto e a sua Mae aquem **abraçarás** por mim. Aqui é uma monotonia, que so seouve abulha do Rio, que fas um atordoamento, que é pior do que o silencio. Teabraça e a Christiano Sua Avo e Amiga. Barbara.” (LOPES; MACHADO, 2005, p.53).

A complexidade dos usos tratamentais, como se sabe, não se limita ao valor semântico-social que uma determinada forma de tratamento carrega em si, mas aos valores que os falantes podem atribuir a elas, nas diferentes situações comunicativas que, por si sós, são também complexas. Ao mesmo tempo em que **Você** é utilizado pela elite, em cartas do então imperador D. Pedro II, aparece, no mesmo século, generalizado no uso doméstico nas cartas da vovó Bárbara

Otoni (LOPES; MACHADO, 2005). O que alguns trabalhos sobre o tema (LOPES; DUARTE, 2003; RUMEU, 2004; BARCIA, 2006; MACHADO, 2006; MARCOTULIO, 2008) têm mostrado é que, a partir do século XVIII, a forma vulgar **Você** torna-se produtiva nas relações assimétricas descendentes de **superior para inferior**, podendo até assumir, em algumas situações sócio-pragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição à sua contraparte desenvolvida **Vossa Mercê**. Por outro lado, no Brasil do século XIX, a concorrência passa a ser maior entre **Tu** e **Você** em relações solidárias mais íntimas, não sendo tal estratégia negativamente marcada. Essa aparente contradição advém da própria origem e do processo de mudança³ de **Vossa Mercê**>**Você**, na medida em que passou a apresentar divergência gradativa do tratamento-fonte (**Vossa Mercê**) e passou a concorrer com o solidário **Tu** nos mesmos contextos funcionais. Do “tratamento nominal abstrato”⁴ (**Vossa Mercê**), nos termos de Koch (2008, p.59), herdou o caráter indireto, por isso seria menos invasivo, menos “ameaçante ao interlocutor” e, dessa forma, funcionou como a estratégia preferida pelas mulheres na sociedade brasileira do século XIX (LOPES; MACHADO, 2005; SOTO, 2001; RUMEU, 2008; PEREIRA, 2012).

Partindo-se do pressuposto de que o **Você** é uma forma que surgiu posteriormente a **Tu** e que com ele compete no PB como uma forma menos invasiva, propõem-se as seguintes questões: (1^a) a variável **gênero (sexo)** poderia representar um fator de progressão (avanço) ou de regressão (retrocesso) na direção da implementação de uma nova variante (**Você**) no sistema pronominal?; (2^a) a opção por **Tu** ou por **Você** estaria correlacionada com o **papel social** assumido por **homens** e **mulheres** na realidade sócio-histórica e linguística do PB oitocentista e novecentista?; (3^a) as mulheres da família Pedreira Ferraz-Magalhães, ao preferirem o inovador **Você**, poderiam ser consideradas **inovadoras**, conforme previa Labov (1990)?

Considerando os resultados de outros estudos sobre o tema na tentativa de apreender **como e quando** o **Você** suplanta o **Tu** no PB, postula-se que, em fins do século XIX e no século XX, o **Você** ainda conserve uma relativa formalidade, mas se manifeste, por outro lado, em alternância com o **Tu**. Em outras palavras, entende-se que ainda que o **Você** viesse sendo empregado, desde o século XIX, como forma de tratamento da elite brasileira, representada pelo imperador Dr. Pedro II e pela condessa de Barral (SOTO, 2001, 2007), e pela esposa do Presidente da República Brasileira⁵, Maria Guilhermina Penna (PEREIRA, 2012), já se mostrava

³ Trata-se de um caso de gramaticalização já discutido em outros trabalhos tais como os de Lopes e Duarte (2003), Rumeu (2004), Barcia (2006) e Machado (2006).

⁴ “O tratamento abstrato se compõe de um adjetivo possessivo (que se refere ao interlocutor) e de um substantivo abstrato (que indica uma qualidade ou uma posição social atribuída ao interlocutor.” (KOCH, 2008, p.59-60).

⁵ Affonso Penna foi Presidente da República Brasileira, aos 59 anos, no alvorecer do século XX, mais especificamente em 1906.

generalizado no uso doméstico dos Ottoni (LOPES; MACHADO, 2005). Acrescente-se o fato de ser a mulher da família Ottoni (*Bárbara Ottoni*) a responsável pelo emprego de tal inovação linguística na intimidade da relação entre avó-netos (crianças) e mãe-filha. Partindo dessas observações, busca-se, neste estudo, testar a hipótese Laboviana (LABOV, 1990) de que as mulheres tendem a alavancar os processos de mudança linguística, sendo assim consideradas **inovadoras**.

Acompanha-se a produção escrita da família Pedreira Ferraz-Magalhães basicamente em três gerações⁶. A primeira geração é a do Dr. Pedreira (patriarca da família), que escreve aos filhos e aos netos no contexto histórico-social da corte carioca em fins do século XIX. A segunda geração é a de Zélia (filha do Dr. Pedreira e matriarca da família) que escreve aos seus filhos em inícios do século XX. A terceira geração é a dos filhos de Zélia (netos do Dr. Pedreira), que trocaram correspondências entre si, no interior dos conventos do Brasil e do exterior, no decorrer da primeira metade do século XX. Destaque-se que, com base na produção escrita desses informantes cujos perfis sociais – origem (**nacionalidade** e **naturalidade**), filiação, idade, gênero (sexo), nível de escolaridade, representação social – foram identificados, seja possível entrever as redes de relações sociais tecidas entre brasileiros que nasceram e viveram no Brasil imperial e republicano. Assumindo o objetivo de vislumbrar a expressão da escrita informal de fato praticada por escreventes letrados, pertencentes a uma abastada e conservadora família rigidamente vinculada aos valores do catolicismo cristão, pretende-se, através da proposta de confecção de um estudo de painel (*panel study*), pensado por Labov (1994), depreender especificamente o comportamento linguístico dos membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães em relação as suas escolhas tratamentais, em fins do século XIX, assim como na primeira metade do século XX.

Este texto está assim estruturado: nas considerações iniciais, apresentam-se as diretrizes e questões norteadoras da investigação e a hipótese que a conduz. Em seguida, caracterizam-se os *corpora* diacrônicos (cartas familiares dos Pedreira Ferraz-Magalhães) que subsidiam o estudo de painel voltado para a diacronia do PB. Na próxima seção, esclarecem-se os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam esta análise linguística à luz da **Teoria da Variação** de orientação laboviana, assim como se comentam alguns resultados de trabalhos de base sociolinguística nos quais o **gênero** se mostrou uma categoria social importante para a compreensão da natureza de fenômenos variáveis nas línguas humanas. Na sequência, passa-se não só à apresentação dos resultados do estudo de painel dos missivistas (*panel study*) (LABOV, 1994), desenvolvendo a discussão sobre a função da categoria social **gênero**, mas também à discussão dos resultados

⁶ Rumeu (2008) dispôs, à comunidade acadêmica, a edição diplomático-interpretativa de cento e setenta cartas familiares produzidas por “**mãos**” legitimamente brasileiras, representadas pelos Pedreira Ferraz-Magalhães.

da análise variacionista das formas **Tu** e **Você**, em cartas familiares e amorosas produzidas por brasileiros da família Penna, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, tecida por Pereira (2012). Por fim, chega-se às considerações finais acerca da relevância da categoria social **gênero** para a análise da variação **Tu/Você** nas realidades oitocentista e novecentista do PB.

As cartas dos Pedreira Ferraz-Magalhães: uma família brasileira culta no alvorecer do século XX

A edição de *corpora* representativos da modalidade do português desenvolvida em **terras d'aquém mar** se justifica pelo objetivo/intuito de subsidiar análises linguísticas confiáveis em relação à realização objetiva da norma culta escrita do português do Brasil que, segundo Pagotto (1999), foi habilmente fixada “à imagem e semelhança” do português europeu (doravante PE) e amparada pela força do discurso científico, no Brasil do século XIX. Acredita-se que se esteja ampliando a perspectiva de análise adotada por Rumeu (2004), que editou, naquele momento, *corpora* representativos da escrita culta da língua portuguesa **no** Brasil (português **no** Brasil). Em tal edição de cartas da administração pública e privada, produzidas na realidade sócio-histórica do Brasil setecentista e oitocentista, não se dispunha de informações acerca da origem de todos os missivistas (**brasileiros** ou **portugueses**), por isso tais amostras de textos foram consideradas representativas do português **no** Brasil dos séculos XVIII e XIX e não, do português **do** Brasil. A base deste estudo está alicerçada em um maior grau de refinamento da amostra constituída pela edição diplomático-interpretativa, com fac-símile de cento e setenta missivas redigidas por informantes seguramente identificados em relação à sua origem brasileira e ao seu nível de escolaridade (**culto**).

O conceito de “**culto**” para o período precisa ser redefinido. Consideram-se como **cultos** não só os missivistas que estudaram, dedicaram-se à vida religiosa como padres e se tornaram bacharéis (João Pedreira do Couto Ferraz, Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, Fernando Pedreira de Abreu Magalhães, Jerônimo Pedreira de Abreu Magalhães – Pe. Jerônimo), mas também as filhas do casal Zélia Pedreira de Abreu Magalhães e Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, que só se dedicaram à vida religiosa no interior dos conventos (Maria Bárbara, Maria Elisa, Maria Joana, Maria Leonor e Maria Rosa). Apesar de não haver indícios de que essas mulheres religiosas tenham chegado a concluir um curso superior, é possível assumi-las como informantes cultas do PB devido à “bagagem intelectual” que adquiriram por terem nascido no seio de uma abastada família brasileira oitocentista. No aconchego do lar da família Pedreira Ferraz-Magalhães, valorizava-se o ensino de línguas (**inglês**), das ciências, da música, da literatura,

conforme Castro (1960), difundindo-se, pois, a **cultura** num sentido mais amplo. Além disso, acrescenta-se o fato de os nove filhos de Zélia (a matriarca da família Pedreira Ferraz-Magalhães), que seguiram a vida religiosa em distintos conventos do Brasil, além de outras atividades exercidas nas respectivas instituições a que pertenciam, terem se envolvido com o ensino dos jovens, segundo Castro (1960).

As missivas pessoais trocadas entre os membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães expõem a intimidade de brasileiros letrados em intercâmbios comunicativos de informalidade caracterizados pela aproximação afetiva entre o remetente e o destinatário. Entende-se que os textos de circulação privada, segundo Barbosa (1999), tais como as **cartas pessoais**, apresentem-se como os mais transparentes, como os mais livres da pressão prescritivista da norma padrão, em relação à explicitação de traços linguísticos da oralidade.

Entender que a produção escrita informal (**cartas pessoais**) de doze indivíduos unidos por laços familiares e afetivos possa reproduzir, com fidedignidade, a realidade linguística de uma parcela abastada da sociedade brasileira oitocentista e novecentista pode parecer um projeto muito audacioso. Nesse sentido, Silva (1992), ao se referir aos estudos sociolinguísticos com amostras de língua oral (DUARTE, 1995), esclarece e acalma o linguista-pesquisador que se volta para realidades linguísticas pretéritas a fim de estudar uma dada comunidade linguística com base **apenas** na produção escrita de **alguns** informantes dela tomados como representantes.

Felizmente a língua é uma propriedade humana relativamente homogênea, entre outros motivos porque, para haver comunicação, é imprescindível que todos tenham acesso pelo menos ao âmago da língua de sua comunidade. Se algum excêntrico resolvesse criar expressões próprias, seria dificilmente compreendido, e essas expressões seriam eliminadas por seleção natural. (SILVA, G., 1992, p.103).

O intuito de tentar captar aspectos da oralidade de informantes cultos, a partir da sua expressão escrita informal, nos séculos XIX e XX, atormenta o linguista-pesquisador com a seguinte preocupação: será mesmo possível detectar, em sincronias passadas, traços da oralidade com base na análise da produção escrita de indivíduos letrados? Segundo Aguillar (1998), há a possibilidade de entrever o oral através da escrita, porém, há de se atentar para o fato de que hábitos de escrita também podem transparecer na produção, misturando-se, pois, com os indícios da língua oral.

A presença do oral na escrita é negável, se intui, e às vezes é possível inclusive demonstrar-se: mas todo discurso é misto, impuro e do mesmo modo que a oralidade pode impregnar certos tipos de escrita, também

as práticas de escrita podem infiltrar-se na oralidade.⁷ (AGUILLAR, 1998, p.239-240, tradução nossa).

A perspectiva que embasa o estudo linguístico a partir de **cartas pessoais** é a de que o caráter informal de tais textos evidencie uma produção escrita menos “cuidada” à luz da **norma subjetiva**⁸ (CUNHA, 1985). Porém, consciente da inquietação que cerca o trabalho com textos escritos a fim de vislumbrar o oral, cabe cercar-se de cuidados em relação à constituição de um conjunto de textos que se aproxime da espontaneidade da fala e que esteja criteriosamente organizado em relação à identificação do perfil sócio-histórico dos remetentes e dos destinatários das missivas. Acredita-se que o elevado nível de escolaridade dos informantes possa ofuscar, mesmo que na informalidade das suas **cartas pessoais**, traços da oralidade do português, o que reconduz o foco desta análise não para a busca do oral através da escrita, mas para a caracterização da produção escrita informal de indivíduos letrados no Brasil dos séculos XIX e XX.

Movidos pela intimidade dos temas tratados, conforme se observa nos trechos em análise de (06) a (08), os informantes da família Pedreira Ferraz-Magalhães podem evidenciar as escolhas tratamentais feitas no período. Reconhece-se, a partir da leitura dessas missivas familiares, produzidas entre os anos de 1877 e 1948, a história da vida privada de uma família brasileira nascida no Rio de Janeiro que circulou da capital carioca para o interior e por outros espaços sócio-geográficos dentro e fora do Brasil. Uma família religiosa que, apesar dos deslocamentos advindos da pressão social da vida adulta, manteve-se unida pelas cartas ativas e passivas trocadas entre seus membros ao longo das suas vidas. Com base nessas amostras, é possível detectar as redes sócio-familiares das quais participavam seus membros, o comportamento sociolinguístico de uma família cristã na Corte carioca e, ainda, o perfil sociocultural da mulher, sobretudo a mulher religiosa, no início do período republicano do Brasil em transformação.

- (6) Carta de João Pedreira do Couto Ferraz, com 51 anos, a sua filha Zélia, com 20 anos: *“Tal é o consaço, que me accomette, que devera já estar deitado afim de [ver] si concilio osonno e mesmo porque as 2 horas de amanha pela manhã devo estar já de pé tomando algum alimento e logo apoz descendo a serra da Tijuca, porem **o desejo de escrever-te e fingir que estou conversando contigo** são incentivos mais poderosos de que os meios hygienicos para eu não passar tão mal.”* (Rio de Janeiro, 11.08.1877).

⁷ “La presencia de lo oral en lo escrito es innegable, se intuye, y a veces puede incluso demostrarse: pero, todo discurso es mixto, impuro, y del mismo modo que la oralidad puede impregnar ciertos tipos de escritura, también los modos escriturarios pueden infiltrarse en la oralidad.” (AGUILLAR, 1998, p.239-240.)

⁸ Segundo Celso Cunha (1985, p.52), “[...] a palavra norma costuma ser empregada em dois sentidos bem distintos: um, correspondente a uma situação objetiva e estatística, fruto da observação; outro, relacionado com uma atitude subjetiva, envolvendo um sistema de valores.”

- (7) Carta de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, com 46 anos, ao seu filho Jerônimo, com 16 anos. Fazenda Santa Fé:
“(…) *Conhecimento profundo do latim é um instrumento precioso para outros mais altos conhecimentos – Mas é tarde **Terei mais ocasiões de Contigo Conversar** Sé feliz no santo temor de Deus. Meus respeitosos cumprimentos a meo Compadre o Senhor Padre Superior e a teus mestres e aceita a benção de teo Pae e amigo Jeronymo*” (Rio de Janeiro, 19.07.1897).
- (8) Carta de Maria Rosa, com 70 anos, ao irmão Pe. Jerônimo, com 67 anos:
“*Pasei a manhã muito agradável **escrevendo a Você parece que estavas aqui.***” (La Plata, 01.02.1948).

Acredita-se que as cartas produzidas pela família Pedreira Ferraz-Magalhães, representantes de uma amostra criteriosamente organizada, possa subsidiar estudos sociolinguísticos acerca da produção escrita de brasileiros letrados que viveram em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Pressupostos teórico-metodológicos: a mudança linguística sob o enfoque dos pressupostos variacionistas

A intrigante contradição do Estruturalismo Saussureano é a ideia de que, para dar conta da configuração estrutural da língua, é legítima a concepção de língua como um **sistema homogêneo**, como o **domínio da invariância**, que exclui a extensão **sócio-histórica** da análise linguística. Essa incongruência da teorização de Saussure se revela através do **Paradoxo Saussureano**: como admitir que, para entender o funcionamento interno da língua (*langue*), deva-se atentar para a expressão do discurso de um único indivíduo (*parole*) que, por sua vez, somente pode se dar numa situação de interação comunicativa, em um dado momento histórico-social? Sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista de orientação Laboviana, voltam-se os olhares não só para a configuração interna da língua, como previa Saussure (1969), mas também para a sua configuração social, concebendo-a como um sistema movido por uma heterogeneidade ordenada cujas manifestações linguísticas variáveis podem ser descritas e analisadas, nos seus níveis estrutural e social, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968). Visando à elucidação de incoerências, nos estudos saussureanos, entende-se que a abordagem do contexto histórico se faça necessária à reconstrução da história linguística e social, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1994), com base nas noções de variação e mudança como traços essenciais à estruturação interna das línguas.

Labov (1994) entende as noções de **variação e mudança** como movimentos constitutivos das línguas humanas, assumindo que a função da linguística histórica é a de detectar as diferenças entre o passado e o presente das línguas.

Essa detecção pode ser obstaculizada por não ser tão simples inferir quanto o passado foi diferente do presente. Trata-se do **paradoxo diacrônico** (*historical paradox*), que motivou Labov a assumir o **presente** como uma realidade linguística a partir da qual se pudesse entender o **passado** das línguas. Acredita-se que o fato de a força propulsora da **mudança linguística** ter atuado no passado legitima a sua influência sobre a realidade linguística sincrônica (atual), como reflexo do princípio norteador da mudança nas línguas humanas – *The uniformitarian principle* (LABOV, 1994).

Ao admitir que as línguas humanas sejam movidas por variação, potencial que, por sua vez, pode levá-las a uma mudança gradual e paulatina, como entender o seu funcionamento interno *pari passu* à implementação da mudança estrutural? A Sociolinguística Variacionista, à luz dos estudos de William Labov, passa a se preocupar em estudar a mudança linguística não somente quando já se efetivou na língua, mas também quando ainda está sob a progressão dinâmica da variação no sistema linguístico.

A apreensão do processo de implementação da mudança linguística envolve ainda o esclarecimento das seguintes questões teóricas pensadas por Weinreich, Labov e Herzog (1968): o problema das restrições (*constraint problem*) – a detecção dos fatores motivadores da mudança linguística; o problema da transição (*transition problem*) – a análise das etapas pelas quais a língua atravessa, de modo gradual e paulatino, ao se transformar; o problema do encaixamento (*embedding problem*) – a observação do ajuste da mudança nas matrizes linguística e social; o problema da avaliação (*evaluation problem*) – a apreciação do falante acerca da mudança linguística e de suas consequências na sua estrutura; o problema da implementação (*actuation problem*) – a percepção da instauração da mudança linguística a partir da seguinte indagação: por que um dado processo de mudança linguística se instaurou em período e espaço específicos e não em outros momentos e lugares da história da língua? É possível apreender **quem, quando e como** implementou a mudança?

A busca por compreender o processo de implementação da mudança linguística perpassa pelos estudos em **tempo aparente**, que se põem a detectar os fenômenos linguísticos variáveis nas distintas faixas etárias dos informantes como a expressão objetiva da língua, em um dado momento histórico-social. Labov (1994) discute a possibilidade de o **estudo em tempo aparente** evidenciar apenas um processo de **variação estável**. Esta seria caracterizada pela manifestação das alternâncias de usos linguísticos que se conservam a cada geração de informantes como uma evidência de um processo de **gradação etária**, não apontando, pois, para um processo de **mudança em progresso** na língua. A fim de elucidar esse impasse da análise do fenômeno linguístico como um estágio de **variação estável (gradação etária)** ou como a implementação

da **mudança linguística (mudança em progresso)**, Labov (1994) instiga a realização de estudos linguísticos que conjuguem os resultados das análises em **tempo aparente** com as evidências dos estudos em **tempo real**.

Os estudos em **tempo real** se caracterizam, conforme teoriza Labov (1994), como análises linguísticas em discretos períodos de tempo (estudos de **curta duração**) e como estudos linguísticos que envolvem dilatados lapsos de séculos (estudos de **longa duração**). Ao pensar a produtividade dos estudos linguísticos em **tempo real de curta duração**, Labov conjectura duas estratégias de apreensão da dinamicidade da variação em relação a formas linguísticas alternantes em processo de mudança linguística. São elas: o estudo de painel (*panel study*) e o de tendências (*trend study*). Enquanto este se estabelece através da comparação entre distintas amostras linguísticas de diferentes informantes pertencentes a uma mesma comunidade linguística, aquele consiste na comparação entre amostras linguísticas dos mesmos informantes em um período de tempo entre o recontato dos mesmos informantes, que Labov recomenda ser de, “[...] no mínimo, meia geração (12 anos) e, no máximo, duas gerações (cerca de 50 anos).” (LABOV, 1981, p.177 apud PAIVA; DUARTE, 2003, p.22). A confiabilidade dos estudos de painel (*panel study*) e de tendências (*trend study*) depende da rigidez dos critérios de composição da amostra de dados e dos métodos (entrevistas, questionários, tipos de textos) a serem aplicados às análises linguísticas em distintos momentos. Isso quer dizer que, tanto no recontato dos informantes (estudo de painel) quanto na análise do comportamento linguístico de distintas amostras de distintos informantes da mesma comunidade linguística (estudo de tendências), é preciso utilizar os mesmos critérios de seleção dos informantes e as mesmas condições metodológicas de constituição das amostras.

O caráter inovador deste trabalho está na confecção de um estudo de painel (*panel study*) nos moldes labovianos que se aplique à análise de sincronias passadas: **cartas pessoais oitocentistas e novecentistas**. Neste texto, o foco recairá sobre os resultados da variação **Tu e Você**, nas cartas oitocentistas e novecentistas, direcionando a reflexão para a representatividade da categoria social **gênero**. A análise da expressão (nula ou plena) das formas **Tu e Você** como sujeitos pronominais se dá com base em cento e setenta cartas familiares trocadas entre os membros de uma mesma família: a família Pedreira Ferraz-Magalhães. Trata-se de cartas seguramente produzidas por brasileiros cultos cujos perfis sociais foram levantados na íntegra por Rumeu (2008) a fim de que se possa assegurar que a **pena** com a qual se escreveram tais cartas, em fins do século XIX e na primeira metade do XX, historiou, de modo fidedigno, a face brasileira do português. A codificação e a organização dos dados foram conduzidas pelas orientações instrumentais da pesquisa sociolinguística quantitativa de base Laboviana (PAIVA; DUARTE, 2003; MOLLICA; BRAGA, 2004; GUY; ZILLES, 2007).

O fator social gênero (sexo) em processos de variação e mudança linguísticas

É interessante refletir sobre as principais constatações de alguns estudos sobre processos de variação linguística que permitem evidenciar a influência da variável **gênero (sexo)** na escolha de uma dada forma variante. Nesses estudos, confirma-se a hipótese Laboviana (LABOV, 1990) de que, nos processos de variação, as mulheres tendem a usar as formas que refletem a norma padrão, desviando-se, pois, das variantes linguísticas socialmente estigmatizadas.

Trabalhos sociolinguísticos que visam depreender a progressão da mudança linguística mostram que nem sempre é possível evidenciar uma clara polarização entre o comportamento linguístico de homens e mulheres e o uso de variantes desprestigiadas e prestigiadas. O **paradoxo do gênero**, segundo Labov (1990), estabelece-se a partir da seguinte dinâmica: em processos de variação linguística, como dito acima, as mulheres tendem a se voltar para a norma padrão, mostrando-se mais conservadoras ao evitarem a estigmatização. Inverte-se a situação em processos de mudança linguística. Nesses casos, as mulheres tendem a introduzir a forma “não padrão”, mostrando-se mais inovadoras e os homens, conservadores. No entanto, ao estudar a estratificação social do inglês de Nova York, com base na análise da realização retroflexa do [r] pós-vocálico (*card*), Labov (1966 apud PAIVA, 2004) observou que as mulheres optaram pela implementação da forma socialmente prestigiada: a pronúncia retroflexa do [r] pós-vocálico. Ao estudar a centralização de /ay/ e /aw/ em Martha’s Vineyard, Labov constata que os homens lideraram o processo de mudança, o que o levou a admitir que a distinção sexual (**gênero masculino versus gênero feminino**) está sujeita “[...] a uma postura expressiva que é socialmente mais apropriada para um sexo do que para outro.” (LABOV, 2008, p.348-349).

Redirecionando o foco para os estudos de fenômenos morfossintáticos, passa-se à exposição de resultados de análises linguísticas nas quais o **gênero** se mostrou relevante nas comunidades linguísticas de Eskilstuna (Suécia), Montreal (Canadá) e do Brasil. Laberge (1977 apud PAIVA 2004) pesquisa a alternância entre os pronomes *nous* (**nós**) e *on* (**a gente**) do francês oral de Montreal (Canadá) – *Nous allons au cinema/On va au cinema*⁹. Nesse processo de variação, as mulheres preferiram o pronome licenciado pela norma padrão, isto é, elegeram a forma socialmente prestigiada (*nous*). Ainda em relação à variação pronominal, apresentam-se os resultados de Paredes Silva (1996) sobre o emprego variável das formas **Tu** e **Você** na variedade carioca do PB falado. A autora constata que o uso do **Tu** em desarmonia sintática com o verbo na terceira pessoa do

⁹ As sentenças “*Nous allons au cinema/On va au cinema*.” podem ser entendidas, em português, da seguinte forma: “*Nós vamos ao cinema*”/“*A gente vai ao cinema*.”

singular (**Tu quer uma cerveja?**) é mais produtivo na fala dos homens cariocas, com .57 de peso relativo. As mulheres parecem ter optado por não se exporem a uma construção sintática tão seriamente rechaçada pela norma gramatical: o emprego do **Tu** sem concordância verbal. A influência da variável **gênero** também pode ser observada em um processo de mudança linguística, tal como o de concordância verbal, no qual a presença da concordância, estratégia menos marcada socialmente, é preferida pelas mulheres, como evidenciado por Naro e Scherre (2010 apud SCHERRE; YACOVENCO, 2011), ao compararem as amostras de fala do *corpus* PEUL 1980 com as do *corpus* PEUL 2000¹⁰.

Omena (1996) analisa a alternância **nós** e **a gente** como sujeito pronominal no português falado pelos cariocas. Os homens, ao optarem pelo **nós**, mostraram-se conservadores, ao passo que as mulheres, ao preferirem o **a gente**, lideraram o processo de mudança ao assumirem uma postura mais inovadora. Entretanto, não se pode afirmar com veemência que o emprego de **nós** evidencia o “**padrão**” e o **a gente**, o “**não padrão**”, pois tais formas pronominais variantes não são socialmente estigmatizadas. Acredita-se ser mais coerente, portanto, optar por tratar as formas variáveis **nós** e **a gente** como forma **conservadora**, aquela já existente na língua, e como forma **inovadora**, a que surgiu *a posteriori* no sistema linguístico. Não necessariamente as **formas conservadoras** e **inovadoras** devem estar vinculadas à norma padrão e à norma não padrão, respectivamente.

Zilles (2005) estuda a produtividade do pronome **a gente** no PB falado em Porto Alegre, entendendo-a como mudança implementada de baixo para cima (*change from below*) (LABOV, 1994). Em relação ao **gênero**, a autora constatou que as mulheres conduziram o processo de mudança, à exceção do grupo de maior nível de escolaridade, em que a distinção em relação ao **gênero** foi neutralizada. Segundo a autora, tal resultado pode sugerir o surgimento de uma avaliação social negativa da nova forma (**a gente**) em consonância com o comportamento da mulher cujo nível de escolaridade é elevado. Ainda que o **a gente** seja posterior ao **nós**, daí o seu caráter inovador, pode ter assumido, segundo a autora, uma avaliação social negativa pela camada mais escolarizada da sociedade brasileira.

Raumolin-Brunberg (2005) examina como a forma de segunda pessoa do pronome objeto *YOU* passou a ser usada na função de sujeito no inglês escrito entre os séculos XIV e XVIII (1350 – 1710). Trata-se de uma mudança morfossintática do sujeito *YE* para o *YOU*, que conviveram na produção escrita de 60% dos informantes entre os anos 1520 e 1539, considerado o rápido período de difusão das formas variantes *Ye* e *You*. O *YOU* na função de sujeito é introduzido

¹⁰ Amostras de fala gravadas pelo Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL).

no século XIV, espalhando-se a partir de 1480 e implementando-se a partir de 1560. A autora admite se tratar de uma mudança vinda de baixo em termos de consciência social (*change from below*) (LABOV, 1994) conduzida pelas mulheres no seu período de difusão.

Scherre e Yacovenço (2011) propõem duas esclarecedoras generalizações sobre o efeito do **gênero** em processos de variação e de mudança linguísticas, tomando por base a alternância **Tu/Você**; a alternância do imperativo vinculado ao indicativo (**olha, diz, vem**), do imperativo relacionado ao subjuntivo (**olhe, diga, venha**) e do fenômeno variável de concordância de 3ª pessoa verbal.

- (1) Traços linguísticos marcados, no sentido de serem menos dependentes das relações interacionais ou mais frequentes ou mais aceitos socialmente, tendem a ser favorecidos pelas mulheres: o *tu* como índice de identidade geográfica, o imperativo associado ao indicativo em contatos dialetais, a presença da concordância verbal.
Generalização: em configurações menos marcadas – e não necessariamente mais prestigiadas – as mulheres estão à frente na variação ou na mudança.
- (2) Traços linguísticos mais marcados, no sentido de serem mais dependentes das relações interacionais ou menos frequentes ou menos aceitos socialmente, tendem a ser favorecidos pelos homens: o *tu* como índice de interação solidária; o imperativo associado ao subjuntivo em contatos dialetais; a ausência de concordância verbal.
Generalização: em configurações mais marcadas – e não necessariamente menos prestigiadas – os homens estão à frente na variação ou na mudança. (SCHERRE; YACOVENÇO, 2011, p.138-139, grifo nosso).

Sundgren (2001) discute o fato de as mulheres da Eskilstuna (Suécia) empregarem mais a linguagem de prestígio que os homens. A autora defende que homens e mulheres assumem diferentes tipos de ocupação, o que pode gerar as diferenças de usos em relação à forma padrão. A mulher tem de usar as formas voltadas para a língua padrão para que o seu discurso adquira prestígio. O homem, por sua vez, não necessita usar a norma padrão para adquirir prestígio no interior da comunidade sueca de Eskilstuna. O discurso masculino é assumido como norma, ainda que essa norma nem sempre corresponda à norma padrão. O valor atribuído ao discurso masculino, a que Sundgren se refere, dialoga com a noção de **prestígio encoberto** (*covert prestige*) (LABOV, 2008). Enquanto o homem está mais propenso a se envolver em interações comunicativas em distintas esferas da sociedade, a mulher fica restrita ao exercício de atividades específicas no âmbito doméstico. Nesse sentido, a expressão linguística masculina goza de um **prestígio encoberto** no interior da comunidade linguística de Eskilstuna (Suécia).

Também em relação ao objeto de estudo desta investigação, faz-se necessário explicar o que se entende por comportamento linguístico **conservador** vs. **inovador**, além de se relativizar o conceito de “padrão” e “não padrão.” O emprego preferencial do **Tu**, estratégia de referência à segunda pessoa do discurso mais antiga no sistema pronominal do PB, proveniente do latim vulgar **Tu (nominativo)**¹¹, é entendido como um uso linguístico **conservador**. Por outro lado, a preferência pelo **Você**, estratégia pronominal inserida, gradual e paulatinamente (**Vossa Mercê** → **Você**), no sistema pronominal do PB, seria considerada como expressão de um comportamento linguístico **inovador**.

Além disso, pela produtividade de **Você** nas cartas de pessoas ilustres no século XIX, conforme discutido nas considerações iniciais deste trabalho, não se pode dizer que, no Brasil, a variante inovadora **Você** carrega um estigma social. Assim sendo, não pode ser considerada como uma variante “não padrão” *stricto sensu*, como previa Labov (1990). Faz-se necessário rediscutir esse conceito de variante “não padrão” em relação ao escopo deste trabalho. O processo gradual e paulatino de gramaticalização de **Vossa Mercê** leva ao surgimento do **Você**, que passa a ser usado no mesmo domínio funcional que o **Tu** (genuíno pronomine de segunda pessoa). O termo “não padrão” só poderia, pois, ser aplicado à forma **Você** no seguinte sentido: o **Você** é uma forma pronominal que, nascida de uma necessidade de delimitação do espaço social português através do estabelecimento de formas específicas para identificar a rígida hierarquização social portuguesa (**Vossa Mercê** para o rei português, no século XVI) é posterior ao **Tu**. O **Você** alcança o *status* de autêntico **pronome** de segunda pessoa do discurso (sujeito de referência determinada), chegando, até mesmo, a se comportar como uma estratégia de indeterminação do sujeito (sujeito de referência indeterminada ou arbitrária)¹².

Diante das considerações tecidas sobre a variável **gênero (sexo)** em função de resultados de estudos sobre fenômenos linguísticos variáveis nas comunidades linguísticas de Eskilstuna (Suécia), de Montreal (Canadá) e do Brasil, é possível admitir que as **performances** linguísticas de homens e mulheres são motivadas pelos papéis sociais que assumem num dado contexto sócio-histórico. Nesse sentido, os resultados das pesquisas sobre fenômenos linguísticos em processo de variação e mudança comungam de um aspecto em comum: as mulheres mostram-se mais sensíveis ao prestígio social atribuído às formas linguísticas. Neste estudo, a partir da produção escrita de informantes

¹¹ Segundo Maurer Jr. (apud ILARI, 2002), a segunda pessoa pronominal (singular) assumia, no latim vulgar, as seguintes formas: Nominativo: **tu**; Genitivo/Dativo: **ti/tibi**; Acusativo: **te**.

¹² Observe-se o emprego do **Você** como estratégia de indeterminação do sujeito em amostra do PB oral examinada por Duarte (1995, p.111): “Você, quando você viaja, você passa a ser turista. Então você passa a fazer coisas que você nunca faria no Brasil.”

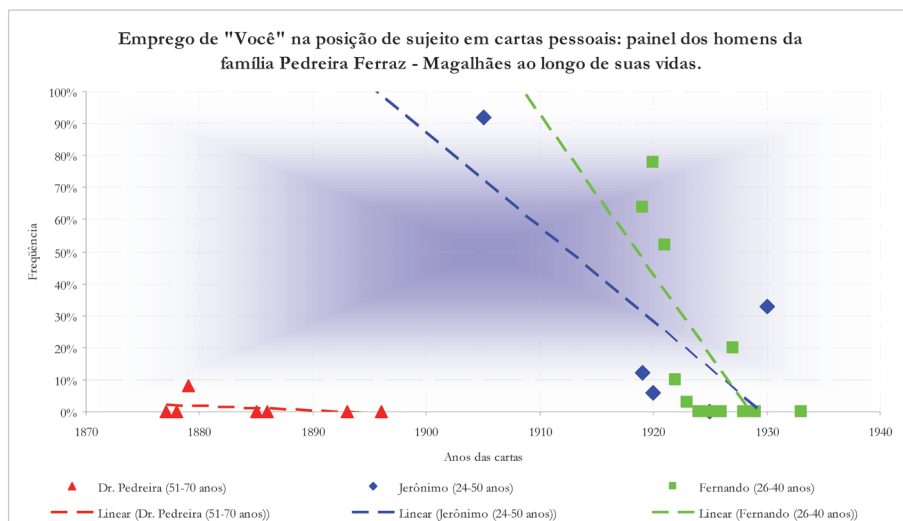
cariocas (homens e mulheres), pretende-se depreender a influência da variável **gênero** no processo de implementação do **Você** no quadro pronominal do PB oitocentista e novecentista.

Os resultados do estudo de painel voltado para a diacronia: o comportamento linguístico dos homens e das mulheres da família Pedreira Ferraz-Magalhães nas eras oitocentista e novecentista do português

Considerando que este estudo visa à depreensão da variação entre as formas **Tu** e **Você** como estratégias de referência ao interlocutor e à compreensão do processo de inserção do **Você** no quadro pronominal do PB, entende-se que se faça necessário focar o comportamento linguístico do indivíduo em distintos momentos da sua trajetória de vida, visando detectar a progressão da mudança linguística.

O estudo de painel dos missivistas do gênero masculino Dr. Pedreira, Fernando e Jerônimo os evidenciou como informantes que selecionaram o **Tu** pronominal para a referência ao sujeito de segunda pessoa do discurso, como é possível observar no gráfico 01.

Gráfico 1 – Emprego de “Você” na posição de sujeito em cartas pessoais: painel dos homens da família Pedreira Ferraz-Magalhães ao longo de suas vidas



Fonte: Elaboração própria.

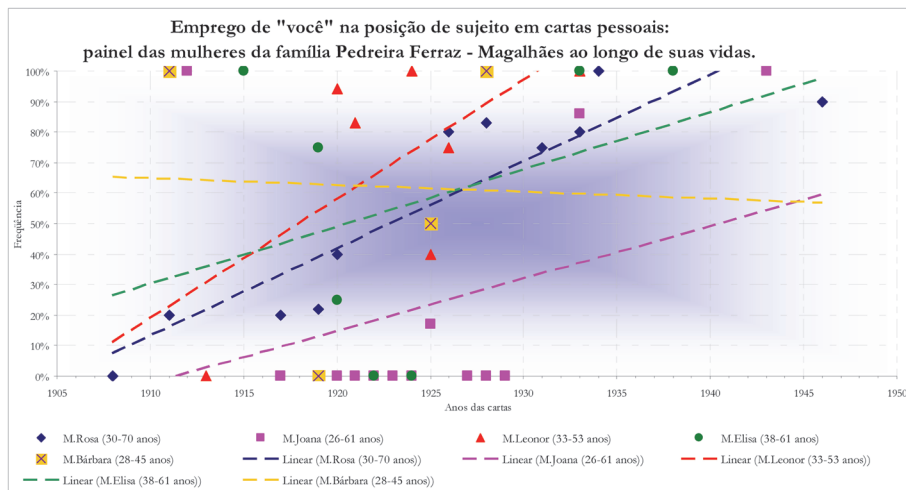
A análise do comportamento dos **homens** da família Pedreira Ferraz-Magalhães, com base na dispersão expressa no gráfico 01, evidencia uma maior produtividade de **Você** entre os anos de 1900 e 1920 nas cartas dos dois mais jovens. Nesse período, os irmãos Fernando e Pe. Jerônimo, que, na maior parte das vezes, preferiram o **Tu** em suas missivas, mostraram-se, quando jovens, mais propensos a empregar o **Você**, como se observa em (09) e (11). O idoso Dr. Pedreira, com um baixíssimo nível de aplicação do **Você** nas suas cartas, mostrou-se, em fins do XIX, propenso a deter o avanço da direção histórica da mudança linguística que, por sua vez, sugere a inserção do **Você** como um pronome de segunda pessoa do discurso, como se constata em (09). A linha descendente delineada no gráfico de dispersão aponta para a diminuição do uso de **Você** nos anos 20-30 entre os homens dos Pedreira Ferraz-Magalhães.

- (9) Carta do Dr. Pedreira, com 51 anos, missivista IDOSO, a filha Zélia, com 20 anos: *“Escrevo te para contar te que fiz bôa viagem e achei todos com saúde, tendo noticias do Zuzú. Bem desejo que **continues** a passar bem de tua dupla existencia, referindo me ao teu marido e tríplice pelo fructo abençoado e proximo do teu feliz consorcio. [...] Convem que Vocês d’ahi escrevão cartas a elle comprimentando pelo seu anniversario.”* (Rio de Janeiro, 05.02.1877).
- (10) Carta de Jerônimo, com 24 anos, missivista JOVEM, ao irmão Fernando, com 12 anos: *“Que alegria quando eu voltar Padre para o Brasil, não é? Mamãe, Papae Pedreira, todos ficarão contentísimos, não **achas**? Eu penso que **você** deve ajudar minha 1ª Missa junto com Bebê.”* (Paris, 15.10.1905).
- (11) Carta de Fernando, com 26 anos, missivista JOVEM, ao irmão Jerônimo, com 38 anos: *“[...] Soube por meio de tia Mimi, residente por algum tempo aqui em Friburgo, que **você** virá para as ferias.”* (Rio de Janeiro, Friburgo, 06.11.1919).

O Dr. Pedreira mostrou, em um intervalo temporal de dezenove anos, um comportamento linguístico **estável** voltado para a preferência pelo **Tu** pronominal, ao fazer referência aos filhos. Seguindo esse comportamento linguístico, vêm os seus netos, os informantes Fernando e Pe. Jerônimo que, em lapsos temporais de quatorze e vinte e seis anos, respectivamente, demonstraram **estabilidade** linguística no que se refere ao uso das formas **Tu** e **Você** para tratar os irmãos. Ao preferirem o **Tu**, na fase adulta, os homens da família Pedreira Ferraz-Magalhães sugerem um movimento voltado para a retenção da direção histórica da mudança linguística com o menor emprego do inovador **Você** nas missivas em análise.

O gráfico de dispersão relativo às mulheres da mesma família Pedreira Ferraz-Magalhães projeta comportamento oposto: ascendência contínua do traçado relativo à forma **Você** entre os anos de 1925 a 1945.

Gráfico 2 – Emprego de “Você” na posição de sujeito em cartas pessoais: painel das mulheres da família Pedreira Ferraz-Magalhães ao longo de suas vidas



Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise do gráfico 02, observa-se que a produtividade variável do *Você* como sujeito de segunda pessoa do discurso parece sinalizar que a sua implementação se deu, de modo mais transparente, a partir do segundo quartel do século XX (entre os anos 20 e 30), nas cartas pessoais femininas dos Pedreira Ferraz-Magalhães. Com relação ao encaixamento dessa mudança linguística em progresso na matriz social (*embedding problem*), entende-se que as **mulheres** parecem ter impulsionado o processo de mudança em progresso na língua, ao elegerem o **Você** como estratégia de referência ao interlocutor no PB.

Há de se considerar, contudo, um comportamento diferenciado entre as mulheres da família. Verificou-se que quatro delas mostraram-se **instáveis** (Maria Bárbara, Maria Elisa, Maria Joana e Maria Rosa) e somente uma mulher mostrou-se **estável** (Maria Leonor) no que se refere ao emprego das formas **Tu** e **Você**. Em relação ao grupo de mulheres **instáveis**, constatou-se que duas delas preferiram o inovador **Você** (Maria Bárbara e Maria Rosa) e as outras duas adotaram o conservador **Tu** (Maria Joana e Maria Elisa) nas cartas em análise. A informante Maria Leonor, por sua vez, delineou uma curva de **estabilidade** em relação a sua preferência pelo inovador **Você**. As mulheres Maria Bárbara, Maria Rosa e Maria Leonor, ao elegerem o **Você** para se referirem aos irmãos, parecem se conduzir a favor da direção histórica da mudança linguística: a implementação do **Você** no quadro pronominal do PB.

Uma visão panorâmica do comportamento das mulheres no decorrer de suas vidas, conforme o gráfico 02, evidencia o período dos anos 30 do século XX como o momento em que as informantes idosas Maria Elisa, Maria Joana, Maria Leonor e Maria Rosa alavancam o emprego do **Você** nas cartas em análise, como se constata de (12) a (18). A adulta Maria Bárbara, entre os anos 25 e 30 do século XX, prefere o **Você** para tratar os irmãos na intimidade das cartas em análise, como se nota em (12). Na verdade, observa-se que as jovens Bárbara e Joana utilizam categoricamente o **Você**, ao se referirem aos irmãos, como se verifica em (13) e (14). Na fase adulta, percebe-se que tais informantes oscilam entre o **Tu** e o **Você**, ao passo que, na velhice, Maria Elisa, Maria Joana, Maria Leonor e Maria Rosa voltam-se ao uso do **Você**, como se nota de (15) a (18).

- (12) Carta de Maria Bárbara, com 43 anos, missivista ADULTA, ao irmão:
“Não vale a pena eu escrever ao Senhor Padre Yábar, pois elle disse-me que está prompto para escrever o que **você** quizer, **você** é que deve escrever-lhe dizendo o que quer (ou sobre o que quer que elle escreva, sua direção é Igreja do Bom Pastor.” (São Paulo, 19.04.1926).
- (13) Carta de Maria Bárbara, com 28 anos, missivista JOVEM, ao irmão Jerônimo, com 30 anos:
“Temos a mesma missão querido Irmão a de salvar almas eu aqui dentro de meu amado claustro e **você** pelo mundo inteiro aonde a obediencia lhe mandar, que missão tão sublime!!! não é? [...] Soube que tem tenção de pedir para mudar de casa ~~pela~~ por te achar peor dos ouvidos; se quer meu parecer, não pessa isto pois o melhor é nada pedir e nada recusar;” (São Paulo, 25.06.1911).
- (14) Carta de Maria Joana, com 26 anos, missivista JOVEM, ao irmão, em 16 de janeiro de 1912:
“Então, como se decidiu logo a sua partida! irá até ao Pará? Eu escrevo a Isa, pelas Irmãs nossas que vão no mesmo vapor que **Você** e das quaes uma vae até ao Pará. Peça a Nosso Senhor que **Você** faça muito boa viagem ... poderá celebrar a bordo?”
- (15) Carta de Maria Elisa, com 56 anos, missivista IDOSA, a Jerônimo, com 52 anos:
“[espaço] Adeus, meu Jeronymo; [espaço] A Superiora da Santa Casa não é Almeida Magalhães como lhe disse em minha ultima carta; é Magalhães Barbalho, conhecida em Barbacena por [Irmã] Helena. Quando me escrever diga-me si **Você** a conhece, sim? e mande-lhe um pequeno conforto na cruz que carrega;” (Rio de Janeiro, Friburgo, 07.02.1933).
- (16) Carta de Maria Joana, com 60 anos, missivista IDOSA, ao irmão Pe. Jerônimo, com 65 anos:
“Bem, meu irmão, gostaria que **Você** me escrevesse 1 vez por mês, agora que o podemos fazer confidencialmente, aceita?” – Qualquer coisa a Provincial resolva sobre mim, **Você** saberá logo.” (Bahia, 18.08.1946).

- (17) Carta de Maria Leonor, com 53 anos, missivista IDOSA, a irmã Maria Elisa, com 56 anos:
“Eu vou indo, bastante constipada, é coisa passageira. Á Reverenda Madre Provincial tem vindo me ver. Que contente em **Você** estar em Nova Friburgo e Nenê estará em São Paulo?” (Tamarineira, Pernambuco, 07.03.1933).
- (18) Carta de Maria Rosa, com 70 anos, missivista IDOSA, ao irmão Jerônimo, com 67 anos:
“Já chegou o Padre Ceriale perguntou por **Você** Nossa Madre te manda lembranças o mesmo Irmã Maria Rosa - e Irmã Maria Agustinha, (a do gallinheiro) Quando acabaram as hostias que **Você** consagrou, não pude deixar de chorar - por ahi **Você** vê minha amizade por meu irmão. Recebe lembranças de Don Oreste Dona Augusta e do pobre quintero Don Juan. Quando visite o tumulo de nossa santa mãe não te esqueças de pedir pelas minhas intenções.” (La Plata, 01.02.1948).

Embora a forma **Você** represente a forma “invasora”, “inovadora” que passa a concorrer com o **Tu** no quadro pronominal do PB, é uma forma de prestígio, deixando de figurar, no Novecentos, como uma forma exclusiva da elite tratar a própria elite - conforme Soto (2001, 2007), Lopes e Machado (2005), Rumeu (2008), Lopes et al. (2009) e Pereira (2012) -, espalhando o seu campo funcional por toda a comunidade linguística, desvinculada de estigmatização social.

A variação ‘Tu’/‘Você’ na Família Penna nas eras oitocentista e novecentista do português

As considerações acerca da variação entre as formas **Tu** e **Você** tecidas por Pereira (2012), com base na análise de cartas amorosas e familiares da família Penna, dialogam com os resultados obtidos por Rumeu (2008) para a família Pedreira Ferraz-Magalhães. A família Penna é proveniente de Minas Gerais (mais especificamente das cidades de Santa Bárbara, Sabará e Barão dos Coxaes), mas se fixou no Rio de Janeiro. Dentre as cento e quarenta e nove cartas analisadas por Pereira (2012), oitenta e sete delas são cartas familiares, direcionadas a Affonso Penna Jr. por Affonso Penna (pai), por Álvaro Penna, por Edmundo Veiga, por Manuel Penna (tio), por Maria Guilhermina Penna (mãe) e sessenta e duas delas são cartas amorosas, trocadas entre os casais Afonso Penna e Maria Guilhermina Penna e Affonso Penna Júnior e Marieta Penna. Os subgêneros textuais cartas amorosas e cartas familiares se mostraram significativos para a compreensão da variação entre as formas **Tu** e **Você**, em fins do XIX e no século XX. Enquanto, nessas missivas, observa-se a expressão de um processo de variação estável entre as formas relacionadas a **Tu** (P2) e a **Você** (P3), com índices percentuais de 59% e 41%, respectivamente, naquelas, o

Tu prevalece sobre o **Você**¹³ com um índice percentual de 95%. Como legítimos representantes da família mineira, os Penna representam o subsistema **tu ~ você**, em consonância com a descrição proposta por Scherre et al (2009)¹⁴, distanciando-se da realidade contemporânea de Minas Gerais na qual o **Você** e variações (**ocê, cê**) prevalecem hoje em dia.

Ao contrapor o comportamento linguístico dos homens ao das mulheres da família Penna em relação à produtividade de **Tu** e **Você** na posição de sujeito, Pereira (2012) constata que os homens (Alvaro e Manuel) preferiram quase categoricamente o **Tu** e os missivistas (Edmundo e Afonso) que preferiram o **Você**, fizeram-no, assim como Alvaro e Manuel, como forma de mitigar assuntos ameaçadores à face do interlocutor. Assim sendo, a autora assume que o **Você** é produtivo em contextos cuja motivação é pragmática, como se observa de (19) a (23), a partir de uma ordem consubstanciada em um pedido.

- (19) Carta de Manuel Penna a Affonso Penna Júnior, em 05 de novembro de 1906:
“Podia também escrever a seo Pae, e Dr João Pinheiro porem entendo não ve necessario só basta que **você** si interessou. Como sabes para a reorganização da Fabrica é necessaria a mia efficaz intervenção”.
- (20) Carta de Manuel Penna a Affonso Penna Júnior, em 24 de agosto de 1909:
“(…) não tenhas mandado o que me dissesstes doaria a Camara para ser collocada no lugar de honra seria bom que no dia 7, **voce** vissi e não podendo talvez o Amarello com algum companheiro que [*pudessi*] discursar e fazer propaganda eu mandaria a condução.”
- (21) Carta de Edmundo Veiga a Affonso Penna Júnior, em 19 de maio de 1911:
“Irmão amigo, Estão feitas as transferencias das acções da Mercantil para seu nome, podendo **Você** fazer a entrada do dinheiro ahi (refiro-me á 5ª chamada), pedindo ao José Pedro que comunique ao Banco o pagamento feito.”
- (22) Carta de Affonso Penna a Affonso Penna Júnior, em 13 de março de 1907:
“Qualquer dia destes enviarei procuração para **Você** me representar na reunião de credores do Mingo.”

¹³ Tal fato dialoga com as considerações do trabalho de Lopes, Marcotulio e Rumeu (2011) acerca da variação entre as formas **Tu** e **Você** em bilhetes amorosos, a partir do qual se observou que o **Tu** se fazia mais produtivo nos bilhetes trocados entre a missivista e o amante, ao passo que o **Você** foi a estratégia preferida pela informante, ao se dirigir ao marido no PB escrito de inícios do século XX.

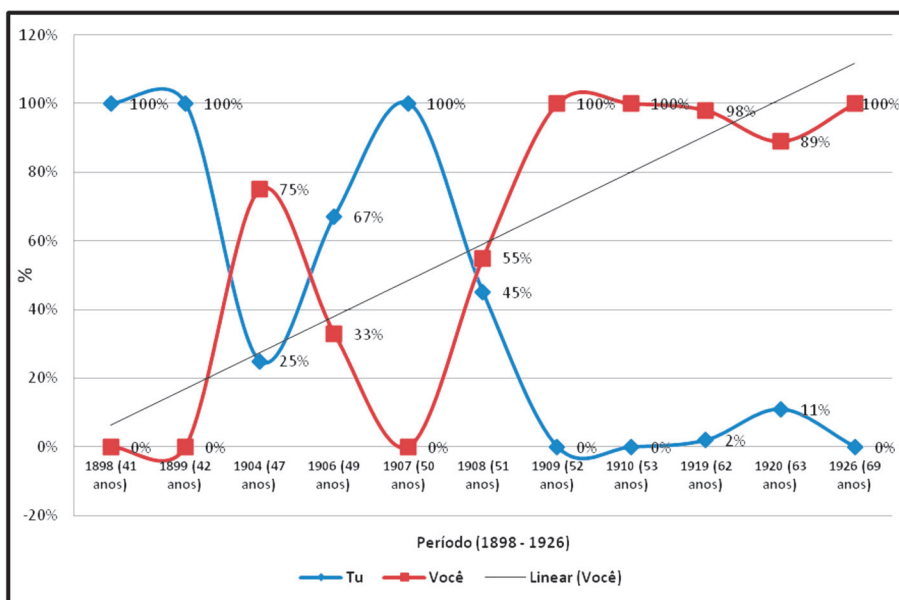
¹⁴ Scherre et al. (2009) correlacionam as formas pronominais **Tu** e **Você** com os padrões verbais de concordância (2ª e 3ª pessoas do discurso), chegando a compor um quadro com seis subsistemas tratamentais na posição de *sujeito*, em função da produtividade assumida pelas regiões do Brasil. Os seis subsistemas tratamentais são os seguintes: **Subsistema I**: Predomínio de **Você** nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste; **Subsistema II**: Predomínio de **Tu** com concordância muito baixa nas regiões sul e norte; **Subsistema III**: Equilíbrio de **Tu/Você** com concordância muito baixa com o **Tu**; **Subsistema IV**: Predomínio de **Tu** com concordância média com o **Tu**; **Subsistema V**: Uso variável de **Você/Tu** ou **Tu/Você** sem concordância; **Subsistema VI**: **Tu/Você** ou **Você/Tu** com concordância médio-baixa.

(23) Carta de Afonso Penna a Afonso Penna Júnior, em 20 de abril de 1907:

“Avisar-me com antecedência o dia que **Você** marcar para saída de B. Hte. **Você** deve convidar o Neca para vir consigo, reforçando a carta que vou escrever lhe nesse sentido.”

Por outro lado, a **servil e culta**, conforme interpretado por Pereira (2012), Maria Guilhermina, de quem mais cartas femininas há nos *corpora* da família Penna, opta pelo **Você** nos mesmos domínios funcionais do **Tu**, ou seja, nenhum dado do **Você** por ela utilizado é pragmaticamente motivado, como se nota em (24) e (25). Acrescente-se a isso o fato de a missivista, na sua produção escrita de quase trinta anos, ter optado, na sua velhice, pelo **Você**, desde 1908 (com 55% de **Você**) até 1926, (com 100% de **Você**), conforme se observa no gráfico 3. Tal comportamento é muito similar aos das missivistas Maria Elisa, Maria Joana e Maria Rosa da família Pedreira Ferraz-Magalhães que, na velhice, também preferiram o **Você** no mesmo domínio funcional do **Tu**: na referência ao sujeito de 2ª pessoa do discurso.

Gráfico 3 – A variação entre as formas Tu e Você na posição de sujeito na produção escrita de Maria Guilhermina Penna, esposa do Presidente Afonso Penna, ao longo de quase 30 anos (1898 – 1926) em que escreve ao filho Afonso Penna Júnior



Fonte: Pereira (2012, p.109).

(24) Carta de Maria Guilhermina Penna a Affonso Penna Júnior, em 23 de setembro de 1919:

“Querido Filho Tenho tido noticias suas, não tenho escrito porque sei que não **tens** tempo para responder. Sinto bem **você** não ter mais calma para fazer o seu trabalho, não se **alimentar** bem e com socego. Agora **você** deve estar mais tranquillo e mais contente com a presenca de Marieta e filhinhos. [...] O dinheiro que **você**, mandou para o Salvador ir tirando todos os mezes só restam 800\$ é preciso **você** mandar o das meninas e 200\$ para pagar a pensão do convento até Dezembro.”

(25) Carta de Maria Guilhermina Penna a Affonso Penna Júnior, em 13 de abril de 1926:

“Achei que **você** foi muito depressa tomar conta do serviço **devia** ter esperado ficar mais forte. [...] **Você** tem mandado o dinheiro d’ella? Ella não se esquece de vocês.”

A análise do painel das mulheres da família Pedreira Ferraz-Magalhães, assim como a análise do percurso da produção escrita de Maria Guilhermina Penna ao filho por quase trinta anos sugere as mulheres, nas eras oitocentista e novecentista do PB, mais dinâmicas que os homens na condução da direção histórica da mudança em relação à inserção do **Você** no quadro pronominal (*change from above*).

Sintetizando: a relevância da categoria social gênero para a depreensão da variação ‘Tu’/‘Você’ nas eras oitocentista e novecentista do português brasileiro

Considerando os resultados da análise sociolinguística acerca da variação **Tu/Você** nas cartas dos Pedreira Ferraz-Magalhães, vislumbrados através dos gráficos 1 e 2, interpreta-se, respondendo a primeira questão proposta neste trabalho, o **gênero** como uma categoria social propulsora da inserção do **Você** no sistema pronominal do PB. A divergência de comportamentos de homens e mulheres, tanto da família Pedreira Ferraz-Magalhães, como da família Penna, consubstanciada na preferência dos homens pelo **Tu** e na opção das mulheres pelo **Você**, conduz a outra questão: qual(is) foi(ram) a(s) motivação(ões) social(is) para a implementação do inovador **Você** no discurso feminino escrito informal das mulheres de ilustres famílias brasileiras?

Labov (2008), ao pensar os padrões sociolinguísticos, admite que, na verdade, a distinção sexual está correlacionada ao tipo de interação social estabelecida entre os falantes no cotidiano linguístico.

Seria um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança linguística. A centralização de /ay/ e /aw/ em Martha’s Vineyard foi encontrada principalmente em falantes

masculinos; as mulheres aqui mostraram uma tendência muito mais fraca. [...] A generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística. [...] A diferenciação sexual com que estamos lidando depende claramente de padrões de interação social na vida diária. (LABOV, 2008, p.347-348).

Em consonância com o pensamento laboviano, apresenta-se a perspectiva de Fernández (1998), segundo a qual a análise da motivação para as mulheres se mostrarem mais sensíveis à norma padrão requer que se separe a noção de **sexo** da concepção de **gênero sociocultural**. O autor propõe as seguintes questões:

Mas de onde nasce essa tendência feminina de seguir os modelos de prestígio? Por que em muitas culturas se espera que a mulher ajuste sua conduta sociolinguística a um cânone ou às referências de prestígio? Por que os usos linguísticos que se consideram característicos das mulheres ou dos homens têm a ver diretamente com o seguimento ou o abandono de uma norma? A maior parte das respostas que se têm dado a estas questões tem a ver com uma interpretação sociocultural do sexo, quer dizer, estão relacionadas com o que na bibliografia anglo-saxã se chama 'gênero', que, por sua vez, em nada coincide com o conceito de "gênero" como gênero gramatical. O gênero sociocultural se opõe ao sexo tanto quanto o sexo é uma característica biológica que é dada praticamente desde o momento da concepção do novo ser, enquanto o gênero assume uma dimensão sociocultural que o indivíduo adquire ao ser socializado. Tais conceitos, todavia, têm limites confusíssimos e contaminados de problemas, dado que o sexo mesmo é parte indissociável do gênero.¹⁵ (FERNÁNDEZ, 1998, p.38, tradução nossa).

Assim sendo, a resposta à indagação acerca da motivação social para as mulheres da família Pedreira Ferraz-Magalhães terem implementado o **Você**, que, por sua vez, coaduna-se com a segunda questão proposta neste trabalho acerca do papel social de homens e mulheres, passa pela diferenciação entre **sexo** e **gênero sociocultural**, isto é, passa pela compreensão do perfil sócio-histórico da mulher no Brasil oitocentista e novecentista.

¹⁵ *"Pero, ¿de dónde nace esa tendencia femenina a seguir los modelos de prestigio? ¿Por qué en muchas culturas se espera que la mujer ajuste su conducta sociolingüística a un canon o unos referentes de prestigio? ¿Por qué los usos lingüísticos que se consideran característicos de las mujeres o de los hombres tienen que ver directamente con el seguimiento o el abandono de una norma? La mayor parte de las respuestas que se han dado a estas cuestiones tienen que ver con una interpretación sociocultural del sexo, es decir, están relacionadas con lo que en la bibliografía anglo-sajona se llama gender 'genero', que a su vez en nada coincide con el concepto de "genero" como categoría gramatical. El género sociocultural se opone al sexo en tanto en cuanto el sexo es una característica biológica que viene dada prácticamente desde el momento de la concepción del nuevo ser, mientras el género es una dimensión sociocultural que el individuo adquiere al ser socializado. Tales conceptos, sin embargo, tienen unos límites borrosísimos y plagados de problemas, dado que el sexo mismo es parte insoslayable del género."* (FERNÁNDEZ, 1998, p.38).

Nesse sentido, observou-se que, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, apesar de a mulher resguardar uma incondicional subserviência à estrutura de família patriarcal, cabe a ela instaurar a harmonia de um lar cristão, principalmente no grupo em questão. Considerando, em termos linguísticos, a responsabilidade de a mulher-mãe da elite brasileira ensinar aos filhos as primeiras letras, impõe-se a ela um comportamento educativo voltado para o recato. Assim sendo, a preferência pelo emprego do *Você* nas cartas trocadas entre os irmãos da família Pedreira Ferraz-Magalhães se dá como uma estratégia mais neutra, ou seja, como uma forma menos invasiva de fazer referência ao interlocutor. Uma vez que a história da mulher – ao menos nesse período analisado – é marcada pela sua subserviência ao homem, sendo a ela negado o direito de expressão de suas próprias ideias, a opção pelo *Você* é condizente com esse perfil social de submissão, isto é, “com uma conduta específica”, nos termos de Chambers e Trudgill (1980 apud FERNÁNDEZ, 1998), voltada para o recato da subordinação a uma estrutura familiar patriarcal mais acentuada até o século XIX, conforme Samara (2004).

Chambers y Trudgill, com um critério que parte do conceito sociocultural de gênero, explicam a tendência de as mulheres seguirem os modelos de pretígio mediante aos seguintes argumentos: a falta de um lugar destacado na sociedade leva as mulheres a necessitarem marcar seu status social mediante uma conduta específica; por outro lado, a falta de coesão das mulheres nas redes sociais as obriga a deparar-se mais frequentemente com situações de formalidade, isto é, o lugar do homem nos intercâmbios sociais permite que considerem como de escassa formalidade muitas situações que as mulheres interpretam como mais formais; finalmente, a educação pode levar as mulheres a desempenhar o que se considera <<sua>> função social seguindo umas normas de conduta socialmente aceitas.¹⁶ (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980 apud FERNÁNDEZ, 1998, p.38-39, tradução nossa).

Ainda há outros aspectos a considerar no que se refere ao valor social que uma forma de tratamento pode assumir em determinado contexto discursivo, cultural e histórico. Koch (2008) discute que há procedimentos linguísticos de tratamento indireto que se opõem ao **direto e invasivo Tu** pronominal. Trata-se da **pluralização pronominal** que, na língua portuguesa, constituiu-se com o

¹⁶ “Chambers y Trudgill, con un criterio que parte del concepto sociocultural de género, explican la tendencia de las mujeres a seguir los modelos de prestigio mediante los razonamientos siguientes: la falta de un lugar destacado en la sociedad hace que las mujeres necesiten marcar su estatus social mediante una conducta específica; por otra parte, la falta de cohesión de las mujeres en las redes sociales las obliga a enfrentarse más a menudo a situaciones de formalidad, esto es, el lugar del hombre en los intercambios sociales permite que consideren como de escasa formalidad muchas situaciones que las mujeres interpretan como más formales; finalmente, la educación suele llevar a las mujeres a desempeñar lo que se considera <<su>> función social siguiendo unas normas de conducta socialmente aceptadas.” (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980 apud FERNÁNDEZ, 1998, p.38-39).

indireto Vós (plural majestático) (CINTRA, 1972) e com o **tratamento nominal abstrato** que, com base em um **pronome possessivo** aliado a um **substantivo**, refere-se **indiretamente** ao interlocutor, invocando-o como uma entidade abstrata. Nesse sentido, é possível entender que a mulher da família Pedreira Ferraz-Magalhães tende a optar, nas cartas familiares em estudo, pelo **Você** cujo grau de indiretividade é maior que o do íntimo **Tu**. Considerando o fato de o **Você** ser resultado do processo lento e gradual de pronominalização de **Vossa Mercê**, é possível admitir que tenha herdado de tal ‘forma nominal abstrata’ um grau de indiretividade. Ainda que, nas cartas pessoais trocadas entre irmãos, prevaleça o tom de intimidade com o direto **Tu**, as mulheres mostram-se mais propensas que os homens a empregar o inovador **Você**, movidas por uma espécie de “**recato**” linguístico que não as licenciava tratar o interlocutor com um **Tu** íntimo, muito mais invasivo, portanto, que o **Você**. Carboni e Maestri (2003), ao pensarem a expressão do gênero feminino nas línguas humanas, entendem-na com base no contexto sócio-histórico que a determina.

Na maioria das línguas, o gênero feminino dissolve-se por detrás do masculino, expressando ideologicamente a ocultação patriarcal objetiva da mulher pelo homem. Assim, naturalizado no uso costumeiro, o conceito linguístico, por meio do caráter aparentemente abrangente, sintético e neutro do gênero masculino, impõe sua essência social, reforçando as relações de dominação patriarcal do mundo real. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p.61).

Em termos linguísticos, o fato de a figura feminina estar encoberta pela masculina é traduzido no **paradoxo do gênero** pensado por Wolfram e Schilling-Estes (1998 apud LABOV, 2001): se, por um lado, as mulheres mostram-se mais conservadoras que os homens, por preferirem a variante padrão, por outro lado, mostram-se mais avançadas, por adotarem, em menos tempo, a variante inovadora, que pode ou não corresponder à variante “não padrão”. Ao propor a resolução do **paradoxo do gênero**, Labov (2001) o restabelece como o **paradoxo da conformidade**: as mulheres evidenciam um comportamento linguístico menos desviante que os homens em relação ao cumprimento da norma padrão, caso o desvio seja seriamente condenado. Entretanto, as mulheres mostram-se mais desviantes que os homens no que se refere ao exercício da norma padrão, quando a irregularidade não é gramaticalmente rechaçada (**estigmatizada**) pela comunidade linguística.

Por um lado, a mulher da família Pedreira Ferraz-Magalhães marcou a sua conduta linguística de submissão, ao empregar mais o **Você** que os homens como uma estratégia de tratar o interlocutor de modo mais monitorado e menos expressivo, em conformidade com os traços de [+ monitoramento], [- expressividade] atribuídos à forma **Você** por Modesto (2006) na análise

sincrônica da fala santista. Por outro lado, ao eleger uma forma nova (**Você**), advinda de uma estratégia de prestígio (**Vossa Mercê**), conforme Cintra (1972), a mulher assumiu uma postura inovadora. O empreendedorismo linguístico das mulheres está no fato de selecionarem uma forma que se inseriu *a posteriori* no quadro pronominal do PB como resultado de um processo gradual e paulatino de uma **mudança linguística de cima para baixo** (*change from above*) (LABOV, 1994). Nesse sentido, dialoga-se com a primeira generalização proposta por Scherre e Yacovenco (2011, p.139) no que se refere ao fato de “as mulheres estarem à frente” em processos de mudança com consciência social (*change from above*) relacionados a fenômenos linguísticos menos marcados socialmente, como é o caso do contexto de inserção do **Você** na escrita culta do PB.

Há que se contextualizar a questão do inovadorismo linguístico atribuído por Labov (1990) às mulheres, para se reinterpretar tal fato em relação aos processos de variação e mudança que envolvem as formas pronominais **Tu/Você** no PB. Tendo em vista o fato de se tratar de mulheres nascidas no Brasil da segunda metade do século XIX, momento ainda marcado pela subserviência feminina à figura do homem, a opção pelo **Você** evidencia muito mais o cumprimento a um padrão social de submissão concretizado na opção feminina por tornar mais produtiva uma estratégia de referência ao interlocutor menos invasiva, logo, mais neutra, como é o caso do **Você** no PB. Ainda que consciente da implicação social do tratamento do seu interlocutor por **Você**, a mulher-missivista, nas eras oitocentista e novecentista do PB, prefere um pronome que está em processo de inserção no quadro pronominal da língua, dotado ainda de uma relativa formalidade, o que permite confirmar a hipótese Laboviana de que a mulher tende a se encaminhar na direção histórica da mudança linguística.

Labov, ao se questionar sobre o motivo de as mulheres serem mais sensíveis às formas de prestígio, chega à seguinte conclusão sobre o seu papel nos processos de mudança linguística.

Por que as mulheres fazem isso? Não pode ser apenas a sua sensibilidade às formas de prestígio, já que isso explica somente metade do padrão. Podemos dizer que elas são mais sensíveis aos padrões de prestígio, mas por que, desde o início, elas avançam mais rápido em primeiro lugar? Nossas respostas no momento não passam de especulações, mas é óbvio que tal comportamento das mulheres deve desempenhar um importante papel no mecanismo da mudança linguística. Na medida em que os pais influenciam a língua inicial das crianças, as mulheres influenciam mais ainda; as mulheres certamente conversam mais do que os homens com as criancinhas e têm uma influência mais direta durante os anos em que as crianças estão formando regras linguísticas com maior rapidez e eficácia. Parece provável que o ritmo do progresso e a direção da mudança

linguística devem muito à especial sensibilidade das mulheres a todo o processo. (LABOV, 2008, p.347).

Em diálogo com Callou e Serra (2007), admite-se que a mulher brasileira, cuja história de formação é permeada pela exclusão ao conhecimento (ao **saber** veiculado através do ensino formal), ao fugir do caráter mais íntimo (invasivo) do **Tu**, opta, no seio da sociedade brasileira oitocentista e novecentista, pelo tom de neutralidade conferido ao **Você**, “seguindo à frente”, por volta dos anos 30 do século XX, no processo de inserção de tal forma no sistema pronominal do PB.

[...] não se pode deixar de relacionar a história linguística à história social. Três fatores devem ser observados, de início, mais de perto: [...] O terceiro é o de o primeiro contato do indivíduo com a língua se dar no âmbito familiar e o de as mulheres serem, de um lado, em geral, segundo Labov (2001), as transmissoras das mudanças linguísticas e, por outro lado, terem ficado, durante muito tempo, afastadas do sistema educacional regular. (CALLOU; SERRA, 2007, p.461-462).

RUMEU, M. C. de B. The Variation Between “tu” and “você” in 19th and 20th Century Brazilian Portuguese: discussions on the social category *gender*. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.545-576, 2013.

- **ABSTRACT:** *In this text, the social category Gender is discussed in order to interpret the embedding process of VOCÊ in Brazilian Portuguese (BP). Based on the analysis of 19th and 20th century personal letters, written by educated Brazilians, members of a same Brazilian family (the Pedreira Ferraz-Magalhães family), whose sociolinguistic profiles have been identified (LOBO, 2001), the results of a panel study (LABOV, 1994) are discussed. These are focused on past synchronies of BP, related to the forms of Tu and Você as pronominal subjects. The result is that Você, used informally in Brazilian letters between the 20s and 30s of the 20th Century, is in an advanced stage of linguistic change, this process being led by women. The results of the Tu/Você variation study, performed by Pereira (2012) can be added to this discussion, based on letters written by Brazilians from the distinguished Penna family towards the end of the 19th and the first half of the 20th centuries. The letters expound Gender as a propelling social category of the embedding of Você in the pronominal system of 19th and 20th century Brazilian Portuguese.*
- **KEYWORDS:** *Tu/Você variation. Linguistic change. Gender. Forms of pronominal address. Pronominal system.*

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, R. C. Presencia de lo oral en lo escrito: la transcripción de las declaraciones en documentos indianos del siglo XVI. In: OESTERREICHER, W.; STOLL, E.; WESCH, A. (Ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr, 1998. p.239-240.

BARBOSA, A. G. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. R. dos S. (Org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005. p.25-43.

_____. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. 1999. 293f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CALLOU, D.; SERRA, C. Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro: escolarização, norma e nacionalidade. In: RAMOS, J.; ALKMIM, M. A. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. v.5. p.443-463.

CARBONI, F.; MAESTRI, M. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CASTRO, J. P. de. *Zélia ou Irmã Maria do SS. Sacramento: vida exemplar de uma mãe cristã, que terminou seus dias junto a Jesus Sacramentado*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1960.

CINTRA, L. F. L. *Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

CUNHA, C. *A questão da norma culta*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio ‘Evite pronomes’ no português brasileiro*. 1995. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FERNÁNDEZ, F. M. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Espanha: Editorial Ariel, 1998.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, J. (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Vervuert, 2008. p.53-88.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001. v.2.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. v.1.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language variation and change*, Cambridge, v.2, n.2, p.135-56, 1990.

LOBO, T. C. F. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. 248f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 4v.

LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. De “vossa mercê” a “você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003. p.61-73.

LOPES, C. R. S.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. S. (Org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005. p.45-66.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; RUMEU, M. C. B. O tratamento em bilhetes amorosos no início do século XX: do condicionamento estrutural ao sociopragmático. In: COUTO, L. R. C.; LOPES, C. R. S. (Org.). *As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: UFF, 2011. p.315-348.

LOPES, C. R. S. et al. Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In: AGUILERA, V. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Londrina: Ed. da UEL, 2009. p.45-92. v.7.

MACHADO, A. C. M. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARCOTULIO, L. L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do Marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MENON, O. P. S. A história de você. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. A.; MURAKAWA, C. A. A. (Org). *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2006. p.99-160.

MODESTO, A. T. T. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância Tu/Você na cidade de Santos – SP*. 2006. 128f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

OMENA, N. P. As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: SILVA, G. M. O. e.; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.309-324.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, São Paulo, v.2, p.49-68,1999.

PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004. p.33-42.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PEREIRA, R. O. *O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico*. 2012. 142f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RAUMOLIN-BRUNBERG, H. The diffusion of subject YOU: a case study in historical sociolinguistics. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.17, p.55-73, 2005.

RUMEU, M. C. B. *A implementação do ‘você’ no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. 2008. 928 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 2v.

_____. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 288 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. 2v.

SAMARA, E. de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, Natal, v.eletrônico, nesp., p.121-146, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2011-vol-especial-1o-parte/a-variacao-linguistica-2.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

SCHERRE, M. M. P. et al. Usos dos pronomes *ocê* e *tu* no português brasileiro. In: *SIMELP: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA*, 2009, Évora. Apresentação de Trabalho. Évora: Universidade de Évora, 2009.

SILVA, G. M. O. e. Coleta de dados. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista: cadernos didáticos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1992. p.101-114.

SILVA, V. L. P. A variação *ocê/tu* na fala carioca. In: ENCONTRO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO CONE SUL, 1., 1996, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 1996. Não paginado.

SOTO, E. U. M. S. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.

_____. *Variação/mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. 2001. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

SUNDGREN, E. Men and women in language change: a swedish case study. *NORA*, New York, v.9, n.2, p.113-123, 2001.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p.95-195.

ZILLES, A. M. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in brazilian portuguese. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.17, p.19-53, 2005.

Bibliografia consultada

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004. p.179-190.

Recebido em março de 2012

Aprovado em novembro de 2012

A ALTERNÂNCIA DO DIMINUTIVO –INHO/-ZINHO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ENFOQUE VARIACIONISTA

Myrian Azevedo de FREITAS*
Maria Fernanda M. BARBOSA**

- **RESUMO:** Neste trabalho, investiga-se a alternância do diminutivo -inho/-zinho, delimitando os fatores que determinam a escolha do falante por um ou outro formativo no Português Brasileiro. Mais especificamente, a partir dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, pretende-se analisar a formação produtiva do diminutivo a fim de constatarmos se temos um único sufixo diminutivo ou se se trata de dois processos distintos que dão origem, respectivamente, às formações X-inho e X-zinho. Neste estudo, utilizou-se a técnica de análise de variância multifatorial (ANOVA *Multi Way*) para medidas repetidas com intervalo de confiança de 95%, a fim de avaliar se o efeito dos fatores sociais (gênero, dialeto regional e faixa etária) é determinante na seleção do(s) sufixo(s) em análise e se há ou não convergência entre as formas diminutivas –inho e/ou -zinho, medidas ao nível de atitudes dos respondentes por um teste de aceitabilidade. Os resultados revelam que há evidência para admitirmos a existência de duas formas distintas no Português Brasileiro, -inho e –zinho, e indicam que há uma interação entre os fatores dialeto regional, gênero e faixa etária na seleção dos referidos sufixos diminutivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Sufixos diminutivos no Português Brasileiro. Formação de palavras. Alternância. Variação linguística.

Introdução

Sendo um dos processos de construção de palavras extremamente produtivos no Português Brasileiro (doravante PB), as formações diminutivas X-inho e X-zinho já foram fonte de muitas observações por sua peculiaridade na língua portuguesa, seja pelos estudos de cunho linguístico, seja pela tradição gramatical. De fato, no processo de formação de diminutivos por sufixação, a(s) forma(s) –inho/ -zinho podem anexar-se a quase todas as classes de palavras do léxico, exceto os artigos.

Villalva (2000), ao tratar das formas avaliativas e Z-avaliativas, como prefere denominar as formações X-inho e X-zinho, afirma que esses sufixos apresentam

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – myrfreitas@ufrj.br

** UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – fernanda136@gmail.com

características específicas. Diferentemente da maioria dos morfemas derivativos e flexivos, tais formas não alteram a categoria sintática e nem as propriedades morfossintáticas ou morfossemânticas da base. Em outras palavras, o acréscimo de tais primitivos morfológicos não muda a classe da base, nem atribui gênero ([[bonito]_{Adj}inho]_{Adj}, [[cama]_sinha]_s), ao contrário do que ocorre com a maioria dos sufixos, como –ção e –mento, por exemplo ([[nacionaliza]_vção]_s, [[estaciona]_vmento]_s). A essas características, somam-se as peculiaridades de que sufixos avaliativos adjungem-se a radicais (sapatinho) enquanto que os Z-avaliativos anexam-se a palavras (lençoizinhos).

Com efeito, ao examinarmos minuciosamente as formas –inho / –zinho, é conveniente levantarmos as seguintes questões:

- a) Trata-se apenas de um único sufixo diminutivo ou devemos admitir a existência de dois sufixos distintos?
- b) A seleção de um ou outro elemento mórfico é condicionada somente por motivações estruturais ou é possível admitir que os fatores sociais exercem influência na escolha do falante? Em que medida se verifica ou não essa interação?

Note-se que não é tarefa fácil explicitar as regras que definem a preferência do falante por um ou outro elemento mórfico, dada a amplitude de uso e a vasta recorrência na língua. Assim, pretende-se analisar a formação produtiva do diminutivo no PB com vistas a elucidar as questões supracitadas.

O texto apresenta-se estruturado da seguinte maneira: na segunda seção, tem-se as principais descrições sobre a alternância do diminutivo –inho/-zinho na literatura. Na terceira seção, apresenta-se um panorama da Sociolinguística Variacionista. Na quarta seção, é especificada a metodologia empregada na elaboração do instrumento de medição utilizado para captação de dados. A quinta seção descreve os resultados obtidos no teste de aceitabilidade e sua significância estatística. Na sexta seção, identifica-se e avalia-se a modelagem estatística aplicada à massa de dados a partir da aceitabilidade das formas diminutivas –inho e/ou –zinho. Em seguida, apresentam-se as hipóteses que norteiam este estudo. Posteriormente, mostram-se os resultados acerca do fenômeno em estudo. Por fim, têm-se as considerações finais.

O diminutivo –inho/-zinho na literatura

Nos capítulos XXXIX – XLII, Fernão de Oliveira (1536) considera que os diminutivos fazem parte do que denomina de dições tiradas (palavras derivadas) em oposição à dições primeiras (palavras primitivas), referindo-se que “[...] é regra geral que [...] os diminutivos acabem em inho ou inha como mocinho, mocinha” (OLIVEIRA, 1536, p.61).

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, Barros (1540) afirma que o diminutivo apresenta uma noção de pequenez, e não faz nenhuma menção direta às formas –inho e –zinho, somente as exemplifica:

Nome diminutivo é aquele que tem alguma diminuição do nome principal de onde se derivou como: de homem, homenzinho; de mulher, mulherzinha; de moço, mocinho; de criança, criancinha. E outros muitos que se formam e acabam em diferentes terminações, mais por vontade do povo que por regra de boa Gramática. (BARROS, 1540, p.304).

Também Barbosa (1822) menciona –inho e –zinho como diminutivos do português. No entanto, o autor acrescenta que há a inserção do segmento /z/ a fim de se evitar o hiato nos vocábulos terminados em ditongo:

Os *Diminutivos* são os que mudando a terminação de seus primitivos, lhes diminuem mais, ou menos a significação. Os que diminuem menos, acabam ordinariamente, os masculinos em *ete, ote, oto, (...)* e os femininos, em *eta, ota, agem, ilha, (...)*. Os que diminuem mais, acabam ou em *inho, inha*, quando os primitivos terminam em vogal ou consoante, como *Filhinho, Filhinha, Mulherinha, Rapazinho*; ou em *zinho, zinha*, quando os primitivos terminam em ditongo, como *Homemzinho, Leãozinho, Paizinho, Mãezinha*. O z eufônico faz-se necessário na derivação destes diminutivos, para evitar o hiato, nascido do concurso de três vogais. Porém, quando o mesmo se emprega sem esta necessidade nos que não acabam em ditongo; parece fazer sua diferença nos mesmos diminutivos, como se vê nestes dois *Mulherinha, Mulherzinha*. (BARBOSA, 1822, p.120-121, grifo do autor).

Observe-se que Barbosa (1822) parece referir-se à existência de uma só forma, -inho. No entanto, o autor revela que a variação entre os diminutivos ocorre em palavras terminadas em consoante como, por exemplo, mulherinha/mulherzinha. Mais adiante, o autor justifica a alternância entre os diminutivos, afirmando que “seja como for, o que é certo é, que a nossa Língua é muito rica neste gênero de derivação” (BARBOSA, 1822, p.120). Em seguida, menciona ainda, em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, que a “significação de um primitivo [que] tome um argumento enorme, e dele vá descendo gradualmente até ao extremo contrário de pequenez, como se pode ver nos derivados (...) Mulherão, Mulherona, Mulherinha, Mulherzinha” (BARBOSA, 1822, p.121), revelando que há uma gradação de tamanho entre as formas e atribui a –zinho(a) um grau dimensional sutilmente menor que –inho(a).

Por outro lado, Freire (1842), em *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, também ressalta a noção dimensional dos diminutivos e apresenta informações sobre duas formas vigentes na língua portuguesa, –inho e –zinho. O autor afirma

que o emprego de -zinho só ocorre para evitar o hiato ou quando o vocábulo termina em consoante, considerando a existência de dois sufixos diminutivos distintos:

Os diminutivos são os que mudando a terminação de seus primitivos lhes diminuem mais ou menos a significação: acabam em *inho*, ou *inha*, como de *peixe*, *peixinho*; de *casa*, *casinha*; em *zinho* quando os primitivos rematam em ditongo, para se evitar o hiato pelo concurso de três vogais; v. gr., de *leão*, *leãozinho*, de *pai*, *paizinho*; igual terminação têm os nomes que acabam em consoante, posto que algumas exceções se notam em que há dois diminutivos da mesma palavra por diversa terminação: exemplo, de *casa* também há *casinhota*, de *peixe* também há *peixezinho*. Há osfindos em *ete*, como *pobrete*, de que temos igualmente *pobrezinho*: em *eta*, *ote*, e *ota*, exemplo, *ilheta*, *ilhote*, *ilhota*, que todos significam o mesmo, podendo alémdelos juntar-se *ilhana* mesma aceção: de *arca* se tem feito *arquinho*, *arqueta*, *arquilha*, e *arquetemasculino*. Vemos que os há em *itha*, como de *cama*, *camilha*, de que é mais vulgar *caminha*: raros são os emulo, exemplo *perdigoto*. (FREIRE, 1842, p.164, grifo do autor).

Note-se que Freire (1842), apesar de identificar os contextos morfológicos de ocorrência de -inho e -zinho, também admite que a alternância entre os diminutivos ocorre para uma mesma palavra sem motivação aparente, como nos pares *peixinho/peixezinho* e *pobrinho/pobrezinho*, por exemplo. Observe-se que, ao contrário de Barbosa (1822), seu antecessor, o autor considera que não há a inserção do segmento consonantal /z/ para se evitar o hiato, mas sim que estamos diante de dois sufixos diminutivos na língua, -inho e -zinho.

Numa perspectiva da linguística histórica, Skorge (1957) assinala que os diminutivos -inho e -ito são os sufixos mais empregados e mais expressivos do português. Para explicar a presença do segmento consonantal /-z/, a autora, que considera tratar-se de um infixo, afirmar que é mais “correto recorrer ao -c- do latim nos substantivos *navicella*, *avicella* e **domnicellus* que podiam ser também a proveniência do infixo -c- do espanhol e do italiano” (SKORGE, 1957, p.69). Mais adiante, Skorge (1957) acentua ainda que as regras para determinar a ocorrência de -inho ou -zinho são escassas e não apresentam respostas satisfatórias. No entanto, em relação à alternância entre os diminutivos -inho e -zinho, a autora afirma que o emprego de um ou outro formativo parece estar ligado ao ritmo da frase e destaca que “entre o povo emprega-se muito -inho. Os portugueses cultos tendem a empregar diminutivos em -zinho” (SKORGE, 1957, p.52). Por último, ao delimitar a distribuição de -inho e -zinho, Skorge (1957) afirma que somente os substantivos monossílabos admitem a forma -zinho. Nas demais classes de palavras, ocorrem flutuações que admitem ora -inho ora -zinho, alternando-se de acordo com a ‘vontade do falante’.

Ao analisar a formação do diminutivo no PB, Câmara Jr. (1975) afirma que –zinho é variante alomórfica de –inho e argumenta que o uso de –zinho é obrigatório diante de palavras que terminam em vogal tônica, sendo considerado como um caso de derivação por justaposição.

Leite (1974) propõe uma abordagem gerativa para o acento em português, atribuindo o traço [+acento] às vogais. A autora afirma que, no léxico, o radical não porta marca de acento e formula diferentes condições para aplicação de regras intrinsecamente ordenadas. Leite (1974, p.112) considera que “–zinho é anexado a formas terminadas em vogal enquanto –inho é acrescido a formas acabadas em consoante.”

Na proposta de Lee (1995), numa abordagem pela Fonologia Lexical Prosódica (INKELAS, 1989, 1993), o léxico do PB apresenta dois estratos ordenados: nível I (α), que comporta a derivação, alguns processos de composição com acréscimo de sufixos derivacionais ([rádio-tax]ista), [puxa-saqu]ismo) e a flexão irregular; e nível II (β), que abarca a formação produtiva (sufixos –inho e –zinho, advérbio –mente e grau –íssimo) e a flexão regular.

Lee (1995) informa que, em geral, o morfema –inho é anexado a formas não-verbais (nomes e adjetivos/advérbios) contendo vogal temática, como em casa/casinha, bonita/bonitinha, perto/pertinho. No entanto, o morfema –zinho é:

- a) adjungido a um não-verbo com vogal temática inexistente (atemático) como, por exemplo, café/cafezinho, flor/florzinha;
- b) anexado a palavras proparoxítonas e vocábulos terminados em sílaba pesada, como em lâmpada/lampadazinha, judeu/judeuzinho, mar/marzinho.

Contudo, o autor reconhece que ocorre variação entre os sufixos na fala cotidiana como, por exemplo, em lampadazinha ~ lampadinha, facilzinho ~ facinho, xicarazinha ~ xicrinha, etc.

Ao analisar o discurso dos pescadores artesanais, Tavares Jr. (1999) menciona que podem ser atribuídos aos sufixos –inho e –zinho mais três valores semânticos além do diminutivo: afetividade (tem uma escolinha ali na ilha), pejoratividade (só tem um manguezinho muito pouco) e intensificação (põe no sol para ele ficar bem sequinho). O autor informa ainda que, em uma mesma palavra, pode coexistir mais de uma ocorrência dos sufixos como, por exemplo, nas sentenças ‘esse é um passarinhozinho que canta aí’, ‘é uma tábua purinhazinha’, ‘aquele limo fininhozinho que junta na pedra’, etc.

No Português Europeu, Villalva (2000) assume que –inho e –zinho são sufixos diminutivos distintos, denominando-os respectivamente de formas avaliativas e Z-avaliativas, dado que as formas de base a que se anexam apresentam diferentes propriedades.

Segundo Villava (2000), o principal contraste entre os diminutivos –inho e –zinho está associado a categoria morfológica da base: “esta análise permite distinguir os sufixos avaliativos dos Z-avaliativos – dado que os primeiros se associam a radicais e formam novos radicais, enquanto os segundos se associam a palavras e formam palavras” (VILLALVA, 2000, p.316). Deste modo, a sufixação avaliativa seleciona radicais, enquanto os Z-avaliativos anexam-se a palavras.

O segundo contraste reside no fato de que as formas avaliativas apresentam um único acento lexical (sapatínho, casinha) enquanto as Z-avaliativas têm dois acentos lexicais, um referente à base (acento tônico), e outro ao próprio sufixo (acento subtônico) como em cafézínho, chapéuzínho, pézínhoetc.

O terceiro contraste refere-se ao fato de a flexão de gênero e número da base e do sufixo Z-avaliativos ser independentemente estabelecida. Deste modo, as flexões de gênero e número apresentam-se duplicadas nas formas em -zinho, aparecendo antes e depois do sufixo (livrozínho, quadrozínho, anelzinho > aneizínhos, marzínho>marezínhos), ao passo que as construções X–inho apresentam uma única marca de gênero e de plural (lojinha, cervejinha, beijo > beijinhos, lata > latinhas).

O quarto contraste que distingue a aplicação entre as formas está relacionado ao número de sílabas da base: “Com efeito, a um maior número de sílabas corresponde uma preferência pela sufixação Z-avaliativa, enquanto que os dissílabos recorrem à sufixação avaliativa” (VILLALVA, 2000, p.332). O terceiro contraste relevante refere-se ao fato de que:

[...] contrariamente às formas avaliativas que preservam o índice temático da base, as formas Z-avaliativas determinam a classe temática onde se integram, por concordância com o valor de gênero da forma de base e de acordo com a sua realização não-marcada, ou seja, tema em –o para as formas masculinas e tema em –a para as formas femininas. (VILLALVA, 2000, p.321).

A fim de explicar se –inho e –zinho são ou não variantes foneticamente condicionadas, a autora argumenta que o uso das formas z-avaliativas é obrigatório diante de:

- a) vocábulos que terminam com vogal (oral ou nasal), como em pontapezinho / *pontapeinho, alibizinho / *alibiinho, atunzinho / *atuninho, rãzinha / *rãinha, etc.;
- b) palavras em que a forma de base termina em vogal (oral ou nasal) átona como, por exemplo, taxizinho / *taxinho, alunzinho / *aluninho, videozinho / *videinho, etc.;
- c) palavras com ditongo (oral ou nasal) tônico, como nos exemplos cacauzinho / *cacauinho, veuzinho / *veuinho, cançãozinha / *cançãoinha, etc.;

- d) palavras com ditongo átono, como em ordenzinha / *ordeninha, bençãozinha / *bençãoinha, trolezinho / *troleinho, etc.;
- e) palavras acabadas em consoante, como em hifenzinho / *hifeninho, sloganzinho / *sloganinho, smokingzinho / *smokinginho, etc.

Do ponto de vista formal, Villalva (2000) conclui que a distribuição dos sufixos avaliativos e Z-avaliativos é condicionada pela categoria morfológica da base. No entanto, “a escolha entre uns e outros é condicionada por múltiplos fatores como a recuperabilidade da forma de base, o seu número de sílabas, variação dialectal, índices de ocorrência e lexicalização” (VILLALVA, 2000, p.337).

Em *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*, Basílio (2004) afirma que –inho e –zinho parecem ser elementos complementares, uma vez que –zinho é utilizado em ambientes fonológicos em que –inho não é usado.

A autora enfatiza ainda que o sufixo –inho se incorpora integralmente à fonologia da palavra base, enquanto –zinho apresenta peculiaridades semelhantes aos advérbios terminados em –mente, ressaltando que “a adição de –zinho mantém a linha geral da acentuação tônica da palavra base, como vemos: pálida – palidazinha, pá – pazinha, tatu – tatuzinho, túnel – tunelzinho” (BASÍLIO, 2004, p.72), mas transforma-se em acentuação subtônica. Além disso, Basílio considera que “a característica mais desconcertante das formações em –zinho é o fato de que a adição de –zinho não impede a flexão de gênero e número na palavra base (indiozinho/indiazinha, balãozinho/balõezinhos)” (BASÍLIO, 2004, p.72). Por fim, a autora conclui que, na formação do diminutivo, temos “dois elementos formadores, -inho e –zinho, cuja ocorrência é parcialmente complementar, mas cujo estatuto morfológico é radicalmente diferente” (BASÍLIO, 2004, p.72).

Em *Flexão & derivação em português*, Gonçalves (2005) menciona que “é possível adicionar –(z)inho a praticamente todos os nomes da língua (...), anexando-se a pronomes, advérbios, numerais e interjeições” (GONÇALVES, 2005, p.40). O autor ressalta ainda que “afixos que, em princípio, disputariam a mesma posição na cadeia sintagmática podem aparecer juntos na mesma palavra” (GONÇALVES, 2005, p.82). De fato, por vezes, um mesmo vocábulo aparece associado a dois afixos de aumentativo ou dois sufixos de diminutivo, constituindo-se em um processo recursivo: “a recursividade também pode ser usada com fins expressivos. São perfeitamente possíveis formas como ‘livrãozão’, com dois afixos aumentativos e ‘vidinhazinha’ com dois de diminutivo” (GONÇALVES, 2005, p.83-84).

Em *O diminutivo e suas demandas*, Bisol (2010) considera que há apenas um morfema e não dois, mencionando que “existe apenas um morfema, que é –inho, o qual se reveste de uma consoante epentética para satisfazer exigências estruturais, manifestando-se como –zinho” (BISOL, 2010, p.59).

No que tange a variação, Bisol (2010, p.72) admite que esta “circunda-se aos nominais temáticos em que se impõe a prevalência da forma original –inho,” considerando que “em nominais temáticos, há casos em que a epêntese é motivada” (BISOL, 2010, p.72). Assim, o primeiro caso listado por Bisol (2010) refere-se à flexão de gênero que se apresenta tanto na forma de base como no morfema diminutivo, ou seja, “haverá redundância de informação, o que, em nome da simplicidade tende a ser evitado. Não há erros, mas redundância de informação” (BISOL, 2010, p.72), citando exemplos como borboletinha ~ borboletazinha, patinho ~ patozinho, garotinha ~ garotozinha. No entanto, a autora ressalta que há exceções:

Todavia, há casos de disparidade entre VT [vogal temática] e gênero da forma de base e do diminutivo. Nesses a consoante /z/ é introduzida para preservar a vogal da base, manifestando-se, dessa forma, ambas as vogais, a da base internamente e a de DIM [diminutivo] que porta o gênero na posição que lhe é destinada. Isso acontece com nominais de gênero masculino com VT /a/ [o aroma → o aromazinho], com nominais do gênero feminino com VT /o/ [a contralto → a contraltozinha] e com nominais pertencentes à categoria comum de dois [o/a pianista → o pianistazinho, a pianistazinha]. (BISOL, 2010, p.72).

A autora considera que os casos de disparidade pertencem aos nominais que apresentam vogal temática em /e/, sendo destituídos “de qualquer relação com gênero, que abrem as portas para a variação analógica: verdinho ~ verdezinho, paredinha ~ paredezinha, correntinha ~ correntezinha” (BISOL, 2010, p.73). Assim, a autora conclui que “a variação em nominais temáticos está comprometida com o gênero gramatical” (BISOL, 2010, p.73).

O segundo caso ilustrado por Bisol (2010) refere-se ao princípio do contorno obrigatório (doravante OCP), que proíbe segmentos idênticos adjacentes. Deste modo, a autora postula que OCP é ativado e o segmento consonantal /z/ é inserido a fim de contornar a adjacência de segmentos que apresentam as mesmas propriedades fônicas como, por exemplo, em vinho → vinhozinho / *vinhinho, pinho → pinhozinho / *pinhinho, linho → linhozinho / *linhinho, etc. No entanto, a autora admite que a variação em nominais terminados em hiato constitui um dilema na análise do diminutivo, visto que “a parte final da base prosódica não oferece, como nos demais nominais temáticos, uma consoante para *onset*” (BISOL, 2010, p.73). Assim, de um lado, “via apagamento de VT [vogal temática], *ka.no.a>ka.no.i.ña*, o hiato da base é desfeito e o de DIM [diminutivo] permanece” (BISOL, 2010, p.73). Por outro lado, “via epêntese, *ka.no.a>ka.no.a.zi.ña*, o hiato da base é preservado para resolver o de DIM” (BISOL, 2010, p.73). Contudo, a autora constata que há exceções à regra e afirma que:

as ocorrências mais frequentes indicam que DIM tende a preservar o hiato do *input* e resolver o que lhe diz respeito, optando pela epêntese, mas a variação não fica de toda excluída, como em *atoa* > *atoazinha* ~ *atoinha*, *canoá* > *canoazinha* ~ *canoinha*, *garoá* > *garoazinha* ~ *garoinha*. (BISOL, 2010, p.73).

Por último, o terceiro caso mencionado por Bisol está relacionado ao fato de que, nos diminutivos, “a base que contém minimamente duas sílabas exhibe pé binário de cabeça à esquerda” (BISOL, 2010, p.74). Deste modo, o acento secundário, quando herdado do principal, desloca-se para a sílaba imediatamente anterior a fim de evitar uma colisão acentual com retração de acento. No entanto, a autora constata que “a exceção está no grupo das proparoxítonas, que foge ao padrão geral [pé binário de cabeça à esquerda], mostrando um dátilo, o qual tende a ser preservado por DIM” (BISOL, 2010, p.74). Assim, a exceção encontra-se em dados como, por exemplo, (lâm.pa.da) → (lâm.pa.da.)(zí.nha) ~ (lâm.pa.)(dí.nha), (cá.te.dra) → (cà.te.dra.)(zí.nha) ~ (cà.te.)(drí.nha), etc.

Note-se que Bisol (2010) admite a variação existente em nominais temáticos, mas considera que “há casos que apontam para o controle de certos fatores, como redundância de gênero, hiato duplicado, acento marcado e OCP que motivam ou restringem a presença de consoante epentética” (BISOL, 2010, p.75).

Finalmente, Bisol (2010, p.82) chega à seguinte generalização: “O Diminutivo, cuja forma canônica é *-inho*, exige onset e preserva os elementos da base (*input*) e do *output* que são relevantes para a sua estruturação como palavra fonológica.”

Em suma, no que se refere às formas *-inho* e/ou *-zinho*, torna-se evidente a ausência de consenso entre os teóricos. Note-se que, de um lado, temos semelhanças semântica e fonética entre os formativos, fazendo com que muitos autores considerem a existência de uma única forma diminutiva, *-inho*. No entanto, haveria a inserção de um segmento consonantal epentético, consoante de ligação ou ainda um infixo que ocorre em determinados contextos, manifestando-se como *-zinho*. Para se considerar a possibilidade de *-z-* como infixo, seria necessário caracterizá-lo como um autêntico morfema, dotado de significação. Por outro lado, diante da flexão nominal, observa-se que a distribuição e o comportamento de tais formativos levam outros autores a interpretá-los como entidades morfológicas distintas.

A sociolinguística variacionista

A perspectiva teórica da Sociolinguística Variacionista ou Laboviana relaciona aspectos variáveis sistemáticos da linguagem humana a fatores sociais em uma dada comunidade. Neste sentido, língua e sociedade estão estreitamente

interligadas. Para Labov (1972), o objeto da pesquisa sociolinguística é a língua vernácula, sendo descrita como a língua falada na vida cotidiana pelos membros de uma comunidade.

Na década de 60, ao pesquisar o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, a respeito da variação fonológica da vogal núcleo dos ditongos /ay/ (ex. right) e /aw/ (ex. house), Labov (1972) notou fortes influências sociais decorrente da invasão de veranistas ingleses. Assim, o autor concluiu que os falantes que apresentavam uma atitude mais positiva em relação à ilha, os moradores locais, centralizavam mais os ditongos, variante não-padrão e estigmatizada, adotando uma pronúncia típica da ilha: um schwa [əu] e [əy], enquanto os veranistas adotavam uma pronúncia mais geral, considerada inovadora e de prestígio. Logo, Labov (1972) evidenciou o fato de a língua ser considerada um fator de identidade social. Com isso, o autor comprovou a possibilidade de a variação linguística ser objeto de sistematização, destacando o papel primordial dos fatores sociais na explicação da variação linguística.

Diante da heterogeneidade dos fenômenos linguísticos, Labov (1972) estabeleceu um modelo de descrição e análise linguística que considera a influência dos fatores sociais atuantes na língua, sendo conhecido como teoria da variação linguística.

A língua então passa a ser estudada como um sistema heterogêneo em constante processo de mudança, relacionando-se diretamente ao meio social em que está inserida. Em outras palavras, não existe uma língua homogênea, a linguagem humana muda com o tempo. Deste modo, Labov (1972) considera que, quando analisamos o contexto social em que a língua é utilizada, muitos elementos da estrutura linguística implicam na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto nos processos sociais:

[...] os procedimentos da linguística descritiva fundamentam-se na concepção de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, foi útil considerar que tais normas eram invariáveis e compartilhadas por todos os membros da comunidade linguística. Entretanto, as análises mais detalhadas do contexto social em que a língua é utilizada vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura linguística estão implicados na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 1972, p.241).

No estudo da variação, as alternâncias de uso sofrem influências de fatores estruturais e sociais. Neste sentido, o uso de formas linguísticas é motivado pelas diferenças entre os falantes e pela própria heterogeneidade da língua. Portanto, sua alternância pode ser estatisticamente previsível, ou seja, torna-se passível de ser descrita e analisada cientificamente.

Partindo da concepção da relação entre língua e sociedade e de que a língua falada é variável e heterogênea, os objetivos principais da Sociolinguística Laboviana são:

- a) analisar e legitimar as variantes utilizadas numa comunidade de fala (LABOV, 1975);
- b) entender a relação entre variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Contudo, cabe ainda à análise sociolinguística explicitar a inserção ou encaixamento de uma variável no sistema de relações sociais e linguísticas de uma comunidade. Para isso, dispõe-se de métodos estatísticos aplicados a um conjunto de dados a fim de se extrair regularidades altamente ordenadas que governam a variação na comunidade. Neste sentido, Guy e Zilles consideram que “antes do advento da metodologia de quantificação, a variação linguística era considerada secundária, aleatória ou mesmo impossível de ser cientificamente apreendida” (GUY; ZILLES, 2007, p.73). No entanto, “o uso de métodos estatísticos tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras” (GUY; ZILLES, 2007, p.73).

Materiais e métodos

A fim de compreendermos a percepção de falantes do PB diante da alternância do diminutivo –inho/ -zinho, foi realizado um teste de aceitabilidade. Este teste de julgamento foi formulado com o objetivo de se identificar prováveis reações atitudinais de falantes do português brasileiro diante da variação presente na escolha de uso dos formativos –inho e/ou -zinho.

Como parte preliminar do planejamento experimental do teste de aceitabilidade, procedeu-se à definição de escalas, em que se optou pela utilização de uma escala com pontuação. Adotou-se a escala de Likert (1932), de cinco pontos, modelo criado em 1932 para avaliar atitudes e hoje amplamente empregado para avaliações diversas, sendo atribuídos os valores: (1) para “perfeitamente possível”; (2) para “possível, mas não utilizaria”; (3) para “indiferente”; (4) para “improvável, raramente utilizaria”; e (5) para “não aplicável, nunca utilizaria”. A atribuição dos pontos à escala Likert (1932), em cada nível de resposta, procurou estabelecer uma ordenação das alternativas com intervalos equivalentes a fim de viabilizar a análise estatística. Deste modo,

admitimos que o questionário aplicado constitui-se em uma escala intervalar, visto que a distância entre as posições é a mesma e que tais posições, utilizadas para avaliar opiniões e atitudes, medem proporções que partem do mais favorável ao mais desfavorável. Dito de outro modo, além de os dados estarem dispostos numa ordem linear, do menor para o maior, o espaçamento igual dos níveis de resposta foi claramente indicado em uma escala visual apresentada no questionário aplicado.

Nosso instrumento de pesquisa foi composto por uma escala Likert (1932) com 10 sentenças referentes à variação detectada entre as formas diminutivas -inho, e/ou -zinho.

Em relação ao tamanho da amostra, visando evitar a discussão acerca do limite entre o que podemos considerar como uma amostra pequena ou grande, ou seja, buscando o limite do menor tamanho da amostra com melhor aderência à curva da distribuição normal, adotamos uma amostra composta por 40 informantes, sendo 17 homens e 23 mulheres, com faixa etária entre 18 e 26 anos, dialeto regional (carioca; fluminense; outro) e ensino superior incompleto.

Na análise das respostas, foi proposta uma escala de concordância em que o respondente indica seu grau de acordo ou desacordo para cada item. Neste caso, adotamos os seguintes valores para cada resposta:

+				-
[1] Concordo Plenamente	[2]	[3]	[4]	[5]Discordo Totalmente

Nesta escala, admitimos que o valor exatamente (3) seria considerado “indiferente” ou “sem opinião”, sendo o “ponto neutro”, equivalente aos casos em que os respondentes abstiveram-se de emitir uma opinião.

A partir da aplicação do teste de aceitabilidade, os dados obtidos foram analisados pelo programa EXCEL 14, que compõe o pacote *Office 2010* da *Microsoft Corporation*, com suporte ao pacote estatístico R, sendo caracterizado por REXCEL.

Resultados e análise do instrumento de medição

A partir das respostas fornecidas pelos entrevistados, apresentaremos, nas próximas seções, os resultados obtidos no teste de aceitabilidade e teceremos uma análise acerca do instrumento de medição aplicado neste estudo.

Faixa etária

Neste estudo, consideramos a faixa etária como uma variável qualitativa ordinal, dividida em intervalos mutuamente exclusivos e ordenados. Neste caso, a variável foi descategorizada e agrupada em intervalos fechados com 3 classes. Assim, os respondentes foram divididos, de acordo com sua idade, em três intervalos: {[18-20], [21-23], [24-26]}. Considerando a idade dos entrevistados, os dados revelam que 68% possuem de 18 a 20 anos, 15% encontram-se na faixa etária entre 21 e 23 anos e 17% estão entre 24 e 26 anos, conforme vemos na tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição por faixa etária dos entrevistados

FAIXA ETÁRIA	Frequência Absoluta (f_i)	Frequência Relativa (fr_i) %
18 – 20 anos	28	70
21 – 23 anos	6	15
24 – 26 anos	6	15
TOTAL	40	100

Fonte: Elaboração própria.

Gênero

Neste trabalho, o gênero do respondente assume os atributos de uma variável qualitativa nominal. Deste modo, os entrevistados foram categorizados em função do gênero em: {Masculino, Feminino}.

Considerando o gênero dos entrevistados, temos 17 indivíduos do gênero masculino e 23 do gênero feminino, perfazendo um total de 40 respondentes.

Tabela 02 – Distribuição por gênero dos entrevistados

SEXO	Frequência Absoluta (f_i)	Frequência Relativa (fr_i) %
Masculino	17	42,5
Feminino	23	57,5
TOTAL	40	100

Fonte: Elaboração própria.

Dialeto regional

Para o teste de julgamento, definimos a variável dialeto regional em qualitativa nominal e foram considerados os seguintes valores: {Carioca, Fluminense, Outro}.

De acordo com o dialeto regional, os dados mostram que 83% dos entrevistados são cariocas, 13% são fluminenses e 5% situam-se em outras regiões do estado do Rio de Janeiro, como se observa na tabela 03.

Tabela 03 – Distribuição por dialeto regional dos entrevistados

DIALETO REGIONAL	Frequência Absoluta (f _j)	Frequência Relativa (fr _i) %
Carioca	33	83
Flumenense	5	13
Outro	2	5
TOTAL	40	100

Fonte: Elaboração própria.

Atitude dos respondentes

Considerando o julgamento efetuado pelos respondentes, avaliamos o grau de concordância ou discordância para cada questão a fim de medirmos a atitude do sujeito frente a cada item avaliado, conforme o exposto na tabela 04.

Com base nos resultados, pode-se notar que a maior tendência à concordância possui os escores mais altos concentrados nas respostas em que se atribuiu o grau 1 (posição altamente favorável) para os diminutivos –inho e –zinho respectivamente. Por outro lado, a forma –inhozinho apresenta escores mais elevados para as respostas de grau 5 (posição claramente desfavorável), revelando uma tendência à discordância quanto à utilização desse formativo. Neste caso, os dados mostram que os respondentes posicionaram-se positivamente em relação ao uso das formas –inho e –zinho, admitindo as duas possibilidades de uso no mesmo contexto, embora se observe uma pequena variação percentual entre os dois formativos em função de cada item avaliado. No entanto, os respondentes adotaram uma atitude mais conservadora diante da utilização da forma –inhozinho, revelando um alto índice de rejeição nos contextos em que se alternam as possibilidades de aplicação de –inho e -zinho.

Tabela 04 – Distribuição da atitude do respondente aos itens vinculados no uso dos sufixos diminutivos

ITENS / SUFIXOS	GRAUS DE ACEITABILIDADE														
	1			2			3			4			5		
	-Inho	-Zinho	-Inhozinho	-Inho	-Zinho	-Inhozinho	-Inho	-Zinho	-Inhozinho	-Inho	-Zinho	-Inhozinho	-Inho	-Zinho	-Inhozinho
Questão 1	35 = 88%	2 = 5%	0 = 0%	5 = 13%	15 = 38%	2 = 5%	0 = 0%	5 = 13%	2 = 5%	0 = 0%	10 = 25%	10 = 25%	0 = 0%	8 = 20%	26 = 65%
Questão 2	33 = 83%	6 = 15%	1 = 3%	4 = 10%	11 = 28%	3 = 8%	2 = 5%	2 = 5%	3 = 8%	1 = 3%	14 = 35%	3 = 8%	0 = 0%	7 = 18%	30 = 75%
Questão 3	13 = 33%	29 = 73%	1 = 3%	14 = 35%	5 = 13%	4 = 10%	5 = 13%	3 = 8%	3 = 8%	7 = 18%	3 = 8%	10 = 25%	1 = 3%	0 = 0%	22 = 55%
Questão 4	37 = 93%	2 = 5%	0 = 0%	2 = 5%	7 = 18%	1 = 3%	1 = 3%	8 = 20%	1 = 3%	0 = 0%	10 = 25%	6 = 15%	0 = 0%	13 = 33%	32 = 80%
Questão 5	25 = 63%	18 = 45%	1 = 3%	9 = 23%	12 = 30%	0 = 0%	6 = 15%	4 = 10%	1 = 3%	0 = 0%	5 = 13%	7 = 18%	0 = 0%	1 = 3%	31 = 78%
Questão 6	19 = 48%	27 = 68%	1 = 3%	10 = 25%	3 = 8%	1 = 3%	7 = 18%	4 = 10%	3 = 8%	1 = 3%	5 = 13%	5 = 13%	3 = 8%	1 = 3%	30 = 75%
Questão 7	14 = 35%	29 = 73%	0 = 0%	9 = 23%	6 = 15%	1 = 3%	6 = 15%	2 = 5%	1 = 3%	4 = 10%	3 = 8%	6 = 15%	7 = 18%	0 = 0%	32 = 80%
Questão 8	25 = 63%	20 = 50%	0 = 0%	8 = 20%	8 = 20%	2 = 5%	4 = 10%	5 = 13%	2 = 5%	0 = 0%	7 = 18%	5 = 13%	3 = 8%	0 = 0%	31 = 78%
Questão 9	4 = 10%	36 = 90%	0 = 0%	9 = 23%	2 = 5%	0 = 0%	8 = 20%	0 = 0%	1 = 3%	9 = 23%	2 = 5%	4 = 10%	10 = 25%	0 = 0%	35 = 88%
Questão 10	6 = 15%	30 = 75%	0 = 0%	10 = 25%	4 = 10%	1 = 3%	4 = 10%	4 = 10%	1 = 3%	6 = 15%	0 = 0%	6 = 15%	14 = 35%	2 = 5%	32 = 80%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às variáveis em estudo, relacionou-se a frequência das respostas dos informantes, que fizeram tal atribuição, a percentuais por linhas, refletindo a proximidade/afastamento de uso das formas diminutivas em questão, como podemos observar na tabela 05.

Tabela 05 – Distribuição da alternância –inho / -zinho conforme a frequência atribuída pelos informantes

FORMAS DIMINUTIVAS	FREQUÊNCIA DE ACEITABILIDADE					TOTAL
	1	2	3	4	5	
-INHO	211 / 400 = 52,8%	80 / 400 = 20,0%	43 / 400 = 10,8%	28 / 400 = 7,0%	38 / 400 = 9,5%	100%
-ZINHO	199 / 400 = 49,8%	73 / 400 = 18,3%	37 / 400 = 9,3%	59 / 400 = 14,8%	32 / 400 = 8,0%	100%
-INHOZINHO	4 / 400 = 1,0%	15 / 400 = 3,8%	18 / 400 = 4,5%	62 / 400 = 15,5%	301 / 400 = 75,3%	100%
TOTAL	414 / 1200 = 34,5%	168 / 1200 = 14,0%	98 / 1200 = 8,2%	149 / 1200 = 12,4%	371 / 1200 = 30,9%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 05, os dados mostram que 52,8% dos informantes afirmam utilizar amplamente o morfema –inho. No entanto, 20% reconhecem ser possível a utilização da variante –inho, embora não seja essa variante que utilizam com maior frequência. Embora presente um uso improvável na língua, 7% consideram utilizar ocasionalmente o diminutivo –inho e somente 9,5% declaram não fazer uso do morfema em questão. Contudo, para o formativo –zinho, observa-se que 49,8%

dos respondentes consideraram utilizá-lo plenamente, enquanto 18,3% admitem o uso da variante zinho, mas reconhecem não ser a variante a que recorrem num primeiro momento. Ainda que considerem improvável a possibilidade de uso na língua, 14,8% dos informantes afirmam utilizar esporadicamente o morfema –zinho e apenas 8,0% admitem não utilizar esse diminutivo. Finalmente, nota-se que somente 1% dos respondentes considera fazer uso da variante inhozinho. Entretanto, 3,8% admitem a possibilidade de uso da forma –inhozinho, embora não seja a variante à qual recorrem num primeiro momento. Contudo, 15,5% dos entrevistados consideram improvável o uso do diminutivo –inhozinho, mas admitem que de vez em quando o utilizam, enquanto 75,3% dos informantes declaram nunca utilizar esse formativo. Nesse teste, os respondentes que declaram não ter uma opinião formada ou que se abstiveram de emitir qualquer opinião correspondem a: 10,8% para o morfema –inho; 9,3% para o diminutivo –zinho; e 4,5% para a variante –inhozinho.

Posteriormente, calculou-se o *ranking* médio (doravante RM) da pontuação obtida em cada um dos cinco níveis. Neste caso, atribuímos os valores de 1 a 5 para cada resposta, a partir da qual foi calculada a média ponderada para cada item, baseando-se na frequência das respostas. Deste modo, os valores atribuídos foram: 1 – para o nível 5; 2 – para o nível 4; 3 – para o nível 3; e 4 – para o nível 2; e 5 – para o nível 1. Assim, tem-se a fórmula:

$$RM = \frac{\sum_{i=1}^n MG \times Vi}{\sum Vi} \tag{1}$$

Onde:

RM = *ranking* médio.

MG = média de pontos obtidos em cada grupo.

V_i = valor ou peso atribuído a cada resposta.

Em relação à avaliação do grau de concordância ou discordância de uso de cada uma das formas diminutivas, considerou-se o valor padrão 3 como o ponto neutro da escala de valores. Logo, a soma dos valores médios (RM Geral) acima de 3 é considerada como concordante, enquanto os menores que 3 são tidos como discordantes. Deste modo, realizou-se verificação quanto à concordância ou discordância das questões avaliadas através da obtenção do RM da pontuação atribuída às respostas, conforme se pode observar na tabela 06.

Tabela 06 – Ranking médio (RM)

SUFIXOS DIMINUTIVOS	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	RM Geral
	RM	RM	RM	RM	RM	
-INHO	2,64	0,80	0,32	0,14	0,10	4,00
-ZINHO	2,49	0,73	0,28	0,30	0,08	3,87
-INHOZINHO	0,05	0,15	0,14	0,31	0,75	1,40
Total	5,18	1,68	0,74	0,75	0,93	9,26

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela acima, observa-se que, dos 40 respondentes, em média 4,00 declararam utilizar o formativo –inho, enquanto 3,87 dos entrevistados admitiram utilizar o diminutivo -zinho nos 10 itens do questionário aplicado. No entanto, o diminutivo –inhozinho foi utilizado em média por 1,40 dos respondentes. Note-se ainda que, das variáveis em análise, o RM geral encontra-se aproximadamente em torno de quatro, ou seja, evidencia que há um predomínio de nível satisfatório, indicando que as respostas tenderam para uma atitude positiva ou concordante quanto à possibilidade e uso dos referidos formativos, ficando somente a variável –inhozinho em um nível insatisfatório, pois atingiu uma média inferior ao ponto de corte ou ponto neutro estabelecido, o que revela uma atitude discordante em relação à possibilidade e uso do referido formativo.

A fim de medirmos a variabilidade dos dados em torno do RM, utilizou-se o cálculo do desvio padrão da média por meio da seguinte fórmula:

$$S = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (X_i - MG)^2}{n(n-1)}} \quad (2)$$

Onde:

S = desvio padrão.

X_i = variável usada para representar os valores individuais dos dados.

MG = média geral de pontos obtidos no RM.

Portanto, realizou-se verificação quanto à concordância ou discordância das questões avaliadas através da obtenção do RM da pontuação atribuída às respostas e analisou-se o grau de dispersão em relação a essa média, obtendo o desvio padrão do RM, conforme se pode observar na tabela 07.

Tabela 07 – Desvio padrão amostral (S)

SUFIXOS DIMINUTIVOS	Nível 1 (S)	Nível 2 (S)	Nível 3 (S)	Nível 4 (S)	Nível 5 (S)	S Geral
-INHO	1,64	0,41	0,20	0,28	0,37	2,90
-ZINHO	1,60	0,38	0,16	0,37	0,35	2,86
-INHOZINHO	0,09	0,10	0,08	0,42	2,31	3,00
Total	3,33	0,89	0,44	1,07	3,03	8,76

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 07, nota-se que os morfemas –inho e –zinho apresentam um desvio-padrão que se aproxima de suas respectivas médias, evidenciando que boa parte dos entrevistados consideraram de forma parecida o uso dos referidos diminutivos, revelando uma atitude positiva em relação aos diminutivos supracitados. Por outro lado, o formativo –inhozinho apresenta uma dispersão que ultrapassa sua respectiva média, indicando que a maioria dos respondentes revelaram-se contrários à aplicabilidade e uso da forma em questão, enquanto uma parcela mínima apresentou uma atitude concordante quanto à possibilidade e uso desse diminutivo, o que influenciou a média para baixo.

Validade, confiabilidade e capacidade discriminatória

Hernández, Fernández e Baptista (2003) ressalta que, ao utilizarmos um instrumento de medição, é necessário avaliarmos sua confiabilidade e validade para que a investigação aporte resultados reais e seja digna de consideração.

A qualidade do instrumento de medição é estimada pelos critérios de validade ou validade e por sua confiabilidade ou fidedignidade. O critério de validade está relacionado à capacidade de um instrumento medir com precisão o que de fato se propõe medir, ou seja, os dados da pesquisa devem ser precisos. Por outro lado, a confiabilidade refere-se à capacidade de reproduzir com consistência ou estabilidade os resultados obtidos quando o mesmo indivíduo ou objeto é avaliado, ou seja, qualquer pessoa que aplique um questionário, em condições idênticas, terá sempre os mesmos resultados. Segundo Guy e Zilles (2007), a confiabilidade equivale basicamente à possibilidade de reproduzir ou replicar um resultado. Os autores argumentam que, se repetirmos um estudo ou se outro pesquisador realizar um estudo equivalente com a utilização de critérios idênticos, se os resultados não forem iguais, não haverá confiabilidade, mas, se forem, podemos considerá-los confiáveis. Desse modo, Guy e Zilles (2007) consideram que “isto é uma questão de clareza dos procedimentos, do cuidado dos pesquisadores para evitar possíveis fontes de viés” (GUY; ZILLES, 2007, p.116) e mencionam ainda

que “alguns fenômenos do mundo são mais estáveis e outros menos; os mais estáveis dão sempre os mesmos resultados e são mais confiáveis” (GUY; ZILLES, 2007, p.116).

Para demonstrar a validade do instrumento de medição, realizou-se um teste piloto com 05 (cinco) pessoas que preencheram o questionário para o teste final do instrumento. Nenhuma modificação foi necessária, pois não se registraram problemas relacionados à clareza, ao entendimento, ao preenchimento e à adequação ao *layout* do questionário. Finda essa etapa, o questionário foi aplicado na amostra completa.

Para determinação da confiabilidade do questionário, usamos o coeficiente *alpha* de Cronbach (1951), que consiste em uma análise da covariância e/ou correlações entre os itens do questionário a fim de medir a homogeneidade dos componentes da escala. Neste trabalho, nos dedicamos a uma análise de consistência interna do questionário aplicado utilizando o pacote estatístico R *project*, Versão 2.12.2. Assim, os resultados obtidos foram:

Quadro 1 – Teste *Alpha* de Cronbach

Alpha reliability	Standardized alpha	N itens
0.8133	0.8183	10

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Hair et al. (1998), rejeitam-se os fatores com *alpha* de coeficiente menores que 0,6, uma vez que valores abaixo deste indicam uma intensidade de associação muito baixa. Valores entre 0,6 e 0,7 indicam uma intensidade de associação moderada; entre 0,7 e 0,8, boa; entre 0,8 e 0,9, muito boa e 0,9, excelente. Assim, analisando-se a estrutura do instrumento utilizado para obtenção dos dados através do modelo de *Alpha* de Cronbach (1951), percebe-se que o constructo e a escala utilizados apresentam uma confiabilidade interna muito boa e, portanto, são adequados para o propósito para o qual foram designados (QUADRO 01).

Poder discriminatório

Entende-se por poder discriminatório a capacidade que os resultados de um teste tem de quantificar as diferenças entre os respondentes.

O poder discriminante de uma escala pode ser expresso pelo coeficiente δ de Ferguson (1949), que varia de 0 (todas as pontuações são iguais) a 1 (cada

indivíduo tem uma pontuação diferente). Assim, quanto mais próximo de 1 o índice de Ferguson estiver, maior também será a capacidade discriminante do teste. Como regra geral, um teste é considerado discriminatório se apresentar $\delta \geq 0,90$. Nesse teste, o valor estimado do delta de Ferguson (1949) para a amostra foi de $\delta = 0,93$, sendo considerado um valor que apresenta uma boa capacidade discriminatória.

Modelagem estatística

A fim de identificarmos a modelagem estatística mais adequada ao fenômeno em estudo, aferimos os pressupostos de Gaussianidade¹ e de a homocedasticidade das variâncias. Deste modo, entende-se que os pressupostos básicos assumidos neste trabalho delineiam os contornos de uma pesquisa honesta e não viesada, o que valer dizer cientificamente aceita.

Em relação ao diagnóstico de normalidade, utilizou-se o teste Shapiro-Wilk (SHAPIRO; WILK, 1965). Esse teste, proposto em 1965, calcula uma estatística W que testa se uma amostra aleatória (x_1, x_2, \dots, x_n) é proveniente de uma distribuição normal. Assim, verificam-se as seguintes hipóteses:

H_0 : A amostra provém de uma distribuição normal $N(\mu, \sigma^2)$

H_1 : A amostra não provém de uma distribuição normal $N(\mu, \sigma^2)$

Neste caso, rejeitamos H_0 se o p-valor² é menor que 5% (p-valor < 0,05) e não rejeitamos H_0 caso contrário. Logo, observou-se que, da aplicação do teste de normalidade de Shapiro-Wilk (SHAPIRO; WILK, 1965) resultou um p-valor = 0,8948, portanto, a um nível de significância de 5%, não podemos rejeitar a hipótese da normalidade. Assim, torna-se plausível que a amostra provenha de uma população normal.

Muitas técnicas estatísticas requerem a suposição de igualdade de variâncias das variáveis de interesse e, portanto, considerou-se crucial verificar essa premissa. Foi utilizado o teste de Levene centrado na média para averiguar o pressuposto de homogeneidade da variância. Esse teste é usado para verificar se k médias têm a mesma variância, ou seja, a variabilidade dos resultados, para cada situação experimental, deve ser aproximadamente igual. Assim,

¹ O termo gaussianidade faz referência ao matemático e astrônomo Gauss, que utilizou essa distribuição para modelar a variação no resultado de medições do posicionamento de planetas.

² O p-valor refere-se à menor escolha que teríamos feito para determinado nível de significância (α), de forma a rejeitarmos H_0 .

as variáveis a serem testadas devem pertencer a grupos populacionais com igual variância. Deste modo, para avaliarmos a homogeneidade da variância, admitiu-se um nível de significância menor que 0,05 ($\alpha < 0,05$). Deste modo, foram estabelecidas as hipóteses:

- H_0 : As variâncias para os diferentes grupos são iguais (existe homocedasticidade)
 H_1 : As variâncias para os diferentes grupos são diferentes (não existe homocedasticidade)

Neste caso, rejeitamos H_0 se o p-valor for menor que 5% e não rejeitamos H_0 caso contrário. Para as variáveis avaliadas no teste de aceitabilidade, foram obtidos os seguintes valores:

Quadro 2 – Teste de homocedasticidade

Levene's Test for Homogeneity of Variance (center = mean)	
Group	Pr(>F)
Dialeto Regional	0.0891
FaixaEtária	0.9850
Gênero	0.2832
Diminutivo	0.4345

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos o resultado do teste de Levene, constatamos que, como $p > 0,05$, então não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, não existem evidências de uma diferença significativa entre as variâncias dos grupos analisados.

Cabe ressaltar que a independência entre os grupos é automática, pois são grupos vindos de populações mutuamente excludentes (homens ou mulheres; cariocas ou fluminense ou outro; 18 a 20 anos ou 21 a 23 anos ou 24 a 26 anos). Observe-se que os dados coletados seguem uma distribuição normal e foi verificada a igualdade de variâncias das atitudes entre as variáveis independentes (Teste de Levene). Assim, dentre os vários testes paramétricos existentes, realizamos uma análise de variância *multifatorial* (ANOVA *Multi Way*) por considerarmos, no caso específico deste estudo, ser o teste mais adequado a explicar a alternância do diminutivo –inho/ -zinho no PB.

Hipóteses

Entende-se que, nos casos de variação, diante de uma só forma é de se esperar que haja convergência entre os níveis, tanto para -inho, considerado como morfema diminutivo, quanto para /z/ em -zinho, tido como uma consoante epentética que emerge para satisfazer exigências estruturais. Assim, a hipótese conservadora formulada (H_0) é de que haja convergência entre as médias ($\mu_1 = \mu_2 = \dots = \mu_i$). No entanto, se houver diferenças significativas entre os níveis, temos evidências para admitir a existência de formas distintas na língua portuguesa, visto que teríamos formas que se afastam progressivamente entre si. Logo, a hipótese inovadora (H_1) é de que existe pelo menos uma das médias diferentes ($\mu_i \neq \mu_j$ para algum $i \neq j$). Entretanto, a hipótese secundária a ser investigada é verificar se há ou não interação entre os fatores sociais e a atitude do falante. Assim, a hipótese nula (H_0) é de que haja interação entre os fatores sociais (dialeto regional, gênero e faixa etária) e a seleção da(s) forma(s) diminutiva(s), dada a proposta sociolinguística adotada neste estudo. Por outro lado, a hipótese alternativa (H_1) é de que a(s) forma(s) diminutiva(s) ocorrem por motivações estruturais, sem interferência de fatores sociais.

Discussão dos resultados

Os dados foram submetidos à análise de variância **multifatorial** (ANOVA *Multi Way*), com nível de significância de 0,05, para avaliar se o efeito do gênero, do dialeto regional e da faixa etária é determinante na seleção da(s) forma(s) em análise e se há ou não convergência entre as formas. A seguir, na tabela 08, apresentamos os resultados obtidos na aplicação do modelo Π^3 de ANOVA **multifatorial**.

³ Este modelo considera que todos os fatores têm efeitos aleatórios.

Tabela 08 – Resultados da ANOVA multifatorial para a pontuação na escala de atitudes em relação ao uso da(s) forma(s) diminutiva(s) – inho e/ou –zinho, em função do dialeto regional, do sexo e da faixa etária

Efeito	Soma de quadrados (SQ)	Graus de liberdade (GL)	Média de quadrados (MQ)	F	p
DIALETO	0,8	2	0,4	0,0117	0,98833
FAIXA ETÁRIA	29,0	2	14,5	0,4383	0,64653
GÊNERO	0,0	1	0,0	0,0003	0,98557
DIMINUTIVO	17167,9	2	8583,9	259,5613	< 2e-16
DIALETO*FAIXA ETÁRIA	0,0	1	0,0	0,0007	0,97959
DIALETO*GÊNERO	218,0	2	109,0	3,2960	0,04171
FAIXA ETÁRIA*GÊNERO	6,5	2	3,3	0,0988	0,90606
DIALETO*DIMINUTIVO	204,1	4	51,0	1,5429	0,19691
FAIXA ETÁRIA*DIMINUTIVO	205,1	4	51,3	1,5503	0,19484
GÊNERO*DIMINUTIVO	41,3	2	20,6	0,6243	0,53802
DIALETO*FAIXA ETÁRIA*DIMINUTIVO	34,8	2	17,4	0,5268	0,59238
DIALETO*GÊNERO*DIMINUTIVO	83,2	4	20,8	0,6288	0,64324
FAIXA ETÁRIA*GÊNERO*DIMINUTIVO	25,3	4	6,3	0,1911	0,94244
Resíduos	2877,2	87	33,1		

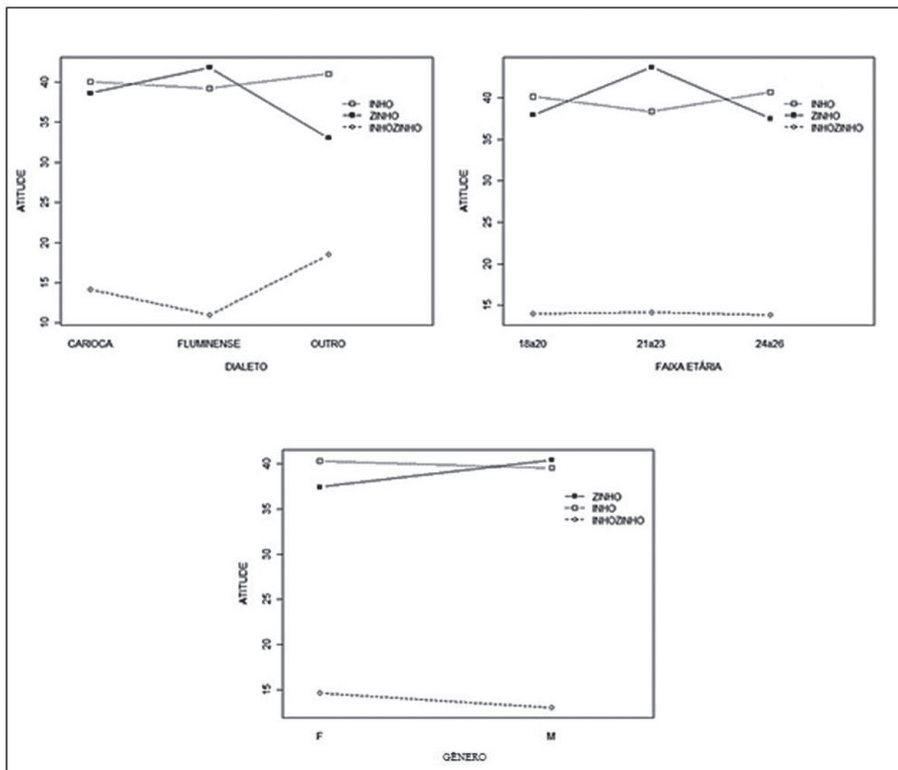
Fonte: Elaboração própria.

Tomados individualmente os efeitos principais, observa-se que o p valor para o fator diminutivo, aproximadamente zero, é muito menor que o p valor para a faixa etária (0,64653), o gênero (0,98557) e o dialeto regional (0,98833). Logo, para $\alpha = 0,05$, rejeitamos a hipótese conservadora (H_0), ou seja, o fator “diminutivo” tem efeito significativo sobre a variabilidade da variável de resposta “atitude”, apresentando potenciais diferenças entre os níveis, enquanto que não há evidência estatística para afirmar que, individualmente, os fatores “faixa etária”, “gênero” e “dialeto” exerçam efeito distinto sobre a percepção do falante, visto que, para estes fatores, $p > 0,05$. Em outras palavras, os fatores analisados apontam para a existência de diferenças significativas entre os formativos (-inho, -zinho e -inhozinho), o que nos leva a admitir a existência de mais de uma forma diminutiva na língua.

Quando observamos os cruzamentos entre os fatores analisados, vemos que todas as combinações entre os fatores (A*B, A*C, A*D, A*B*C, A*B*D, A*C*D) indicam que há possíveis interações, conforme o exposto nos gráficos de interação⁴ (GRÁFICO 01).

⁴ Neste estudo, adotou-se o método gráfico de interação para ANOVA sugerido por Levine, Berenson e Stephan (2000). A interação entre os fatores corresponde à diferença de comportamento de um fator nos diferentes níveis do outro fator (eixo) com respeito à característica de interesse.

Gráfico 01 – Interação entre a atitude do falante e os fatores “dialeto”, “faixa etária” e “gênero” na seleção das formas diminutivas



Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar no gráfico 01, a interação entre os formativos -inho, -zinho e -inhozinho é verificada para todos os fatores analisados, visto que as retas são congruentes ou estão inclinadas, ou seja, não são sensivelmente paralelas. Logo, para $p > 0,05$, não rejeitamos a hipótese nula (H_0), ou seja, concluímos que há evidências de um efeito de interação entre os fatores dialeto regional, gênero e faixa etária na seleção das formas diminutivas -inho e -zinho, o que nos leva a afirmar que as propriedades estruturais (número de sílabas, acentuação, segmento final da forma primitiva e flexão nominal) por si só não são determinantes na seleção das formas diminutivas. Em outras palavras, os fatores sociais (dialeto regional, gênero e faixa etária) revelam-se expressivos, condicionando a escolha do falante por um ou outro formativo.

Note-se que a probabilidade de ocorrer uma das variantes cresce na medida em que se conjugam os vários fatores sociais. Vejamos como as interações entre

as médias para os grupos analisados em cada fator são determinantes na escolha dos sufixos diminutivos –inho e –zinho (QUADRO 03).

Quadro 03 – Interação entre as médias para os fatores sociais em relação à escolha dos formativos –inho e –zinho

DIMINUTIVO -INHO				DIMINUTIVO -ZINHO			
FAIXA ETÁRIA / GÊNERO	DIALETO REGIONAL			FAIXA ETÁRIA / GÊNERO	DIALETO REGIONAL		
	CARIOCA	FLUMINENSE	OUTRO		CARIOCA	FLUMINENSE	OUTRO
18 a 20 anos				18 a 20 anos			
MASCULINO	39,43	39	NA	MASCULINO	37,86	42	NA
FEMININO	40,47	41	NA	FEMININO	37,12	40,50	NA
21 a 23 anos				21 a 23 anos			
MASCULINO	38	NA	NA	MASCULINO	44	NA	NA
FEMININO	39	NA	NA	FEMININO	43	NA	NA
24 a 26 anos				24 a 26 anos			
MASCULINO	44	36	42	MASCULINO	38,5	44	41
FEMININO	38	NA	40	FEMININO	38	NA	25

DIMINUTIVO -INHOZINHO			
FAIXA ETÁRIA / GÊNERO	DIALETO REGIONAL		
	CARIOCA	FLUMINENSE	OUTRO
18 a 20 anos			
MASCULINO	12,43	11	NA
FEMININO	15,35	10,5	NA
21 a 23 anos			
MASCULINO	13,5	NA	NA
FEMININO	15,5	NA	NA
24 a 26 anos			
MASCULINO	10	12	27
FEMININO	14	NA	10

Fonte: Elaboração própria.

Em média, no quadro 03, vemos que o sufixo –inho revela maior incidência de uso entre as mulheres do dialeto fluminense que compreendem a faixa etária de 18 a 20 anos. No entanto, entre os homens, essa incidência ocorre no dialeto carioca para os falantes que se encontram na faixa de 24 a 26 anos. Por outro lado, o diminutivo –zinho apresenta maior aplicação entre as mulheres cariocas de 21 a 23 anos. Entretanto, os homens cariocas e fluminenses também empregam majoritariamente essa variante. Contudo, são os cariocas de 21 a 23 anos e os fluminenses com idades entre 24 e 26 anos que a utilizam com maior incidência. Por último, a variante –inhozinho ocorre majoritariamente entre as mulheres cariocas de 21 a 23 anos, competindo com o sufixo –zinho para as mesmas condições de uso, ou seja, entre as cariocas com idades que variam de 21 a 23 anos. No entanto, os homens não cariocas e não fluminenses, aqueles pertencentes a outros dialetos regionais, revelam maior incidência de uso na faixa etária de 24 a 26 anos.

Teste Post-hoc

É importante salientar que o teste ANOVA apresenta informações se há uma diferença global entre os grupos, mas não nos permite identificar quais médias diferem entre si. Para isso, temos que utilizar uma análise de comparações múltiplas de médias (par a par) a fim de examinarmos quais dos pares apresentam diferenças significativas entre si. Neste caso, investigamos quais dos grupos diferem dos demais para o fator diminutivo, visto que a hipótese conservadora (H_0) de igualdade das médias foi rejeitada. Assim, utilizamos o teste *post-hoc* (*a posteriori*) de Bonferroni para confirmar onde as diferenças ocorreram entre os níveis. Mais especificamente, visamos avaliar a diferença entre a atitude do falante e a escolha da forma diminutiva. O nível de significância adotado foi de 0,05

O teste *post-hoc* de Bonferroni apresentou um índice de significância de aproximadamente zero ($< 2e-16$) para os pares inhozinho-inho e zinho-inhozinho, revelando que estes pares são significativamente diferentes ($p < 0,05$). Deste modo, pode-se evidenciar ainda que o produto -inhozinho é resultado da recursividade das formas -inho e -zinho, que se estabelece à direita do vocábulo, sendo o sufixo -zinho sempre posterior a -inho (vidinhazinha, passarinhozinho, bondinhozinho).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal avaliar, por meio de juízos de aceitabilidade, a alternância do diminutivo -inho/-zinho no PB. Deste modo, foram apresentadas duas hipóteses a fim de responder à questão central desta investigação: trata-se de uma única forma ou temos dois diminutivos distintos?

Partindo das diferentes interpretações conferidas ao fenômeno em estudo, esperar-se-ia que, diante de uma só forma diminutiva, houvesse convergência entre os níveis nos casos de variação. Logo, na hipótese conservadora (H_0) formulada, o formativo -inho seria considerado como o único morfema diminutivo e emergiria o segmento consonantal /z/ a fim de satisfazer as condições de boa formação estrutural (a evitação do hiato, a preservação da estrutura silábica da base e a preservação do acento marcado). Por outro lado, na hipótese inovadora (H_1), o afastamento progressivo entre os níveis levar-nos-ia a admitir a existência de duas formas distintas na língua portuguesa, -inho e -zinho. Considerou-se ainda uma hipótese secundária sobre a motivação da distribuição do diminutivo -inho/-zinho no PB. Assim, na hipótese nula (H_0), supomos que há interação entre os fatores sociais (dialeto regional, gênero e faixa etária) e a seleção do(s) sufixo(s) diminutivo(s) -inho/-zinho enquanto que, na hipótese alternativa (H_1), admitimos que a(s) forma(s) diminutiva(s) em questão ocorreria(m) apenas por motivações estruturais, sem interferência de fatores sociais.

Tomando como ponto de partida as hipóteses levantadas, os dados então foram submetidos à análise de variância **multifatorial** (ANOVA *Multi Way*), com nível de significância de 0,05. Deste modo, os resultados obtidos levam-nos a considerar a existência de duas formas distintas na língua portuguesa, visto que, para $p > 0,05$, a hipótese conservadora (H_0) foi rejeitada. Nesse sentido, tal resultado corrobora, de modo semelhante, como já foi referido na literatura por diferentes autores (LEITE, 1974; LEE, 1995; VILLALVA, 2000; BASÍLIO, 2004), a existência de duas formas diminutivas distintas na língua portuguesa, -inho(a) e -zinho(a). No entanto, embora esses autores refiram-se a algum grau de variação, suas análises restringem-se a aspectos estruturais, morfológicos e fonológicos, na distribuição e no comportamento desses formativos.

A fim de explicar a relação dos fatores sociais e a distribuição dos formativos -inho e -zinho, a segunda hipótese formulada neste estudo revelou que, para $p > 0,05$, não há evidência para rejeitarmos a hipótese nula (H_0), ou seja, concluímos que há efeito de interação entre os fatores dialeto regional, gênero e faixa etária na seleção das formas diminutivas -inho e -zinho. Assim, se -inho e -zinho são sufixos distintos e ocorre interação entre os fatores sociais na distribuição das duas formas diminutivas, a questão a ser respondida é: como os fatores sociais condicionam a escolha do falante por uma ou outra forma?

Em resposta à questão formulada, constatou-se que o formativo -inho apresentou maior incidência de uso entre as mulheres do dialeto fluminense que compreendem a faixa etária de 18 a 20 anos. Contudo, entre os homens, essa incidência foi verificada no dialeto carioca para os falantes que se encontram na faixa de 24 a 26 anos. Por outro lado, o diminutivo -zinho revelou maior aplicação entre as mulheres cariocas de 21 a 23 anos. No entanto, são os cariocas de 21 a 23 anos e os fluminenses com idades entre 24 e 26 anos que a utilizam com maior incidência. Por último, a variante -inhozinho ocorreu majoritariamente entre as mulheres cariocas de 21 a 23 anos, competindo com -zinho para as mesmas condições de uso, ou seja, entre as cariocas com idades que variam de 21 a 23 anos. Contudo, os homens não cariocas e não fluminenses, aqueles pertencentes a outros dialetos regionais, revelaram maior incidência de uso na faixa etária de 24 a 26 anos.

Neste caso, os resultados revelam tendências de uso que explicam a escolha do falante dentre dois sufixos diferentes que podem expressar o diminutivo. Em outras palavras, é a alternância de escolha do sufixo diminutivo a ser usado conforme a situação de uso.

FREITAS, M. A. de; BARBOSA, M. F. M. The alternation of the diminutive forms -inho/-zinho in Brazilian Portuguese: a variational approach. **Alfa**, São Paulo, v.57, n.2, p.577-605, 2013.

- **ABSTRACT:** *In this work, we will investigate the alternation of the diminutive forms -inho/-zinho, delineating the factor that determines the choice of the speaker towards one or another formative in Brazilian Portuguese. More specifically, based on the assumptions of the Variationist Sociolinguistics, we will analyze the productive aspect of diminutive formation in order to verify if we have one or more than one diminutive suffix, giving rise to two distinct processes, which are, respectively, X-inho e X-zinho formations. In this paper, we used multi-factor analysis of variance (ANOVA Multi Way) for repeated measures with 95% confidence limits, in order to evaluate if the choice of either suffix is determined by the effect of social factors (sex, age and regional dialect) and if there is convergence between the diminutive forms -inho and/or -zinho, measured by judgment test. The results reveal that there is evidence to admit the existence of two distinct diminutive forms in Brazilian Portuguese, -inho and -zinho. Besides, the results indicate that there is an interaction among regional dialect, sex and age in the both choice of diminutive suffixes.*
- **KEYWORDS:** *Diminutive suffixes in Brazilian Portuguese. Word formation. Alternation. Linguistic variation.*

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Geral de Ciências de Lisboa, 1822.

BARROS, J. de. *Grammatica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1540.

BASILIO, M.M.P. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BISOL, L. O diminutivo e suas demandas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.26, n.1, p.59-83, 2010.

CÂMARA JÚNIOR, M. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CRONBACH, J. L. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, Springer New York, v.16, n.3, p.297-334, set. 1951.

FERGUSON, G. A. On the theory of test discrimination. *Psychometrika*, Springer New York, v.14, n.1, p.61-68, 1949.

FREIRE, J. F. *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Geral de Ciências de Lisboa, 1842.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Setor de Publicações da Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAIR, J. F. et al. *Multivariate data analysis*. 5.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HERNÁNDEZ, R; FERNÁNDEZ, C; BAPTISTA, P. *Metodología de la investigación*. 3.ed. México: Mc. Graw-Hill, 2003.

INKELAS, S. Deriving cyclicity. In: HARGUS, S.; KAISSE, E. M. (Ed.). *The studies in Lexical Phonology*. San Diego: Academic Press, 1993.

_____. *Prosodic constituency in the lexicon*. Stanford: Stanford University, 1989.

LABOV, W. On the use of present to explain the past. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, 11, 1975, Bologna. *Proceedings...* Bologna: Heilmann, 1975. p.825-851.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEE, S. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português*. 1995. 201f. Tese (Doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

LEITE, Y. *Portuguese Stress and Related Rules*. 1974. 304f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Texas, Austin, 1974.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. *Estatística: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

LIKERT, R. A. Technique for the Measurement of Attitudes. *Psychology*, New York, n.140, p.1-55, 1932.

OLIVEIRA, F de. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1536.

SHAPIRO, S. S.; WILK, M. B. An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, Londres, v.52, p.591-611, 1965.

SKORGE, S. Os sufixos diminutivos em português. *Boletim de Filologia*, Lisboa, tomos XVI e XVII, fascículos 3 e 4, p.40-90, 1957.

TAVARES, J.N.C. O uso dos sufixos –inho e –zinho no discurso dos pescadores artesanais. In: III CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGOIA, 3, 1999, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFiL: IL-UERJ: ABF: CEFIL, 1999.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P. (Ed.). *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p.95-195.

Recebido em fevereiro de 2012

Aprovado em novembro de 2012

AS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS NA VARIEDADE DO NOROESTE PAULISTA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA

Márcia Cristina do CARMO^{1*}

Luciani Ester TENANI^{2**}

- RESUMO: No presente trabalho, analisa-se o comportamento variável das vogais médias pretônicas na variedade falada no noroeste paulista. Nessas vogais, encontra-se o fenômeno fonológico denominado **alçamento vocálico**, por meio do qual as vogais médias /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como [i] e [u], como em *plijqueno* e *cfu]sturando*. Como fundamentação teórica, segue-se a *Teoria da Variação e Mudança Linguística*, proposta por Labov (1991 [1972]). Por meio da utilização do pacote estatístico GOLDFARB-X, verifica-se, como exemplo de resultado obtido, a seleção da variável **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** como a mais relevante para a realização do alçamento, tanto para /e/, quanto para /o/, com altos pesos relativos no que diz respeito às vogais altas, resultado que evidencia uma substancial atuação da **harmonização vocálica** para a aplicação do fenômeno. Outro resultado relevante é a pouca influência das variáveis sociais para a aplicação do alçamento, o que demonstra que esse fenômeno se relaciona, sobretudo, a informações de natureza linguística.
- PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Sociolinguística quantitativa. Fonologia. Vogais médias pretônicas. Alçamento vocálico.

Introdução

Este artigo trata do comportamento variável das vogais médias pretônicas na variedade do Português do noroeste paulista, considerando-se variáveis linguísticas e sociais na investigação. O ponto de partida para esta pesquisa são os trabalhos de Silveira (2008) e de Carmo (2009), que descrevem, respectivamente, as vogais médias pretônicas em **nomes** e em **verbos** na variedade considerada. Verificou-se a necessidade de um trabalho que considerasse, além das variáveis sociais – que não foram investigadas nos trabalhos citados –, as mesmas variáveis linguísticas e os mesmos grupos de fatores que esses estudos consideraram, com

* Doutoranda em Estudos Linguísticos. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Pós-graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – SP - Brasil. 15020-020 - ma_crisca@yahoo.com.br

** UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. São José do Rio Preto - SP - Brasil. 15054-000 - lutenani@ibilce.unesp.br

o objetivo de realizar uma comparação mais sistemática entre as vogais médias pretônicas dessas classes gramaticais para a mesma variedade do Português Brasileiro (doravante, PB).

Nas vogais investigadas, pode ser encontrado o fenômeno denominado **alçamento vocálico**, por meio do qual as vogais /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como [i] e [u], como em *m[i]nino* e *c[u]nserir*. Esse fenômeno é resultado, sobretudo, da atuação dos processos de: (i) **harmonização vocálica** (CÂMARA JÚNIOR, 2007; BISOL, 1981),¹ em que a presença de uma vogal alta na sílaba seguinte à da pretônica-alvo funciona como gatilho à aplicação do alçamento, como em *inv[i]sti* e *s[u]frido*; e/ou (ii) **redução vocálica** (ABAUURRE-GNERRE, 1981), em que, geralmente, verifica-se a influência do(s) ponto(s) de articulação da(s) consoante(s) adjacente(s) à pretônica-alvo para a realização do processo, como em *p[ik]eno* e *al[mu]çar*.

Esses processos têm sido investigados pelo fato de os comportamentos fonético-fonológicos das vogais médias pretônicas marcarem variação dialetal. Há mais de três décadas, vêm sendo realizados estudos sobre essas vogais em diversas variedades do PB. Podem ser citados, por exemplo, os trabalhos de Bisol (1981), sobre o dialeto gaúcho; Viegas (1987, 2001), acerca da variedade de Belo Horizonte (MG); Bortoni (1992), sobre a variedade falada em Brasília (DF); Yacovenco (1993), acerca do falar carioca; Celia (2004), sobre a variedade de Nova Venécia (ES); dentre outros.

Cabe ressaltar, no entanto, que estudos sobre vogais médias pretônicas em variedades faladas no Estado de São Paulo são relativamente recentes. Dessa maneira, o presente trabalho objetiva descrever e analisar essas vogais na variedade do noroeste paulista, contribuindo, de modo mais abrangente, no âmbito do projeto nacional ao qual está vinculado: o *PROBRAVO – Descrição Sócio-Histórica das Vogais do Português (do Brasil)*. Por meio desse projeto, são desenvolvidas discussões acerca das investigações sócio-históricas e linguísticas das realizações fonéticas das vogais em diversas variedades do PB. Embora esteja no horizonte da investigação sobre vogais traçar relações entre as variedades do PB, não será feito este percurso no presente artigo, sendo as considerações limitadas à descrição e à análise dos resultados para a variedade do PB do noroeste paulista.

Neste estudo (FAPESP 2009/09133-8, CAPES/PDEE 2563-11-8), foram levantados dados de 38 entrevistas do banco de dados IBORUNA, resultado do

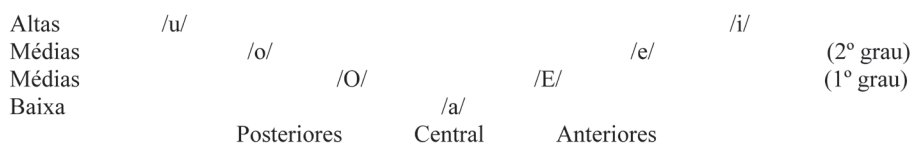
¹ Também denominada **harmonia vocálica**. Cabe ressaltar, no entanto, que esse processo não corresponde à harmonia vocálica ocorrida em raízes verbais, que será apresentada mais adiante no presente trabalho. O processo de harmonização/harmonia analisado, nesta pesquisa, em relação ao alçamento vocálico consiste em uma regra **variável**. Neste trabalho, denomina-se o processo variável como **harmonização vocálica**, a fim de facilitar sua distinção em relação à regra **categorica** de **harmonia** presente na raiz verbal.

Projeto ALIP, que conta com amostras de fala espontânea de informantes da região do noroeste paulista. Para a análise dos dados, utilizou-se o pacote estatístico GOLDVARB-X e seguiu-se o arcabouço teórico da *Teoria da Variação e Mudança Linguística* (LABOV, 1991 [1972]), descrita na seção que se inicia a seguir.

Fundamentação teórica

Câmara Jr. (2007), com base em suas constatações sobre a variedade do Rio de Janeiro, afirma haver sete vogais orais em posição tônica no PB, sendo elas (CÂMARA JÚNIOR, 2007, p.41):²

Diagrama 1 – Vogais tônicas no PB



Fonte: Câmara Jr. (2007, p.41).

Segundo o autor, na posição pretônica, no entanto, há uma redução para cinco fonemas vocálicos, por meio de um processo de **neutralização**, desaparecendo a oposição entre 1° e 2° graus (conforme a denominação do autor), ou seja, entre as vogais médias-baixas e as vogais médias-altas, prevalecendo as vogais médias de 2° grau, as vogais médias-altas. Desse modo, segundo o autor, as vogais pretônicas podem ser representadas da seguinte forma (CÂMARA JÚNIOR, 2007, p.44):

Diagrama 2 – Vogais pretônicas no PB



Fonte: Câmara Jr. (2007, p.44).

Os fonemas referentes às vogais médias-altas em posição pretônica podem ser realizados foneticamente como vogais médias-altas, vogais altas ou, ainda, em determinadas regiões do Brasil, como vogais médias-baixas. De acordo com Câmara Jr. (2007), isso ocorre por conta de “uma assimilação aos traços dos outros

² No presente artigo, por motivos de ordem prática, as vogais médias-baixas anterior e posterior são representadas como, respectivamente, /E/ e /O/.

sons contíguos ou um afrouxamento ou mesmo mudança de articulações em virtude da posição fraca em que o fonema se acha” (CÂMARA JÚNIOR, 2007, p.35).

Como já apresentado, nas vogais médias pretônicas na variedade do interior paulista, pode-se encontrar o **alçamento vocálico**, por meio do qual as vogais médias /e/ e /o/ são pronunciadas, respectivamente, como as altas /i/ e /u/, como em *p[i]dido* e *c[u]ntinua*. Por sua vez, o **abaixamento vocálico**, que ocorre em vocábulos como *p[E]r[E]reca* e *c[O]lega*, característico, sobretudo, do Norte e do Nordeste do Brasil, não é encontrado nas vogais médias pretônicas na variedade considerada neste estudo.

Um dos processos que atuam para a aplicação do alçamento é a **harmonização vocálica** (CÂMARA JÚNIOR, 2007; BISOL, 1981), por meio da qual há a influência de uma vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo, como em *pr[i]cisava* e *op[u]rtunidade*. Câmara Jr. (2007) constata que a harmonização se dá quando a vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo é **tônica**. Bisol (1981), por sua vez, em seu estudo sobre a harmonização vocálica no dialeto gaúcho, afirma que “a contiguidade é um traço obrigatório do condicionador da regra da harmonização vocálica. E [...] a tonicidade da vogal alta imediata é traço variável, embora mais atuante que a contraparte átona” (BISOL, 1981, p.65).

Outro processo que acarreta o alçamento é a **redução vocálica** (ABAURRE-GNERRE, 1981), em que há a influência da(s) consoante(s) adjacente(s) à pretônica-alvo, como em *p[ik]eno* e *al[mu]çar*. Em termos articulatórios, segundo a autora, esse processo, que caracteriza enunciados de ritmo mais acentual, torna os segmentos mais semelhantes entre si pela diminuição de diferença articulatória da vogal em relação à(s) consoante(s), diminuindo o grau de sonoridade da pretônica.

Para as vogais médias pretônicas dos **nomes** na variedade do noroeste paulista, Silveira (2008) observou que o processo de **redução vocálica** é o mais relevante para a aplicação do alçamento. Para as pretônicas presentes em **verbos** na mesma variedade, Carmo (2009) identificou a **harmonização vocálica** como o processo mais atuante. A autora justifica essa diferença com base em certas informações morfofonológicas relacionadas à presença de vogal alta apresentadas pelos verbos, como: (i) os sufixos de segunda e de terceira conjugação /-i/ e /-ia/; e (ii) a ocorrência da **harmonia vocálica** na raiz de certas formas verbais de terceira conjugação, em que a vogal da raiz harmoniza seus traços de altura com a vogal temática subjacente /i/, como em *sentir* – *sinto* e *dormir* – *durmo*. Realizar uma comparação mais sistemática – considerando, por exemplo, as mesmas variáveis e, dentre elas, a **classe gramatical** – entre nomes e verbos no que tange ao alçamento vocálico foi uma das motivações para a realização do presente trabalho.

Nesta pesquisa, segue-se a *Teoria da Variação e Mudança Linguística* – também denominada *Sociolinguística quantitativa* –, proposta por Labov (1991 [1972]). Segundo essa teoria, as escolhas entre dois ou mais sons, palavras ou estruturas obedecem a um padrão sistemático regulado pelas **regras variáveis**, que expressam a covariação entre elementos do ambiente linguístico e do contexto social.

Essa realidade heterogênea e variável da língua pode levar à mudança linguística, como afirma Faraco (2005). Assim, para que exista mudança, é necessário que tenha havido variação. Nesse caso, a realização de uma variante se sobrepõe totalmente à da variante com a qual compete. No entanto, sabe-se que não necessariamente a variação acarreta mudança. As variantes podem se encontrar em variação estável, por exemplo.

Na literatura da área, a mudança linguística é descrita e explicada, sobretudo, segundo dois modelos: o modelo da **difusão lexical** e o **neogramático**. De acordo com o modelo **difusionista**, cada vocábulo apresenta sua própria história. As mudanças, implementadas a partir do léxico, são foneticamente abruptas e lexicalmente graduais. Já o modelo **neogramático** propõe que todas as palavras sejam atingidas indistintamente pela mudança linguística (mudanças lexicalmente abruptas e foneticamente graduais), e que as eventuais exceções à regra possam ser explicadas por analogia. Os dados de variação linguística podem ser interpretados à luz desses modelos, porém, neste artigo, não são traçadas essas relações, tendo em vista o objetivo de tratar dos resultados estatísticos para o alicamento vocálico no Português do noroeste paulista.

Após essa breve exposição do arcabouço teórico que fundamenta o presente trabalho, passa-se agora à metodologia utilizada.

Metodologia

O *cópus* desta pesquisa é constituído de 38 entrevistas³ retiradas da *Amostra Censo* do banco de dados IBORUNA, resultado do Projeto ALIP – *Amostra Linguística do Interior Paulista* – (FAPESP 03/08058-6), realizado no IBILCE/UNESP⁴.

³ No presente trabalho, são analisadas as falas de informantes do sexo masculino e feminino, 5 faixas etárias e 4 graus de escolaridade, o que totalizaria 40 entrevistas (2 x 5 x 4). Deve-se ressaltar, porém, que não há informantes – tanto do sexo/gênero masculino quanto do feminino – pertencentes à faixa etária de 7 a 15 anos que estejam cursando ou que tenham completado o Ensino Superior. Desse modo, são 38 os inquiridos analisados nesta pesquisa.

⁴ Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>> (GONÇALVES, 2008). Acesso em: 13 ago. 2008.

O banco de dados é composto por dois tipos de amostras de fala: (i) *Amostra Censo*; e (ii) *Amostra de Interação Dialógica*.⁵ No primeiro tipo, foram coletadas amostras de fala espontânea de 152 informantes, com controle dos perfis sociais. Já no segundo tipo, foram coletadas amostras de fala em situações de interação, sem controle prévio dos perfis sociais. Para este trabalho, são utilizados inquéritos da Amostra Censo, por ser aquela que controla os perfis sociais, relevantes para esta pesquisa por resultar nas variáveis sociais analisadas.

Na Amostra Censo, são consideradas as seguintes variáveis sociais: (i) **sexo/gênero** (feminino/masculino); (ii) **faixa etária** (de 7 a 15 anos; de 16 a 25 anos; de 26 a 35 anos; de 36 a 55 anos e acima de 55 anos); (iii) **escolaridade** (1º ciclo do Ensino Fundamental; 2º ciclo do Ensino Fundamental; Ensino Médio e Ensino Superior); e (iv) **renda familiar** (até 5 salários-mínimos; de 6 a 10 salários-mínimos; de 11 a 24 salários-mínimos; e acima de 24 salários-mínimos).⁶

De cada um dos informantes, foram colhidos cinco tipos de relatos, sendo eles: (i) **narrativa de experiência pessoal**; (ii) **narrativa de experiência recontada**; (iii) **descrição**; (iv) **procedimento**; e (v) **opinião**. Para a presente pesquisa, foram consideradas apenas as narrativas de experiência pessoal, por se tratar de um gênero em que o informante desvia sua atenção para **o que** fala, ao invés do **modo** como fala. Labov (1991 [1972]) destaca a importância de se obter dados que se aproximem o máximo possível do vernáculo do informante. Para a obtenção desses dados, o autor propõe que o informante seja envolvido emocionalmente por meio de perguntas que recriem o que vivenciou. De acordo com Tarallo (2003, p.23), “a narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguista procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.”

Em relação às variáveis consideradas no presente estudo, têm-se, como variável dependente, a realização e não realização do fenômeno de alçamento vocálico nas vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista. Quanto às variáveis independentes, são consideradas dez de natureza linguística e três de natureza social, as quais são detalhadas a seguir:

⁵ Para cada gravação, existem uma ficha social do informante e um diário de campo, bem como a transcrição ortográfica da entrevista em questão. As transcrições ortográficas foram realizadas a partir de um *Manual do Sistema de Transcrição*, elaborado pelos coordenadores do projeto com base em algumas normas de anotação de cópulas já conhecidas, como a do projeto NURC.

⁶ Dessas variáveis, na presente pesquisa, são consideradas apenas três: (i) **sexo/gênero**; (ii) **faixa etária**; e (iii) **escolaridade**. A exclusão da variável **renda familiar** é justificada pelo fato de ter sido observado, pelo coordenador do Projeto ALIP, ainda no decorrer da constituição do banco de dados IBORUNA, que essa variável está codeterminada pela **escolaridade**, tendo sido desprezada, portanto, ainda no âmbito da constituição do banco de dados.

- a) **Altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** – A hipótese para essa variável é que vogais altas, como em *m[i]ntira* e *pr[u]curava*, por meio do processo de harmonização vocálica, favorecem o alçamento, ao passo que vogais médias-altas, como em *p[e]guei* e *desc[o]ntrolado*, médias-baixas, como em *env[e]lhece* e *p[o]lv[o]rosa*, e baixa, como em *s[e]ntada* e *b[o]tava*, tendem a inibi-lo;
- b) **Tonicidade da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** – Por meio de seu cruzamento com a variável **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo**, observam-se os resultados que podem contribuir para a discussão de Câmara Jr. (2007) e de Bisol (1981) sobre a relevância da tonicidade da vogal alta para a aplicação da harmonização vocálica, isto é, se a presença de vogal alta **átona** na sílaba seguinte à da pretônica, como em *m[o]bilidade* e *pr[o]curar*, exerce a mesma influência a favor do alçamento que a presença de uma vogal alta **tônica** na sílaba seguinte, como em *p[i]dido* e *d[u]mia*;
- c) **Distância entre a sílaba da vogal alta em relação à sílaba da pretônica-alvo** – Verifica-se a relação da contiguidade entre a vogal pretônica-alvo e a vogal alta, buscando corroborar a afirmação de Bisol (1981) de que tal processo não dá saltos. Desse modo, para as vogais que apresentam vogal alta em sílaba posterior à da pretônica, têm-se como fatores: (i) presença de vogal alta na sílaba seguinte à da pretônica-alvo, como em *a.cr[e].di.ta.va* e *c[o]ns.tru.ir*; (ii) distância de uma sílaba entre as sílabas da vogal alta e da pretônica-alvo, como em *p[e].r.ce.bi* e *c[o].nhe.ci*; e (iii) distância de duas sílabas entre as sílabas da vogal alta e da pretônica-alvo, como em *r[e].s.pon.sa.bi.li.da.de*;
- d) **Conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre** – Buscam-se confirmar, a partir de um *cópus* distinto e que considera diferentes perfis sociais, os resultados de Carmo (2009) para as vogais médias pretônicas dos verbos na variedade do noroeste paulista, que apontam que verbos de terceira conjugação, como *c[u]brindo* e *cons[i]guia*, apresentam maiores taxas de alçamento e maior probabilidade de realização do fenômeno, como também foi constatado por Collischonn e Schwindt (2004) para as vogais médias pretônicas nas variedades faladas nas três capitais do Sul do Brasil. Como justificativa para esse comportamento dos verbos de terceira conjugação, tem-se o fato de apresentarem: (i) a vogal temática alta /i/; (ii) sufixos com vogal alta; e (iii) harmonia vocálica na raiz verbal em certas formas de determinados paradigmas;
- e) **Grau de atonicidade da pretônica-alvo** – Objetiva-se observar: (i) se essa vogal sempre mantém seu caráter de átona, como, por exemplo, em *p[e]rigo* > *p[e]riculosidade*; (ii) se consiste em uma vogal que, em outras formas do mesmo paradigma, apresenta-se como tônica, como em *ad[o]rar* – *ad[O]ro*; ou (iii) se, mais especificamente, essa tônica pode ser uma vogal alta, como ocorre em certas formas verbais de terceira conjugação que apresentam harmonia vocálica na raiz verbal, como *d[u]mia* – *d[u]mo*. A hipótese é que as vogais que permanecem átonas – primeiro caso apresentado – têm maiores índices de harmonização do

que as do segundo tipo, ou seja, aquelas que apresentam atonicidade variável, mas sem alternância com uma vogal alta. Isso se justifica pelo fato de, conforme afirma Bisol (1981), terem um caráter permanentemente átono e, assim, estarem sujeitas a alterações. No entanto, acredita-se que o terceiro tipo, correspondente à atonicidade variável podendo ser vogal alta, seja o contexto mais favorecedor do açamento, devido a algum tipo de influência da harmonia vocálica na raiz verbal que ocorre em outras formas do mesmo paradigma;

- f) **Ponto de articulação da consoante precedente à pretônica-alvo** – Na literatura sobre o tema, é consenso que, em posição adjacente à pretônica-alvo, consoantes com alto ponto de articulação, como, por exemplo, as velares, como em *[k]eria* e *[k]omeçou*, tendem a favorecer o açamento dessa vogal, ao passo que consoantes com baixo ponto de articulação, como as alveolares, como em *[l]vei* e *[s]nhava*, tendem a inibi-lo. No presente estudo, visando a um novo tipo de olhar (em comparação a trabalhos já feitos para a mesma variedade do PB) no que diz respeito à influência do(s) ponto(s) de articulação da(s) consoante(s) adjacente(s) à pretônica-alvo – não mais à altura do corpo da língua, mas à sua posição ântero-posterior –, classificam-se esses segmentos segundo os seguintes pontos de articulação: (i) **coronal**, como em *pro[t]eção*; **dorsal**, como em *[k]orrendo*; e **labial**, como em *[p]olicial*. Tem-se, como hipótese, o favorecimento do açamento das pretônicas-alvo por parte de uma informação de homorganicidade em relação a esses segmentos consonantais, conforme mostra Carmo (2009), para as vogais médias pretônicas dos verbos na variedade estudada.⁷ Desse modo, espera-se que a pretônica /e/, uma vogal coronal, tenha seu açamento propiciado por consoante(s) coronal(is), ao passo que a vogal /o/, uma vogal dorsal e labial, tenha seu açamento favorecido por consoante(s) que apresentem esses pontos de articulação;
- g) **Ponto de articulação da consoante seguinte à pretônica-alvo** – Como ocorre no tangente à variável **ponto de articulação da consoante precedente à pretônica-alvo**, o ponto de articulação da consoante seguinte é classificado como: (i) **coronal**, como em *profe[s]or*; (ii) **dorsal**, como em *ne[g]ócio*; ou (iii) **labial**, como em *desco[b]rir*;
- h) **Estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre** – Em relação a essa variável, utiliza-se a noção de sílaba proposta por Collischonn (1999) para o PB, baseada nas considerações de Selkirk (1982). Segundo a autora, a sílaba é constituída, necessariamente, por rima (núcleo) e, em geral – mas não necessariamente –, por um ataque, ambos podendo ser ramificados. A rima consiste em um núcleo e, quando ramificada, em uma coda. A partir dos dados levantados, consideram-se, então, as seguintes classificações de estruturas silábicas: (i) **ataque + rima (núcleo)**, como em *l[e]vou*; (ii) **ataque + rima (núcleo + coda nasal)**, como em *c[u]mpadre*; (iii) **ataque + rima (núcleo + coda sem ser nasal)**, como em *eng[o]rdei*; (iv) **ataque complexo + rima**

⁷ Para as vogais médias pretônicas dos nomes nessa variedade, tanto no que diz respeito à consoante precedente quanto à seguinte à pretônica, Silveira (2008) considerou os mesmos fatores que Bisol (1981): **alveolar, palatal, velar e labial**.

(núcleo), como em *agr[e]ssões*; (v) **ataque complexo + rima (núcleo + coda nasal)**, como em *apr[e]ndendo*; (vi) **ataque complexo + rima (núcleo + coda sem ser nasal)**, como em *empr[e]stada*; e (vii) **ataque + rima complexa (núcleo + coda complexa)**, como em *c[o]nstrangedor*. Um dos resultados que se procura encontrar é se a estrutura da sílaba com coda apresenta comportamento diferente de sílaba sem coda na influência para a realização ou não do alçamento;

- i) **Classe gramatical** – Como já mencionado neste trabalho, para as vogais médias pretônicas em nomes na variedade do noroeste paulista, Silveira (2008) identificou a redução vocálica como o processo mais atuante em favor da realização do alçamento. Para as vogais médias pretônicas em verbos na mesma variedade, Carmo (2009) apontou a harmonização vocálica como o processo mais relevante. Na presente pesquisa, considera-se a classe gramatical como uma variável a fim de se observar se eventuais diferenças no alçamento vocálico das vogais pretônicas de diferentes classes gramaticais – **nomes e verbos** – na variedade estudada são significativas estatisticamente e, em caso positivo, explicitar em que consistem tais diferenças; e
- j) **Vogal pretônica-alvo** – Com essa variável, objetiva-se verificar e explicitar possíveis diferenças em relação ao comportamento das vogais pretônicas /e/ e /o/ em relação ao alçamento. Na literatura acerca do tema, em geral, são feitas rodadas separadas para /e/ e /o/, e as porcentagens de aplicação do alçamento tendem a ser próximas. Para a presente pesquisa, propõe-se a realização de uma rodada que considere ocorrências de ambas as vogais pretônicas, classificadas e organizadas segundo a variável **vogal pretônica-alvo**, a fim de se observar se há significativas diferenças de comportamentos por parte dessas vogais, justificando e motivando, assim, a realização de diferentes rodadas para cada vogal.
- k) **Sexo/gênero** – Segundo Chambers (1995), a maioria dos estudos de cunho sociolinguístico constata que as mulheres, quando comparadas aos homens, usam menos as variantes estigmatizadas/não padrão. Pretende-se, portanto, verificar se há manifestações significativamente diferentes de vogal média pretônica na fala de pessoas dos sexos/gêneros **feminino e masculino**, observando, dessa forma, algum eventual estigma da forma alçada;
- l) **Faixa etária** – Por ser capaz de apontar diferentes manifestações das vogais médias pretônicas de acordo com a idade do falante, a faixa etária consiste na principal variável que indicia mudança linguística. Segundo Chambers (1995), diferentes faixas etárias que apresentem usos similares de determinada variante indicam variação estável. Se os mais jovens são os que mais apresentam determinado processo, tem-se, então, um indício de mudança em progresso; e
- m) **Escolaridade** – Objetiva-se averiguar se informantes com menos anos de estudo formal apresentam diferentes taxas de alçamento quando comparados a informantes com mais anos de escolaridade, ou seja, busca-se averiguar se a escolaridade do falante desempenha algum papel na aplicação do fenômeno na língua falada.

Concluída a apresentação das variáveis consideradas, devem-se explicitar os passos metodológicos seguidos durante esta pesquisa. Após a seleção do *cópus* e extração de cada ocorrência de vogal média pretônica, foram identificados o contexto em que a vogal estava inserida e seu comportamento em relação ao *alçamento* vocálico. No entanto, destaca-se a exclusão de certas ocorrências de vogais médias pretônicas presentes em determinados contextos, sendo eles:

- **Início de vocábulo** – Foram excluídas as vogais médias pretônicas presentes em início de palavra, como em *[i]scritório* e *[o]perou*, com base na afirmação de Bisol (1981), de que os princípios que regem o *alçamento* da vogal inicial não se identificam com aqueles referentes ao *alçamento* de uma pretônica interna.
- **Ditongo** – Nesse contexto, as vogais médias pretônicas são seguidas por semivogais, como em *tr[e]inamento* e *s[o]ubesse*, as quais não têm as mesmas propriedades de vogais *plenas*, e, por isso, não devem ser analisadas como gatilho ao *alçamento* por meio de harmonização vocálica da mesma forma que as demais vogais altas. Vale destacar também que, em algumas ocorrências de vogais médias pretônicas presentes em ditongo, é encontrado outro processo fonológico: a **monotongação**, por meio da qual a semivogal do ditongo é apagada, como em *d[e]xou* e *d[o]tor*, fazendo com que esse contexto mereça um estudo à parte e mais aprofundado.
- **Hiato** – Para os dados do dialeto gaúcho, Bisol (1981) verificou que o *alçamento* da vogal presente em hiato, como em *apr[ie]nsivas* e *j[ue]lho*, sobrepuja ao da vogal pretônica entre consoantes. Tal fato também foi verificado no tangente às vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista, especialmente quando tal vogal é seguida de /a/ tônico, como em *massag[i]ando* e *raz[u]áveis*, contexto destacado por Câmara Jr. (2007), pelo fato de, nele, a aplicação do *alçamento* ser favorecida. Para que os resultados quantitativos da presente análise não sejam enviesados pela alta frequência de *alçamento* em vogais pretônicas presentes em hiato, tal contexto foi excluído desta análise.
- **Prefixo**⁸ – Segundo Bisol (1981), certos prefixos não se incorporam totalmente ao vocábulo com que combinam, possuindo traços de composição, que, conforme a autora, consiste em um ambiente pouco propício para o *alçamento* decorrente de harmonização vocálica. De acordo com a autora, o fato da existência de vocábulos como *pr[E]-requisito*, por exemplo, em que há uma vogal que não existe fonemicamente em posição pretônica, dá indícios de que a vogal prefixal não está sujeita à harmonização. Collischonn (2006) corrobora a ideia, afirmando que não há harmonização entre a vogal do prefixo e a vogal alta da palavra. Além disso, Bisol (1981) aponta que a vogal presente nesse contexto pode, em muitos casos, ser elidida, como com o prefixo *des-* em *[ds]colou* e *[ds]fez*.

⁸ Para a identificação/categorização dos prefixos, utilizou-se a seção de etimologia do dicionário *Houaiss*. Foram mantidos os casos em que, no latim, determinada forma já havia sido incorporada a outro vocábulo.

Após a exclusão das ocorrências presentes nesses contextos, foi feita a análise do conjunto de dados restantes, procedendo à análise de oitiva⁹ e à quantificação dos resultados obtidos. A análise estatística dos dados foi feita por programas do pacote estatístico GOLDFARB-X. Várias rodadas foram feitas. Os resultados obtidos a partir dessas rodadas são descritos e analisados a seguir.

Discussão e análise dos dados

Antes da realização de qualquer rodada, já se pôde constatar, por meio da observação dos dados, que: (i) certos vocábulos sempre apresentam o alçamento, como *m[i]nino* (18/18 ocorrências de alçamento) e *c[u]mida* (4/4); (ii) alguns vocábulos ora apresentam o fenômeno, ora não,¹⁰ como *prof[i]ssor ~ prof[e]ssor* (2/5) e *c[u]lega ~ c[o]lega* (4/18); e (iii) certos vocábulos nunca sofrem o alçamento, como *f[e]chou* (0/10) e *c[o]r[o]nei* (0/6).

Em um primeiro momento, foi realizada uma rodada com todas as vogais médias pretônicas, ou seja, uma rodada que englobou tanto as ocorrências de vogal pretônica /e/ quanto de pretônica /o/. O resultado geral pode ser observado por meio da tabela a seguir.

Tabela 1 – Aplicação geral do alçamento

Aplicação do alçamento	Não aplicação do alçamento	Total
16,3% (811/4967)	83,7% (4156/4967)	100% (4967/4967)

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser verificado, foram encontradas 4.967 ocorrências totais de vogais pretônicas, das quais 811 alçaram, o que corresponde a 16,3% dos dados levantados. Pode-se dizer que se observa uma taxa relativamente baixa de aplicação do processo, porém bastante próxima das frequências observadas por Silveira (2008) – 13% para /e/ e 14% para /o/ –, e Carmo (2009) – 16% para /e/ e 10% para /o/ –, para as vogais médias pretônicas de, respectivamente, nomes e verbos na variedade do noroeste paulista.

⁹ Cabe destacar que as gravações provenientes do banco de dados IBORUNA não apresentam qualidade que possibilite uma análise acústica por meio de recursos específicos, como o programa PRAAT. Nelas, são encontrados muitos ruídos, decorrentes, principalmente, do fato de as entrevistas não terem sido realizadas em cabines com isolamento acústico, o que justifica a não realização de análise acústica dos dados.

¹⁰ Esse comportamento variável do alçamento em um mesmo item lexical pode ocorrer, inclusive, na fala de um(a) mesmo(a) informante.

Para essa rodada com todas as ocorrências, as variáveis apontadas pelo programa estatístico como mais relevantes foram, em ordem decrescente:

1. **Altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo;**
2. **Conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre;**
3. **Estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre;**
4. **Grau de atonicidade da pretônica-alvo;**
5. **Ponto de articulação da consoante precedente à pretônica-alvo;**
6. **Tonicidade da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo;**
7. **Vogal pretônica-alvo;**
8. **Escolaridade;**
9. **Distância entre a sílaba da vogal alta em relação à sílaba da pretônica-alvo;** e
10. **Sexo/gênero.**

Por ora, deve ser destacada a variável selecionada como a sétima mais relevante: **vogal pretônica-alvo**. Para essa variável, os resultados podem ser mais bem visualizados na tabela 2.

Tabela 2 – Aplicação do alçamento em relação à *vogal pretônica-alvo*

	Frequência	PR
<i>/e/</i>	16,1% (474/2936)	0.456
<i>/o/</i>	16,6% (337/2031)	0.563
Total	16,3% (811/4967)	

Input: 0.125

Signif: 0.009

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, constata-se uma frequência ligeiramente maior de aplicação do alçamento no que diz respeito à vogal */o/* (16,6%), quando comparada a */e/* (16,1%). Verifica-se também que o fato de a vogal pretônica-alvo ser */e/*, como em *arr[e]galado* e *t[e]ntar*, mostra-se levemente desfavorecedor do alçamento (Peso relativo – doravante, PR – 0.456), ao passo que o fato de a vogal pretônica-alvo ser */o/*, como em *p[u]ssível* e *s[u]fri*, mostra-se levemente favorecedor da aplicação do fenômeno (PR 0.563). A partir do resultado de a variável **vogal pretônica-alvo**

ter sido selecionada como relevante à aplicação do alçamento, com diferentes comportamentos por parte de /e/ e de /o/, optou-se, neste trabalho, pela realização e apresentação dos resultados referentes a outras duas rodadas: uma para as ocorrências de /e/ e outra para /o/.

Antes da apresentação dos resultados dessas rodadas, cabe ressaltar que, ainda no que diz respeito à rodada em que todas as ocorrências foram consideradas, foram descartadas, pelo programa estatístico, as seguintes variáveis, também em ordem decrescente:

1. **Faixa etária;**
2. **Ponto de articulação da consoante subsequente à pretônica-alvo;** e
3. **Classe gramatical.**

Dessa lista, destaca-se, neste momento, o fato de a variável **classe gramatical** ter sido descartada. Pode-se dizer, portanto, que o fato de a vogal média pretônica pertencer a um nome ou a um verbo não apresenta, estatisticamente, diferença significativa no que diz respeito à aplicação ou não do alçamento dessa vogal. Com base nesse resultado, optou-se pela conservação dessas informações em termos de variável e pela não realização de rodadas distintas para vogais pretônicas de **nomes** e de **verbos**.

Dados esses resultados, as duas rodadas seguintes corresponderam às ocorrências de vogais pretônicas /e/ e /o/, separadamente, mas, como citado, sem dividi-las de acordo com as classes gramaticais dos vocábulos aos quais pertencem.

A partir dessas duas rodadas, no que diz respeito às variáveis consideradas e suas seleções pelo programa estatístico, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 1 – Seleção de variáveis pelo programa estatístico

Variáveis	Pretônica /e/	Pretônica /o/
Altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo	1 ^a	1 ^a
Tonicidade da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo	5 ^a	não selecionada (3 ^a) ¹¹

¹¹ Entre parênteses, são indicadas as ordens, apontadas pelo programa estatístico, de eliminação das variáveis.

Variáveis	Pretônica /e/	Pretônica /o/
Distância entre a sílaba da vogal alta em relação à sílaba da pretônica-alvo	7 ^a	8 ^a
Grau de atonicidade da pretônica-alvo	3 ^a	6 ^a
Conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre	2 ^a	3 ^a
Classe gramatical	não selecionada (1 ^a)	não selecionada (1 ^a)
Ponto de articulação da consoante precedente à pretônica-alvo	não selecionada (2 ^a)	4 ^a
Ponto de articulação da consoante subsequente à pretônica-alvo	4 ^a	5 ^a
Estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre	6 ^a	2 ^a
Sexo/gênero	não selecionada (3 ^a)	7 ^a
Faixa etária	9 ^a	não selecionada (2 ^a)
Escolaridade	8 ^a	não selecionada (4 ^a)

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, a **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** foi considerada, tanto para /e/ quanto para /o/, a variável mais relevante no que tange à aplicação do alçamento. Esse resultado indicia haver a predominância do processo de assimilação regressiva entre vogais, ou seja, sinaliza a importância da harmonização vocálica na realização do alçamento das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista, o que será corroborado pelos resultados dos fatores referentes às vogais altas, apresentados mais adiante (cf. tabela 3).

A partir da segunda variável, as vogais médias /e/ e /o/ tiveram comportamentos diferenciados: para a primeira vogal, selecionou-se a variável **conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre** e, para a segunda, teve-se a **estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre**. Para /e/,

continuam sendo relevantes variáveis relacionadas à **harmonização vocálica**, pois, como será visto adiante, a terceira conjugação – aquela que apresenta vogal temática /i/ e sufixos verbais com vogal alta – é o fator que apresenta maior PR. Para /o/, em segunda posição, está a influência de uma variável de outra natureza: **estrutura da sílaba**, que, para /e/, ocupa apenas a sexta posição. Já a atuação da **redução vocálica** é indicada pela seleção do **ponto de articulação de consoante precedente**, no caso de /o/, e **consoante seguinte**, no caso de /e/, como as variáveis que ocupam a quarta posição entre as mais relevantes à aplicação do alçamento. Para /o/, a atuação desse processo é observada também pela quinta variável: **ponto de articulação da consoante seguinte à pretônica-alvo**.

Um fato que deve ser destacado é a relativamente baixa influência das variáveis sociais em relação ao alçamento vocálico: quando selecionadas, ocupam as últimas posições (8ª e 9ª, de 9, para /e/, e 7ª, de 8, para /o/) em graus de importância na aplicação do alçamento. Dessa forma, pode-se dizer, de antemão, que o alçamento vocálico nas vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista é um fenômeno relacionado, sobretudo, a informações linguísticas. Outro importante resultado relacionado às variáveis sociais é a **faixa etária** não ter sido selecionada para a vogal pretônica /o/, o que sinaliza que o alçamento dessa vogal se encontra em variação estável.

Deve-se destacar também o fato de a **classe gramatical** ter sido descartada tanto para /e/ quanto para /o/, assim como ocorrido na rodada em que foram consideradas todas as ocorrências. Desse modo, como essa rodada indiciava, a classe gramatical não apresenta diferença em relação à aplicação ou não do alçamento da vogal pretônica.

Passa-se, agora, à apresentação dos resultados de acordo com as variáveis consideradas neste trabalho.

Resultados das variáveis linguísticas

Como dito anteriormente, a **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** foi selecionada como a variável mais relevante à aplicação do alçamento vocálico, tanto de /e/ quanto de /o/. Isso dá indícios da significativa atuação do processo de harmonização vocálica na aplicação do alçamento, especialmente se observados os resultados dos fatores relativos à presença de uma vogal **alta** na sílaba seguinte à da pretônica-alvo. Os resultados podem ser verificados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Alta anterior	48,3% (349/722)	0.943	44,1% (152/345)	0.846
Alta posterior	21,1% (19/90)	0.739	27,3% (18/66)	0.828
Média-alta	06,9% (89/1285)	0.549	13,4% (117/874)	0.575
Média-baixa	13,9% (16/115)	0.628	32,8% (42/128)	0.778
Baixa	00,1% (1/724)	0.034	01,3% (8/618)	0.141
Total	16,1% (474/2936)		16,6% (337/2031)	
	Input: 0.076		Input: 0.098	
	Signif.: 0.019		Signif.: 0.037	

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se, por meio da tabela, que os maiores PRs (0.943 para /e/ e 0.846 para /o/) correspondem à presença de uma vogal **alta anterior** na sílaba seguinte à da pretônica-alvo, como em *si|ntido* e em *p|u|dia*. Em segundo lugar (PR 0.739 para /e/ e 0.828 para /o/), tem-se a presença de uma vogal **alta posterior**, como em *si|gurar* e *g|u|rdura*.

O fato de a vogal alta anterior /i/ exercer maior influência (indicada pelos maiores PRs) no alçamento quando comparada à vogal alta posterior /u/ pode ser justificado pela posição mais alta da língua na cavidade bucal durante sua realização, conforme atesta Bisol (1981). Além de justificar o resultado que aponta a maior influência da vogal /i/ a favor do alçamento, essa explicação também elucida o resultado que constata que /u/ favorece mais o alçamento de /o/ (PR 0.828) do que o de /e/ (PR 0.739). Como afirma Bisol (1981, p.114), pelo fato de /u/ ser menos alta do que /i/, “é natural que não exerça sua força atrativa sobre /e/, pois convertê-la em /i/ seria provocar uma articulação mais alta que a própria”. Deve-se ressaltar, entretanto, que foram encontradas apenas 90 e 66 ocorrências de, respectivamente, vogais pretônicas /e/ e /o/ que apresentam, na sílaba seguinte, vogal alta posterior /u/. Esse baixo número de ocorrências pode ter enviesado os resultados, assim como os relativos à presença de vogal média-baixa [E] ou [O], como em *ac|o|ntece* e *colest|e|rol*, que, estranhamente, mostram-se favorecedores da aplicação do alçamento (0.628 e 0.778 para, respectivamente, /e/ e /o/). Por serem vogais mais baixas do que as médias-altas, esperava-se que tais contextos fossem desfavorecedores da aplicação do alçamento. Porém, observa-se que, nesse contexto, foram encontradas apenas 115 vogais pretônicas /e/ e 128 pretônicas /o/. Além

do baixo número de ocorrências, verifica-se que, dos 16 casos de alçamento da vogal /e/, 12 (75%) correspondem a *s[i]nhora(s)*. Do mesmo modo, das 42 ocorrências de alçamento de /o/, 31 (73,8%) dizem respeito somente a dois itens (de um mesmo paradigma): *m[u]leque* e *m[u]lequinho*. Esses itens lexicais podem ter seu alçamento explicado por redução vocálica, da qual se discorrerá mais adiante. Portanto, os resultados que mostram as vogais médias-baixas como favorecedoras do alçamento parecem estar enviesados, o que permite constatar que são as vogais **altas** as favorecedoras da aplicação do alçamento, por meio de um processo de harmonização vocálica.

No que tange à presença de vogal média-alta na sílaba subsequente à da pretônica-alvo, como em *p[e]scoço* e *alm[u]cei*, parece ser levemente favorecedora da aplicação do alçamento, com PRs 0.549 para /e/ e 0.575 para /o/. Por fim, a presença de vogal baixa, como em *g[e]lar* e *n[o]lmal*, como era esperado, é altamente desfavorecedora do alçamento, com PRs 0.034 e 0.141 para, respectivamente, /e/ e /o/.

Para se observar a atuação da **tonicidade** da vogal-gatilho presente na sílaba seguinte à da pretônica em relação à aplicação da harmonização, foi considerada a variável **tonicidade da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo**, mais precisamente o seu cruzamento com a **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo**.¹²

Tabela 4 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação ao cruzamento das variáveis altura e tonicidade da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Alta anterior tônica	57,7% (275/477)	0.860	60,7% (139/229)	0.674
Alta anterior átona	30,2% (74/245)	0.478	11,2% (13/116)	0.167
Alta posterior tônica	11,4% (5/44)	0.204	13,6% (3/22)	0.609
Alta posterior átona	30,4% (14/46)	0.464	34,1% (15/44)	0.667
Médias e baixas tônicas	4% (69/1735)	0.448	6,5% (68/1039)	0.379
Médias e baixas átonas	9,5% (37/389)	0.258	17% (99/581)	0.700
	Input: 0.202		Input: 0.079	
	Signif.: 0.035		Signif.: 0.043	

Fonte: Elaboração própria.

¹² Justifica-se esse cruzamento pelo fato de não se esperar que a tonicidade, por si só, exerça qualquer tipo de influência na aplicação do alçamento.

A tabela 4 mostra que, em relação à vogal alta anterior, a tonicidade é um fator bastante relevante para a aplicação do alçamento, já que a presença de uma vogal alta anterior **tônica** na sílaba seguinte à da pretônica-alvo, como em *ff[i]rida* e *desc[u]bri*, é favorecedora da aplicação do alçamento, tanto para /e/ (PR 0.860) quanto para /o/ (PR 0.674), ao passo que a presença de vogal alta anterior **átona**, como em *r[e]gistro* e *m[o]vimento*, é levemente desfavorecedora da aplicação do alçamento da pretônica /e/ (PR 0.478) e fortemente desfavorecedora do alçamento de /o/ (PR 0.167).

Já em relação à vogal alta posterior, foram encontrados PRs e porcentagens maiores para a presença de vogal /u/ átona (PR 0.464 – 30,4% para /e/ e PR 0.667 – 34,1% para /o/), como em *r[e]cuperação* e *pr[u]curava*, do que a tônica (PR 0.204 – 11,4% e PR 0.609 – 13,6% para /e/ e /o/, respectivamente), como em *p[e]rgunta* e *v[o]lume*. Deve-se destacar que as ocorrências de vogal pretônica /u/ são mais escassas do que /i/ e do que o restante de vogais (médias-altas, médias-baixas e baixas, as quais foram amalgamadas em um só fator, tanto para /e/ quanto para /o/, por ter havido *knockouts*),¹³ o que pode ter enviesado os resultados. Além disso, para a vogal pretônica /e/, quando observados os dados, verifica-se que, das 44 ocorrências dessa vogal seguida por vogal **tônica** /u/, 20 (45,45%) correspondem a um mesmo vocábulo: *J[e]sus*. Trata-se de um nome próprio e de origem religiosa, o que influencia o comportamento da vogal pretônica em prol da manutenção da vogal média-alta. Esse dado pode ter enviesado o resultado que aponta ser a vogal /u/ tônica desfavorecedora do alçamento de /e/. Quanto à vogal pretônica /o/ com vogal átona /u/ em sílaba subsequente, deve ser destacado que, das 15 ocorrências de alçamento, 6 pertencem ao paradigma de *c[u]sturar* e 5 de *pr[u]curar*, totalizando 11 ocorrências (73,3%).

De qualquer forma, tem-se a informação relevante de que a tonicidade, tanto para /e/ quanto para /o/, não é determinante para a aplicação do alçamento, já que: (i) há casos de vogais médias pretônicas alçadas pelo gatilho **vogal alta átona**; e (ii) há casos de não alçamento de pretônica, apesar da presença de **vogal alta tônica** na sílaba seguinte. Porém, a tonicidade exerce importante papel no alçamento da vogal média pretônica /e/ em contexto homorgânico, isto é, com vogal alta anterior presente na sílaba seguinte. Esses resultados corroboram a afirmação de Bisol (1981) de que a tonicidade é um fator relevante, mas não determinante para a aplicação do processo.

Outra afirmação da autora é a de que a contiguidade da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é um fator obrigatório para a aplicação da

¹³ Não houve alçamento em: (i) nenhuma das 617 ocorrências de vogal pretônica /e/ com vogal baixa tônica na sílaba seguinte; e (ii) nenhuma das 3 ocorrências de pretônica /o/ com vogal média-baixa átona na sílaba subsequente.

harmonização vocálica. Desse modo, considerou-se, neste trabalho, a variável **distância entre a sílaba da vogal alta em relação à sílaba da pretônica-alvo**.

A princípio, foram considerados três fatores para essa variável, sendo eles: (i) **vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo**; (ii) **uma sílaba entre as sílabas da vogal pretônica-alvo e a da vogal alta**; e (iii) **duas sílabas entre as sílabas da vogal pretônica e a da vogal alta**. No entanto, foi necessário o amálgama, por ter ocorrido *knockout* no fator **duas sílabas entre a vogal pretônica-alvo e a alta**.¹⁴ Dessa maneira, optou-se por amalgamar esse fator com o fator **uma sílaba entre as sílabas da vogal pretônica-alvo e a da vogal alta**. Os resultados dessa variável são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 5 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à distância entre a sílaba da vogal alta em relação à sílaba da pretônica-alvo

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo	45,4% (368/810)	0.451	41,6% (171/411)	0.575
Uma ou duas sílabas entre a vogal pretônica-alvo e a vogal alta	20,3% (27/133)	0.769	9,1% (15/164)	0.320
Total	41,9% (395/943)		32,3% (186/575)	
	Input: 0.076		Input: 0.098	
	Signif: 0.019		Signif: 0.037	

Fonte: Elaboração própria.

Para a vogal média pretônica /o/, os resultados foram em direção ao esperado: a presença de vogal alta na sílaba imediatamente seguinte à da pretônica-alvo, como em *d[u]rmia* e *g[u]rdura*, mostrou-se favorecedora à aplicação do alçamento (PR 0.575), ao passo que a presença de uma ou mais sílabas entre a sílaba da pretônica-alvo e a da vogal alta, como em *c[o]nheci* e *f[o]rmatura*, mostrou-se desfavorecedora (PR 0.320).

¹⁴ Para /e/, houve cinco casos que distavam duas sílabas, sendo eles: *d[e]legacia*, *ir[r]esponsabilidade*, *pr[e]ferencial*, *r[e]sponsabilidade* e *v[e]lgetativo*. Para /o/, houve apenas uma única ocorrência, sendo ela: *c[o]lçãozinha*. Nenhuma dessas seis ocorrências apresentou alçamento, resultando, portanto, em *knockout*.

Em relação à vogal pretônica /e/, os resultados são diferentes do esperado: a presença de vogal alta na sílaba seguinte à da pretônica-alvo, como em *acr[e]dito* e *j[e]jum*, mostra-se levemente desfavorecedora do alçamento de /e/ (PR 0.451), enquanto o fator **uma ou duas sílabas entre a vogal pretônica-alvo e a vogal alta**, como em *esp[e]táculo* e *ob[i]decia*, apresentou um alto PR (0.769). Esses resultados parecem estar enviesados pela pouca quantidade de dados (133) em comparação com o número de ocorrências de vogal pretônica que apresenta vogal alta na sílaba seguinte (810). Outro indício de que esse resultado merece uma interpretação cuidadosa é quando comparados os PRs e as porcentagens, uma vez que estas apontam resultados em direção oposta aos PRs. Se forem analisadas as porcentagens, atesta-se que, no fator que considera a contiguidade da vogal alta, a porcentagem (45,4%) é mais alta do que a encontrada para a vogal pretônica que dista uma ou duas sílabas em relação à sílaba em que a vogal alta está contida (20,3%), o que também é encontrado para /o/ (41,6% e 9,1%, respectivamente).

Bisol (1981) aponta a obrigatoriedade da contiguidade da vogal alta em relação à pretônica-alvo para a aplicação da harmonização vocálica, o que os resultados presentes na tabela 5 parecem, a princípio, refutar. No entanto, verifica-se, por meio da observação dos dados levantados, que todas as 42 ocorrências (27 de /e/ e 15 de /o/) de alçamento de vogal pretônica distante uma ou mais sílabas em relação à sílaba da vogal alta apresentam alçamento por outros motivos que não a influência direta dessa vogal. Dentre esses motivos, destaca-se a atuação da redução vocálica, como, por exemplo, em *[ku]nheci*, em que o alçamento decorre da influência da consoante dorsal/velar [k]. Dessa forma, os dados encontrados neste trabalho parecem corroborar a constatação de Bisol (1981) de ser obrigatória, para a aplicação da harmonização vocálica, a contiguidade da sílaba em que a vogal alta está presente em relação à sílaba da pretônica-alvo.

Como já apontado anteriormente, a **conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre** consiste em uma variável relevante para a aplicação do alçamento vocálico, tanto no que diz respeito à vogal pretônica /e/ (2ª posição) quanto à vogal /o/ (3ª posição). Os resultados desse grupo de fatores podem ser observados a seguir.

Tabela 6 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à conjugação do verbo em que a pretônica-alvo ocorre

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
1ª conjugação	07,9% (80/1014)	0.385	11,2% (100/892)	0.429
2ª conjugação	20,6% (100/485)	0.593	25,6% (73/285)	0.565
3ª conjugação	82,8% (101/122)	0.916	48,8% (39/80)	0.903
Total	17,3% (281/1621)		16,6% (212/1257)	
	Input: 0.076		Input: 0.098	
	Signif.: 0.019		Signif.: 0.037	

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, verbos de terceira conjugação, como *p[i]dir* e *d[u]rindo*, apresentam maiores frequências de alçamento (82,8% para /e/ e 48,8% para /o/) e PRs (0.916 para /e/ e 0.903 para /o/) do que os verbos de primeira e de segunda conjugações. Enquanto verbos de segunda conjugação, como *m[i]xiam* e *p[o]der*, mostram-se levemente favorecedores da aplicação do alçamento (PRs 0.593 para /e/ e 0.565 para /o/), verbos de primeira conjugação, como *com[e]cei* e *pr[o]gramou*, mostram-se desfavorecedores do fenômeno, com PRs 0.385 para /e/ e 0.429 para /o/.

Como explicação para o comportamento de verbos de segunda e de terceira conjugações, tem-se que apresentam sufixos verbais /-i/ e /-ia/, que, como apontado por Carmo (2009), são favorecedores do alçamento.¹⁵ Como explicação para os maiores valores referentes a verbos de terceira conjugação, têm-se que: (i) apresentam vogal temática /i/; e (ii) algumas de suas formas sofrem harmonia vocálica na raiz verbal, processo já apresentado no presente trabalho. Tais informações morfológicas parecem exercer influência em prol da aplicação do alçamento vocálico.

Considerando ainda o processo de harmonia vocálica, foi analisada mais uma variável: **grau de atonicidade da pretônica-alvo**. Por meio dessa variável, buscou-se também testar a hipótese de o fato de a vogal pretônica que se

¹⁵ Segundo a autora, o sufixo modo-temporal de futuro do pretérito /-ria/, por sua vez, mostra-se fortemente desfavorecedor da aplicação do alçamento vocálico das vogais médias pretônicas dos verbos na variedade do noroeste paulista, resultado encontrado também por Collischonn e Schwindt (2004) para essas vogais nas variedades faladas nas capitais do Sul do país.

apresenta como tônica em determinadas formas do mesmo paradigma consistir em um fator desfavorecedor do processo, como constatado por Bisol (1981) para o dialeto gaúcho.

Tabela 7 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação ao grau de atonicidade da pretônica-alvo

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Atonicidade permanente	19,9% (281/1415)	0.743	20% (224/1122)	0.595
Atonicidade variável	12,7% (193/1521)	0.272	12,4% (113/909)	0.383
Total	16,1% (474/2936)		16,6% (337/2031)	
	Input: 0.076		Input: 0.098	
	Signif.: 0.019		Signif.: 0.037	

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, a referida hipótese foi corroborada: para /e/, o fator **aticidade variável** obteve PR 0.272 e, para /o/, 0.383, sendo, portanto, desfavorecedor do alçamento para ambas as vogais. O fator **aticidade permanente**, por outro lado, apresenta comportamento favorecedor da aplicação do alçamento para /e/ (PR 0.743) e levemente favorecedor para /o/ (PR 0.595).

Cabe destacar que, para essa variável, foi considerado inicialmente um terceiro fator: **aticidade variável com vogal alta**, como em *m[i]ntia* (*mint*) e *c[u]brindo* (*cub*). Sua consideração baseava-se na presença da harmonia vocálica na raiz verbal em certas formas de terceira conjugação, que se esperava ser altamente favorecedora do alçamento. Devido a resultado enviesado, para /e/, e *knockout*, para /o/, optou-se por amalgamar esse fator com a **aticidade variável**. No entanto, pelas altas porcentagens obtidas (79,4% e 100% para /e/ e /o/, respectivamente), já se tem um indício de que esse fator é favorecedor da aplicação do alçamento vocálico e que, desse modo, a informação sobre harmonia vocálica na raiz verbal exerce influência a favor da realização do fenômeno.

No que diz respeito à análise das variáveis referentes ao processo de **redução vocálica**, que trata dos pontos de articulação das consoantes adjacentes à pretônica-alvo, tem-se que a variável **ponto de articulação da consoante precedente à vogal pretônica** foi selecionada como relevante apenas à vogal pretônica /o/. Os resultados são apresentados a seguir.

Tabela 8 – Alçamento de /o/ em relação ao ponto de articulação da consoante precedente à pretônica-alvo

Pretônica /o/		
	Frequência	PR
Coronal	09,3% (53/569)	0.279
Dorsal	16,9% (162/956)	0.522
Labial	24,1% (122/506)	0.711
Total	16,6% (337/2031)	

Input: 0.098

Signif.: 0.037

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que a presença de consoante labial, como em *al[mu]çar* e *[bu]né*, mostra-se favorecedora da aplicação do alçamento (PR 0.711). A consoante dorsal, como em *[ku]lega* e *[go]stava*, mostra-se levemente favorecedora da aplicação do alçamento dessa vogal (PR 0.522). Por fim, a consoante coronal, como em *[no]rma* e *[so]correr*, mostra-se desfavorecedora (PR 0.279) da aplicação do fenômeno. Esses resultados eram esperados, pelo fato de a vogal /o/ consistir em uma vogal labial e dorsal. Desse modo, os resultados encontrados indicam que a homorganicidade entre consoante precedente e pretônica /o/, no que diz respeito à posição **ântero-posterior**, consiste em uma informação relevante para a aplicação da redução vocálica na variedade do noroeste paulista.

No que se refere ao ponto de articulação da consoante **seguinte** à pretônica-alvo, tem-se a tabela 9:

Tabela 9 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação ao ponto de articulação da consoante subseqüente à pretônica-alvo

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Coronal	18% (360/2005)	0.497	16,5% (208/1264)	0.498
Dorsal	16,7% (89/532)	0.703	06% (11/184)	0.224
Labial	06,3% (25/399)	0.252	20,2% (118/583)	0.600
Total	16,1% (474/2936)		16,6% (337/2031)	

Input: 0.076

Signif.: 0.019

Input: 0.098

Signif.: 0.037

Fonte: Elaboração própria.

Para /e/, constata-se que a consoante coronal adjacente à pretônica, como em *n[en]ê*, mostra-se neutra em relação ao alçamento (PR 0.497). A consoante dorsal, como em *ap[ig]uei*, é favorecedora do alçamento (PR 0.703), apesar de a vogal /e/ não constituir uma vogal dorsal. Isso pode ser justificado pelo fato de, dentre as consoantes dorsais, estarem presentes as velares, que apresentam um alto ponto de articulação, favorecendo, assim, a realização do fenômeno.¹⁶ Já a consoante labial, como em *r[ep]ública*, é desfavorecedora, com PR 0.252. Esse resultado era esperado pelo fato de a vogal /e/ não apresentar o traço de labialidade.

Em relação à pretônica /o/, a coronal, como em *diret[or]ia*, mostrou-se neutra em relação à realização do alçamento (PR 0.498). A consoante labial, como em *c[um]eçou*, por sua vez, é favorecedora da aplicação do fenômeno (PR 0.600), o que era esperado, pois, conforme afirma Bisol (1981), consoantes labiais favorecem o alçamento de /o/, pelo fato de a vogal /u/ ser mais labializada do que /o/. No entanto, não se esperava que a consoante dorsal, como em *j[og]ar*, apresentasse comportamento desfavorecedor (PR 0.224). Esse resultado parece estar enviesado por haver apenas 184 ocorrências totais de vogal pretônica /o/ seguida por consoante dorsal, o que corresponde a menos de 10% do total de 2.031 casos. Os 11 casos de alçamento presentes nesse contexto correspondem a apenas 3,26% dos 337 casos totais de aplicação do alçamento.

No que tange à variável **estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre**, apesar de, a princípio, terem sido considerados sete fatores (já apresentados anteriormente), foram necessários alguns amálgamas, o que resultou na consideração final de apenas quatro fatores, apresentados adiante. Nos dados, foram encontradas 15 ocorrências de /e/ presentes em sílaba com estrutura **ataque complexo + rima (núcleo + coda nasal)**, bem como 4 casos de /e/ e 8 casos de /o/ em sílaba com **ataque + rima complexa (núcleo + coda complexa)** que não apresentaram alçamento, resultando, portanto, em *knockouts* durante a rodada no programa estatístico. Por contarem com um elemento nasal em coda, foram amalgamados com as ocorrências presentes em sílaba com **ataque + rima (núcleo + coda nasal)**. Verificaram-se também 6 ocorrências de /e/ em sílaba com **ataque complexo + rima (núcleo + coda sem ser nasal)**, as quais não apresentaram alçamento. Essa estrutura silábica, portanto, foi amalgamada com **ataque + rima (núcleo + coda sem ser nasal)**, por ambas apresentarem sílaba travada por elemento não nasal. Feitos os amálgamas, as rodadas puderam prosseguir, dando origem aos resultados expressos na tabela a seguir.

¹⁶ Possivelmente, essa observação também seja pertinente para o fato de a porcentagem ser menor para a dorsal (16,7%) em relação à coronal (18%) e ser maior o PR para a dorsal (0.703) em relação à coronal (0.497).

Tabela 10 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à estrutura da sílaba em que a pretônica-alvo ocorre

	Pretônica /e/		Pretônica /o/	
	Frequência	PR	Frequência	PR
ataque + rima (núcleo)	17% (353/2078)	0.556	24,2% (271/1119)	0.698
ataque (complexo ou não) + rima (núcleo + coda nasal ou coda complexa apresentando elemento nasal)	07,2% (22/305)	0.254	05,2% (24/458)	0.127
ataque (complexo ou não) + rima (núcleo + coda sem ser nasal)	10,6% (39/369)	0.333	11,7% (36/307)	0.506
ataque complexo + rima (núcleo)	32,6% (60/184)	0.657	04,1% (6/147)	0.398
Total	16,1% (474/2936)		16,6% (337/2031)	
	Input: 0.076		Input: 0.098	
	Signif.: 0.019		Signif.: 0.037	

Fonte: Elaboração própria.

No que tange a essa variável, verifica-se que, para /e/, sílabas travadas desfavorecem o alçamento, especialmente a travada por elemento nasal (PR 0.254), como em *d[e]ntista*. Sílabas abertas, seja sem ou com ataque complexo, como, respectivamente, em *par[i]cia* e *pr[i]ferível*, mostram-se favorecedoras da aplicação do alçamento (PRs 0.556 e 0.657, respectivamente). Para /o/, sílaba constituída por **ataque + rima (núcleo)**, como em *s[u]fri*, é favorecedora do alçamento (PR 0.698). Sílaba fechada por elemento não nasal, como em *p[o]rtão*, é neutra (PR 0.506). Já a sílaba que contém **ataque complexo + rima (núcleo)**, como em *patr[o]cine*, é desfavorecedora (PR 0.398), mas, assim como para /e/, a estrutura silábica mais desfavorecedora é a fechada por elemento nasal, como em *v[o]ntade*, com PR 0.127.¹⁷

De modo geral, os resultados aqui expressos vão ao encontro dos obtidos por Carmo (2009), pois, em ambos os trabalhos, a sílaba que apresenta coda, seja ela nasal ou não – no estudo de Carmo (2009), PRs 0.39 e 0.44, respectivamente –,

¹⁷ Nota-se que, para /o/, há apenas 6 dados em que as sílabas apresentam **ataque complexo + rima (núcleo)**, o que possivelmente tenha motivado, para esse fator, a porcentagem de 4,1% ser ligeiramente menor do que a de 5,2% para as sílabas com elemento nasal na coda, embora os PRs desses fatores sejam, respectivamente, 0.398 e 0.127.

desfavorece o alçamento de /e/, enquanto que, para /o/, a sílaba com apenas coda **nasal** é desfavorecedora da realização do alçamento – PR 0.07, na pesquisa da autora. Para o dialeto gaúcho, Bisol (1981) observou que a nasalidade é favorável ao alçamento de /e/, com PR 0.70. Desse modo, verificam-se resultados diferenciados para a variedade gaúcha e a riopretense.

Resultados das variáveis sociais

Embora, de modo geral, as variáveis sociais não tenham se mostrado tão importantes quanto as variáveis linguísticas, os resultados encontrados devem ser analisados.

Quanto à variável **sexo/gênero**, selecionada apenas para a vogal pretônica /o/, tem-se:

Tabela 11 – Alçamento de /o/ em relação ao sexo/gênero

	Pretônica /o/	
	Frequência	PR
Feminino	15,7% (162/1032)	0.459
Masculino	17,5% (175/999)	0.543
Total	16,6% (337/2031)	

Input: 0.098

Signif.: 0.037

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que os homens aplicam mais frequentemente o alçamento (17,5%) do que as mulheres (15,7%). Em termos de probabilidade, verifica-se que o alçamento é levemente favorecido pelo fator **sexo/gênero masculino** (PR 0.543), ao passo que é levemente desfavorecido pelo fator **sexo/gênero feminino** (PR 0.459). Apesar de a frequência e a probabilidade de ocorrência de alçamento da vogal /o/ se mostrarem levemente mais altas na fala de homens do que na de mulheres, o que poderia indiciar estigma (CHAMBERS, 1995) aos itens lexicais que apresentam vogal pretônica alçada, tal afirmação não pode ser sustentada estatisticamente, pelo fato de ambos os PRs serem bastante próximos a 0.5.

No que diz respeito à **faixa etária**, selecionada apenas para a vogal /e/, tem-se a tabela apresentada a seguir:

Tabela 12 – Alçamento de /e/ em relação à faixa etária

	Pretônica /e/	
	Frequência	PR
7 a 15 anos	14,9% (76/509)	0.529
16 a 25 anos	15,1% (71/471)	0.429
26 a 35 anos	11,7% (53/452)	0.466
36 a 55 anos	18,9% (161/851)	0.575
Acima de 55 anos	17,3% (113/653)	0.455
Total	100% (474/2936)	

Input: 0.076

Signif.: 0.019

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, a faixa etária que mais favorece o alçamento é a de 36 a 55 anos (PR 0.575). Em segundo lugar, tem-se a faixa etária mais jovem, ou seja, dos 7 aos 15 anos (PR 0.529). As outras faixas etárias mostram-se levemente desfavorecedoras do alçamento, com PRs 0.466, 0.455 e 0.429 para, respectivamente, 26 a 35 anos, acima de 55 anos e 16 a 25 anos. De modo geral, as diferentes faixas etárias apresentam PRs relativamente próximos de 0.5. Dessa forma, pode-se dizer que os resultados obtidos não permitem a afirmação de que o alçamento vocálico da vogal /e/ se encontra em mudança.

Além disso, verifica-se uma não correlação entre PRs e porcentagens dos fatores considerados,¹⁸ com exceção da faixa etária de 36 a 55 anos, que apresentou a maior porcentagem (18,9%) e o maior PR (0.575). Essa não correlação sinaliza a necessidade de futuras investigações a respeito dos perfis sociais dos informantes analisados, a fim de identificar possíveis hipóteses explicativas para os resultados descritos. De qualquer modo, verifica-se que as porcentagens desses fatores são bastante próximas entre si (de 11,7% a 17,3%), assim como os PRs (de 0.429 a 0.529), próximos também de 0.5, como destacado acima.

Quanto à vogal /o/, como já apresentado, o fato de a **faixa etária** não ter sido selecionada como relevante à realização do alçamento indica que o processo se encontra em variação estável.

¹⁸ A faixa-etária de 7 a 15 anos, por exemplo, apresenta o segundo maior PR (0.529), mas a quarta maior porcentagem (14,9%).

No que diz respeito à escolaridade, têm-se os resultados apresentados na tabela 13.

Tabela 13 – Alçamento de /e/ em relação à escolaridade do informante

	Pretônica /e/	
	Frequência	PR
1º Ciclo do Ensino Fundamental	19,8% (64/324)	0.622
2º Ciclo do Ensino Fundamental	15,1% (119/786)	0.498
Ensino Médio	16,1% (150/934)	0.441
Ensino Superior	15,8% (141/892)	0.518
Total	16,1% (474/2936)	
	Input: 0.076	
	Signif.: 0.019	

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que o grau de escolaridade considerado mais baixo – o primeiro ciclo do Ensino Fundamental – é o mais favorecedor da aplicação do alçamento, com PR 0.622. O grau de escolaridade mais alto – o Ensino Superior – e o segundo ciclo do Ensino Fundamental mostram-se neutros em relação ao alçamento (PRs 0.518 e 0.498, respectivamente) e o Ensino Médio mostra-se levemente desfavorecedor da realização do fenômeno (PR 0.441). Dados os resultados, a afirmação de que os anos de estudo formal exercem influência na aplicação do alçamento dessa vogal, na variedade do noroeste paulista, deve ser feita com muita cautela, já que as taxas são relativamente próximas e não exatamente decaem com o decorrer da escolaridade. Outro indício de que esses resultados merecem investigação detalhada é a não correlação entre os PRs e as porcentagens de três – **2º ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior** – dos quatro fatores considerados.¹⁹ No entanto, assim como realizado para a variável **faixa etária**, deve-se destacar o fato de que as porcentagens de alçamento dos referidos fatores da variável **escolaridade** são bastante próximas (de 15,1% a 16,1%), assim como os PRs (0.441 a 0.518), que são também próximos a 0.5. Neste trabalho, apresentam-se esses resultados e acena-se, como passo futuro de investigação, a análise detalhada dos perfis sociais dos informantes, a fim de apurar os resultados ora descritos.

¹⁹ Por exemplo, para informantes do Ensino Superior, o PR 0.518 é o segundo maior entre os quatro fatores, enquanto a porcentagem de aplicação (15,8%) é a terceira maior.

Considerações finais

Nesta seção, são retomados os principais resultados obtidos por meio do levantamento e análise de dados realizados até o momento da investigação sobre o alçamento vocálico na variedade do PB falada na região do noroeste paulista.

De modo geral, pode-se dizer que a **harmonização** é o processo mais atuante a favor do alçamento vocálico pelo fato de a variável **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** ter sido selecionada, tanto para /e/ quanto para /o/, como a variável mais relevante para a aplicação do alçamento, com altos PRs para as vogais altas. Sobre esse processo, os resultados referentes às vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista parecem corroborar a afirmação de Bisol (1981) de que a **tonicidade** da vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo é um fator relevante, mas não determinante para a aplicação do alçamento, especialmente no que tange à vogal pretônica /e/, e, para ambas as vogais, a **contiguidade** da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é um fator obrigatório para a aplicação do processo. Além disso, verificou-se também que a **atonicidade permanente** é um fator favorecedor da realização do alçamento, como apontado pela autora. Outro resultado relevante é o de que as vogais médias pretônicas em verbos de terceira conjugação parecem ter o alçamento favorecido quando as formas verbais apresentam **harmonia vocálica** na raiz verbal em outras formas do mesmo paradigma.

Em relação à **redução vocálica**, para a vogal pretônica /e/, têm-se dois resultados que devem ser destacados: (i) o ponto de articulação da consoante precedente não foi selecionado pelo programa estatístico; e (ii) destaca-se a influência da consoante **dorsal** em posição seguinte, devido ao traço de altura das consoantes velares. Desse modo, para essa vogal, pode-se afirmar que a redução vocálica não apresenta forte atuação em relação ao alçamento, quando comparada à harmonização vocálica. Quando ocorre, porém, parece estar em jogo unicamente a questão da **altura** do ponto de articulação da consoante **seguinte**. Quanto à pretônica /o/, identifica-se uma grande influência por parte da consoante **labial**, que, tanto em posição precedente quanto em posição seguinte, favorece a aplicação do alçamento.

Em relação à **estrutura silábica**, no geral, o alçamento é inibido quando a vogal pretônica está presente em sílaba com coda, especialmente se esta for preenchida por elemento nasal.

Por fim, em relação às variáveis sociais, os resultados apontam que o **sexo/gênero** e a **escolaridade do informante** não parecem exercer influência na aplicação do alçamento. Esses resultados fornecem indícios de que o alçamento vocálico não é um fenômeno estigmatizado na comunidade riopretense. Quanto à variável **faixa etária**, para /o/, o fato de não ter sido selecionada pelo programa

estatístico e, para /e/, os PRs serem bastante próximos a 0.5 indicam que o alicamento das vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista se encontra em variação estável.

CARMO, M. C. do; TENANI, L. E. The pretonic mid-vowels in the variety of the Northwest of São Paulo: a sociolinguistic analysis. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.607-637, 2013.

- **ABSTRACT:** *This work aims to analyse the variable behaviour of the pretonic mid-vowels in the variety of the Northwest of São Paulo State. These vowels are subject to the phonological phenomenon named “vowel raising”, through which the mid-vowels /e/ and /o/ are pronounced, respectively, as [i] and [u], e.g. p[i]queno and c[u]sturando. As a theoretical background, the Theory of Linguistic Variation and Change (Labov, 1991 [1972]) is followed. Through the utilisation of the statistical package GOLDVARB-X, it was observed, for instance, the selection of the “height of the vowel in the subsequent syllable” as the most relevant variable to the vowel raising of both /e/ and /o/, with high relative weights concerning the high vowels. This result evinces a substantial actuation of the vowel harmony to the application of the phenomenon. Another relevant result is the small influence of the social variables to the application of vowel raising, which demonstrates that this phenomenon is related, primarily, to information of linguistic nature.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic Variation. Quantitative Sociolinguistics. Phonology. Pretonic Mid-vowels. Vowel Raising.*

REFERÊNCIAS

ABAURRE-GNERRE, M. B. M. Processos fonológicos segmentais como índices de padrões prosódicos diversos nos estilos formal e casual do português do Brasil. *Cademo de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.2, p.23-44, 1981.

BISOL, L. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. 1981. 280f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

BORTONI, S. M. A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.9-30, 1992.

CÂMARA JÚNIOR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARMO, M. C. *As vogais médias pretônicas dos verbos na fala culta do interior paulista*. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Bociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

CELIA, G. F. *As vogais médias pretônicas na fala culta de Nova Venécia – ES*. 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Cambridge: Blackwell, 1995.

COLLISCHONN, G. *Fonologia do português brasileiro, da sílaba à frase*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2006.

_____. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.) *Introdução a estudos de fonologia do Português Brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.91-119.

COLLISCHONN, G.; SCHWINDT, L. C. Harmonia vocálica no sistema verbal do português do sul do Brasil. *Estudos de Fonologia e de Morfologia*. Porto Alegre, v.18, n.36, p.73-82, 2004.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

COLLISCHONN, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. 11. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

SELKIRK, E. The Syllable. In: HULST, H.; SMITH, N. (Ed.). *The Structure of Phonological Representations (Part II)*. Dordrecht: Foris, 1982. p.337-383.

SILVEIRA, A. A. M. *As vogais pretônicas na fala culta do noroeste paulista*. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

VIEGAS, M. C. *O açamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. 2001. 281f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

_____. *Açamento das vogais pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. 1987. 231f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

YACOVENCO, L. C. *As vogais médias pretônicas no falar culto carioca*. 1993. 185f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

Recebido em março de 2012

Aprovado em dezembro de 2012

INTERFACE SINTAXE-FONOLOGIA: DESAMBIGUAÇÃO PELA ESTRUTURA PROSÓDICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

Aline Peixoto GRAVINA*
Flaviane Fernandes-SVARTMAN**

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é a análise das estratégias prosódicas de desambiguação de sentenças em português brasileiro (PB), em contexto de ambiguidade sintática e choque acentual.² Nossa hipótese é a de que a desambiguação dessas sentenças se dê através de diferentes estratégias prosódicas de desfazimento do choque acentual. Para testar essa hipótese, foram realizados experimentos de produção e de percepção com falantes do PB. Os resultados obtidos foram analisados à luz da Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986) e, em termos entoacionais, à luz da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 1996, 2008). Nossos resultados revelam que: (i) quando o desfazimento do choque de acentos se dá por retração acentual, há pistas da formação de um único sintagma fonológico e a interpretação é a de que a segunda palavra envolvida no choque se refere à imediatamente precedente; (ii) quando o desfazimento do choque se dá pela inserção de pausas e/ou pela atribuição de um acento tonal a cada palavra envolvida no choque, há pistas da formação de dois sintagmas fonológicos e a interpretação obtida é a de que a segunda palavra envolvida no choque se refere não à imediatamente precedente, mas à outra da sentença.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Português brasileiro. Interface sintaxe-fonologia. Prosódia. Choque de acentos.

* UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas – SP – Brasil. 13083-859 - alinegravina@yahoo.com.br

** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 - flavianesvartman@usp.br

¹ Este trabalho é resultado do desenvolvimento de uma qualificação de área, um dos requisitos exigidos pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Doutor. Tal qualificação foi desenvolvida pela primeira autora deste artigo e orientada pela segunda.

² Por “ambiguidade sintática”, entenda-se: sentenças que possuem mais de uma estrutura sintática subjacente. Por exemplo, uma sentença como “Escrevi no quadro negro” possui mais de uma estrutura sintática subjacente e, por esse motivo, permite duas interpretações diferentes. Se se considerar que “negro” é o objeto do verbo “escrevi” e “no quadro”, adjunto adverbial, a interpretação obtida é a de que escrevi o nome “negro” no quadro. Já se se considerar “negro” como adjetivo de “quadro”, a interpretação obtida é a de que escrevi em um quadro de cor negra. A ambiguidade sintática difere da ambiguidade semântica e da ambiguidade fonológica, na medida em que, na ambiguidade semântica, a interpretação pode depender de um contexto (ex.: “Encontrei o cachorro do seu vizinho”. Dependendo do contexto, o cachorro pode ser o próprio vizinho ou o animal de estimação do vizinho) e, na ambiguidade fonológica, a semelhança sonora na produção de, por exemplo, uma palavra ou um grupo de palavras pode permitir mais de um sentido (ex.: “abata” (1ª. ou 3ª. pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo “abater”) e “a bata” (peça do vestuário feminino).

Introdução

Neste artigo, trataremos de fenômenos de interface sintaxe-fonologia, a partir do estudo de sentenças com choque de acentos em ambiente de ambiguidade sintática no português brasileiro (doravante, PB). A partir da análise desses dados do PB, obtidos através da aplicação de experimentos de produção e percepção, pretende-se discutir os seguintes tópicos: (i) o fenômeno “choque de acentos”, em ambiente de ambiguidade sintática, e suas possibilidades de ocorrência no interior de domínios prosódicos, especificamente, o domínio “sintagma fonológico” (ϕ – do inglês, *phonological phrase*)³ e entre fronteiras desses domínios;⁴ (ii) o desfazimento de choque de acentos no mesmo ambiente já referido, através de diferentes estratégias, entre elas, a regra de retração de acento (ex.: canção nova ⇒ canção nova).⁵

Para o desenvolvimento da discussão desses tópicos, buscaremos evidências perceptuais e acústicas (especificamente, nos correlatos acústicos “entoação” e “duração”) para a mudança de *locus* do acento em PB (nos casos em que ocorrer esse deslocamento) e investigaremos a relação das diferentes estratégias de desfazimento de choque de acentos com a desambiguação de sentenças em que há contexto para a ocorrência de choque de acentos.

A nossa hipótese é que a desambiguação das sentenças selecionadas para o estudo possa ocorrer através do estabelecimento de fronteiras de sintagmas fonológicos. A ocorrência de retração de acentos, em um ambiente de ambiguidade sintática, favoreceria a interpretabilidade de que o segundo vocábulo envolvido no choque de acentos se relacionaria ao primeiro, uma vez que esses formam um único sintagma fonológico; já a não ocorrência de retração de acentos, em um ambiente de ambiguidade sintática, daria pistas para a identificação de formação de dois sintagmas fonológicos diferentes, sendo que a interpretação obtida seria aquela conforme a qual o segundo vocábulo não estaria relacionado ao primeiro do contexto de choque de acentos, mas a outro vocábulo da sentença à qual pertence.

O presente trabalho será apresentado nas próximas cinco seções. Na seção “O choque de acentos” apresentamos uma revisão dos primeiros trabalhos que trataram desse assunto. Em seguida, na seção “Choque e retração de acentos em português brasileiro”, revisamos os trabalhos do português brasileiro que trataram da questão do choque e da retração de acentos na vertente teórica gerativista. Já na seção “Experimento: prosódia e desambiguação” são

³ Conferir Nespor e Vogel (1986) sobre o algoritmo de formação de sintagma fonológico e, especificamente, Frota (2000) e Tenani (2002) sobre o algoritmo de formação desse constituinte em português.

⁴ O constituinte fonológico alvo de nossas análises será o sintagma fonológico (ϕ), pois o fenômeno de choque de acentos em PB encontra-se nesse nível da hierarquia prosódica, conforme, entre outros, Abousalh (1997) e Sandalo e Truckenbrodt (2002).

⁵ As sílabas sublinhadas representam sílabas nas quais o acento é implementado foneticamente.

apresentadas a metodologia de obtenção dos dados, através da elaboração e aplicação de dois testes – produção/percepção -, bem como a metodologia de análise dos dados obtidos. Por sua vez, nas seção “Resultados e Análises”, apresentamos a descrição e a análise dos resultados encontrados. Finalmente, na seção “Considerações finais”, apresentamos as conclusões a que chegamos neste presente estudo.

O choque de acentos

O trabalho de Liberman e Prince (1977) foi um dos primeiros que tentou caracterizar e representar o fenômeno do choque de acentos. Os autores observaram que as relações de proeminência relativa interna às palavras tendem a se manter constantes sob concatenação sintática. Assim, buscaram explicar por que, em inglês, dadas algumas condições específicas, o padrão acentual resultante da aplicação do algoritmo de acento primário pode ser modificado na implementação fonética.

Os autores observaram que, quando duas palavras estão concatenadas sintaticamente uma a outra, sendo que a última sílaba da primeira palavra porta um acento de força relativa de igual ou maior valor que o acento da sílaba inicial da palavra seguinte, a tendência é que ocorra uma reversão acentual, ou seja, o acento da primeira palavra transfere-se para a penúltima ou para a antepenúltima sílaba. Para esses autores, a mudança de *locus* do acento parece ter uma motivação de ordem rítmica e tem sido explicada pela aplicação de uma regra chamada de *rhythmic rule*. Essa regra seria de ajuste rítmico pós-lexical que ocorreria em contextos de choque de acentos dentro do sintagma fonológico (ϕ) e, conforme a qual, o acento primário de uma palavra seria movido para esquerda ou apagado quando não houvesse contexto para o movimento.

Nespor e Vogel (1989) realizaram um experimento à luz da proposta de Liberman e Prince (1977) e concluíram em seus estudos que, sem a inclusão de informações de constituição sintática na descrição dos contextos de choques, não se podem fazer previsões corretas sobre a resolução dos choques de acento em italiano.

Dessa forma, é preciso que haja condições fonológicas e sintáticas para que seja considerada uma colisão de acentos. A condição fonológica, segundo as autoras, para que ocorra o choque de acentos é a seguinte: em uma sequência de palavra 1 e palavra 2, o acento primário da palavra 1 tem que estar na sua sílaba final e o acento primário da palavra 2, na sua sílaba inicial. No entanto, a simples adjacência fonética de acentos fortes não é suficiente para caracterizar um choque de acento, dado que as condições sintáticas também devem ser

respeitadas. Assim, em uma situação de choque de acento, entre a palavra 1 e a palavra 2, é necessário que 1 seja “ramo” do primeiro nóculo da árvore sintática que domine ela mesma e a palavra 2. Satisfeitas as duas condições, a retração ocorre em 1, no caso em que as palavras envolvidas no choque formam um único sintagma nominal, por exemplo.

O sintagma fonológico (ϕ) seria, para Nespor e Vogel (1982), o domínio de regras fonológicas em várias línguas do mundo. Uma das regras que se aplica nesse domínio é a regra de retração de acento. Conforme essa regra, numa sequência de acentos primários em choque, para se desfazer a colisão, movimenta-se o acento da primeira palavra envolvida no choque para a esquerda, se as duas palavras em questão fizerem parte de um mesmo sintagma fonológico. A retração é bloqueada se as palavras estiverem em sintagmas fonológicos distintos. Em outras palavras, no domínio prosódico “sintagma fonológico (ϕ)”, a retração de acento é incluída como uma regra de *spam* de ϕ , ou seja, uma regra cujo domínio de aplicação corresponde ao espaço delimitado pelas fronteiras de ϕ .

Seguem alguns exemplos das autoras:

- (1) Ha già [véntitre rágni] ϕ ,
(Ele) já possui vinte e três aranhas.
- (2) [Le cittá] ϕ [molto nordiche] ϕ , no mi piacciono.
As cidades muito nórdicas não me agradam.

Em (1), ocorre a retração de acento para desfazer a colisão de acentos em um mesmo sintagma fonológico. O acento da palavra “ventiré” vai para a sílaba mais à esquerda “ven”, para que se desfça o choque. Em (2), o choque de acentos se conserva, pois as palavras que sofrem a colisão se encontram em sintagmas fonológicos distintos, desrespeitando a condição fonológica para que a retração ocorra. Como podemos notar, a regra de retração, aos moldes de Nespor; Vogel, serve também como diagnóstico da reestruturação de sintagmas fonológicos.

Choque e retração de acentos no português brasileiro

O acento para a prosódia é uma propriedade relacional, logo, a acentuação é analisada numa relação entre sílabas acentuadas e sílabas não acentuadas, apontando proeminências. De acordo com o *Princípio de Alternância Rítmica* (SELKIRK, 1984) e com as *Regras Rítmicas* (TAKEZAWA, 1981), deve-se evitar o choque de acentos em uma sentença linearizada, uma vez que os princípios acima supracitados requerem que, em uma situação de duas posições de acento, apenas uma posição sobressaia e apenas uma seja não acentuada. Nespor e Vogel

(1982) ainda ressaltam que as línguas se diferenciam a partir da tolerância que apresentam com relação à violação desses princípios.

Frota (1995) e Albousalh (1997) afirmam que o português (respectivamente, nas variedades europeia e brasileira) é sensível ao encontro acentual dentro do nível que, na sua formação, leva em conta informações sintáticas. Isso implica dizer que o PB, conforme Albousalh, é sensível ao encontro acentual no nível do sintagma fonológico (ϕ).

Nesse mesmo nível prosódico em PB, segundo Santos (2002), categorias sintáticas foneticamente nulas parecem afetar a ocorrência da retração no desfazimento de choque acentual. Mais precisamente, a autora mostrou que um pronome foneticamente nulo (pro) pode impedir a retração de acento nos casos de encontro acentual entre um verbo e um advérbio.

- (3)
- | | | | | |
|---|---|---|-----|--|
| a | O José Maria cant <u>ou</u> <u>hoje</u> . | → | a') | O José Maria <u>cant</u> ou <u>hoje</u> . |
| b | O José Maria cont <u>ou</u> <u>hoje</u> . | | b') | *O José Maria <u>cont</u> ou <u>hoje</u> . |

Em (3a) e (3a'), tanto o encontro de choque de acentos quanto a retração do acento são possíveis; já em (3b') a retração do acento não é possível e apenas a colisão em (3b) é aceita. Isso porque haveria um pronome foneticamente não realizado (pro) entre o verbo “contou” e o advérbio “hoje”. Logo, uma categoria sintática não realizada foneticamente, como um pronome nulo “pro”, entre um verbo com acento final e um advérbio com acento na primeira sílaba, não permite que o choque de acentos seja desfeito, ou seja, a retração de acento torna a sentença agramatical.

Ainda sobre o domínio de aplicação da retração de acentos em contexto de choque acentual em PB, Sandalo e Truckenbrodt (2002) também afirmam que o sintagma fonológico é o domínio relevante para essa regra rítmica de resolução de choque de acentos e, como notado primeiramente por Frota e Vigário (2000) e por Tenani (2002), para a associação de acentos tonais. Os autores explicitam que o fenômeno da retração de acento no PB ocorre de maneira comparável ao *English rhythmic-rule* (LIBERMAN; PRINCE, 1977) ou à retração de acento estipulada para o italiano por Nespor e Vogel (1982, 1986, 1989).

Para exemplificar, os autores mostram que a palavra “café”, pronunciada isoladamente, possui o acento fonológico na mesma sílaba em que possui acento ortográfico. No entanto, quando essa palavra se encontra em contexto de choque de acentos como em “café quente”, ela sofre uma retração de acento para a sílaba da esquerda, resultando em “café quente”.

Sandalo e Truckenbrodt (2002) confirmam os resultados obtidos por Nespor e Vogel (1989) para o italiano também para o PB, na medida em que atestam que,

nessa variedade de português, a retração de acento só pode ocorrer se o choque de acentos se der dentro de um mesmo sintagma fonológico: ex.: [café quente]_φ. Se o choque de acentos ocorrer entre palavras pertencentes a sintagmas fonológicos diferentes, a retração não acontece: [café]_φ [queima]_φ.

Os autores seguem a proposta de Selkirk (1986) para fundamentar hipóteses sobre o PB. Segundo a proposta de Selkirk, o mapeamento sintaxe-fonologia na formação dos constituintes prosódicos se dá de maneira universal nas línguas e a diferença entre elas em tal formação se dá conforme as particularidades do encaixamento sintático. O alinhamento à esquerda de XPs com sintagmas fonológicos tem sido postulado para línguas como o chinês (SELKIRK; SHEN, 1990) e o japonês (SELKIRK; TATEISHI, 1991). Para línguas como o inglês, o italiano e o português, tem se postulado o alinhamento à direita. Portanto, a fronteira direita de cada XP lexical coincide com a fronteira direita do sintagma fonológico no PB.

Cada XP pode ser mapeado em apenas um sintagma fonológico. Sendo assim, sujeito e verbo no PB são mapeados em sintagmas fonológicos distintos. O choque de acentos entre esses constituintes não é desfeito por retração acentual, pois, como dito anteriormente, a retração só ocorre dentro de um mesmo sintagma fonológico (φ).

Os autores ainda seguem o princípio da uniformidade postulado por Ghini (1993) para formação de sintagma fonológico e testam para o PB tal princípio, através da análise da ocorrência ou não de retração de acentos no referido domínio prosódico. Em suas investigações em italiano, Ghini argumenta que a reanálise de sintagma fonológico, em termos de fatores eurítmicos, abarca a noção de binaridade prosódica e esta noção seria o núcleo das análises. Assim, no PB, a hipótese de Sandalo; Truckenbrodt é que o fraseamento prosódico do sujeito e do predicado ocorre por motivação de fatores eurítmicos de uniformidade do comprimento dos sintagmas fonológicos desses dois constituintes sintáticos. Os exemplos (4) e (5), extraídos de Sandalo e Truckenbrodt (2002, p.298), ilustram o obediência ao princípio de uniformidade de Ghini na formação de sintagmas fonológicos do sujeito e do predicado em sentenças do PB. Em (4), o sujeito, composto por duas palavras prosódicas, é mapeado em um único sintagma fonológico, assim como o predicado, formado por duas palavras prosódicas em contexto de choque acentual, também é mapeado em um único sintagma fonológico e, nesse caso, a evidência para o mapeamento do predicado em um único sintagma fonológico é a retração de acentos. Em (5), as duas palavras que compõem o sujeito se encontram em contexto de choque acentual e pertencem a sintagmas fonológicos diferentes, sendo que a evidência para isso é a não ocorrência de retração acentual. No mesmo exemplo, o predicado composto por uma única palavra é mapeado também em um único sintagma fonológico. Assim, tanto sujeito quanto predicado em (4) e (5) são formados por sintagmas fonológicos de mesmo tamanho (no caso, com o mesmo número de palavras prosódicas).

(4) [o canguru australiano] _φ [dançou samba] _φ

(5) [café] _φ [quente] _φ [queima] _φ

O princípio da uniformidade rege que os sintagmas fonológicos sejam do mesmo tamanho. Dessa maneira, alinhando as sentenças à direita e seguindo o princípio da uniformidade, temos o seguinte fraseamento prosódico para as sentenças em (6) e (7) extraídas de Sandalo e Truckenbrodt (2002, p.301):

(6) [José Carlos] _φ [come sempre] _φ [maçãs] _φ (N N) (V Adv) (N)⁶

(7) [Um café quente] _φ [queimou a boca] _φ [ontem] _φ (N A) (V N) (Adv)

Os autores postulam que, no PB, cada sintagma fonológico é formado por, no máximo, duas palavras lexicais. Assim, uma sequência como (V N Adv)_φ, ou parecida, é impossível.

Neste trabalho, não trataremos apenas de choque de acentos e retração acentual em PB, mas de choque de acentos em contexto de ambiguidade sintática e das diferentes estratégias prosódicas de desfazimento do choque e de desambiguação nessa variedade de português. Pretendemos mostrar que, em um contexto de choque de acentos e ambiguidade sintática, são possíveis as seguintes situações: i) ocorrer a retração de acentos e esta possibilidade corresponder a um dos sentidos possíveis pelo contexto de ambiguidade sintática; ii) não ocorrer a retração de acento e esta possibilidade corresponder ao outro sentido possível pelo contexto de ambiguidade. Ainda é objetivo do presente trabalho a investigação das pistas acústicas das estratégias prosódicas de desfazimento do choque de acentos e de desambiguação sintática.

Experimento: prosódia e desambiguação

Na busca pelo alcance dos objetivos do presente trabalho, realizamos um experimento que consistiu na elaboração e aplicação de dois tipos de testes: teste de produção e teste de percepção. Inicialmente, foram gravados três informantes produzindo quinze sentenças com choque de acentos. Cada informante produziu as sentenças duas vezes, mas foi instruído para que cada leitura representasse uma interpretação diferente, ou seja, o informante teve acesso à informação de que as sentenças eram ambíguas e quais as possíveis interpretações para cada uma delas.

⁶ Os autores identificam N como *noun* (substantivo); V como *verb* (verbo); Adv como *adverb* (advérbio) e A como *adjective* (adjetivo).

Para que houvesse uma confiabilidade ainda maior nos resultados, realizamos esse mesmo procedimento com esses mesmos informantes três meses depois da primeira gravação. Isso, com o intuito de observar se o informante se utilizaria das mesmas técnicas e estratégias de produção para desambiguar as sentenças propostas nesse experimento.

Os três falantes de PB (L, B e P) que realizaram o experimento de produção são provenientes do estado de São Paulo, pertencem à mesma faixa etária (24 a 27 anos), possuem o mesmo grau de escolaridade (nível universitário), além de mesmo sexo (feminino). A área de formação de cada uma delas é diferente: L é graduada em Educação Física, B é graduada em História e P é graduada em Letras. A opção por informantes de áreas distintas foi intencional, com o propósito de averiguar se haveria alguma influência no resultado das interpretações. Para realizar as gravações, foi feito uso de um gravador digital Panasonic, modelo US 360, a 16 kHz.

Após as gravações, as sentenças produzidas foram analisadas acusticamente, com o uso do programa computacional de análise da fala *PRAAT* (BOERSMA; WEENINK, 2010). A análise acústica desse trabalho baseou-se em dois procedimentos: medição de duração de sílabas e transcrição de eventos tonais das sentenças, conforme o quadro teórico da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; BECKMAN; PIERREHUMBERT, 1986; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005; e, especificamente para o PB, FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007)⁷. A análise acústica teve por finalidade a busca de correlatos acústicos que fornecessem pistas para a identificação da estratégia prosódica utilizada pelos falantes para: (i) garantir determinada interpretação na produção de uma sentença com mais de uma interpretação possível; e (ii) evitar o choque entre acentos. Investigamos ainda se o tipo de estratégia prosódica escolhida pelos falantes para garantir determinada interpretação na produção de uma sentença ambígua também estava relacionado ao tipo de estratégia escolhida para evitar o choque entre acentos.

As quinze (15) sentenças ambíguas produzidas e analisadas acusticamente foram as seguintes⁸:

⁷ A escolha pela Fonologia Entoacional (simplificação, aqui utilizada, para “Fonologia Entoacional Autossegmental-Métrica (AM)” – cf. Ladd (1996, 2008) para a análise entoacional realizada neste trabalho foi feita com base na adequação desse modelo teórico ao propósito de se analisar eventos tonais de uma perspectiva fonológica. Por sua vez, ainda cabe acrescentar que a escolha pela Fonologia Prosódica (cf. SELKIRK, 1984, 1986, 2000; NEPOR; VOGEL, 1986; entre outros), teoria também utilizada na análise de nossos dados, justifica-se na medida em que a hipótese deste trabalho (cf. seção “Introdução”) remete ao fraseamento da cadeia segmental em domínios prosódicos, objeto de análise, por excelência, da Fonologia Prosódica.

⁸ É importante ressaltar que as 15 sentenças aqui selecionadas não seguiram um critério de uniformidade de sílabas no ambiente de choque de acentos. As palavras que podem sofrer “retração de acento” no contexto de ambiguidade são monossílabas, dissílabas e trissílabas. Portanto, quando há monossílabas envolvidas no choque acentual, após a retração, o acento recai na palavra anterior, como por exemplo, na sentença (14), na qual o acento da palavra “fé” passa para a preposição “de”, de acordo com nossa hipótese. Já nas palavras

- 1) Assisti ao jornal hoje.
- 2) Encontrei o professor de balé russo.
- 3) Eu vi o aluno de francês fraco.
- 4) Conheci a cantora da canção nova.
- 5) Vi a Maria na TV muda.
- 6) A gelatina ficou sobre o mocotó mole.
- 7) Vi o garoto do cão bravo.
- 8) O rapaz caiu no chão duro.
- 9) O marinheiro deu um nó cego.
- 10) Ela encontrou o gato no canal sujo.
- 11) Ele bateu o cadeado no portão torto.
- 12) O menino escreveu no papel pardo.
- 13) Ele encontrou o vendedor de sofá persa.
- 14) Joana achou o musculoso de fé forte.
- 15) João acudiu o marajá branco.

Para o teste de percepção, foram utilizadas as gravações realizadas pelos informantes do teste de produção e também foram incluídas algumas sentenças distratoras, para que o sujeito, ao realizar o teste de percepção, não percebesse o objetivo real do teste e, desse modo, não obtivéssemos resultados enviesados.

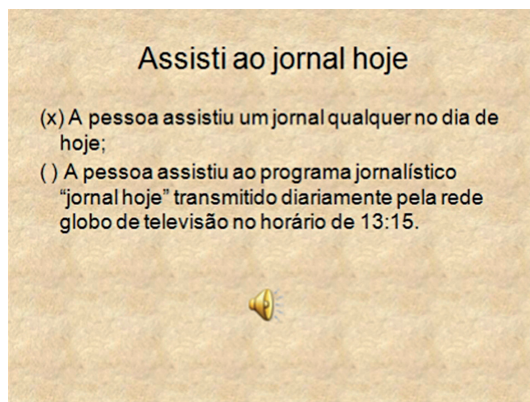
Foi pedido a 10 falantes do PB para que escutassem e apontassem as possíveis interpretações dessas sentenças. Diferentemente do teste de produção, no teste de percepção, os falantes não foram informados sobre as possíveis interpretações das sentenças que foram escutadas por eles. Apenas lhes foi solicitado para apontar o sentido que achassem ser o mais adequado à sentença ouvida.

O teste de percepção foi realizado por cada um dos 10 informantes individualmente, em um ambiente silencioso. As frases foram apresentadas em *slides Power Point* com áudio referente às diferentes produções realizadas pelas três informantes do teste de produção para cada interpretação possível para cada uma das sentenças ambíguas. O informante pôde ouvir a sentença mais de uma vez sem um limite de tempo para passar para outra sentença. Ao definir o sentido da sentença, marcava, com um “x”, a interpretação que julgava adequada. As sentenças selecionadas apareciam de forma aleatória e, a cada cinco sentenças, apareciam sentenças distratoras intercaladas.

A seguir, tem-se um exemplo de *slide* apresentado aos informantes. Para executar a tarefa, era preciso ouvir o arquivo de som, acessando o ícone amarelo (abaixo das alternativas) e, após a audição, marcar, com um “x”, a explicação considerada pertinente para o julgamento então efetuado:

trissílabas envolvidas no choque acentual, como a palavra “marajá” da sentença (15), por exemplo, após a retração, o acento não recai na segunda sílaba, mas, sim, na primeira sílaba dessa palavra, assim, temos “márajá” e não “marája”. Seguimos aqui Nespor e Vogel (1986) (conferir exemplo (1) deste trabalho).

Figura 1 – Modelo de slide apresentado para os informantes



Fonte: Elaboração própria.

Foi apresentado um total de 36 slides para cada informante: as 15 sentenças ambíguas, produzidas duas vezes, conforme as diferentes interpretações possíveis, pelas falantes do experimento de produção, mais 3 sentenças distratoras (sendo apresentadas duas vezes cada uma).

Resultados e análises

Teste de produção

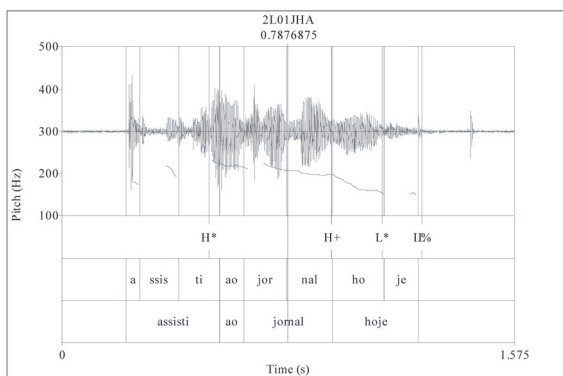
De maneira geral, os resultados obtidos pelo teste de produção revelam que, em uma situação de choque de acentos, em um ambiente ambíguo, a desambiguação pode ocorrer sob uma das seguintes formas:

- i. Quando a retração de acentos acontece, as duas palavras envolvidas no choque de acentos formam apenas um sintagma fonológico e o segundo vocábulo se relaciona à primeira palavra. Por exemplo, em *Assisti ao jornal hoje*, há retração do acento da palavra "jornal", o que indica que "jornal" e "hoje" pertencem ao mesmo sintagma fonológico, e o sentido associado a essa estrutura é que foi assistido a um programa jornalístico chamado *Jornal Hoje*.
- ii. Quando a retração não ocorre, como estratégia de evitar o choque de acentos, tem-se a formação de dois sintagmas fonológicos distintos para "jornal" e "hoje" e a interpretação é outra. Por exemplo, a mesma sentença *Assisti ao jornal hoje*, pronunciada sem a retração de acento, está associada à interpretação de que se teria assistido qualquer jornal no dia de hoje.

Passemos à apresentação mais detalhada e à discussão de nossos resultados.

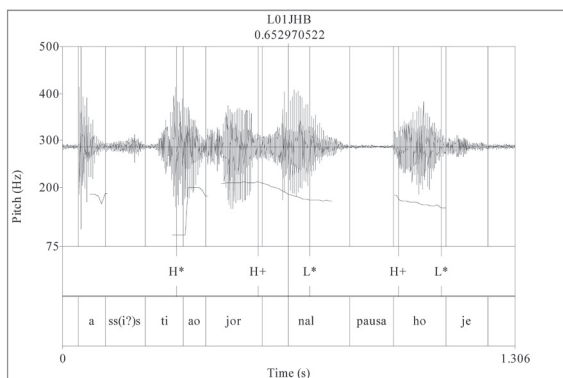
Abaixo, apresentaremos as figuras contendo forma de onda e contorno entoacional referentes às produções da sentença *Assisti ao jornal hoje*. A primeira figura representa a produção de “jornal hoje”, conforme a interpretação de “Jornal Hoje” (JORNal HOJe)φ como um único nome, ou seja, o nome de um programa jornalístico veiculado na televisão. Já a segunda figura representa a produção da mesma sentença com a interpretação de (jorNAL)φ (HOJe)φ como duas palavras com classificações morfológicas diferentes, a primeira como substantivo e a segunda como advérbio.

Figura 2 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Assisti ao jornal hoje*, produzida por L para [jornal hoje]φ



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Assisti ao jornal hoje*, produzida por L para [jornal]φ [hoje]φ

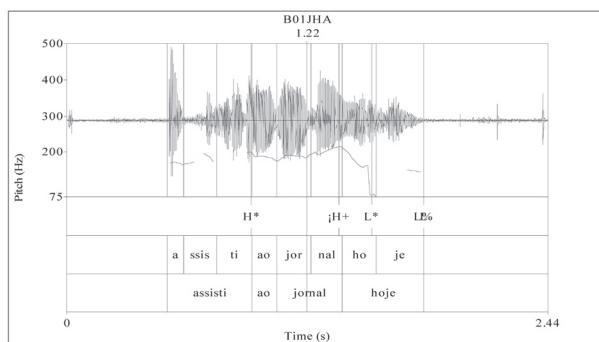


Fonte: Elaboração própria.

Através da observação da figura (3), nota-se que a informante (L), na produção da sentença *Assisti ao jornal hoje*, além de não realizar a retração acentual em “jornal”, conforme nossa percepção auditiva, utilizou o recurso da pausa para identificar que *hoje*, no valor de advérbio, está em um sintagma fonológico diferente de onde se encontra a palavra *jornal*. Já na produção de *jornal hoje* como um único sintagma fonológico, cuja evidência é a retração acentual na palavra “jornal”, há a atribuição de apenas um acento tonal (H+L*) à palavra fonológica cabeça, respectivamente, “hoje”, do sintagma fonológico (jornal hoje)φ.

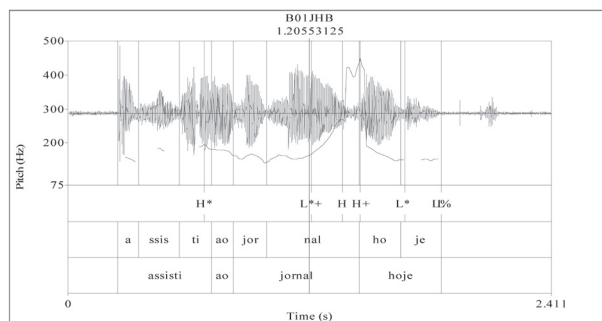
Agora, observemos as figuras representativas das produções da mesma sentença pela segunda informante (B):

Figura 4 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Assisti ao jornal hoje*, produzida por B para [jornal hoje]φ



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Assisti ao jornal hoje*, produzida por B para [jornal]φ [hoje]φ



Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente da informante (L), a informante (B) não se utilizou de pausa para identificar o *hoje* da segunda sentença como advérbio. Mas utilizou a estratégia de atribuição de um acento tonal (L*+H) para “jornal” e outro (H+L*) para “hoje”, o que também pode indicar, assim como notado para a primeira informante, mas em relação à estratégia de uso de pausa, a possibilidade de “jornal” e “hoje” formarem sintagmas fonológicos independentes. Nesse caso, a atribuição de um acento tonal para cada palavra envolvida no choque acentual pode ser uma evidência a mais, além da não ocorrência de retração acentual (conforme nossa percepção auditiva), para a formação de dois sintagmas fonológicos diferentes. Por outro lado, a primeira figura ilustra a ocorrência de apenas um acento tonal (H+L*) atribuído a “hoje”, dando pistas de que *jornal e hoje* formam um único sintagma fonológico e, nesse caso, o acento tonal é atribuído obrigatoriamente à cabeça do sintagma fonológico (sobre a obrigatoriedade de atribuição de acentos tonais à cabeça de sintagma fonológico em PB, ver Frota e Vigário (2000), Tenani (2002), entre outros). Esse tipo de atribuição tonal se configura em uma evidência a mais, além da ocorrência de retração acentual em “jornal”, por nós percebida, para a formação de um único sintagma fonológico formado por “jornal” e “hoje”.

Para essa mesma sentença, a terceira informante, (P), utilizou-se das mesmas estratégias que a primeira informante. Ou seja, no sentido de *hoje* como advérbio, produziu uma pausa entre “jornal” e “hoje”, além de não ter realizado retração acentual em “jornal”. Já no sentido de “jornal hoje” como um único nome, além de termos percebido a realização de retração acentual em “jornal”, observamos a atribuição de um único acento tonal à cabeça (“hoje”) do sintagma fonológico composto por “jornal” e “hoje”.

Os resultados ora apresentados representam as principais estratégias encontradas em nosso experimento para a desambiguação sintática e o desfazimento do choque de acentos: 1) a retração do acento no interior de um mesmo sintagma fonológico; e 2) a utilização de pausas ou a atribuição de um acento tonal para cada uma das palavras fonológicas envolvidas no choque de acentos. Tratando-se da estratégia 2), observou-se, pelas análises, que não houve uma uniformidade quanto ao uso de pausas ou atribuição de acentos tonais pelos informantes, uma vez que uma mesma informante ora utilizava o primeiro, ora utilizava o segundo recurso prosódico na produção de sentenças com o mesmo sentido. Para evidenciar esse uso de diferentes recursos prosódicos para a produção de um mesmo sentido, a seguir, encontra-se a tabela com os resultados dos diferentes usos dos recursos especificados em 2) e utilizados pelos informantes tanto na primeira, quanto na segunda gravação:

Tabela 1 – Recursos prosódicos, diferentes da retração de acento, utilizados pelos informantes na desambiguação de sentenças e desfazimento de choque acentual

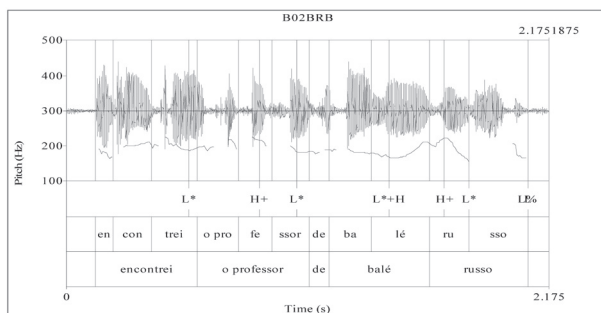
Informante	Uso de pausas		Um acento tonal para cada palavra fonológica envolvida no choque de acentos			
	Número de ocorrências (primeira gravação)	Número de ocorrências (segunda gravação)	Total	Número de ocorrências (primeira gravação)	Número de ocorrências (segunda gravação)	Total
L	6	6	12	9	9	18
B	1	11	12	14	4	18
P	12	11	23	3	4	7
			47			4

Fonte: Elaboração própria.

É interessante notar, conforme a observação da tabela, que, apesar de as informantes L e B terem apresentado o mesmo número total de ocorrências para cada recurso prosódico, a distribuição entre a primeira e a segunda gravação foi bem diferente. Enquanto L apresentou uma distribuição proporcional (idêntica em quantidade) dos diferentes recursos prosódicos utilizados na primeira e na segunda gravação, a informante B utilizou a pausa apenas uma vez na primeira gravação. Já na segunda gravação, a preferência dessa informante foi o uso de pausa. A informante P, tanto na primeira quanto na segunda gravação, apresentou preferência pelo uso de pausas.

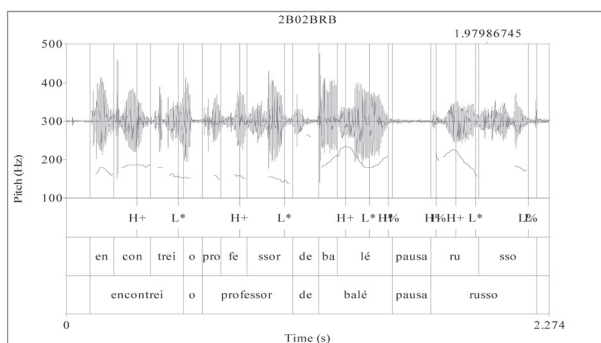
Para ilustrar o fato de a mesma informante se utilizar de recursos prosódicos diferentes na produção de sentenças com o mesmo sentido, seguem, abaixo, as figuras relativas às produções da sentença *Encontrei o professor de balé russo*, realizadas pela informante (B), na primeira e na segunda gravação, respectivamente:

Figura 6 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Encontrei o professor de balé russo*, produzida por B, conforme a interpretação de que o professor é russo, na primeira gravação



Fonte: Elaboração própria.

Figura 7 – Contorno entoacional e forma de onda da sentença *Encontrei o professor de balé russo*, produzida por B, conforme a interpretação de que o professor é russo, na segunda gravação



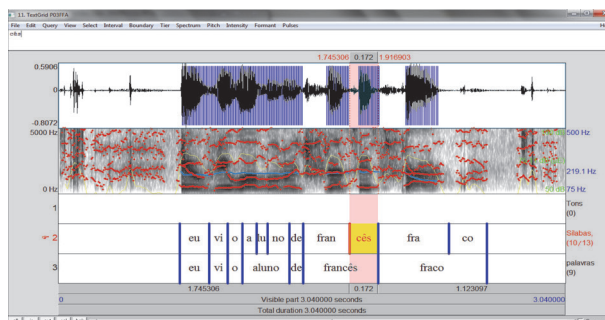
Fonte: Elaboração própria.

Ao se observar a figura (6), percebe-se que, na primeira gravação, na produção relativa à interpretação de que russo é o professor, a estratégia utilizada foi atribuir dois acentos tonais distintos para os vocábulos “balé” e “russo”, dando pistas da formação de dois sintagmas fonológicos distintos para cada vocábulo. Ainda cabe notar que, na produção dessa sentença, também não se notou retração acentual na palavra “balé”. Já ao se observar a figura (7), nota-se que, na segunda gravação da mesma sentença, a estratégia utilizada foi diferente da anterior: a informante preferiu fazer uma pausa para identificar que *balé* e *russo* estavam em sintagmas fonológicos diferentes, quando a intenção era dizer que russo era o professor. Na produção dessa sentença também não foi percebida retração acentual na palavra “balé”.

Quanto ao primeiro sentido requerido aos informantes para produção, ou seja, que o último vocábulo envolvido no contexto de choque acentual fizesse referência ao vocábulo imediatamente precedente, notou-se que, na produção desse sentido, o uso da retração de acento foi praticamente unânime pelas três informantes na realização das sentenças. Os resultados obtidos a partir da medição da duração das sílabas em contexto de choque acentual parecem indicar que a duração pode ser considerada um correlato acústico para a ocorrência ou não da retração de acentos, conforme a interpretação solicitada no desfazimento da ambiguidade das sentenças, pois as informantes realizaram elocuições diferentes para produzir cada um dos sentidos.⁹

A seguir, apresentamos alguns exemplos dos resultados das análises de duração das produções dos nossos informantes. Entretanto, cabe ressaltar que os resultados que serão apresentados carecem de tratamento estatístico. Portanto, as observações feitas a partir da análise dos dados se configuram como apontamento de tendências gerais, mas não como conclusões categóricas. Atenção-nos à observação das Figuras 8 e 9.

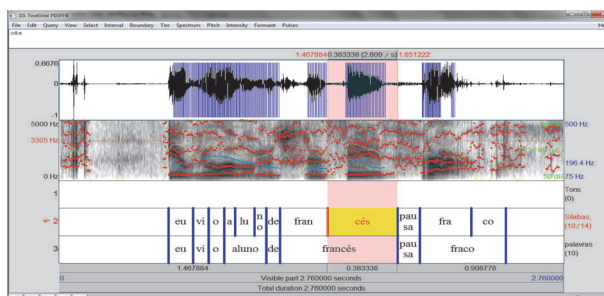
Figura 8 – Tempo de duração da sílaba “cês” na sentença *Eu vi o aluno de francês fraco*, produzida por P, conforme a interpretação de que o francês do aluno que é fraco



Fonte: Elaboração própria.

⁹ Conferir Tenani (2002) para resultados semelhantes para o correlato acústico “duração” na investigação da ocorrência ou não de degeminação em contexto de choque acentual em PB.

Figura 9 – Tempo de duração da sílaba “cês” na sentença *Eu vi o aluno de francês fraco*, produzida por P, conforme a interpretação de que o aluno que é fraco



Fonte: Elaboração própria.

As Figuras 8 e 9 nos mostram interessantes resultados a respeito da duração das sílabas das palavras presentes no choque de acentos em cada interpretação solicitada. Na sentença “Eu vi o aluno de francês fraco”, na qual as palavras “francês” e “fraco” se encontram em contexto de choque acentual, espera-se que, quando há retração de acento, a primeira sílaba da palavra “francês” seja a mais longa, uma vez que nela será implementado o acento;¹⁰ já quando não há retração, espera-se que a sílaba final da palavra “francês” tenha uma duração maior. Em relação a essa questão, pode-se dizer que nossa hipótese é confirmada, levando em conta as produções da informante P. Na produção da sentença *Eu vi o aluno de francês fraco* representada pela Figura 8, relativa à interpretação de que o francês é fraco, percebe-se retração acentual em “francês” e a sílaba “cês” apresenta duração de 0,172s; na produção da mesma sentença, porém, conforme a interpretação de que o aluno é fraco (Figura 9), não se percebe retração em “francês” e a duração da mesma sílaba é maior (=0,383s).¹¹

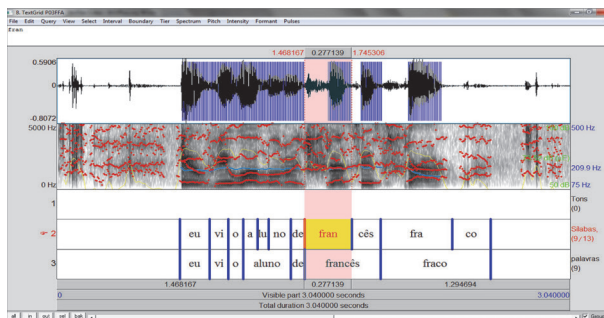
Embora não possamos fazer afirmações categóricas, em termos de relevância estatística, sobre as diferenças de duração encontradas nos dados, cabe notar uma observação interessante sobre a diferença de duração atestada na primeira sílaba da palavra “francês” para as produções de P representadas pelas Figuras 8 e 9. Com a interpretação de que o francês é fraco (quando se percebe retração acentual), ou seja, a qualidade do francês que se sabe não é bom, a sílaba “fran” tem 0,277139s de duração, como pode ser observado mais claramente na Figura 10;

¹⁰ Sobre o fato de sílabas portadoras de acento possuírem maior duração do que sílabas não portadoras de acento, Massini-Cagliari (1992), entre outros.

¹¹ Cabe notar que a sílaba “cês” da palavra “francês” da segunda leitura é produzida antecedendo uma pausa, o que pode também favorecer o aumento de duração de tal sílaba.

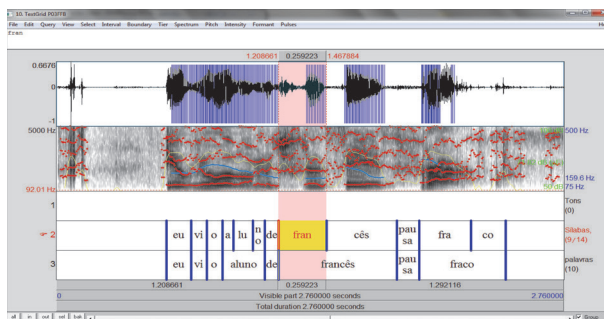
já com a interpretação de que o aluno de francês é fraco (quando não se percebe retração acentual), a sílaba “fran” tem um valor de duração menor, de 0,259223s, como pode ser observado mais claramente na Figura 11.

Figura 10 – Tempo de duração da sílaba “fran” da palavra “francês” na sentença *Eu vi o aluno de francês fraco*, produzida por P, conforme a interpretação de que o francês do aluno que é fraco



Fonte: Elaboração própria.

Figura 11 – Tempo de duração da sílaba “fran” na sentença *Eu vi o professor de francês fraco*, produzida por P, conforme a interpretação de que o aluno que é fraco



Fonte: Elaboração própria.

Quanto às duas outras informantes de nosso experimento de produção, B e L, assim como P, as duas primeiras também efetuaram a estratégia da retração de acento na produção da primeira interpretação solicitada, ou seja, aquela na qual a segunda palavra envolvida no choque acentual refere-se à palavra imediatamente precedente.

Tendo como respaldo a aplicação das regras rítmicas (TAKEZAWA, 1981; SELKIRK, 1984), as quais estabelecem que o choque de acentos deve ser evitado para que apenas uma posição sobressaia na posição acentuada, o uso da estratégia de retração de acentos pelos informantes, no decorrer do experimento, foi encontrado, como previsto. Com relação ao domínio prosódico relevante para a ocorrência de retração acentual, é importante ressaltar que a língua portuguesa é sensível ao encontro acentual no nível do sintagma fonológico (ALBOUSALH, 1997; FROTA, 1995). Como se pode constatar, nossos resultados corroboram tais assertivas, uma vez que as três informantes realizaram espontaneamente a estratégia de retração de acento, em contexto de choque acentual no interior de sintagma fonológico, e a produziram sem que houvesse qualquer direcionamento para isso.

Os resultados encontrados foram praticamente categóricos para a aplicação da retração de acentos. Apenas em duas sentenças não obtivemos os resultados esperados. Mais adiante, especificaremos esses casos.

A seguir, apresentamos a tabela com os resultados para a aplicação da retração de acentos na produção da primeira interpretação solicitada aos informantes, ou seja, aquela na qual a segunda palavra envolvida no choque acentual refere-se à palavra imediatamente precedente:

Tabela 2 – Resultados do uso da estratégia de Retração de Acentos na produção da interpretação conforme a qual a segunda palavra envolvida no choque acentual refere-se à imediatamente antecedente

Informante	Primeira Gravação			Segunda Gravação		
	Sentenças produzidas com retração de acentos	Sentenças produzidas sem retração de acentos	Total	Sentenças produzidas com retração de acentos	Sentenças produzidas sem retração de acentos	Total
L	14	1	15	14	1	15
B	14	1	15	14	1	15
P	15	0	15	15	0	15
			45			45

Fonte: Elaboração própria.

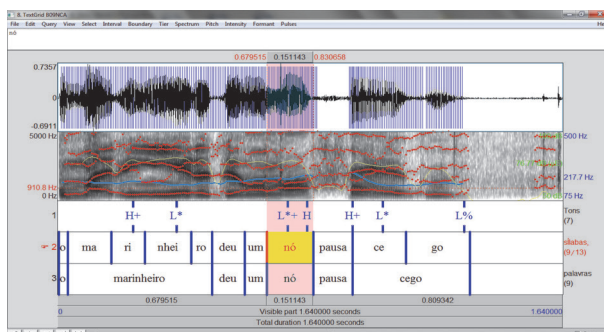
Duas sentenças produzidas por duas informantes “fugiram” do padrão apresentado em todas as outras produções para a primeira interpretação requerida e tiveram que ser excluídas do teste de percepção pelas razões que explicitaremos abaixo.

A informante (L) teve dificuldades em produzir a sentença *A gelatina ficou sobre o mocotó mole*. Isto porque o alimento “mocotó” não fazia parte do conhecimento de mundo da informante. Essa situação fez com que a produção ficasse bem artificial, o que se refletiu nas análises acústicas. Diferentemente do que fez anteriormente, (L) não produziu a sentença “A gelatina ficou sobre o mocotó mole” de maneira a diferenciar, nas duas produções, as duas interpretações diferentes requeridas. Não se percebeu nenhuma estratégia prosódica de tentativa de diferenciação. Não houve produção de retração de acento, nem de pausa, nem atribuição de acentos tonais diferentes aos vocábulos envolvidos no choque acentual. As duas sentenças foram produzidas de maneiras bem parecidas.

Por sua vez, a informante (B) não apresentou dificuldades para produzir a sentença *A gelatina ficou sobre o mocotó mole*, mas teve resistência para produzir a sentença *O marinheiro deu um nó cego* nos dois sentidos requeridos pelo experimento. Durante a gravação, percebeu-se que essa informante não conseguiu notar uma possível ambiguidade nessa sentença. Para ela, havia apenas um sentido: o nó que era cego e não teria como recuperar a informação de que o marinheiro era cego.

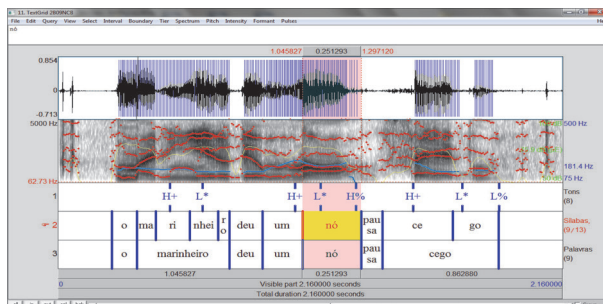
Através da observação das Figuras 11 e 12 abaixo, nota-se que, para produzir a sentença *O marinheiro deu um nó cego*, a informante (B), apesar de ter usado a estratégia de pausas, não realizou diferenciação prosódica para as duas formas diferentes de interpretação dessa sentença. Como a informante não notou o sentido ambíguo que essa sentença poderia ter, acabou por reproduzir tal fato nas realizações da sentença.

Figura 12 – Imagem da representação acústica da sentença *O marinheiro deu um nó cego*, produzida por B, conforme a interpretação de que cego é o nó



Fonte: Elaboração própria.

Figura 13 – Imagem da representação acústica da sentença *O marinheiro deu um nó cego*, produzida por B, conforme a interpretação de que cego é o marinheiro



Fonte: Elaboração própria.

De maneira geral, o teste de produção nos mostrou que, ao terem consciência de que as sentenças eram ambíguas, as informantes se utilizaram de estratégias prosódicas diferentes na produção, para identificar cada um dos significados requeridos. Cabe ainda ressaltar que essas estratégias foram utilizadas de forma homogênea no decorrer de toda a realização do experimento. Mesmo depois de quatro meses, ao repetirmos o experimento, foram utilizadas as mesmas estratégias para as mesmas interpretações pelas informantes. Logo, os resultados obtidos da realização do teste de produção confirmam as hipóteses iniciais do nosso trabalho: a prosódia como forma de desambiguação. As informantes se utilizaram de estratégias como pausas e atribuição de acentos tonais para que o choque de acentos não se desfizesse por retração de acento, em produções em que o sentido requerido correspondia, em termos prosódicos, à formação de dois sintagmas fonológicos, como, por exemplo, em: *Vi o professor de (balé)φ (russo)φ*. Já a retração de acentos ocorreu quando o sentido solicitado era o correspondente prosodicamente à formação de um único sintagma fonológico reestruturado para os dois vocábulos, como em (balé russo)φ.

Ainda sobre o fato de a duração poder ser um correlato acústico para a ocorrência ou não de retração acentual, cabe tecermos alguns comentários sobre o trabalho de Barbosa e Madureira (1999), o qual versa sobre essa temática, e compararmos com nossos resultados.

Barbosa e Madureira (1999) apresentam o PB como uma língua mista: língua de ritmo acentual (*stress-timing*) e língua de ritmo silábico (*syllable-timing*). Por ser mista, são necessários cuidados metodológicos na mensuração de durações segmentais. Ao tratar da duração, os autores apresentam o seguinte exemplo:

Zé diz se gabá | **ch**apado e baixo. Zé diz se gaba | **ch**apado e baixo.

O segmento [j] nas frases acima é mais alongado no primeiro enunciado (com o oxítono), quando recebe o grau de acentuação da sílaba acentuada que o precede imediatamente. Os segmentos [b] das palavras “gaba” e “gabá” não têm diferença de duração significativa. Portanto, o local da culminância acentual, conforme os autores, não é a sílaba fonológica. Para eles, a regra só parece ser quebrada em fronteira forte, como a da sequência “Zé diz se gabá. Chapado também.” (em que “Chapado” é nome próprio e, nesse caso, não é alongado), (BARBOSA; MADUREIRA, 1999).

A partir desses dados experimentais, os autores afirmam que não há retração de acentos no PB, considerando o conceito de sílaba fonológica, uma vez que os resultados para a duração de “b” não demonstraram diferenças estatisticamente significativas. Ao contrário do que afirmam Barbosa e Madureira, nossos resultados, como pôde ser visto na discussão apresentada, demonstraram indícios de que a duração silábica e a retração de acentos estejam correlacionadas, ao menos nos casos específicos aqui estudados. É importante salientar que, nos dados apresentados, não focalizamos nossa análise apenas na duração da consoante presente na sílaba acentuada e na duração da consoante pós-acento, como fizeram Barbosa e Madureira, mas, sim, na duração total das sílabas envolvidas no choque de acento. Assim, quanto à duração das sílabas envolvidas no choque, nossos resultados dão pistas de que a duração pode ser um correlato acústico da retração de acentos em PB.

Após efetuar as análises do teste de produção, passamos para a segunda fase do experimento: o teste de percepção. Afinal, tem-se a necessidade de verificar se as estratégias prosódicas utilizadas na produção serão notadas e identificadas pelos ouvintes.

Teste de percepção

No teste de percepção, o objetivo principal foi averiguar se as estratégias prosódicas de desambiguação de sentenças, utilizadas pelos informantes no teste de produção, seriam percebidas e identificadas pelos ouvintes. As sentenças foram apresentadas para os informantes sem que esses tivessem a informação e/ou confirmação de que eram sentenças ambíguas. Foi solicitado a cada um que, apenas pela percepção auditiva, identificasse qual o sentido que ele atribuía ao que estava sendo ouvido.

O experimento foi realizado com 10 informantes brasileiros, com curso superior em andamento e não pertencentes à área de Letras. A apresentação das sentenças ocorreu de forma aleatória, incluindo sentenças distratoras, para que o informante não tivesse conhecimento do fenômeno linguístico em análise.

Tabela 3 – Resultados do experimento de percepção

Sentenças	Produzidas COM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese¹⁰	Produzidas SEM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese
1 - Assisti ao jornal hoje.	80,00%	100,00%
2 - Encontrei o professor de balé russo.	100,00%	90,00%
3 - Eu vi o aluno de francês fraco.	90,00%	80,00%
4 - Conheci a cantora da canção nova.	70,00%	80,00%
5 - Vi a Maria na TV muda.	80,00%	90,00%
6 - A gelatina ficou sobre o mocotó mole.	80,00%	40,00%
7 - Vi o garoto do cão bravo.	100,00%	70,00%
8 - O rapaz caiu no chão duro.	100,00%	80,00%
9 - O marinheiro deu um nó cego.	100,00%	10,00%
10 - Ela encontrou o gato no canal sujo.	100,00%	50,00%
11 - Ele bateu o cadeado no portão torto.	100,00%	80,00%
12 - O menino escreveu no papel pardo.	90,00%	100,00%
13 - Ele encontrou o vendedor de sofá persa.	100,00%	80,00%
14 - Joana achou o musculoso de fé forte.	80,00%	70,00%
15 - João acudiu o marajá branco.	100,00%	80,00%
MÉDIA	91,3	73,3
DESVIO PADRÃO	10,6	23,8

Fonte: Elaboração própria.

De maneira geral, pode-se dizer que os resultados obtidos vão ao encontro das teorias dos princípios de alternância rítmica (SELKIRK, 1984). Em contexto de choque acentual, a retração de acento foi dominante na gramática fonológica dos informantes do teste de percepção, os quais não apresentaram qualquer dificuldade em associar os vocábulos analisados como um único grupo prosódico,

¹² Conferir hipótese na seção "Introdução".

ou seja, conforme a interpretação de que o último vocábulo envolvido no choque acentual estaria relacionado ao vocábulo imediatamente anterior. Isso pode ser afirmado com base nos dados da Tabela 3 acima, uma vez que, para as sentenças produzidas com retração acentual, a porcentagem mais baixa de identificação de interpretação conforme a qual o último vocábulo envolvido no choque acentual referia-se imediatamente ao precedente foi de 70%. Cabe ainda notar que a proximidade entre os vocábulos é algo que também poderia influenciar a interpretação dos ouvintes. Isto posto, a metodologia adotada para a realização do experimento foi bastante cautelosa, para tentar evitar a associação do sentido pela proximidade.

Um indício de que obtivemos êxito na metodologia utilizada foram os resultados alcançados para as interpretações das sentenças produzidas sem retração de acentos. Na produção das sentenças cuja interpretação relacionava-se à não referência do segundo vocábulo envolvido no choque acentual com o vocábulo imediatamente precedente, as informantes utilizaram-se principalmente de duas estratégias prosódicas: pausas e atribuição de acentos tonais distintos a cada uma das sílabas tônicas dos vocábulos. No teste de percepção, observou-se que as sentenças produzidas com essas estratégias prosódicas foram identificadas pelos ouvintes, na sua maioria, como correspondendo ao sentido pretendido pelas informantes do teste de produção, na produção de tais estratégias.

Na tabela acima, identificamos, através do sombreado de fundo, 3 sentenças problemáticas. Na verdade, a sentença 10, *Ela encontrou o gato no canal sujo*, não chegou a ser de fato um “problema”. Destacamos a sentença em questão porque metade dos informantes apresentou dificuldades de interpretar a palavra “sujo” como referente ao “gato”. Isso nos levou a suspeitar que essa sentença foi associada pelas ouvintes a um único sentido, segundo o qual o vocábulo “sujo” referia-se à “canal”. Um informante até completou: *“o gato até poderia ficar sujo, mas porque o canal estava sujo”* (EC, 33 anos).

Após o comentário desse informante, desconfiou-se que o problema estivesse ligado mais ao tipo de emprego da palavra *canal* realizado mais comumente pelos falantes do experimento de percepção. Suspeitamos que, para esses falantes, o vocábulo “canal” já estaria previamente associado a lugar sujo, carregando este atributo de maneira implícita. Para comprovar essa hipótese, gravou-se uma sentença semelhante, nomeadamente, *Ela encontrou o gato no quintal sujo*, apresentando as mesmas estratégias prosódicas utilizadas pelas informantes para cada interpretação desejada. Ao substituímos a palavra *canal* pela palavra *quintal*, o resultado se fez bem diferente do anterior:

Tabela 4 – Resultados do experimento de percepção para a sentença: Ela encontrou o gato no quintal sujo x Ela encontrou o gato no canal sujo

Sentenças	Produzidas COM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese	Produzidas SEM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese
10 - Ela encontrou o gato no canal sujo.	100,00%	50,00%
16 - Ela encontrou o gato no quintal sujo.	80,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

O resultado obtido para a sentença 16 não foi agrupado junto aos demais resultados, porque o problema com o vocábulo “*canal*”, relacionado ao uso desse vocábulo pelos informantes do teste de percepção, como algo “naturalmente sujo”, só foi identificado após a realização do teste de produção. A gravação de uma nova sentença, substituindo este vocábulo, foi feita apenas com uma informante, ciente dos fenômenos a serem investigados, com o objetivo único de averiguarmos nossa hipótese de que a interpretação não ambígua pelos ouvintes do teste de percepção para a sentença 10 se devia, de fato, ao uso da palavra “canal”.

Já as outras duas sentenças marcadas na tabela 3, sentenças 6 e 9, foram verdadeiramente problemáticas para o experimento.

A sentença 6, *A gelatina ficou sobre o mocotó mole*, apresentou duas dificuldades bastante peculiares: (1) o desconhecimento de alguns dos informantes da existência do alimento “mocotó” e (2) o efeito semântico inesperado da mistura de “gelatina” com “mocotó”, gerando estranheza para parte dos informantes. Essas peculiaridades fizeram com que a artificialidade da sentença chegasse ao ponto de comprometer os resultados obtidos do experimento para essa sentença. A existência de algo tão incomum e fora da realidade dos falantes do experimento levou-os a uma interpretação que lhes parecesse menos estranha. Um dos comentários fornecido por uma informante, ao analisar essa sentença, foi: “*hum... essa tá difícil, não entendi muito bem. Bom, de toda a forma, a gelatina é mais mole, né?! Então, é a gelatina que ficou mole e não o mocotó*” (RC, 30 anos).

O problema da sentença 9, *O marinheiro deu um nó cego*, é ainda mais complexo, por isso uma porcentagem tão baixa para uma das interpretações

esperadas (10%). A dificuldade de interpretar essa sentença como ambígua se encontra na escolha dos vocábulos “nó” e “cego”. “Nó cego” é uma expressão cristalizada na língua portuguesa e tanto o experimento de produção quanto o experimento de percepção demonstraram que, para expressões cristalizadas, o princípio de alternância rítmica está ainda mais presente. A presença de um monossílabo tônico (no caso, *nó*) não foi identificada como uma das causas do problema dessa sentença, pois, se assim o fosse, a sentença 14, *Joana encontrou o musculoso de fé forte*, também deveria apresentar alguma dificuldade nesse aspecto.

Há ainda que se ressaltar que as duas últimas sentenças aqui discutidas também apresentaram dificuldades para as informantes no teste de produção. Além disso, sintaticamente há algo em comum entre elas: um dos sentidos requeridos para essas sentenças exigia que o informante relacionasse o último vocábulo ao sujeito da sentença e não a outras partes do predicado, como a maioria das construções das sentenças anteriores. Isto é, o referente estava bastante distante, logo, mais difícil para recuperar o sentido. Essa hipótese apresenta-se bastante plausível, uma vez que estamos no âmbito da interface sintaxe-fonologia. Acreditamos que essa hipótese deva ainda ser mais bem analisada futuramente. Mas, ao mesmo tempo, para esse experimento, temos indícios de que esse aspecto sintático não é determinante para a não interpretação da ambiguidade e de que o problema com essas sentenças seja mesmo mais de contexto de uso, no caso da sentença 6, e pela presença de expressão cristalizada, na sentença 9. Isso porque não podemos deixar de levar em consideração a sentença 15, *João acudiu o marajá branco*, na qual um dos sentidos possíveis seria “o João, branco de susto, acudindo o marajá”. Da mesma forma que nas sentenças aqui discutidas, um dos sentidos da sentença 15 fazia referência a um termo distante, identificado como sujeito da oração, e a interpretabilidade dessa sentença, nesse sentido desejado, apresentou um bom índice de aceitação pelos informantes (80%).

Após as explicitações, rerepresentaremos a Tabela 3, (agora como Tabela 5) sem as 3 sentenças problemáticas acima mencionadas. É importante notar que, ao retirá-las, o desvio padrão da segunda coluna cai consideravelmente (de 23,8 na Tabela 3 para 9,8 na Tabela 5). Isso ressalta a discrepância que essas sentenças trazem para os dados, tornando nossas hipóteses ainda mais evidentes:

Tabela 5 – Resultados do experimento de percepção

Sentenças	Produzidas COM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese¹¹	Produzidas SEM retração de acento e interpretadas de acordo com a hipótese
1 - Assisti ao jornal hoje.	80,00%	100,00%
2 - Encontrei o professor de balé russo.	100,00%	90,00%
3 - Eu vi o a aluno de francês fraco.	90,00%	80,00%
4 - Conheci a cantora da canção nova.	70,00%	80,00%
5 - Vi a Maria na TV muda.	80,00%	90,00%
7 - Vi o garoto do cão bravo.	100,00%	70,00%
8 - O rapaz caiu no chão duro.	100,00%	80,00%
11 - Ele bateu o cadeado no portão torto.	100,00%	80,00%
12 - O menino escreveu no papel pardo.	90,00%	100,00%
13 - Ele encontrou o vendedor de sofá persa.	100,00%	80,00%
14 - Joana achou o musculoso de fé forte.	80,00%	70,00%
15 - João acudiu o marajá branco.	100,00%	80,00%
MÉDIA	90,8	83,3
DESVIO PADRÃO	10,8	9,8

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Neste trabalho, mostramos que a desambiguação de sentenças ambíguas, pela prosódia, pode interferir na aplicação das regras rítmicas. O choque de acentos entre dois vocábulos subsequentes é desfeito por retração de acento, quando o intuito é produzir um sentido em que esses dois vocábulos possam formar um único sintagma fonológico, como em *O menino escreveu no (papel pardo)Φ*. Entretanto, na produção de uma sentença com o intuito de se ter uma interpretabilidade conforme a qual a palavra “pardo” é que foi escrita em um

¹³ Conferir hipótese na seção “Introdução”.

papel, os informantes utilizaram estratégias prosódicas diferentes da retração acentual. Nesse caso, as estratégias mais utilizadas foram: pausa entre as duas palavras envolvidas no contexto de choque acentual ou a atribuição de acentos tonais diferentes a cada uma das palavras envolvidas nesse mesmo contexto.

Os resultados do teste de percepção corroboraram os resultados obtidos a partir da aplicação do teste de produção. Os falantes do teste de percepção identificaram que uma mesma sentença, ao ser apresentada pela segunda vez, era realizada de forma diferente da primeira. Mesmo sem ter qualquer informação sobre a ambiguidade que poderia haver nas sentenças escutadas, os sujeitos do teste de percepção, ao se depararem com slides que repetiam uma sentença já vista, notaram que, mesmo sendo a mesma sentença, a forma de realização era diferente. Além de perceberem essa diferença prosódica de realização da mesma sentença, os informantes correlacionaram as diferentes realizações prosódicas a interpretabilidades semânticas também diferentes. Mais de 80% dos casos analisados coincidiram com a hipótese apresentada neste trabalho.

Agradecimentos

Agradecemos às professoras Maria Bernadete Marques Abaurre e Luciani Ester Tenani pelas sugestões e críticas feitas a versões preliminares deste trabalho e ao apoio das seguintes agências de fomento: FAPESP (processo 2011/50044-9) e FCT (PTDC/CLE-LIN/119787/2010).

GRAVINA, A. P.; FERNANDES-SVARTMAN, F. Syntax-phonology interface: disambiguation by prosodic structure in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São José do Rio Preto, v.57, n.2, p.639-668, 2013.

- *ABSTRACT: This paper aims to analyze prosodic strategies of disambiguation of Brazilian Portuguese (henceforth, BP) sentences in the context of syntactic ambiguity and stress clash. Our hypothesis is that the disambiguation of these sentences happens through different prosodic strategies to undo the stress clash. To test this hypothesis, experiments of production and perception were carried out with BP speakers. The results were analyzed in light of the Prosodic Phonology (NESPOR; VOGEL, 1986) and the Intonational Phonology (PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 1996, 2008). Our results show that: (i) when there is retraction of the stress, there are clues to the formation of only one phonological phrase and the interpretation is that the second word involved in the clash refers to the immediately preceding word; (ii) on the other hand, when the undoing of the stress clash is done by pauses or the association of a pitch accent with every word involved in the stress clash, there are clues to the formation of two phonological phrases and the interpretation obtained is that the second word on the clash context refers not to the immediately preceding word, but to the other in the sentence.*
- *KEYWORDS: Stress Clash. Syntax-Phonology Interface. Prosody. Brazilian Portuguese.*

REFERÊNCIAS

ABOUSALH, E. F. *Resolução de choques de acento no português brasileiro: elementos para uma reflexão sobre interface sintaxe-fonologia*. 1997. 157 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BARBOSA, A.; MADUREIRA, S. Toward a hierarchical model of rhythm production evidence from phrase stress domains in Brazilian Portuguese. In: XIV INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETIC SCIENCES, 14, 1999, San Francisco. *Proceedings...* San Francisco, 1999. p.225-230.

BECKMAN, M.; PIERREHUMBERT, J. Intonational Structure in Japanese and English. *Phonology Yearbook*, Cambridge, n.3, p.255-310, 1986.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. Praat: doing phonetics by computer. Version 5.2.07. [Computer Program], 2010. Disponível em: <<http://www.praat.org>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

FERNANDES, F. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007. 415f. Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

FROTA, S. Os domínios prosódicos e o português europeu: fenómenos de sandhi. In: ENCONTRO NACIONAL DA APL, 10, Évora, 1994. *Actas...* Lisboa: APL, 1995. p.221-238.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 15, Coimbra, 2000. *Actas...* Coimbra: APL, 2000. p.533-555.

GHINI, M. ϕ -formation in italian: a new proposal. In Carrie Dyck (ed.), Toronto Working Papers in Linguistics, vol.12, n° 2. Department of Linguistic, University of Toronto, 1993, p.41-78.

JUN, S. A. *Prosodic typology: the phonology of intonation and phrasing*. New York: Oxford University Press, 2005.

LADD, D. R. *Intonational phonology*. 2.ed. Cambridge: CUP, 2008.

_____. *Intonational phonology*. Cambridge: CUP, 1996.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v.8, p.249-336, 1977.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.

NESPOR, M.; VOGEL, I. On clashes and lapses. *Phonology*, Cambridge, n.6, p.69-116, 1989.

_____. *Prosodic phonology*. Foris: Dordrecht. 1986.

_____. Prosodic domains of external sandhi rules. In: DER HURST, V.; SMITH, N. (Eds.). *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris Publicatoins. 1982. p.225-255.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 201 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1980.

SÂNDALO, F.; TRUNKENBRODT, H. Some notes on phonological phrasing in Brazilian Portuguese. *The MIT Working Paper*, Cambridge, v.42, p. 285-310, 2002.

SANTOS, R. S. Categorias sintáticas vazias e retração de acento em português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, Porto Alegre, v.18, n.1, p.67-86, 2002.

SELKIRK, E. *Phonology and syntax*. The relation between sound and structure. Cambridge: The MIT Press, 1984.

SELKIRK, E. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook*, Cambridge, n.3, p.371-405, 1986.

SELKIRK, E.; SHEN, T. Prosodic domain in shanghai Chinese. In: INKELAS, S.; ZEC, D. (Org.). *The phonology-syntax connection*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990, p.313-337.

SELKIRK, E.; TATEISHI, K. Syntax and downstep in Japanese. In: GEORGOPOLOUS, C.; ISHIHARA, R. (Eds). *Interdisciplinary approaches to language: Essays in honor of S. Y. Kuroda*: Kluwer, 1991. p.519-543.

TAKEZAWA, K. Rhythm rule in metrical theory. *Linguistic Analysis*, Elsevier North Holland, v. 8, n. 1, p.1-14, 1981.

TENANI, L. *Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 2002. 317f Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

Recebido em outubro de 2011

Aprovado em novembro de 2012

ENTREVISTA /
INTERVIEW

SUR LE DISCOURS ET L'HISTOIRE EN FOUCAULT. ENTRETIEN AVEC JACQUES GUILHAUMOU¹

Welisson MARQUES*

- **RÉSUMÉ:** Dans cet entretien inédit, Jaques Guilhaumou parle sur la question du discours et de l'histoire dans la pensée de Michel Foucault en regardant telles questions à partir du belvédère de *l'Analyse du Discours* selon la perception française. Il commence *en* présentant un panorama de ses travaux plus actuels et souligne ensuite le rôle décisif de Foucault dans le établissement de une nouvelle relation entre le discours et l'histoire. Dans cette direction, il donne des détails sur quelques influences épistémologiques de la pensée foucaultienne qui viennent surtout de Nietzsche et Koselleck. Comme un grand étudiant de la pensée marxiste, Guilhaumou parle aussi sur le concept de l'idéologie et ses plusieurs métamorphoses conceptuelles dans autres champs jusqu'au moment de parler sur la question du pouvoir. Il parle quand même sur la problématique de l'analyse des images dans *l'Analyse du Discours*, une question favorable pour beaucoup des analystes *du* discours qui s'occupent avec le syncrétisme sémiotique des ses objets dans l'actualité. Enfin, il indique l'existence de une théorie du discours diluée dans la pensée du *philosophe*.
- **MOTS-CLÉS:** analyse de discours. Épistémologie de la connaissance. Michel Foucault.

Welisson Marques: D'abord, je voudrais vous remercier pour l'entretien. Je suis très honoré de pouvoir avoir ce contact avec vous. Premièrement, je voudrais savoir quelles sont vos recherches plus récentes et les projets en cours ou sur le point d'être développé à l'avenir.

Jacques Guilhaumou: Je suis moi aussi très content de répondre aux questions de Welisson Marques, d'autant plus que mes interlocuteurs brésiliens ont toujours prêté une attention précise à mon travail, fruit de recherches publiées sur quarante ans, mais qui ont connues des fortunes diverses. Je m'en tiens à l'état présent de mes recherches, avec leur part d'achèvement en cours et leur part de projet.

* Doutorando em Estudos Linguísticos. UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Pós-graduação em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia. Uberaba – MG – Brasil. 38100.000 – welissonmarques@yahoo.com.br

¹ Professor e Diretor de pesquisas em história na Université de Provence (França). Seu percurso acadêmico inclui inúmeras publicações de obras e artigos no campo dos estudos da linguagem, em especial sobre discurso, filosofia e história.

Il importe d'abord de remarquer que je consacre une grande partie de mon temps actuel à lire des travaux de recherche d'autres collègues de disciplines assez différentes (histoire, linguistique, littérature, philosophie, sociologie, anthropologie principalement), pour en faire le compte-rendu dans des revues ou pour remplir d'autres objectifs scientifiques. Je reviens ainsi, en fin de carrière, à mes lectures nombreuses et variées de ma jeunesse. C'est vraiment un besoin à la base même de mon souci de renouveler mes travaux. Cependant, ayant consacré ma vie professionnelle à la recherche, mes projets demeurent très présents. Ils sont essentiellement de deux ordres.

D'une part, je continue d'avancer sur mes études en cours depuis trente ans, dans le champ conjoint de l'analyse de discours et de l'histoire des concepts, en appui sur les avancées des disciplines déjà citées. D'autre part, je participe, avec de jeunes chercheurs, à des programmes de recherche sur des thèmes précis, qu'il s'agisse de l'étude du récit de soi et de l'histoire du libéralisme politique. Je vais vous donner quelques précisions sans entrer dans les détails.

Reste ma grande affaire du moment, la publication des mes **Mémoires** d'étudiant à Nanterre en mai 1968, où j'ai été spectateur de l'événement, puis protagoniste, sans y jouer un rôle de premier plan. J'étais alors étudiant de première année en histoire et membre de l'Union des Etudiants Communistes, proche du PCF. Ces **Mémoires** sont rédigées, elles sont brèves. Je les ai mises dans les mains d'un éditeur. Leur lecture permet de comprendre à la fois mon engagement politique auprès des communistes, dès la fin de mes études secondaires, et mon intérêt pour le discours, autour tout particulièrement de la notion de formation discursive, très présente dans les ouvertures théoriques mises en place par un tel événement majeur. Nous allons y revenir dans la seconde question. Il ne s'agit pas de textes rédigés à l'époque, mais du résultat d'un travail mémoriel effectué à partir d'une connaissance précise de l'événementiel de mai-juin 1968 et de la recherche de photos où j'ai retrouvé ce que j'ai vu. D'ailleurs, l'une de ces photos me montre dans le couloir de Nanterre, pris par le photographe emblématique de mai 1968, Gilles Caron. Ces photos, trop chères à la publication, ne seront pas reproduites comme telles dans l'édition à paraître. Mais un jeune dessinateur, Thoams Sthelin, par ailleurs jeune enseignant qui a l'âge que j'avais en 1968, les a redessinés une par une. Il s'agira donc d'une publication à quatre mains, et je m'en réjouis fort.

Pour revenir à mes chantiers de recherche, et d'abord dans le domaine de l'histoire langagière des concepts, j'essaye toujours de préciser l'apport de l'histoire des concepts, très peu présente en France, sous l'angle de l'analyse de discours. Je suis ainsi l'un des fondateurs parmi tant d'autres du réseau international «History of Political Concepts» qui dispose d'une revue, **Contributions to the history of concepts** et d'une collection d'ouvrages chez l'éditeur Brill. Ce réseau tient

une réunion annuelle d'un pays à l'autre qui fait le point régulièrement sur ce champ de recherche. Mes publications en ce domaine se font essentiellement en langue étrangère, faute de trouver un public français intéressé. Je remercie d'ailleurs mes amis brésiliens, et d'autres de mes amis étrangers, de participer à leur diffusion. Dans ce cadre, je travaille actuellement sur la notion de **généalogie du discours** en regard de l'historicité de ce concept présent du texte le plus philosophique à la simple archive. Je m'intéresse aussi au concept d' **individu/individuation** en lien avec la question de la temporalité historique du récit de vie (voir ci-après). La dernière publication du réseau porte en effet sur la question du temps historique autour de l'œuvre d'un des fondateurs de l'histoire des concepts, Reinhard Koselleck. Il s'agit de l'ouvrage intitulé **Political Concepts and Time. New Approaches to Conceptual History** (KOSELLECK, 2011) édité sous la direction de Javier Fernandez Sebastian à Cantabria University Press, et qui témoigne de la vitalité du réseau ibéro-américain dans ce champ de recherche.

Je continue également mes recherches en histoire des idées politiques, et tout particulièrement sur Sieyès. Je viens de co-publier un ouvrage collectif issu de mon laboratoire «Triangle» (ENS Lyon) sur **Liberté et libéralismes. Formation et circulation des concepts** (GUILHAUMOU, 2012). Je viens aussi de terminer un ouvrage sur **Sieyès et l'ordre social**, qui porte sur l'invention du mot de sociologie chez Sieyès, dans le contexte d'une mise en place spécifique du concept d'ordre (social). Mais je tarde à trouver un éditeur pour le publier, mon premier ouvrage sur **Sieyès et l'ordre de la langue** (GUILHAUMOU, 2002) ayant eu une très faible diffusion. Je m'intéresse donc aux origines du libéralisme politique, tout en conservant un point de vue marxiste, comme le montrent mes récentes publications sur Marx et les notions de mouvement populaire/révolutionnaire, langue populaire et extrême, en particulier dans l'ouvrage **Matériaux philosophiques pour l'analyse de discours** (GUILHAUMOU; SCHEPENS, 2011) aux Presses universitaires de Franche-Comté que j'ai co-dirigé avec Philippe Schepens en 2011.

J'ai soutenu mes diplômes supérieurs (Thèse, Habilitation) à l'Université d'Aix-en-Provence sous la direction de Michel Vovelle. C'est à ce titre que je suis chercheur associé au sein de la **Maison méditerranéenne des Sciences de l'homme** (MMSH- Aix-en-Provence) et plus spécifiquement de l'UMR «Telemme». En ce lieu, je participe à deux groupes de recherche. Le premier groupe de recherche concerne **Le récit de soi**, il est dirigé par Isabelle Luciani, Randi Deguilhem et Catherine Atlan. Il implique mes recherches au titre du concept d'individuation et d'un travail discursif sur les **Vies politiques** pendant la Révolution française, pour l'essentiel manuscrites, ce qui maintient mon lien à l'archive très présent dans ma relation à Michel Foucault. Je participe donc, dans ce groupe, à une réflexion sur l'inscription de l'individuation dans l'expérience sociale et collective, en insistant notamment sur la notion de mérite

de soi. Je participe également aux activités du groupe de recherche **Femmes/Méditerranée**, animé par Karine Lambert et Anne Montenach, en co-dirigeant des ouvrages collectifs, dont le prochain à paraître en 2012 concerne **La place des femmes dans la cité**. Là je m'intéresse sur la base en particulier des archives des comités de surveillance pendant la Révolution française, à la manière dont les femmes révolutionnaires rendent compte de soi dans une forme d'individuation qui relève de la souffrance de soi.

La ligne directrice de mes recherches demeure cependant tout du long de mes chantiers et de mes projets dans le cadre d'une interrogation avec l'analyse de discours au centre d'une réflexion conjointe sur la formation des concepts d'une part et la formation de configurations discursives d'énoncés d'archive d'autre part. C'est à ce titre que l'on peut déterminer les conditions de possibilité d'un savoir politique porteur d'émancipation, donc qu'il convient de se rattacher à la tradition marxiste. La figure de Marx est bien au centre de tout mon parcours de recherche. J'y reviendrai de manière réitérative dans les réponses suivantes.

W.M.: Êtes-vous d'accord qu'il-y-a une théorie du discours chez Foucault ? Comment voyez-vous ce question ?

J. G.: La référence au discours est centrale dans l'œuvre de Michel Foucault, mais son élucidation nécessite, nous semble-t-il, un abord sous l'angle d'une biographie intellectuelle qui n'existe pas encore parmi les travaux publiés. Foucault est d'abord et demeure un philosophe épistémologue qui s'intéresse, en relation avec son maître Georges Canguilhem, aux conditions de possibilité du savoir scientifique dès les années 1960. Mais il déplace cet intérêt vers l'histoire: ces premiers ouvrages en témoignent. Cependant une attention précise à la progression de ses écrits sous forme d'articles et autres modes d'intervention, en particulier des entretiens, permet d'aller plus avant dans la compréhension de sa relation au discours. Traçons son évolution dans le champ du discours à grands traits.

En premier lieu, il se focalise sur la généalogie du discours, en lien avec sa lecture assidue de Nietzsche. En second lieu, il quitte, si l'on peut dire, Nietzsche, pour Spinoza et retrouve ainsi la tradition matérialiste. C'est là où se met en place au cours des années 1970 son dialogue quasi-permanent, mais discret, avec Marx et une nouvelle ouverture vers la matérialité du discours, dont Michel Pêcheux exploite les multiples opportunités au sein même de l'analyse de discours. Les années 1980 sont marquées, pour leur part, par le retour à Kant sous l'angle du jugement réfléchissant au sein même de l'événement, en l'occurrence les Lumières et la Révolution française. Nous y avons décelé, de notre côté, la notion d'événement discursif. La suite relève de la problématique de la gouvernementalité mise en place dans ses cours au Collège de France, qui sont actuellement publiés

sous la responsabilité d'un chercheur de mon laboratoire, Michel Sennelart. Ici se déploie un lien complexe entre discours et libéralisme politique, précisé dans la publication collective de mon Laboratoire «Triangle» de Lyon que j'ai mentionnée dans la première réponse.

Une telle construction progressive autour de la notion de discours, dans l'œuvre de Foucault, peut être considérée comme une théorie. Cependant il nous semble qu'un tel enjeu théorique nécessite l'élucidation d'une notion centrale, que nous n'avons pas encore mentionnée, le concept de formation discursive. C'est à propos de la notion de «formation discursive» que l'originalité de Michel Foucault en matière d'analyse de discours est la plus forte, d'autant plus qu'elle a ouvert un échange très fructueux avec les chercheurs marxistes, en l'occurrence Michel Pécheux et les chercheurs qui ont travaillé à ces côtés au tournant des années 1980, et dont je suis (voir la publications des textes de Michel Pécheux par Denise Maldidier). Nos amis brésiliens ont su donné toute l'importance que requiert ce moment de l'analyse de discours. Je n'y reviens pas.

«Formation discursive» désigne, avec Michel Foucault (1994, p.705-708), l'individuation de telle ou telle configuration d'énoncés dans le champ des événements discursifs en liaison avec l'archive définie comme «le jeu des règles qui déterminent dans une culture l'apparition et la disparition des énoncés, leur rémanence et leur effacement, leur existence paradoxale d'événements et de choses.» Ainsi s'ouvre, à l'analyse discursive, par l'accent mis sur la corrélation à la formation discursive, «un domaine immense [...] constitué par l'ensemble de tous les énoncés effectifs dans leur dispersion d'événements et dans l'instance qui est propre à chacun».

Au-delà de la différence entre une approche herméneutique qui privilégie «le mouvement de l'interprétation» au sein de «l'unité divisée» de toute formation discursive historiquement attestée, et une approche plus «dialectique» qui met l'accent sur «l'interdiscours» (Michel Pécheux), c'est-à-dire sur des formations discursives interreliées par ce qui peut et doit être dit dans une conjoncture donnée, une théorie du discours, donc une approche unitaire de la théorisation des faits de discours, se doit de marquer le caractère «transvaluateur», d'un moment historique à l'autre, de la notion-concept de formation discursive. Nous avons retracé l'histoire de cette transvaluation au sein même de l'histoire de l'analyse de discours dans un article disponible seulement sur le Web en français («Où va l'analyse de discours ? Autour de la notion de formation discursive», **Marges linguistiques**, n.9, 2005. <http://marges-linguistiques.com>), que nos amis brésiliens nous ont fait l'honneur de le traduire (GUILHAUMOU, 2005).

Nous pensons donc que cette catégorie majeure de la connaissance des pratiques discursives s'avère la plus apte à fonder une théorie du discours sur la base des problématiques proposés par Michel Foucault. La notion de formation

discursive fédère au mieux les autres notions de l'analyse de discours, et en premier lieu les notions de matérialité discursive et d'événement discursif sur lesquelles nous sommes revenues récemment avec Francine Mazière dans une revue qui prend de plus en plus en charge nombre de débats en France dans le champ de l'analyse de discours, la revue **Semen** («Ainsi nous sommes qui nous sommes dans le Mississipi»), en coll. avec Francine Mazière (GUILHAUMOU; MAZIÈRE, 2010, p.69-88).

W. M. : Quelle est la relation de son travail sur la « généalogie du discours » avec l'archéologie (l'arche-généalogie ?) foucauldienne ?

J. G. : Dans son ouvrage de 1969 sur **L'archéologie du savoir**, Michel Foucault (1969) précise ce qu'il est de la différence, au plan méthodologique, entre l'histoire des idées et sa perspective méthodologique sur le discours. Deux ans plus tard, il publie son célèbre article sur «Nietzsche, la généalogie et l'histoire» (FOUCAULT, 1984, p.136-157). Y-a-t-il un lien entre son approche archéologique du discours et sa vision généalogique de l'histoire ?

Dans **L'archéologie du savoir**, il précise que l'analyse archéologique se différencie de l'histoire des idées par l'attention portée à l'innovation, aux contradictions, aux comparaisons et aux transformations, le tout selon des types et des règles propres aux pratiques discursives, donc selon des formations discursives réglées. Le point de vue de l'épistémologue orienté vers l'histoire demeure au premier plan: il s'agit alors de faire l'histoire d'un savoir implicite, d'un savoir commun sans démarquer les théories des pratiques, l'histoire des fondements de la conscience moderne.

Foucault passe alors de son intérêt majeur pour l'archéologie d'œuvres littéraires à la marge, essentiellement celles de Bataille, Blanchot, Klossowski, à une perspective généalogique sur la base de sa lecture de Nietzsche. La continuité de ses préoccupations est présente dans le refus de rechercher une profondeur de la conscience, démarche qui masque ce qui est vraiment dit et qui plus est introduit un temps linéaire. Mais nous passons d'un versant méthodologique de l'analyse de discours à une approche plus historique, généalogique donc. Nietzsche est ici présent pour assumer, par son apparente monstruosité philosophique, une double interrogation sur notre rapport à l'être et les limites de notre savoir.

Pour sa part, la perspective généalogique en histoire fait alors appel aux catégories de provenance, d'émergence et d'invention. Par provenance, il faut entendre le repérage des marques singulières qui s'entrecroisent et font réseau, là où le Moi s'invente une identité, une cohérence, ce qui permet de maintenir le passé dans la dispersion qui lui est propre. La provenance relève de la surface d'inscription des événements dans les corps. Quant à l'émergence, elle renvoie au point de surgissement dans l'histoire, donc prend appui sur le principe de

la loi singulière d'apparition. Elle permet de repérer des lieux d'affrontement dans les interstices de la relation dominants/dominés. Nous entrons ainsi dans un retravail sur le sens historique avec la généalogie comme histoire non close, esprit en devenir. C'est enfin l'invention qui fait synthèse: au départ un petit commencement, dans les lieux mêmes de fabrication des passions, des relations de pouvoir; à l'arrivée un désir de vérité, qui n'est pas apaisement des passions, mais un ensemble de stratégies discursives déployées dans l'événement.

En conclusion, nous pouvons dire que l'archéologie est le versant méthodologique d'une analyse de discours qui dispose aussi d'un versant historique, qualifiée au départ de généalogique. Même si l'apparition de ces deux termes n'est pas concomitante, ils forment un ensemble tout à fait significatif d'un effort de synthèse au profit d'une théorie du discours ouverte aux possibles de l'histoire, donc à l'émancipation humaine. Il conviendrait aussi de reconstituer, dans le même temps, le dialogue souterrain et indirect avec Marx qui nous confronterait aux mêmes notions autour du thème de la répétition de l'histoire. Mais il s'agit d'un travail en soi sur l'œuvre de Foucault qui n'a jamais voulu, et sans doute de façon volontaire, aller au-delà d'allusions sur son rapport étroit à Marx.

W.M. : Vous êtes, avec Denise Maldidier, un des pionniers dans la mise en place des réflexions entre la linguistique et l'histoire dans les années 1970. Comment voyez-vous cette relation aujourd'hui dans les travaux sur l'analyse du discours en France ? En général, vous ne croyez pas que l'histoire a été laissée de côté au profit d'un formalisme structuraliste ?

J.G.: Tout d'abord, il convient de rappeler que c'est l'ouvrage de Régine Robin (1973), **Histoire et linguistique**, auquel j'ai collaboré pour une part limitée, qui a fait connaître ce nouveau chantier de recherche. Mais déjà, à cette date, nous étions trois chercheurs, Régine Robin, Denise Maldidier et moi-même à ouvrir ce champ d'investigation. Deux historiens et une linguiste donc. Mais c'est surtout avec Denise Maldidier que j'ai travaillé et publié de nombreuses années. J'ai beaucoup appris à son contact, surtout en linguistique. C'est sans doute aussi, dans nos publications, que le meilleur du lien entre histoire et linguistique a été mis en œuvre. Sa disparition, à l'égale de celle de Michel Pêcheux, a été un choc très dur pour moi et ses proches.

Bien sûr Michel Foucault a joué alors un rôle décisif dans l'établissement de cette nouvelle relation entre discours et histoire, comme je l'ai montré dans ma réponse précédente à vos questions. Mais l'apport des nouvelles méthodes issues de la linguistique, pratiquées en particulier au sein du Laboratoire de lexicologie politique de l'ENS-St Cloud (Maurice Tournier) et du Centre de recherches linguistiques de Paris X (Denise Maldidier), ont aussi beaucoup compté. Nous avons aussi un rapport plus affirmé, plus explicite à Marx que

Foucault. Moi-même je prenais déjà en compte, dès mes premiers travaux sur la langue politique de la Révolution française, l'impact des catégories marxistes de mouvement révolutionnaire/ mouvement populaire, langue populaire/porteparole de la masse.

Pour répondre à votre question sur le formalisme structuraliste, il faut revenir d'abord au lien entre linguistique et structuralisme, très présent dans les années 1960. Un auteur joue ici un rôle majeur, Saussure. La lecture de ses travaux alors connus, en partie grâce à Claudine Normand linguiste très proche de Denise Maldidier, mettait l'accent sur le fait qu'un signe n'est limité que négativement, par la présence même d'autres signes. Ainsi si le signe existe d'une part hors de l'historicité des formes, par association faite par l'esprit avec une idée, d'autre part, appréhendé dans son déploiement historique, il est tout autant dénué de signification **a priori** parce qu'il n'est pas délimité en soi. C'est dire que la présentation des signes est purement négative : il n'y a pas d' " êtres linguistiques donnés en soi ", donc de termes positifs, mais que des différences entre les signes issus de la combinaison de la forme et du sens perçu. C'était déjà une porte grande ouverte au champ de l'histoire et de la linguistique construit à partir de la description des rapports entre énoncés dans des conditions historiques précises et sans **a priori**.

Une autre formule de Saussure, connue certes plus tardivement, «la langue court entre les hommes, elle est sociale» (le linguiste parle alors de «langue discursive») met l'accent sur le fait que dans la langue, le discursif et le social ne sont pas des réalités distinctes : ils sont deux manières de caractériser la même chose, le système de signes constitutif de la langue. Le signe existe à la fois dans notre esprit et par le lien social du fait même de la constitution de la langue. Le fait social de la langue existe, un donné linguistique est attesté dans la combinaison sociale de la diversité mécanique des idées et de la diversité organique des signes. C'est ainsi que nous avons perçu le structuralisme linguistique, à travers l'image forte de Saussure et son apport à la question du signe, à tort ou à raison.

Nous n'avons donc pas été gêné, en tant qu'historien du discours, par la part de formalisme linguistique - ce qu'on appelle l'analyse d'énoncé - dans les travaux en analyse de discours, comme en témoignent nos études communes avec Denise Maldidier, par exemple autour la formule «Du pain et X» pendant la Révolution française.

Aujourd'hui le formalisme linguistique concerne un vaste éventail de méthodes, de l'approche pragmatique aux considérations sémiotiques en passant par l'analyse syntaxique. Il est au centre d'un dispositif méthodologique de plus en plus complexe, ne serait-ce que par le biais de la pragmatique textuelle et de la théorie des actes de langage, mais aussi par l'apport de nouvelles théorisations en

matière d'histoire des idées linguistiques (voir les travaux de Sylvain Auroux). Nous ne pouvons présentement les énumérer de manière exhaustive. Il en est de même de l'apport de la textométrie à l'étude formelle des discours, comme le montre les travaux de Damon Mayaffre sur les discours politiques contemporains sous le label de logométrie. En fin de compte, le formalisme linguistique est un temps nécessaire dans la description des énoncés, d'autant qu'il se complexifie sans cesse. L'apport historique intervient alors dans l'analyse des conditions de production de tels énoncés désormais connus dans la systématisation de leurs formes, donc dans leurs rapports. Le lien entre le formalisme linguistique et l'analyse historique des énoncés permet, sur la base de la linguistique saussurienne, de contourner les **a priori**, qu'il s'agisse de la répétition d'une signification **a priori**, ou d'une considération historique également **a priori**. Notre part du travail commun, avec Béatrice Mésini et Jean-Noël Pelen sur le discours des exclus, paru dans l'ouvrage **Résistances à l'exclusion** (2004) montre, nous semble-t-il, toute la fécondité d'une approche des énoncés sur la base de fonctionnements linguistiques clairement identifiés. Il s'agit en l'occurrence, dans le parcours d'individus dits exclus, de l'hétérogénéité montrée dans l'usage des mots, de la thématization à l'effet définitoire de la marge et de l'usage de l'indéfini contre toute norme énonciative. Le formalisme linguistique, certes de la manière où je l'entends, n'a rien d'un obstacle pour historien du discours, bien au contraire.

Reste à préciser par où passe, dans mon cas, le lien entre histoire et linguistique. Précisons d'abord qu'il n'est pas circonscrit à l'espace français, dans la mesure où il relève d'une histoire langagière des concepts et d'une histoire des idées linguistiques en débat au niveau international. C'est aussi là où se s'approfondit la perspective généalogique ouverte par Michel Foucault, comme le montre par exemple les travaux de notre collègue américain, le politiste Mark Bevir. Mon livre de 2006 sur **Discours et événement** porte précisément sur un tel renouvellement des approches dans le champ des relations entre histoire et linguistique par une ouverture au débat international. Certes je ne prétends pas ainsi couvrir la totalité du champ conjoint entre histoire et linguistique, d'autres recherches sont disponibles sur la langue et l'histoire à l'initiative par exemple de chercheurs de l'Université de Paris I -Sorbonne (Jean-Philippe Genêt). Mais je maintiens, sur ce champ, le lien conjoint à la notion de «formation discursive» chez Foucault et au questionnement marxiste sur les catégories de l'histoire, tout en prenant en compte les avancées de l'histoire politique des concepts tant en France qu'à l'étranger.

W.M. : Comment concevez-vous l'apport de la linguistique post-structurale, donc plus proche de la réalité langagière et plus apte à appréhender le sujet d'énonciation que la linguistique structurale, à l'analyse de discours du côté de l'histoire, en particulier dans votre propre recherche ?

J.G. : Si j'ai mis l'accent sur le lien maintenu, via Saussure, entre la linguistique structuraliste et l'analyse de discours, et tout particulièrement dans le champ de l'histoire du discours, il existe en sûr une linguistique post-structuraliste, incarnée en l'occurrence par Benveniste et sa théorie de l'énonciation, qui joue un rôle essentiel en analyse du discours du côté de l'histoire.

Dans ses **Problèmes de linguistique générale**, Benveniste (1974) opère la distinction entre «deux plans d'énonciation», **le discours et l'histoire**. Il utilise l'expression d' **instance de discours** associée au **mode d'énonciation**. Il définit ainsi l'énonciation comme un acte individuel d'utilisation et un procès d'appropriation de la langue. Il en vient ensuite à l'élucidation du procès d'individuation de l'énonciation, en passant d'abord par l'énoncé du lien entre **l'acte et l'énonciation** qui désigne alors «un acte référentiel à la réalité du discours», «l'acte de conversion de la réalité en discours». Et c'est alors qu'il en vient à énoncer que «l'ordre sémantique s'identifie au monde de l'énonciation et à l'univers du discours» (BENVENISTE, 1974, p.64) sous couvert de **la phrase**, distincte du signe en tant que segment linguistique actualité par un locuteur. C'est là où se précise aussi ce qu'il en est de **la communication** en tant qu'interaction de locuteurs et de la temporalité spécifique de **l'instance de discours**, avec l'actualisation de la phrase dans le temps historique : «la phrase est donc chaque fois un événement différent» précise Benveniste (BENVENISTE, 1974, p.227), sous forme d'un **énoncé performatif** qui a la valeur d' « un acte unique et singulier » (BENVENISTE, 1966, p.273).

La convergence entre acte de langage, énoncé performatif et événement discursif dans le domaine même de la linguistique a eu d'importantes répercussions dans le champ de l'histoire et de la linguistique. Cette convergence a contribué à son extension, ainsi que le montre les travaux sur les discours politiques contemporains au sein du Laboratoire de lexicologie politique dans les années 1970-1980. L'Institut d'Histoire du Temps Présent, également laboratoire du CNRS français, a maintenu cette tradition d'analyse du discours politique contemporain sur une base à la fois lexicologique et énonciative. J'ai également déjà cité les travaux de Damon Mayaffre, chercheur dans l'unité CNRS de Nice, «Bases, Corpus et Langage». Autour d'une élaboration de plus en plus complexe de la notion de corpus (voir notre article à ce sujet disponible sur le Web via la revue Corpus), de nombreux travaux historiques sur les discours politiques contemporains se sont donc intéressés à des sujets d'énonciation et à leur production écrite dans un moment historique précis et en tant que d'une activité de reformulation incessante par laquelle un scripteur inscrit son vouloir-dire dans le discours par l'usage d'opérations énonciatives diverses, telles que les catégories de la personne, la situation d'énonciation, et ainsi de suite.

Nous avons tenu compte de telles avancées de la linguistique dans nos travaux, en particulier dans notre étude sur les porte-parole pendant la Révolution française qui a fait l'objet de la publication d'un livre de synthèse en 1998 (GUILHAUMOU, 1998). Mais nous avons toujours maintenu une relation forte au premier formalisme linguistique issu de la pensée de Saussure, comme en témoignent nos comptes-rendus récents des *Écrits de linguistique générale* (SAUSSURE, 2003), texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engle et du livre de Pierre-André Huglo (2002), **Approche nominaliste de Saussure**. Nous y avons trouvé notre approche nominaliste de la langue et de la société, si souvent invoqués dans nos recherches. Il faut entendre par là que espace/temps de l'intercommunication humaine, marqué par le caractère empirique de la langue, consiste en la présence sans son sein de singularités événementielles sous la double conjonction de l'existence de quelque chose, la langue, et du dit de quelqu'un, le sujet parlant. Cette événementialisation «originale» de la langue relève d'un «ensemble vide» de significations, mais qui désigne ce qui peut être dit dans le discours, donc pose ses conditions de possibilité. Nous sommes ici une fois de plus très proche de Foucault et son épistémologie (nous revenons sur ce rapprochement central dans la réponse suivante). Ainsi il convient de particulariser «les événements de langue», qui n'ont d'autre effet que de modifier un état de langue - nous disons plutôt un état d'hyperlangue (Sylvain Auroux) en référence à l'espace/temps de communication - et non «les systèmes de la langue» élaborés par le linguiste. Ces événements ont la particularité constituée bien les éléments de la langue empirique dans un espace/temps de communication, mais pour autant, ils ne réalisent que des éléments «isolés» de la langue, des singularités distinctes des actes de discours qu'elles engendrent. Si la théorie de l'énonciation a ouvert des perspectives nouvelles à l'analyse formelle. Elle demeure dans le cadre saussurien: Saussure et Benveniste marchent de pair. Je pense tout particulièrement aux travaux de Jacqueline Autier sur le discours rapporté et l'hétérogénéité discursive bien connus de nos amis brésiliens. Ainsi l'analyse de discours demeure ancrée sur un formalisme linguistique qui permet de mettre au centre de la matérialité discursive la matérialité des énoncés.

W.M. : Jean-Jacques Courtine est responsable pour apporter Michel Foucault dans l'Analyse de Discours, particulièrement dans sa thèse – Le Discours Communiste adressé aux Chrétiens, spécialement en utilisant le concept de formation discursif, quand Il essaye comprendre le facteurs discursifs sur le décliné du communisme à France en regardant le domaine de la mémoire. Comment percevez- vous la relation des analystes du discours français d'aujourd'hui avec Michel Foucault?

J.G : Dans son ouvrage le plus récent sur **Déchiffrer le corps: pense avec Foucault** (COURTINE, 2011) Jean-Jacques Courtine (propose de différencier les

études **sur Foucault** des travaux **avec Foucault** liés à des thématiques proches de certains des aspects de la pensée foucauldienne, par exemple, avec Jean-Jacques Courtine, le visage, le corps et la virilité. Les travaux avec Foucault sont ainsi caractéristiques de la manière dont Jean-Jacques Courtine opère ses recherches dès son premier travail sur le discours communiste adressé aux chrétiens à l'aide de la notion de «domaine de mémoire» (FOUCAULT, 1969). Cependant nous avons montré que l'analyse de discours prend d'abord appui **sur Foucault** pour constituer une théorie du discours dans sa diversité même. C'est dire que la notion de domaine de mémoire prend un sens différend selon que l'on travaille en analyse de discours **sur Foucault** ou **avec Foucault**. En effet, comme nous l'avons déjà dit, l'analyse de discours propre à Foucault a pour domaine de mémoire, dans le domaine de la langue, l'auteur majeur du structuralisme linguistique, Saussure. C'est la manière dont les énoncés saussuriens sont toujours admis et constamment explicités, précisés qui fournit une base épistémologique à la théorie du discours au sein même de la science du langage. En se situant à distance de toute approche substantialiste du sujet de la langue, de toute considération dualiste sur le lien entre la pensée et le langage et de tout lien représentationnel entre la langue comme système de signes et «les rapports véritables entre les choses». Saussure explicite les conditions de possibilité d'une science de la langue. Il situe ainsi le surgissement individuel dans le circuit de la parole, du fait que «toute la langue entre d'abord dans notre esprit par le discursif». Il parle alors de «langue discursive», donc de ce qui la caractérise, le discursif (SAUSSURE, 2003, p.117-118).

C'est ainsi que Foucault critique la thèse selon laquelle Saussure et la linguistique structurale auraient atteint un seuil de scientificité en passant, par le formalisme, du côté de la science exacte. Il considère plutôt que Saussure apporte de nouvelles possibilités épistémologiques dans la compréhension du savoir social, en particulier en termes de rapports, de relations au sein d'une logique du réel. Découvrir un champ de relations devient, avec l'apport, de Saussure un problème central. Cette découverte assigne aussi à Marx une position stratégique dans cette nouvelle épistémologie qui récusé toute explication par la causalité. Nous sommes là la source de l'analyse de discours chez Foucault, et plus largement de l'analyse de discours du côté de l'histoire qui est la nôtre.

On comprend pourquoi travailler *avec Foucault* est une toute autre affaire. Cela suppose déjà un lien à la linguistique plus distant, donc qui n'a pas nécessairement pour base la linguistique de l'énoncé et de l'énonciation, de Saussure à Benveniste. Quant aux thèmes de recherche, ils ne sont pas non plus nécessairement ancrés dans une historicité propre à l'émancipation humaine, où la tradition marxiste occupe une position centrale. C'est une perspective plus archéologique, plus orientée par des méthodes d'analyse propres à Foucault, que généalogique, différence que nous avons déjà précisée. Cette perspective construite avec Foucault est très ouverte sur le plan thématique, élargit son œuvre

à l'infini. Jean-Jacques Courtine note ainsi que l'on peut avec Foucault prendre les images comme objets de recherches, et non seulement les textes, qu'on peut étendre la notion de formation discursive au rapport singulier entre le regard et le discours par une classification des visages, des physionomies et des expressions, qu'il est possible d'amplifier la généralité du processus historique, mis en valeur par Foucault, qui mène de la monstruosité à l'anormal, et ainsi de suite.

Le travail avec Foucault est un travail en extension qui ne pose pas de limites aux potentialités de son œuvre. C'est un véritable paradigme de recherche dans de très nombreuses espaces de réflexion, l'histoire, l'anthropologie, la sociologie, la critique littéraire, les sciences de la communication, le management, l'économie, le droit et que sais-je encore. Le récent numéro de *L'Hérme* (2011)² sur les chercheurs qui travaillent avec Foucault rend compte d'une telle diversité. En toute honnêteté, nous l'avons peu pratiqué, préférant travailler avec Marx et la tradition marxiste. Nous avons toujours conservé un rapport étroit à l'œuvre de Foucault.

W. M. : Vous qui est un érudit de Marx et d'idéologie, surtout de siècles XVIIIe et XIXe, comment voyez-vous la notion d'idéologie marxiste au XXIe siècle ? (i.e, à la fois qu'il n'y a pas plus des luttes de classe comme à l'époque). De plus, comment vous percevez la notion de « pouvoir » chez Foucault, en particulier, lors nous pensons sur les complexes matérialités médiatiques modernes ?

J.G. : J'ai toujours publié peu ou prou sur Marx et la tradition marxiste (Gramsci en particulier), au fil des besoins de mes recherches. J'ai ainsi un souvenir ému de la publication en 1975 de mon article «marxiste» dans la jeune revue althusserienne *Dialectiques* sous le titre «Idéologies, discours et conjoncture en 1793. Quelques réflexions sur le jacobinisme», (GUILHAUMOU, 1975). Et le suis membre de la revue *Actuel Marx*. Et de fait, j'ai publié conjointement, ces dernières années, des travaux sur la généalogie des notions d'idéologie et de sociologie avant Marx et sur la formation des concepts en matière d'idéologie révolutionnaire par le jeune Marx, en lien avec une telle généalogie.

En premier lieu, il s'agit d'un travail en apparence néologique, surtout avec la découverte du néologisme de sociologie chez Sieyès, mais dont la portée se veut plus vaste. Au départ, il est question de l'invention du terme de sociologie par Sieyès dans les années 1780, à l'arrivée de l'invention du terme d'idéologie à la fin de la Révolution française, plus précisément pendant la période directoriale avec les Idéologues. La formulation conceptuelle de la sociologie marque l'ouverture de l'opinion publique, déjà en place pendant les Lumières classiques, à un espace de reconnaissance sociale au cours des Lumières tardives. L'observation sociale est mise au premier plan, en particulier chez les penseurs matérialistes,

² L'Hérme (2011). Disponible en: <<http://www.editionsdelherme.com>>.

de Condillac à D'Holbach. Le monde de la société propre aux lumières devient, au cours des Lumières tardives, un monde de l'esprit en réalisation : le monde de la sociabilité prend valeur de monde de la socialité avec le déploiement d'un art social en son sein³.

À l'inverse la formulation de l'idéologie, une fois passé le temps démocratique de la Révolution française, clôt ce processus par une approche pragmatiste de la réalité sur la base des notions de causalité et de représentation. Il n'est plus question que de mécanismes idéologiques liés aux circonstances. L'art social et son socle sociologique sont révoqués au profit d'un art du compromis où l'idéologie est incluse dans une science expérimentale.

Le travail du jeune Marx, de concert avec Engels dans *L'idéologie allemande* (MAX; ENGELS, 1952), consiste alors à critiquer une telle vision de l'idéologie en revenant à sa manière au moment nominaliste des années 1770-1780. La notion même de critique y trouve sa formulation dans la critique des idéologues et dans un intérêt marqué pour les penseurs des Lumières tardives, c'est-à-dire des années 1770-1780. Ainsi se met en place une approche autre de l'idéologie au plus près de la notion de sociologie. Les héritiers actuels, au sein de la tradition marxiste, de cette forme de pensée critique se trouvent en Allemagne autour du philosophe Honneth, et en France autour de la revue *Actuel Marx*. Ils qualifient ce courant marxiste de philosophie sociale. A proximité de la notion de critique se trouve une notion centrale de la sociologie actuelle, celle de réflexivité du discours, en particulier au niveau des acteurs. Il s'agit de prendre en compte la manière dont ces acteurs construisent eux-mêmes les arguments qui rendent compréhensibles leurs actions. Et la notion d'idéologie subit un déplacement notable. S'il convient de l'utiliser, comme le fait Marx contre le consensus des idéologues pragmatistes, pour identifier des intérêts de classe (idéologie dominante/idéologie dominée), donc pour identifier le politique dans sa forme émancipatrice, il convient encore plus d'y intégrer une réflexion critique, donc la reconnaissance d'autres perspectives idéologiques.

Pour notre part, nous restons, comme vous le soulignez dans votre question, dans le moment révolutionnaire, étendu en aval au moment nominaliste, ces années 1770-1780 qui mettent en place un regard nouveau sur l'individu social, et en amont un moment politique pré-démocratique avec l'émergence de la classe ouvrière, les années 1820-1830. Nous nous intéressons donc à cette période que Koselleck appelle le *Satellzeit* (1750-1850) ce qui n'est pas étonnant puisque nous sommes membre fondateur du réseau international *History of Political Concepts* dont Reinhart Koselleck et Quentin Skinner sont les inspireurs.

³ Je m'en suis expliqué plus longuement sur le site <http://revolution-francaise.net/2011/06/30/443-le-travail-de-lesprit-politique-essai-dinterpretation-reflexion-historique-sur-la-metaphysique-politique-des-annees-1770-1780>.

C'est dans ce cadre que nous avons proposé, dans le volume collectif, en co-direction avec Philippe Schepens, *Matériaux philosophiques pour l'analyse de discours* (GUILHAUMOU; SCHEPENS, 2011), une étude sur «Marx et la langue jacobine. Un espace de traduisibilité politique» où la notion d'idéologie révolutionnaire est repensée, dans la textualité même de Marx, à partir de la notion générale, présente dans Gramsci, de traduisibilité des langages et des cultures. C'est déjà une porte ouverte, nous semble-t-il, vers le XXIème siècle.

Sans cesse changeante par souci de la faire sortir de sa gangue pragmatiste initiale, la notion d'idéologie se renouvelle dans le fait même de la variation des «concepts de base» explicatifs des expérimentations historiques d'une époque et des attentes qui leur sont liées. La nouvelle traduction par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva du célèbre texte du russe Valentin Nikolaevic Voloshinov, *Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage* (VOLOSHINOV, 2010) le montre bien en ouvrant justement un débat sur la signification du terme d'idéologie chez ce linguiste marxiste. Je sais que les travaux de Patrick Sériot sont bien connus au Brésil. Je n'insiste donc pas.

Un autre débat en cours, plus précisément au sein de l'histoire des concepts, et à l'initiative des spécialistes du tournant du XXème siècle au XXIème siècle permet, nous semble-t-il, de saisir aussi un tel enjeu actuel de l'usage du concept d'idéologie. Reinhart Koselleck avait proposé, dans la lignée de la tradition marxiste, de repenser la dimension critique de la notion d'idéologie autour du critère de temporalité, ce qui a donné lieu à de nombreux travaux dont nous avons déjà cité les plus récents. Les historiens du XXIème siècle, si l'on peut dire, en particulier les historiens allemands, sous la plume de Christian Geulen, récusent cette approche de l'idéologie. Ils proposent une série de concepts rendant compte d'une idéologie globale et transnational, donc située au niveau planétaire. Considérant des espaces de translation et d'interconnection, ils déclinent les concepts de base différemment des concepts usuels de l'histoire langagière des concepts. Là où Koselleck parle de démocratisation, temporalisation, politisation et idéologie, ils parlent de scientification, popularisation, spatialisation et liquéfaction. Où se situe alors la notion d'idéologie, sous quelle autre forme ? Sans doute autour du terme de liquéfaction, puisqu'il suppose un processus de dé-idéologisation concomitant aux mécanismes de médiatisation. Le débat est largement ouvert. Et j'ai moi-même contribué, de manière modeste, à ce débat en introduisant dans mes *Mémoires* de mai 1968 un moment fort de médiatisation, qui brouille les idéologies et ouvre la porte à la manipulation, la nuit des barricades perçue alors dans mon vécu immédiat.

Vous me demandez enfin si on peut penser les complexités médiatiques actuelles, donc dans leurs matérialités propres, avec Foucault. Certes, si l'on se

situe dans un optique qui met en valeur le déploiement des pouvoirs dans un espace transculturel. Mais hormis ce nouveau débat en histoire des concepts que je viens de signaler, je ne crois pas être le mieux placé pour en parler, d'autant que, je l'ai dit et répété, Foucault m'intéresse dans un champ, l'analyse de discours, où les concepts sont basés *sur* son œuvre. Là encore c'est un travail *sur Foucault*, certes limité au Foucault épistémologue et historien, que j'ai pratiqué, avec l'idée cependant d'un lien plus étroit avec Marx que dans les approches *avec Foucault* dont la pertinence pour le XXI^{ème} siècle est une question ouverte.

Pour être franc, je connais mal la question du pouvoir chez Foucault. Du côté du libéralisme, je me situe avant tout dans le lien de la nature à l'artifice, dont l'expérience du gouvernement révolutionnaire en l'an II, donc à l'initiative des Montagnards pendant la Révolution française est le prototype, comme nous l'avons montré dans notre travail commun avec l'historienne Françoise Brunel. De ce fait, je suis assez éloigné de la problématique du lien entre nature et gouvernementalité, que les derniers écrits de Foucault explore avec succès. Cependant, dans le livre que nous avons édité dans mon laboratoire sur *Libertés et libéralismes*, et que j'ai déjà signalé, Michel Sennelart, qui édite les cours de Foucault, précise bien ce qu'il en est du second lien : il montre que Foucault refuse de porter la question du pouvoir en terme de droit et récuse donc la problématique de l'Etat de droit. J'y renvoie le lecteur qui y trouvera des considérations décisives, par rapport à la formulation foucauldienne que vous me suggérez, en matière de vigilance des gouvernés, et de leur capacité de résistance face aux pouvoirs, et en particulier face aux contraintes des idéologies médiatiques.

W. M.: Je voudrais que vous fissiez une bref contextualisation/historique sur l'émergence/début de la presse et sur la généalogie de la média, spécialement des médias «impresses» (journaux et revues). Et comment voyez vous la nécessité de nouveaux dispositifs face à la complexité des matériels signifiants dans l'ère digital/numérique (hipertextes, digital médias, télévision, etc.) ?

J.G : Je vais répondre à ces deux questions de façon concomitante et laconique, dans la mesure où je n'ai pas grand chose à dire sur ces sujets au delà de ce que ce qui se dit usuellement dans le sens commun actuel. Je suis très distant des médias. Je n'ai aucun contact avec elles, et je n'interviens sur le Web que dans un cadre scientifique, par exemple au sein du site *revolutionfrancaise.net*. Cependant, je réfléchis actuellement, avec d'autres chercheurs, sur la notion de sens commun, sur son histoire et son archéologie, ce qui peut aider à répondre partiellement à votre question.

Pour la petite histoire du chercheur, j'ai utilisé ponctuellement des corpus de presse, en particulier de la période révolutionnaire, pour mes travaux en analyse de discours. Mais je n'ai jamais mené une réflexion spécifique sur le genre des

premières médias, les journaux en l'occurrence. Ce qui m'a intéressé un temps, à travers l'exemple de la mort de Marat et avec mes amis littéraires, c'est la part de l'événement révolutionnaire dans la narration de presse, et la manière dont d'y fabrique un sens commun. Et, avec le Père Duchesne d'Hébert, j'ai travaillé sur les mots d'ordre de l'idéologie jacobine, ce qui nous situe également du côté d'un sens commun en direction du peuple.

À vrai dire, sur la généalogie de la presse, les travaux sont fort nombreux depuis les études sur les « journaux savants » du début des temps modernes jusqu'à la presse actuelle en passant par le développement de la presse d'opinion pendant les Lumières, et surtout la Révolution française, sans parler de la presse ouvrière, et puis de la « grande presse » au XIX^{ème} siècle. Usuellement, les chercheurs considèrent que le développement de la presse est liée à la formation de l'opinion publique, donc avec une forte accélération au 18^{ème} siècle (voir l'ouvrage d'Antoine Lilti *Le Monde des salons. Sociabilité et mondanité à Paris au XVIII^e siècle*) (LILTI, 2005). L'abord, propre à Sophia Rosenfeld dans ses ouvrages sur *A Revolution in Language. The Problem of Signs in Late Eighteenth-Century France* (ROSENFELD, 2001) et, *Common Sense. A Political History*, (ROSENFELD, 2011) corrige quelque peu une telle vision linéaire de l'opinion publique. Cette chercheuse américaine montre en quoi le concept de sens commun tient à nos possibilités et à nos limites intérieures en matière d'esprit libéral et républicain. Appréhendé dans ses effets pratiques, il devient au cours des temps modernes un des moyens privilégiés en politique de fonder la démocratie. Ainsi l'histoire de ce concept permet alors de mieux comprendre la revivification actuelle de la tradition critique des Lumières et des Révolutions et de son potentiel explicatif, maintient donc son actualité au sein des nouveaux dispositifs discursifs.

Je n'ai rien de plus à ajouter sur ce sujet, puisque ce n'est pas le lieu ici de fournir une bibliographie de travaux. Quant aux médias de l'ère numérique, je suis presque toujours dans la situation de l'utilisateur. Je ne mène pas une réflexion spécifique à leur sujet, d'autant que je me garde de bien là aussi d'intervenir dans les médias. Il reste cependant que je suis intervenu récemment sur le Web, au-delà des publications scientifiques, dans l'ordre de la critique littéraire. Ce n'est que le témoignage ponctuel d'un moment d'écriture dans mon trajet intellectuel. Cette intervention a porté sur un roman publié sur le Web, un *Roman du réseau* de Véronique Taquin, roman et commentaire disponibles sur le site de Mediapart. Ce roman vient d'être publié chez Hermann (2012), ce qui m'a permis aussi de mesurer la différence entre une intervention écrite et un commentaire sur le Web. Dans la publication papier, mon commentaire devient anonyme, se confond en quelque sorte avec les propos du préfacier Laurent Loty. Le Web contribue ainsi à faire passer une partie de ses analyses, sans en avoir le « bénéfice de la personne » si l'on peut dire, hors des sites scientifiques bien sûr. C'est une voie ouverte à l'innovation dans des secteurs hors-normes.

Cependant, dans mon texte de critique littéraire sur le Web, je défends l'idée que les personnages n'en sont pas, qu'ils ne sont que des pseudo-personnages, à vrai dire à l'égal des personnages de nombreuses séries américaines comme *Lost*, *Heroes* ou d'autres. Nous sommes ainsi confrontés à la mise en visibilité d'intrigues sans personnages réels, mais à la présence de pseudo-personnages qui incarnent la part du possible advenue, donc un ordre du réel guère comptable de la réalité en cours, un ordre du réel sans advenir. La réalité n'est alors plus, par le fait des médias, que quelque chose de manœuvrable, de l'ordre de l'intrigue, une affaire de réseau donc. Sauf à rechercher le ton de l'univers shakespearien, et c'est le cas dans les récentes séries «western» américaines, et à pister ainsi le fil de l'intrigue sur les bords de la pensée authentique, pour finir sur une île loin des médias, à l'exemple de Rousseau, il n'y a guère d'autre alternative, dans le courant de la vie, que l'imposture des médias.

On peut donc dire que la complexité toujours plus grande des matériels signifiants dans l'ère numérique actuelle est, au-delà de leur support technique au développement de l'intelligence, une immense machine désirante, avec certes sa part d'intrigue, de manipulation, de pseudo-actions, mais aussi de devenir ce qui suppose l'invention en son sein de dispositifs émancipateurs. L'œuvre de Gilles Deleuze, que nous n'avons jamais cessée de lire, y compris dans son dialogue avec Foucault, en témoigne: elle dit mille fois plus que nous pourrions en dire sur ce sujet. On y trouve l'idée centrale que la machine n'est ni mécanique, ni organique, mais qu'elle relève d'un système de liaisons entre termes voisins certes, mais hétérogènes et indépendants. Cette machine actuelle a un centre de gravité mais toujours déployé sur une ligne particulièrement abstraite où l'homme déploie son intelligence propre. Le Web en tant qu'outil ne serait rien de plus qu'une technique supplémentaire, s'il ne répondait pas à un agencement humain apte à rendre compte à l'infini des régimes possibles. Que dire de moins général, de plus particulier sur les apports positifs de l'ère numérique ? Je n'en sais rien, à vrai dire, faute d'une expérience en ce domaine.

W. M. : Je sais que tes travaux ne sont pas sur l'image, mais c'est un thème constant aujourd'hui dans l'AD. Pouvez-vous parler un peu sur votre vision sur la place de l'image dans l'analyse de discours :

J.G. La place de l'image dans l'analyse de discours... Jusqu'à une date récente, nous avons pris en compte l'image dans nos travaux en analyse de discours de manière occasionnelle, en particulier dans notre travail sur la mort de Marat. Mais avec nos récentes *Mémoires* de mai 1968 déjà citées, nous y avons été confronté de manière globale. En effet, comme nous l'avons déjà dit, nos *Mémoires* sont basées sur la lecture de photographies de l'époque où se trouvent des scènes que nous avons vécues.

Relisant ces *Mémoires* à l'occasion du présent entretien, j'ai constaté que la présence de la question du discours est constante, dans une relation étroite à l'image. C'est d'abord une présence attestée au début de l'événement, avec le mot grève associé à l'expression «fin du métalangage» inscrit, sous forme de graffitis, à l'entrée de la fac de Nanterre. Le mot grève renvoie, dans son étymologie discursive, aux cayes, récifs ou bancs de sable où l'on échoue et où l'on reste immobilisé. L'Université de Nanterre n'échappait pas à cette image d'enlèvement dans un lieu vide, un ancien terrain militaire au milieu d'un bidonville, toute première impression pour les étudiants nouvellement arrivés et que l'on retrouve sur les photos de l'époque. Mais la grève c'est aussi l'image d'un bord de rivière, à la fois si proche du flux de l'eau mais encore bien ancré dans le grenu d'un sol, d'une surface plane. Le mot idéal donc pour annoncer, une fois sorti de l'immobilisme, à la fois le flux des mots et leur inscription sur le grain des murs.

Sur le plan sémiologique, tout se présenta alors sous l'angle du discours, donc immédiatement connoté, lu dans un sens second par un jeu de signes propre à ce monde étudiant construit si soudainement et si artificiellement, donc incompréhensible vu de l'extérieur, en particulier par les autorités de tutelle. Le langage y devint ainsi roi. Nous étions donc très loin de l'univocité et de la détermination de l'idéologie, comme ont voulu le faire croire ceux qui n'y voyaient qu'une manipulation gauchiste. On comprend alors le souci, des étudiants de mai 68, de se démarquer du métalangage. FIN DU METALANGAGE, en capitales donc inscrit sur les murs. Et entre la grève et la fin du métalangage, des mots valises détournés, si l'on peut dire: *beau-jeu*, *beau-jonc*, *beau-niment*, *beau-druche*. Par le jeu des signes à double sens, le discours de l'idéologie dominante n'est plus alors que boniment, et se dégonfle comme une baudruche, face à la beauté même de la grève. Mai 68 pose d'emblée, par le fait de l'image, un lien inversé entre discours et idéologie,

Par ailleurs, dans mes *Mémoires*, d'image en image, pour ne pas dire de photo et photo, un concept se déploie, une notion centrale de l'analyse de discours, celle de formation discursive. Elle se compose sur différents plans.

En premier lieu, *sur un plan d'immanence* qui relève d'un mouvement d'indétermination de soi-même, de retrait par rapport à ses propres certitudes par l'expérience vécue, et son effet, la créativité. Le concept prend alors consistance dans des connexions qui donnent toute sa puissance créative à l'expérimentation historique de mai 68. Ainsi l'esprit de mai 68 peut se déployer pleinement dans toutes sortes d'images et de slogans.

En second lieu, dans le fait même d'*un intérêt émancipatoire*, il s'agit ici d'appréhender les interprétations de la réalité sous le point de vue de l'intersubjectivité d'une compréhension entre individus dans le but d'orienter l'action. Un tel intérêt n'existe que là où surgissent dans l'événement les conditions

de possibilité d'un tel intérêt, tels les événements de mai 68 où se posent des problèmes analogues dans un cadre d'action déterminé. Je pense en particulier aux images révélatrices de parcours d'action, des assemblées générales aux manifestations de rues.

Enfin, *la perspective matérialiste*, métaphorisée par Althusser comme un ensemble de piquets plantés dans le fleuve ininterrompu d'un tout au devenir encore inaccessible, permet à la marge de devenir le centre. Nombre de photos montrent ainsi des spectateurs des événements de mai 68 qui en deviennent les protagonistes, qu'il s'agisse du flâneur le long des manifestations ou du flâneur autour des barricades.

En fin, de compte notre récent trajet dans l'image, qui, par ailleurs, juxte mon récit de mes premiers pas d'étudiant communiste, n'enlève rien, bien au contraire à notre engagement en faveur d'une analyse de discours du côté de l'histoire inscrite dans une perspective marxiste, bien au contraire.

W.M. : Je perçois que Koselleck a une très forte influence sur les travaux de Foucault. Partagez-vous la même opinion? Comment voyez-vous ce question?

J.G. : Le point de rapprochement entre Foucault et Koselleck porte sur une période et sa lecture philosophique qui passionne Foucault, le moment des Lumières et de la Révolution, disons la période 1750-1850. Foucault y trouve, à l'égal de Koselleck, une forme de réflexion dans laquelle s'inscrit l'ensemble de sa réflexion épistémologique et historique. C'est à ce titre qu'il puise beaucoup dans une pensée franco-allemande mise en place par Kant et Humboldt lecteurs de la Révolution française et maintenue présente au XXème siècle par l'École de Francfort d'Adorno à Honneth en passant par Habermas.

Il désigne, dans sa lecture de ce moment historique, l'avènement d'une analytique de la vérité avec la Révolution française en son centre par l'expression d'«ontologie historique de nous-mêmes» (1984). Plus largement, Foucault et Koselleck partagent le point de vue selon lequel l'histoire se comprend, se formule dans des concepts inscrits dans les pratiques de soi d'une époque donnée. À ce titre le rapport à soi n'est pas réduit ici à sa forme authentique, il est structuré comme une pratique qui permet d'agir les uns sur les autres à condition que les acteurs endossent le rôle d'agents éthiques, comme dit Foucault, et que les concepts d'histoire et d'attente structurent, selon Koselleck, leur rapport à la temporalité historique. C'est là où de tels «pratiques de soi», par exemple les récits de vie, produisent des actions analysables historiquement, donc subsumables sous des concepts.

En s'intéressant aux «concepts de base» du mouvement historique, Koselleck et la Begriffsgeschichte rejoignent la préoccupation épistémologique qui consiste

à prendre en compte les pratiques réflexives de soi. Le point de contact avec Foucault passe ici par Nietzsche et la *Généalogie de la morale* sur une donnée incontournable: seul ce qui est historique est définissable. Ce qui induit la prise en compte de l'hétérogénéité des pratiques discursives - Koselleck parle plutôt de pratiques sémantiques - au sein même de la constitution historique du soi. D'ailleurs c'est pourquoi nous avons mis l'accent, dans nos récentes publications en histoire des concepts, sur les formes historiques d'individuation (voir en particulier «The Temporality of Historical Forms of Individualization in Modern Times», in *Political Concepts and Time. New Approaches to Conceptual History*, Edited by Javier Fernández Sebastián, Santander, Canabria University Press, 2011, p. 345-368 - ouvrage déjà cité). S'intéresser aux modes d'objectivation du sujet consiste, pour ces deux penseurs majeurs du XXème siècle, à considérer l'histoire des savoirs et des concepts comme un matériau historique et non exclusivement philosophique.

Au-delà d'une telle évidente parenté épistémologique, Foucault a-t-il rencontré Koselleck ? Je n'en suis sûr. Ce que je sais, c'est que les rencontres de Foucault de son vivant avec les historiens, qui ne l'aimaient guère, étaient le fruit des hasards. Il en parle dans ses entretiens avec l'historienne Arlette Farge, en 1984 tout particulièrement. De toute façon, l'étude de cette parenté intellectuelle demeure un chantier ouvert, en particulier du côté des questions liées au marxisme qui les préoccupent conjointement.

Reprenons le cas du concept d'idéologie déjà évoqué, en histoire des concepts (voir Michael Freeden (2003), *Ideology, a very short introduction*) et en histoire des savoirs. La question posée n'est pas, selon une conception étroite de l'idéologie, comment les acteurs disent ce qu'ils font, au titre d'une stratégie visible de tous, mais pourquoi le font-ils, pour quelles raisons particulières exprimées dans des croyances sincères, rationnelles et consistantes. Nous retrouvons là une préoccupation constante de Foucault, le souci de vérité exprimé dans l'aptitude des acteurs à produire des discours aux significations historiques particulières. Nous revenons ici au problème déjà évoqué de la réflexivité du discours. Nous sommes là au cœur du débat sur l'intentionnalité, que nous avons abordé dans les *Mélanges Sylvain Auroux*, chercheur français très connu chez vous, et qui doivent paraître très prochainement. Dans ce cadre de réflexion, nous pouvons affirmer, de Koselleck à Foucault, que toutes nos expériences - de l'expression de croyances à la production de concepts - sont porteuses de théories liées à un état de choses du monde. A ce titre elles relèvent d'états intentionnels, associés à des croyances plus qu'à des représentations, qui constituent autant de référents du discours à partir desquels sont produites les significations. Une telle approche de l'idéologie en terme de continuum sémantique rompt avec la réduction de l'idéologie à une représentation, et la rattache bien à une histoire des concepts et des savoirs.

Au terme de cet entretien, exercice intellectuel que je pratique fort rarement, je remercie très vivement mon ami Welisson Marques de ses questionset de leurs orientations. Grâce à lui, j'ai pu me resituer au cœur de mes préoccupations de chercheur depuis quarante ans, sans que j'en sois tout à fait conscient au départ de l'entretien.

MARQUES, W. Sobre o discurso e a história em Michel Foucault. Entrevista com Jacques Guilhaumou. Alfa, São Paulo, v.57, n.2, p.671-693, 2013.

- *RESUMO: Nessa entrevista inédita, Jacques Guilhaumou trata sobre a questão do discurso e da história no pensamento de Michel Foucault, observando tais questões a partir do mirante da Análise do Discurso de vertente francesa. Inicia apresentando um panorama de seus trabalhos mais recentes e destaca, na sequência, o papel decisivo de Foucault no estabelecimento de uma nova relação entre discurso e história. Nessa direção, explicita algumas influências epistemológicas sobre o pensamento foucaultiano, advindas de Nietzsche e Koselleck especialmente. Como profundo estudioso do pensamento marxista, Guilhaumou também discorre sobre o conceito de ideologia e suas inúmeras metamorfoses conceituais em outros campos, até tocar na questão do poder. Ainda assim, toca na problemática da análise de imagens em Análise do Discurso, questão profícua para muitos analistas de discurso que lidam com o sincretismo semiótico de seus objetos na atualidade. Por fim, evidencia a existência de uma teoria do discurso diluída no pensamento do filósofo.*
- *PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso. Epistemologia dos saberes. Michel Foucault.*

REFERÊNCIAS:

BENVENISTE, É. *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Bibliothèque des sciences humaines, 1974.

_____. *Problèmes de Linguistique Générale I*. Paris: Bibliothèque des sciences humaines, 1966.

COURTINE, J-J. *Déchiffrer le corps*. Penses avec Foucault. Paris: Editions Jérôme Millon, 2011.

FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. Nietzsche, la généalogie et l'histoire. In : _____. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p.136-157. v.II.

_____. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FREEDEN, M. *Ideology, a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GUILHAUMOU, J. *Liberté et libéralismes*. Formation et circulation des concepts. Lyon: ENSeditions, 2012.

_____. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. *Revista Ecos - Linguística e Literaturas*, Cáceres, ano III, n.3, p.107-115, 2005.

_____. *Sieyès et l'ordre de la langue*. Paris: Kimé, 2002.

_____. *J. L'avènement des porte-parole de la République (1789-1792): Essai de synthèse sur les langages de la Révolution française*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

_____. Idéologies, discours et conjoncture en 1793. Quelques réflexions sur le jacobinisme. *Dialectiques*, Paris, n.10-11, 1975.

GUILHAUMOU, J.; MAZIÈRE, F. Ainsi nous sommes qui nous sommes dans le Mississipi. *Semen*, Besançon, n.29, p.69-88, avril 2010.

GUILHAUMOU, J.; SCHEPENS, P. *Matériaux philosophiques pour l'analyse de discours*. Besançon: Presses Universitaire de France-Comté, 2011.

HUGLO, P-A. *Approche nominaliste de Saussure*. Paris: L'Harmattan, 2002.

KOSELLECK, R. *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Cantabria: Cantabria University Press, 2011.

LILTI, A. *Le Monde des salons*. Sociabilité et mondanité à Paris au XVIII^e siècle. Paris: Fayard, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. *L'idéologie allemande* (1845). Première partie: Feuerbach. (Les thèses sur Feurbach). Traduction française, 1952.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: Colin, 1973. 306 p.

ROSENFELD, S. *Common Sense*. A Political History. Harvard: Harvard University Press, 2011.

_____. *A Revolution in Language*. The Problem of Signs in Late Eighteenth-Century France. Stanford: Stanford University Press, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Écrits de Linguistique Générale*. Édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris: Gallimard, 2003.

TAQUIN, V. *Un roman du réseau*. Paris: Hermann Editeurs, 2012.

VOLOSHINOV, V. N. *Marxisme et philosophie du langage* : Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Limoges: Lambert-Lucas, 2010.

Recebido em julho de 2012

Aprovado em novembro de 2012

RESENHA /
BOOK REVIEW

MORTE E VITALIDADE DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E AS PRESSÕES SOBRE SEUS FALANTES

Dorotea Frank KERSCH*

TERBORG, R.; GARCÍA LANDA, L. (Org.). *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México: UNAM: CELE, 2011. 285 p.

*Si no respiras,
no existe el aire.*

*Si no caminas,
no existe la tierra.*

*Si no hablas,
no existe el mundo.¹*

No documento *Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas*, a UNESCO (2003) deixa claro que a diversidade linguística integra o patrimônio da humanidade, já que cada língua traz embutida a sabedoria cultural de um povo. Logo, o desaparecimento de uma língua implica uma perda irrecuperável para a humanidade. Segundo o documento, embora ainda existam em torno de 6.000 línguas faladas, muitas estão ameaçadas e correm o perigo de desaparecer. Há, inclusive, idiomas com milhares de falantes que já não são ensinados às crianças. Além disso, pelo menos metade dessas línguas ainda existentes estão perdendo falantes. Calcula-se que 90% de todas as línguas poderiam ser substituídas por outras dominantes até o final deste século. Nesse sentido, é imperiosa a sua documentação, a adoção de novas políticas e a produção de novos materiais para que se reforce a sua vitalidade. Paradoxalmente, em torno de 97% da população mundial fala cerca de 4% das línguas do mundo, enquanto os outros 96% de

* UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-340 – dorotea_fk@hotmail.com

¹ Paráfrase, constante no documento da UNESCO (2013), das palavras de um idoso *navajo*, enunciada por Akira Yamamoto no programa veiculado em 24 de maio de 1992 na Millennium Series da PBS-TV *Tribal Wisdom and the Modern World*, apresentado por David Maybury-Lewis.

línguas minoritárias são faladas por 3% da população (BERNARD, 1996 apud UNESCO, 2003).

Segundo Trujillo Tamez e Terborg (2009), o México é um dos oito países que concentram a metade das línguas que se falam no mundo: são 364 variantes pertencentes a 68 agrupamentos de 11 famílias linguísticas (INALI, 2008 apud TRUJILLO TAMEZ; TERBORG, 2009). Dessas 364 línguas, apenas 10% são ensinadas na escola e 50 delas correm o risco de desaparecer. Assim, é mais do que urgente divulgar os resultados das pesquisas relacionadas a essas línguas, de modo que eles ajudem a construir as políticas linguísticas do México e dos países alinhados à concepção da UNESCO de que não é importante somente preservar a biodiversidade, mas também é preciso lançar nosso olhar sobre a ecologia linguística, já que o mundo é constituído por pessoas, que, por sua vez, se constituem na e pela linguagem. Ou, como afirma o documento da UNESCO (2003, p.2): “[...] *la extinción de una lengua significa la pérdida irrecuperable de saberes únicos, culturales, históricos y ecológicos. Cada lengua es una expresión irremplazable de la experiencia humana del mundo.*”²

O livro *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes* vem divulgar as contribuições de um grupo de pesquisadores da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) para a comunidade. Apresenta trabalhos decorrentes do projeto “La vitalidad de las lenguas indígenas de México: un estudio em três contextos”, coordenado por Laura García Landa e Roland Terborg (2011), e acha-se vinculado à linha de pesquisa “Política y planificación del language”, do Departamento de Linguística Aplicada, do Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras (CELE) da UNAM. O conteúdo do livro faz parte de um conjunto de resultados das pesquisas realizadas pelos autores, no âmbito da referida linha de pesquisa, na última década. A obra traz importantes contribuições para o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma política linguística adequada à manutenção das línguas vernáculas no México. Os organizadores, Roland Terborg e Laura García Landa (2011), apresentam um modelo denominado **ecologia das pressões**, que mostra como as atitudes, necessidades, valores, crenças e ideologias exercem pressão, influenciando na manutenção ou substituição de uma língua. Esse modelo é usado para explicar os dados de cada um dos estudos apresentados no livro.

Os três contextos considerados por Terborg e García Landa (2011) para a divisão das comunidades em estudo foram o suburbano (muito próximo a cidades ou mesmo pertencentes a algum bairro), o rural de fácil acesso (quando se trata de comunidades ligadas por rodovias asfaltadas) e o rural de difícil acesso (sem ligação com boas rodovias). Essa divisão permitiu identificar o grau de isolamento

² “[...] a extinção de uma língua significa a perda irrecuperável de saberes únicos, culturais, históricos e ecológicos. Cada língua é uma expressão insubstituível da experiência humana do mundo.”

das comunidades e as necessidades de seus falantes, o que implica diferentes tipos de pressão para manter ou substituir a língua indígena pelo espanhol.

Nos estudos desenvolvidos e apresentados nessa obra, os autores consideraram os nove fatores do documento da UNESCO (2003) como fundamentais para avaliar a vitalidade das línguas minoritárias: a transmissão da língua de uma geração à outra; o número absoluto de falantes; a proporção de falantes no conjunto da população; as mudanças na utilização da língua; a resposta a novos âmbitos e mídias; a disponibilidade de materiais para o ensino e aprendizagem da língua; as atitudes e políticas do governo e instituições em relação à língua; as atitudes dos falantes em relação à língua que falam; e o tipo e qualidade da documentação linguística existente sobre a língua. Para a investigação cujos resultados são apresentados no livro, os pesquisadores se utilizaram principalmente do critério “proporção de falantes no conjunto da população”. Todos os trabalhos compilados no livro, além de terem o foco na máxima facilidade compartilhada (cujo conceito se acha adiante neste texto) como pressão para usar ou não a língua indígena, também levaram em conta, para a avaliação da vitalidade da língua estudada, a transmissão da língua de uma geração a outra, as atitudes dos falantes em relação à própria língua, e o uso da língua nos diferentes domínios.

O livro acha-se dividido em dez capítulos. No primeiro e no último, Terborg e García Landa (2011) discutem as bases teóricas e os conceitos-chave em que os oito estudos apresentados se apoiam. Cada um dos capítulos de 2 a 9, portanto, dá conta da análise da vitalidade/substituição (*language shift*) de línguas indígenas faladas em oito regiões do México: mixe em San Juan Bosco Chuxnaban e em San Lucas Camotlán; p’urhépecha em Santa Fe de la Laguna; totonaca em Mecapalapa, Pantepec, Puebla; otomí, em Santiago Mexquititlán, Querétaro e em San Cristóbal Huichochitlán do estado do México; náhuatl em Xoxocotla, Morelos; e matlazinca no estado do México. Além da descrição do estado atual da língua na comunidade em estudo, analisam a pressão causada pela **máxima facilidad compartida (MFC)**, considerada uma das mais decisivas na mudança e manutenção da língua autóctone, como será detalhado na sequência.

No primeiro capítulo, “*Las presiones que causan el desplazamiento-mantenimiento de las lenguas indígenas. La presentación de un modelo y su aplicación*”³, Terborg e García Landa apresentam o modelo da **ecologia das pressões**, as quais atuam tanto favorável quanto contrariamente à língua indígena, como mostram os estudos apresentados no livro. Ao fazer menção à ecologia, os autores partem do princípio de uma ecologia em movimento, considerada resultado de um processo dinâmico, em que determinadas forças entram em ação. Assim, uma ecologia estável é afetada quando aumentam as

³ “As pressões que causam a substituição-manutenção das línguas indígenas. A apresentação de um modelo e sua aplicação.”

pressões sobre uma parte dos falantes em uma situação de contato. Quando essas pressões entram em conflito, emerge o poder de uma sobre a outra, deixando essa última em desvantagem. A pressão, portanto, nem sempre é equilibrada, e, nesse caso, na interação, vai pesar mais sobre um dos interlocutores.

A cada interação, que é compartilhada entre indivíduos, ocorre uma negociação de sentido. Se há mais de um sistema à disposição dos falantes, a conversação chega a um equilíbrio do sistema (ou dos sistemas, no caso da mescla linguística), levando-os a optarem por aquele que exigir a menor atenção deles, ou seja, chegam a uma **facilidade** que lhes permite desenvolver a conversação sem esforço. A máxima facilidade compartilhada, portanto, é a variedade linguística que compartilham duas ou mais pessoas em determinadas situações, tratando de temas específicos. O conceito da facilidade compartilhada não se limita ao conhecimento da língua, mas compreende todo o conhecimento sobre o mundo e baseia-se na história comum dos indivíduos envolvidos, sempre e quando esse é compartilhado e automatizado. A facilidade compartilhada e os interesses dos indivíduos (compostos pelas crenças, valores, ideologias e necessidades) originam as pressões.

Nos capítulos 2 e 3, Isela Trujillo Tamez ocupa-se da língua mixe falada duas comunidades: Chuxnaban e San Lucas Camotlán. Em "*La vitalidad de la lengua mixe de San Juan Bosco Chuxnaban*"⁴, faz uma descrição da língua, das regiões em que o mixe é falado, da forma de vida da população que o fala, traçando o perfil sociolinguístico de seus falantes. Seu recorte, no capítulo dois, é, como registra o título, San Juan Bosco Chuxnaban, uma comunidade rural de difícil acesso, condição que favoreceu a manutenção da língua. Hoje, 20% da população de Chuxnaban ainda é monolíngue, característica mais presente entre as mulheres adultas. Segundo a autora, já não são muitas as comunidades com isolamento geográfico associado às características socioeconômicas (produção de café para o mercado externo, seu principal produto, sempre foi negociado por um intermediário, o que não exerceu pressão para que usassem mais o espanhol). Essas características contribuem para a vitalidade do mixe nessa comunidade. Para o estudo desenvolvido, a autora considerou as variáveis: conhecimento do espanhol pelos falantes, o uso da língua na família nos diferentes grupos etários, o papel da mulher na transmissão da língua, e o uso da língua em diferentes domínios - família, assembleia comunitária, igreja e escola.

Os dados da autora mostram que, embora o mixe em tenha uma vitalidade importante em Chuxnaban, observa-se um avanço do bilinguismo, que ainda pode ser caracterizado como receptivo ou pouco desenvolvido. Além disso, a comunidade ainda não registra monolíngues em espanhol. Ao olhar para os

⁴ "A vitalidade da língua mixe de San Juan Bosco Chuxnaban."

quatro domínios acima, Trujillo Tamez percebe que, na família e na assembleia comunitária, o mixe se sobrepõe ao espanhol, enquanto na igreja e na escola, as duas línguas têm o mesmo nível de funcionalidade – na igreja apresenta-se uma situação bilíngue e, na escola, se promove o uso predominante do espanhol, o que pode ter impactos importantes para o futuro do mixe.

Já no terceiro capítulo, “*Situación sociolingüística del mixe en San Lucas Camotlán*”⁵, Trujillo caracteriza a comunidade em estudo, a qual, desde 2002, passou a ser servida por uma rodovia. Para identificar as pressões vividas em relação à língua indígena, o levantamento sociolingüístico considerou as seguintes variáveis: o grau de bilinguismo, a transmissão intergeracional, o uso da língua nos diferentes domínios, as atitudes em relação à língua, a educação, a economia e a migração, e a participação governamental. Os falantes vivem diferentes pressões em situações de substituição-manutenção lingüística, o que implica usos diferentes da língua. De igual maneira, as pressões são percebidas de forma diferente pelos falantes da comunidade. Em algumas famílias, por exemplo, que dependem do trabalho migratório para garantir suas necessidades, o espanhol passa a ser importante; em outras, em que o trabalho agrícola é a fonte de subsistência, predomina o uso do mixe.

Em San Lucas Caamotlán, a MFC se desenvolve em mixe, ainda que o grau de bilinguismo surpreenda, em função do isolamento em que a comunidade vivia até 2002. A autora conclui seu artigo afirmando que as pressões que mais favorecem o mixe provêm do grau de bilinguismo, do uso e transmissão da língua e o uso em diferentes domínios; já o espanhol é favorecido pelos meios de comunicação, participação governamental e educação. Nessa comunidade, as pressões decorrentes das atitudes e da situação econômica e da migração são individuais e familiares.

Gabriel Rico Lemus, em “*Resistencia y mantenimiento de la lengua p’urhépecha en Santa Fe de la Laguna, Michoacán*”⁶, afirma que, com a urbanização e expansão das redes de comunicação no México, comunidades indígenas isoladas são cada vez mais raras. Ainda que não se possam negar esses serviços às comunidades, isso aumentará as pressões para aprender o espanhol e pode levar à substituição da língua indígena (como mostra Trujillo Tamez, em relação ao mixe). Chama a atenção, entretanto, no caso do p’urhépecha em Santa Fe de la Laguna, que, apesar da convivência com os hispanofalantes, conserva-se o uso da língua indígena, que continua sendo transmitida às crianças.

O autor acredita que o bilinguismo em Santa Fe de la Laguna se deve às funções sociais específicas que cada língua tem na comunidade, o que está

⁵ “Situación sociolingüística do mixe em San Lucas Camotlán.”

⁶ “Resistência e manutenção da língua p’urhépecha em Santa Fe de la Laguna, Michoacán”.

diretamente relacionado à facilidade compartilhada, às necessidades, às crenças, às atitudes e à ideologia. A forma como a comunidade está organizada e o perfil socioeconômico ajudam na manutenção da língua indígena. Até a década de setenta, somente os homens saíam da comunidade para vender o artesanato produzido; hoje, entretanto, também as mulheres auxiliam na comercialização dos produtos, o que as pressiona em relação à aquisição do espanhol. Assim, somente as idosas e crianças bem pequenas têm conhecimento limitado de espanhol. Entretanto, há vários domínios na própria comunidade em que a máxima facilidade compartilhada pressiona em relação à língua local, em função das atitudes e crenças em relação à língua e aos valores que os falantes atribuem a ela.

No capítulo seguinte, Lourdes Neri, em "*El desplazamiento de la lengua totonaca en la comunidad de Mecapalapa, Panteepc, Puebla*"⁷, uma comunidade rural de fácil acesso, mostra que a estrutura hierárquica totonaca não se manteve ali. Além disso, tem-se observado uma diminuição da população, em função da migração, em especial de jovens, que vão em busca de melhores condições de trabalho e de vida fora do município. Essas mudanças na comunidade afetaram também o comportamento linguístico. A autora desenvolve seu estudo em três eixos: os dados sociodemográficos, o conhecimento e uso do totonaca, e o conhecimento e uso do espanhol. Os dados levantados mostram que o totonaca, nessa comunidade, está em perigo, já que a língua já não está mais sendo transmitida às gerações mais jovens. O espanhol passa a ocupar o lugar do totonaca em todos os grupos etários. Os indivíduos com idade entre 5 e 20 anos desconhecem a língua, o que significa que não a transmitirão às gerações que os sucederem.

No próximo capítulo, Vera Bermeo analisa "*La vitalidad del otomí en Santiago Mexquititlán, Querétaro*"⁸. Nessa comunidade, também as mulheres têm um papel importante na manutenção da língua. A porcentagem de homens que sabem pouco otomí é maior que o de mulheres, cuja maioria fala o otomí. Isso está relacionado às atividades domésticas com que se ocupam. Nesse grupo, observa-se um número grande de jovens usando o espanhol para comunicar-se, inclusive no âmbito familiar. Além disso, o espanhol vem ocupando cada vez mais espaços que eram próprios do otomí. Como os jovens não usam mais a língua indígena, fica comprometida sua transmissão às gerações seguintes. Do mesmo modo como mostra o estudo de Neri em relação ao totonaca (capítulo 5), a falta de emprego leva à migração, o que implica o enfraquecimento do otomí, afetando a percepção que os falantes têm de sua língua. Conseqüentemente, a vitalidade da língua fica ameaçada.

⁷ "A mudança da língua totonaca na comunidade de Mecapalapa, Panteepc, Puebla".

⁸ "A vitalidade do otomí em Santiago Mexquititlán, Querétaro".

O otomí também é objeto de estudo de Roland Terborg, no artigo “*La situación de otomí de San Cristóbal Huichochitlán del estado de México*”⁹. A diferença entre as duas comunidades é que Santiago Mexquititlán é rural de fácil acesso, enquanto San Cristóbal Huichochitlán é suburbana. Na comunidade estudada por Terborg, observam-se mudanças no gosto das mulheres: somente as mais velhas ainda se vestem à maneira tradicional. O mesmo ocorre nas casas, que se assemelham às de outras comunidades rurais. Essas mudanças podem ser observadas também na língua, que vai cedendo sua vitalidade ao espanhol. Os dados de Terborg mostram uma mudança em curso, em todos os níveis, inclusive nos domínios mais privados. A MFC nas interações entre os mais jovens favorece o espanhol. Como os jovens, na sua maioria, são apenas bilíngues receptivos, prevê-se que sejam incapazes de transmitir o otomí a seus filhos. Terborg conclui dizendo que ainda se observa alguma força no otomí, sendo necessária uma planificação linguística que apoie a língua. Caso contrário, ela está fadada a desaparecer.

O náhuatl é outra língua cuja vitalidade é estudada. Laura García Landa e Brenda Cantú Bolán, no artigo “*La vitalidad de la lengua náhuatl de Morelos: el caso de la comunidad Xoxocotla*”¹⁰, observam que no náhuatl de Xoxocotla há grande influência do espanhol, provavelmente em função de sua localização (próximo a uma rodovia e rodeada de povoados onde só se fala esse idioma), e em função do fluxo migratório. Os dados das autoras mostram um maior grau de bilinguismo entre os adultos (ainda que entre adolescentes e idosos ele também seja encontrado). O grau desse bilinguismo, entretanto, em muitos casos, se limita à compreensão e produção de algumas palavras e frases. O maior número de monolíngues náhuatl é encontrado entre adultos e idosos. Aparentemente, poucas crianças falam o náhuatl. O espanhol predomina em todos os domínios, seguido por um uso limitado das duas línguas nos privados. Assim, a pressão pelo uso do espanhol em todos os domínios é forte.

A última língua em estudo é o matlazinca. Virna Velázquez, em “*El desplazamiento del matlazinca en el estado de México*”, analisa as pressões que sentem os falantes para usar ou abandonar sua língua. O matlazinca já foi a língua majoritária no estado do México. Primeiramente, perdeu espaço para o náhuatl e hoje se acha reduzida a uma única comunidade. A autora identificou um grau significativo de mudança linguística, que está relacionada às atitudes: os mais jovens não se percebem como bons falantes, enquanto os de mais idade ainda se veem dessa forma. Assim, como as crenças estão ligadas a um ideal de pureza linguística, quando os mais jovens vão falar com os mais idosos, a MFC os pressiona a usar o espanhol e não a língua indígena. A autora termina seu estudo lembrando que, historicamente, ao menos a partir dos anos cinquenta do século

⁹ “A situação do otomí de San Cristóbal Huichochitlán do estado de México”.

¹⁰ “A vitalidade da língua náhuatl de Morelos: o caso da comunidade Xoxocotla.”

passado, o matlazinca tem tido poucos falantes, o que a deixa em dúvida se essa língua se perderá ou não. Velázquez acredita que, se forem estabelecidas pressões a favor do matlazinca por meio da implementação de estratégias vinculadas a essas pressões, será possível deter a mudança. Essas estratégias incluiriam, por exemplo, promoção de um maior uso e transmissão da língua e inclusão de benefícios tangíveis para os membros da comunidade.

Após a apresentação dos oito estudos, Terborg e García Landa “amarram” os capítulos do livro com o artigo “*La máxima facilidad compartida como presión determinante*”¹¹. Os capítulos anteriores mostram diferentes pressões exercidas sobre os falantes para manter ou abandonar a língua minoritária. Para os autores, a MFC se refere a) ao conhecimento individual; b) ao uso do código entre bilíngues e monolíngues determinados, ou seja, o conjunto de participantes de uma conversa; e c) à seleção da língua de acordo com o tema, os espaços e aos domínios. A partir dos questionários aplicados em todos os estudos, em que os falantes avaliavam se falavam bem ou pouco, se só entendiam, mas não falavam ou ainda se não falavam nem entendiam (tanto a língua indígena quanto o espanhol), os autores propõem um cálculo para identificar a vitalidade (ou mudança) da língua indígena e, nesse sentido, analisar o desenvolvimento das pressões que favorecem a MFC e, conseqüentemente, que língua ela favorece nos diferentes grupos etários.

Os autores mostram que cada mudança econômica ou ambiental pode desencadear uma mudança na língua indígena, fazendo o espanhol sobrepor-se a ela. Nesse sentido, para Terborg e García Landa, as comunidades carecem de estímulo a pressões favoráveis originadas pela MFC para o uso das línguas indígenas. Faz-se necessário, pois, a proposição de políticas linguísticas para a manutenção dessas línguas, a partir dos estudos de cada uma das comunidades em que essas línguas são faladas.

Os estudos apresentados pelo livro *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes* (TERBORG; GARCIA LANDA, 2011) trazem importantes contribuições para a compreensão da realidade multilíngue, não só do México, como também do Brasil, onde, historicamente, as minorias linguísticas têm sido silenciadas.

Pelo modelo proposto por Terborg e García Landa – a ecologia das pressões – é possível ver como as ideologias e as atitudes em relação às línguas dão origem às pressões sobre os falantes para manter ou substituir as línguas, e como se regulariza a ação comunicativa humana nos níveis individual e coletivo, o que é muito bem explicitado pelos estudos apresentados no livro. Esse modelo, se aplicado ao estudo de outros contextos multilíngues, pode trazer à luz as pressões em conflito nessas comunidades, desvelando as relações de poder implicadas.

¹¹ “A máxima facilidade compartilhada como pressão determinante.”

Os resultados apresentados pelos autores serão importante instrumento para o desenho de políticas linguísticas para cada uma dessas comunidades e chamam a atenção para a necessidade de políticas locais para a preservação da cultura e da história de tantas comunidades brasileiras (indígenas, quilombolas, de imigração, de fronteira) que não foram descritas ou são simplesmente ignoradas. Retomando a paráfrase da epígrafe, não custa lembrar que a sobrevivência das línguas está ligada à sobrevivência dos seus falantes, que precisam de identidades fortes e atitudes positivas em relação a si e à língua que falam, para que se interessem em transmiti-la às gerações seguintes, uma das condições para a vitalidade de uma língua.

REFERÊNCIAS

TERBORG, R.; GARCÍA LANDA, L. (Org.). *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México: UNAM: CELE, 2011, 285 p.

TRUJILLO TAMEZ, I.; TERBORG, R. Un análisis de las presiones que causan el desplazamiento o mantenimiento de una lengua indígena de México: el caso de la lengua mixe de Oaxaca. *Cuadernos Interculturales*, Valparaiso, n.12, p.127-140, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=55211259007>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

UNESCO. *Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas*. Paris, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/LVE_Spanish_EDITED%20FOR%20PUBLICATION.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

Recebido em agosto de 2012

Aprovado em fevereiro de 2013

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abordagem funcionalista, p.495
Aforização, p.413
Alçamento vocálico, p.607
Alternância, p.577
Análise do Discurso, p.389 e p.671
Bilinguismo, p.519
Choque de acentos, p.639
Círculo de Bakhtin, p.367
Citação, p.413
Complexidade, p.495
Construções de objeto duplo, p.519
Descrição, p.495
Destacabilidade, p.413
Discurso, p.389
Ensino, p.495
Entoação, p.433
Enunciado, p.433
Epistemologia dos saberes, p.671
Extraverbal, p.433
Filosofia da linguagem, p.367
Fonologia, p.607
Formação de palavras, p.577
Gênero, p.545
Ideologia, p.367
Influência translinguística, p.519
Interface sintaxe-fonologia, p.639
Internet, p.451
Juízo de valor, p.433
Línguas, p.451
Michel Foucault, p.671
Michel Pêcheux, p.389
Movimento, p.475
Mudança linguística, p.545
Nível Interpessoal, p.475
Oração adverbial concessiva, p.475
Oração complexa, p.495
Orações Adjetivas, p.389
Orações Concessivas Independentes, p.475
Planejamento Linguístico, p.451
Poder, p.451
Política Linguística, p.451
Português brasileiro, p.639
Pronomes de tratamento, p.545
Prosódia, p.639
Saber, p.451
Semântica, p.389
Sintaxe, p.495
Sistema pronominal, p.545
Sociolinguística quantitativa, p.607
Sufixos diminutivos no Português Brasileiro, p.577
Sujeitos, p.451
Teoria da Gramática Discursivo-Funcional, p.475
Texto imagético, p.413
Transferência seletiva, p.519
Variação linguística, p.577 e p.607
Variação tu/você, p.545
Vogais médias pretônicas, p.607
Voloshinov, p.367

SUBJECT INDEX

- Alternation, p.577
analyse de discours, p.671
Aphorization, p.413
Bakhtin Circle, p.367
Bilingualism, p.519
Brazilian Portuguese, p.639
Complex clause, p.495
Complexity, p.495
Concessive Adverbial Clause, p.475
Cross-linguistic influence, p.519
Description, p.495
Detachment, p.413
Diminutive suffixes in Brazilian Portuguese, p.577
Discourse Analysis, p.389
Discourse, p.413
Double object constructions, p.519
Enunciation, p.433
Épistémologie de la connaissance, p.671
Extra-verbal, p.433
Forms of pronominal address, p.545
Functional approach, p.495
Functional Discourse Grammar Theory, p.475
Gender, p.545
Ideology, p.367
Independent Concessive Clause, p.475
Internet, p.451
Interpersonal Level, p.475
Intonation, p.433
Knowledge, p.451
Language Planning, p.451
Language Policy, p.451
Language, p.451
Linguistic change, p.545
Linguistic variation, p.577 e p.607
Michel Foucault, p.671
Michel Pêcheux, p.389
Moves, p.475
Philosophy of language, p.367
Phonology, p.607
Pictorial text, p.413
Power, p.451
Pretonic Mid-vowels, p.607
Pronominal system, p.545
Prosody, p.639
Quantitative Sociolinguistics, p.607
Quotation, p.413
Raising, p.607
Relative Clauses, p.389
Selective transfer, p.519
Semantics, p.389
Stress Clash, p.639
Subjects, p.451
Syntax, p.495
Syntax-Phonology Interface, p.639
Teaching, p.495
Tu/Você variation, p.545
Value judgment, p.433
Volochinov, p.367
Vowel, p.607
Word formation, p.577

ÍNDICE DE AUTORES

AUTHOR INDEX

- BARBOSA, Maria Fernanda M., p.577
BARONAS, Roberto Leiser, p.413
CARMO, Márcia Cristina do, p.607
CATTELAN, João Carlos, p.389
FREITAS, Myrian Azevedo de, p.577
GARCIA, Talita Storti, p.475
GRAVINA, Aline Peixoto, p.639
KERSCH, Dorotea Frank, p.697
M. CAVALCANTI, Rosilene da Silva de, p.433
MARQUES, Welisson, p.671
MENEGASSI, Renilson José, p.433
NARZETTI, Claudiana, p.367
OLIVEIRA, Fernando Luiz Pereira de, p.519
PEZATTI, Erotilde Goreti, p.475
PONSONI, Samuel, p.413
RUMEU, Márcia Cristina de Brito, p.545
SEVERO, Cristine Gorski, p.451
SOUZA, Ricardo Augusto de, p.519
SPERANÇA-CRISCUOLO, Ana Carolina, p.495
SVARTMAN, Flaviane Fernandes, p.639
TENANI, Luciani Éster, p.607
ZARA, Júlia Vidigal, p.519

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Linguística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, trabalhos produzidos por pesquisadores que não tenham o título de doutor. No caso de trabalhos em co-autoria, mesmo que haja autor(es) que esteja(m) cursando o doutorado, um dos autores, necessariamente, deve já possuir o título de doutor. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

No caso dos textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE*, *ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO*, *RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: Os autores devem realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista (www.alfa.unesp.br), na

seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção “AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia, título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suplementares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice ou anexo ao texto principal, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si.
5. Confirmação: Concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos acima descritos, o autor deve aguardar o e-mail do editor e, nesse íterim, pode acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, re-edição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e os Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento um e meio entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão total de no mínimo 15 páginas e no máximo 30, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entrelinhas;

2. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
 3. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo PALAVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
 4. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio entrelinhas;
 5. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de um e meio depois do texto que os precede e um espaço um e meio antes do texto que os segue;
 6. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
 7. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), inserem-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito.
 8. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;
 9. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;
- OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;
10. referências, sob o subtítulo **REFERÊNCIAS** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 abaixo);
 11. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo Bibliografia consultada, alinhado à esquerda, em negrito

e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

Authier-Revuz, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Coracini, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do

Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1988. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, Peter. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização

Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaço simples entrelinhas. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

3.3.3. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.4. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

3.3.5. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para

sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

go 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa, sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

3.3.6. Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

3.3.7. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa: Revista de Linguística*, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do arti-

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:



